



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

ANAIS FÓRUM TRINACIONAL SOBRE VIOLÊNCIAS:

PREVENÇÃO 2023

ISSN: 2965-5137

Foz do Iguaçu, 16 e 17 de março de 2023

Dra. Elis Maria T. Palma Priotto (ORG)



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

2023

O conteúdo do capítulo e seus dados e sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

FICHA CATALOGRÁFICA

REALIZAÇÃO

Itaipu Binacional

Hospital Ministro Costa Cavalcanti – Fundação de Saúde Itaguapy

Grupo de Trabalho Itaipu Saúde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF)

Prefeitura de Foz do Iguaçu

Gabinete de Gestão Integrada Municipal – Foz do Iguaçu

Ministerio de Salud Pública – Misiones

Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social - Paraguay

GERÊNCIA DO PROJETO

Elis M. T. Palma Priotto (Brasil)

Elvira Rios Valiente (Paraguai)

Claudia Yanni (Argentina)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Eversson Cadaval Madruga (GGIM)

Josnei Fagundes Marquardt (GGIM)

Paula Rodrigues Zvir (GT Saúde)

Irma Rios (GT Salud)

Luciano Stremel Barros (IDESF)

Eloiza Dal Pozzo (IDESF)

Rita de Cassia Pereira de Carvalho (IDESF)

Odirlei Gonzalez Valdez (GT Saúde)

Bruna Cristina Fantinel (GT Saúde)



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

COMISSÃO CIENTÍFICA

Me. Angel Estigarribia

Dra. Elis Maria T. Palma Priotto

Dra. Eloiza Dal Pozzo

Dra. Fátima Regina Cividini

Me. Liliana Korniat

Dra. Rita de Cassia Pereira de Carvalho

EDITORACÃO

Rita de Cassia Pereira de Carvalho

APRESENTAÇÃO

III Fórum Trinacional sobre Violências - Prevenção, teve por objetivo apresentar, subsidiar e contribuir com discussões, reflexões e indicação de boas práticas de ações e intervenções exitosas de prevenção das violências, ampliando o espaço de divulgação científica, social, econômica, educacional, jurídica e sanitária para subsidiar projetos de prevenção das violências na região trinacional, Brasil, Paraguai e Argentina.

Ações e intervenções de prevenção das violências são construídas de maneira articulada entre as diversas áreas de interesse cidadão, seja com a Educação, a Justiça, o Social, a Saúde dentre outras. Sua implementação na região da Tríplice Fronteira demanda atuar em conjunto com parceiros do Brasil, Paraguai e Argentina por meio das universidades e demais instituições da sociedade, buscando o apoio, colaboração e maior intercâmbio de informações para a prevenção das violências, bem como de respostas práticas que considerem as políticas nacionais e internacionais, em um trabalho conjunto para a região de fronteira – trinacional.

O projeto foi realizado em parceria com a Fundação de Saúde Itaipu - GT Saúde Mental e para a edição de 2023 traz como temática “Boas práticas para a Prevenção das Violências”, nos três países: Brasil, Paraguai e Argentina. Sendo estas entendidas como projetos, programas, ações e intervenções de prevenção das violências, que possam estar em desenvolvimento e disponham de resultados satisfatórios. Apresentação de boas práticas de ações e intervenções de prevenção das violências existentes, incluindo projetos, programas e pesquisas, preferencialmente em região/áreas de fronteira no Brasil, Paraguai e Argentina.

Os trabalhos na sequência apresentados estão no idioma original, respeitando a parceria e articulação entre os três países, sendo Argentina e Paraguai o idioma Espanhol e do Brasil o idioma em Português.

SUMARIO

1) SEÇÃO SALA TEMÁTICA: RESUMOS EXPANDIDOS

1.1 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Implementación del deporte rugby destinado a los internos alojados en la orbita del servicio penitenciario de la provincia de misiones.

Práticas restaurativas, prevenção da violência e mediação de conflitos na escola.

Prevenção del embarazo adolescente no intencional e de la violencia/abuso sexual desde un abordaje intersectorial

1.2 SAÚDE

Abordaje con sobrevivientes de abuso sexual.

Considerações sobre o suicídio: o fator protetivo em saúde mental na universidade.

Violência e saúde: desafios e potencialidades da prevenção em articulação

Todos por la vida” Lema: Crear esperanza a traves de la acción

Servicio de asistencia psicológica en el programa nacional de violencia intrafamiliar, en el hospital regional de Ciudad Del Este MSP Y BS.

1.3 JUSTIÇA E SEGURANÇA

Programa de prevención de comercialización de drogas en el micro tráfico. Intervención en el mercado de drogas (imd). Buenos Aires 2021

Grupo de orientação e sensibilização aos autores de violência doméstica e familiar na comarca de Cianorte.

Fortalecimiento de la participación protagónica de niñas, niños y adolescentes a nivel comunitario

1.4 TRABALHO

Centro de aprendizagem e formação (CAF): um programa de aprendizagem profissional em Foz do Iguaçu.

Proyecto de agricultura social: “construyendo un futuro digno”

1.5 DIREITOS HUMANOS

El delito de grooming desde una perspectiva de derechos humanos

A invisibilidade do movimento migratório e o papel preventivo da rede.

Derechos humanos y violencia, en defensa de la persona humana

1.6 MEIO AMBIENTE

Programa Municipal de gestão de resíduos recicláveis e a promoção da dignidade humana.

2) SEÇÃO POSTER: RESUMOS EXPANDIDOS

2.1 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CAIA itinerante, o mover da esperança.

Conselho comunitário da Vila C transformando realidades.

Entendendo a prática do *bullying* escolar a partir da Sociometria.

Maestro da bola: ferramenta de inclusão social através do esporte.

Não aceitamos violência: projeto de extensão do IFPR de apoio ao combate à violência contra a mulher.

Projeto meninos do lago: canoagem como forma de inclusão.

Projeto um chute para o futuro: inclusão e formação de cidadania.

Qualificação profissional Trilha Jovem Iguassu e suas dimensões sociais.

2.2 SAÚDE

A prevalência de violência em pessoas idosas em cidade de tríplice fronteira.

Considerações sobre o suicídio: o fator protetivo em saúde mental na universidade.

Educação permanente em saúde como base para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Gestão em saúde como fazer: o uso de normativas como ferramenta para a organização da atenção à pessoa em situação de violência no paraná.

Programa saúde na escola e a interface com a prevenção de violência na percepção da equipe e professores das escolas participantes em Foz do Iguacu.

Saúde mental e violência de gênero: uma experiência com oficinas educativas.

Tratamento na comunidade terapêutica Sagrada Família em Foz do Iguacu Paraná e a dificuldade de finalização do tratamento.

Um lugar de existência: a violência sexual na atenção primária à saúde e as possibilidades a partir da psicanálise.

Violência não faz bem à saúde: relato de experiência em um grupo de saúde mental com adolescentes.

Violência nas relações íntimas entre adolescentes: a prevenção em cena

Violência sexual contra crianças e adolescentes: estudo ecológico na região sul do Brasil em período pré-pandêmico e pandêmico do Covid-19.

Psicoterapia de acolhimento renascer: auxiliando na mudança de vida e construindo novos valores.

2.3 JUSTIÇA E SEGURANÇA

Atuação da Patrulha Maria da Penha em Foz do Iguaçu/PR.

Escuta especializada: uma análise da implementação e efetivação da lei 13.431/2017 no Estado do Paraná – proteção ou violação?

2.4 DIREITOS HUMANOS

A atuação do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE na comarca de Foz do Iguaçu/PR

A pessoa com deficiência e a violência intrafamiliar: reflexões sobre um fenômeno ainda presente.

2.5 TEMA LIVRE RELACIONADO A PRÁTICAS DE PREVENÇÃO AS VIOLÊNCIAS

Equipes de acolhida no CREAS I: relato de experiência

Juventudes, vulnerabilidades e violência na contemporaneidade¹

¹ Uma versão completa deste texto está em vias de ser publicada em um livro a ser lançado no III Fórum Trinacional sobre Violências – Prevenção, em Foz do Iguaçu, 2023.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

SALA TEMÁTICA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

RESUMOS EXPANDIDOS

IMPLEMENTACION DEL DEPORTE RUGBY DESTINADO A LOS INTERNOS ALOJADOS EN LA ORBITA DEL SERVICIO PENITENCIARIO DE LA PROVINCIA DE MISIONES

Manuel José Dutto²

Mariano Hernando³

INTRODUÇÃO

El Servicio Penitenciario de la Provincia de Misiones (S.P.P.M.), ha instaurado como pilar fundamental, a la educación, la cultura y el deporte como herramienta indispensable de cara a la reinserción y readaptación social de los internos alojados en todas y cada una de las dependencias, es por eso que por medio del presente, se considera oportuno, llevar a conocimiento la implementación del deporte (Rugby) dentro de las Unidades penales dependientes S.P.P.M.

Es dable destacar que dicha iniciativa tiene origen en el año 2016 ocasión en la cual, en las mesas de trabajo y en cumplimiento a Leyes que rigen el estudio y ejecución de las penas privativas de la libertad, se debatía sobre alternativas deportivas que pudieran tener lugar dentro del contexto de encierro destinadas a todos los internos alojados con el afán de generar buenos hábitos y obtener un cambio en la persona, generando de esta manera una alternativa innovadora para las personas privadas de la libertad.

Al analizar las cualidades y beneficios que otorgaba la práctica de dicha disciplina, pudimos encontrar frente a un deporte que se caracterizaba por mejorar las habilidades blandas y sociales permitiendo mejorar el control de las emociones dentro y fuera del campo deportivo, caracterizado a su vez, por desarrollar destrezas mentales claves del autocontrol, la concentración, la disciplina, la toma de decisiones y el liderazgo. Es por ello que se buscaba que los destinatarios (internos), se apropien de valores como el respeto, compromiso, humildad, trabajo en equipo, constancia, sacrificio y responsabilidad. Se establecieron metas que marcaban como horizonte lograr a través de la disciplina:

² Director General del Servicio Penitenciario de la Provincia de Misiones.

³ Profesor de Educación Física Adjutor.

- Reducir los niveles de violencia.
- Cambiar los pensamientos individuales por el grupal.
- Insertar un sentido de pertenencia desde el lugar de alojamiento.
- Mejorar la condición física y salud en general.
- Promover la integración social.
- Tener buena conducta.
- Erradicar el consumo de drogas.

Para efectuar el seguimiento y acompañamiento del proceso, ha sido necesario la conformación de un equipo interdisciplinario integrado por referentes; del área seguridad, del área social, área psicoterapia, servicio médico y contar también con la participación del referente del área culto y religión.

En cuanto a los elementos necesarios para dar punta pie a la implementación de la actividad se requirió contar con los espacios físicos acordes para llevar a cabo las practicas; atención de emergencia del personal de salud para cubrir cualquier eventualidad acontecida; y con el profesor físico y/o entrenador que sea entendido en la materia para transmitir los conocimientos, ejercicios y reglas del juego.

Como primer instancia de la actividad se incorporó a todos los internos, indistintamente a la fase del tratamiento penitenciario en la que se encuentre transitando, con el objeto de mejorar sus calificaciones y obtener el total de beneficios una vez alcanzadas fases más adelantadas. Al principio se instrumenta un “Acta de Compromiso” con la persona interesada en formar parte del equipo por la cual se compromete a cumplir con las siguientes normas:

- Respetar al compañero y personal a cargo con regularidad.
- Asistir a los encuentros espirituales.
- Asistir a entrenamientos con regularidad-
- Asistir a la escuela con regularidad.
- Asistir a las capacitaciones o charlas dictadas por el equipo inter disciplinario.
- Comportarse de buena manera en los encuentros deportivos, recreativos o entrenamientos.
- Cumplir con las indicaciones dadas por el equipo y/o personal médico.
- Realizar cursos de oficios.

- Difundir los valores en la vida diaria que se inculcan a este equipo.
- Aceptar la sanción o expulsión del equipo de no ser cumplido lo antedicho, previa evaluación del equipo.
- Presentar el certificado de aptitud física.
- Para acceder al total de beneficios se debe tener la fase de confianza o periodo de prueba.

Con el correr del tiempo y la forma en que el proyecto iba tomando lugar en la sociedad, comenzó a gestarse en la provincia de Misiones “Tackleano muros” un proyecto que, con el rugby como herramienta, generaba una nueva oportunidad para las personas privadas de la libertad es así, que se crea el equipo “LOS TOROS” consistiendo en el primer equipo de internos de la provincia, luego de tres meses de entrenamiento se propuso encuentros deportivos esporádicos con clubes de la ciudad de las ciudades de Eldorado y Montecarlo. Consecuentemente los objetivos fueron creciendo al igual que el compromiso puesto en marcha por cada uno de los miembros, es así, que se entendía que comenzar a competir en espacios oficiales ayudaría a lograr mucha mayor motivación fue así que tras arduo trabajo y gestiones realizadas, en la cancha construida dentro del perímetro del Complejo Penitenciario III- Eldorado, se disputo un torneo oficial de Rugby, fue así que “LOS TOROS” se convirtieron en el primer equipo en contexto de encierro que participo de una competencia avalada por la Unión Argentina de Rugby (UAR).

RESULTADOS

Desde fines del año 2016 al 2023 se han notado grandes avances en la mayoría de nuestros ejes. En primer lugar, han reducido casi a la totalidad los hechos de violencia física para la resolución de los conflictos entre integrantes que conviven y son parte del mismo programa. Se está trabajando de manera sistemática en eliminar la violencia verbal.

Con respecto a la práctica del rugby, es un deporte que los detenidos valoran muchísimo, por la posibilidad que les da de mostrarse de una nueva manera ante la sociedad que anteriormente lo excluía. El rugby le ha permitido formar un equipo, y competir de modo formal contra otros clubes de la región. Esta posibilidad le brinda no solo a la Persona Privada de su Libertad, la oportunidad de incluirse mediante un deporte, sino que también a quienes no están Privados de su libertad de entender que la cárcel es un lugar de cambio y no de castigo.

De acuerdo a las capacitaciones, durante todos estos años “Los “Toros” (así se autodenominan quienes son parte del Programa Tackleando Muros), han participado de cursos de formación en el manejo de alimentos, costura y confección de ropa, construcción de bloques de cemento, poda y parquización, vivero, panadería, carpintería, herrería y soldadura, etc. En lo posible se trata de que estas capacitaciones no sean solo una herramienta para cuando recuperen su libertad, sino que también les permita sentirse útiles mediante el cumplimiento de su condena (proceso de ejecución de la pena), contribuyendo con quienes lo necesitan dentro y fuera de la cárcel.

En el ámbito educativo formal, tal es la importancia que se le ha dado a la escuela como requisito, que actualmente Los Toros, conforman el 60% de la matrícula educativa de todo el penal. Contamos con más de 20 egresados del nivel secundario y por la demanda existente, se logró incluir la Primer Carrera Terciaria en Contexto de Encierro algo histórico en la Provincia de Misiones, que consiste en la Tecnicatura Administrativa Contable, dictado por el Instituto Misionero de Estudios Superiores (IMES).

CONCLUSIONES

Entendemos que Tackleando Muros se inició como un Programa con el objetivo de generar oportunidades de inclusión a las Personas Privadas de su Libertad por medio de la práctica sistemática del rugby, compartiendo espacios con penitenciarios, y compitiendo formalmente con equipos de toda la región de Misiones. Pero actualmente nos vimos obligados de redireccionar nuestros objetivos y nuestra misión, creando nuevas metas entre voluntarios, directivos y trabajadores penitenciarios, teniendo en cuenta la palabra de los integrantes que están detenidos intentando resolver necesidades durante la ejecución de la pena y al recuperar la libertad. En tal sentido repensamos nuevas estrategias educativas, generando espacios de reflexión y de control emocional, buscando capacitaciones en oficios de impacto real y competencia deportiva para sentirse como sujetos activos de la comunidad a pesar de estar encerrados.

La cárcel también es una institución de la comunidad, una institución que promueve la educación como motor del cambio y no el castigo, una institución que necesita que esos muros que hacen de limite, se derriben simbólicamente, se “tackleen” para generar nuevas y mejores oportunidades para las personas, que tarde o temprano recuperaran su libertad y compartirán espacios comunes “afuera” con todos nosotros.

Entonces. ¿Cómo queremos que salgan esas personas hoy detenidas? ¿A qué institución queremos que entren aquellos que se equivocaron? Sin dudas queremos que salgan mejor de lo que entraron. Y hoy Tackleano Muros entiende que eso es una tarea de todos.

REFERÊNCIAS

Decidimos hacer referencia a las actividades de Tackleano Muros, citando diferentes fuentes periodísticas, en la cual podemos ver el impacto positivo de nuestro programa.

Primer Encuentro de Rugby en la historia de un Penal en la Provincia de Misiones (2016)

<https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2016/12/16/508856-tacklean-los-muros-hacia-la-libertad>

<https://www.primeraedicion.com.ar/nota/236772/tackleano-muros-cuando-el-deporte-devuelve-la-libertad/>

Contribución comunitaria (2018 – 2019 – 2020 – 2021)

<https://anguacurari.com.ar/los-toros-solidarios/>

<https://anguacurari.com.ar/internos-de-la-unidad-penal-de-eldorado-fabricaron-bancos-para-el-hospital-samic/>

<https://www.neahoy.com/2020/09/24/internos-del-penal-de-eldorado-armaron-sillas-de-ruedas-para-el-hospital-gardes/>

Inauguración de la Primer Cancha de Rugby en un Penal de Misiones (2019)

<https://economis.com.ar/la-fundacion-banco-macro-y-espartanos-inauguraron-una-nueva-cancha-de-rugby-en-misiones/>

<https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2019/11/22/644327-rugby-se-inaugura-la-cancha-de-los-toros-en-eldorado>

Convenios Unión de Rugby de Misiones, Ministerio de Gobierno, Comisión Nacional para la Prevención de la Tortura (2018 – 2021 – 2022)

<https://gobierno.misiones.gob.ar/promueven-la-reinsercion-social-internos-del-spp-traves-del-rugby/>

https://cnpt.gob.ar/2022/wp-content/uploads/2021/12/Convenio_CNPT_Tackleano_Muros-2021.pdf

<https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100592879/rugby-abran-cancha-a-los-toros/>

Primer Equipo de Rugby en participar de un torneo Oficial (2022)

<https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100594048/rugby-los-toros-tuvieron-un-gran-debut-en-el-torneo-de-desarrollo/>

<https://misionesonline.net/2022/08/14/rugby-los-toros-final-eldorado-4/>



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

Capacitaciones en Oficios (2020 -2023)

<https://canal12misiones.com/noticias-de-misiones/sociedad/en-eldorado-los-toros-comenzaron-un-taller-de-costura-para-realizar-su-propia-indumentaria-deportiva/>

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=671703930073754&id=143232856254200

Visitas y espacios reflexivos

<https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2021/09/01/718251-mucho-mas-que-rugby>

<https://www.youtube.com/watch?v=lpoUzF3C8c4>

<https://www.youtube.com/watch?v=lpoUzF3C8c4>

PRÁTICAS RESTAURATIVAS, PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA

Adriana Ribeiro Ferreira Rodrigues⁴

Claudete Aparecida de Campos Albuquerque⁵

Luciane Correa⁶

INTRODUÇÃO

A prevenção da violência e a mediação de conflitos na escola tem sido objeto de debates e estudos de diferentes autores, em diferentes áreas. As pesquisas da psicologia, do âmbito jurídico, das metodologias, da sociologia, da educação, procuram estabelecer causalidades e propor alternativas que previnam, mitiguem ou eliminem as violências na escola.

No entanto, apesar de muitos e valiosos trabalhos significativos que buscam soluções, não há uma resposta acabada e que abarque toda a complexidade que o tema encerra. A violência escolar é complexa e tem se agravado ao longo das últimas décadas. As discussões passam por abordagens que consideram apenas aspectos disciplinares para uma compreensão mais ampliada de que as causas da violência tem inúmeros fatores internos e externos, e que a desigualdade social a exclusão, o uso das redes sociais, os processos de constituição dos sujeitos e suas interações sociais e necessidade de pertencimento, entre outros fatores (CAMPOS, et al., 2016; CECCON, et al. 2009; CHRISPINO, 2007; CHRISPINO e CHRISPINO, 2008; GREGORY e EVANS, 2020; GROSSI, et al., 2009; MORRISON, 2006; MULLET e AMSTUTZ, 2012; OLIVEIRA, et al. 2017).

O ambiente escolar é essencialmente conflituoso. O conflito é inerente às relações humanas, se constitui como o “confronto entre os meus desejos e a realidade” (MULER, 2006, p. 25) e é um componente estrutural dos relacionamentos humanos. Na escola, os conflitos entre os alunos têm como principais causas “mal-entendidos; brigas; rivalidade entre grupos; discriminação; bullying; uso de espaços e bens; namoro; assédio sexual; perda ou dano de bens escolares” (MARTINEZ ZAMPA, 2005 apud CHRISPINO, 2007). Assim, não se trata de evitar conflitos, já que não é uma realidade possível nas relações humanas, mas sim media-los de forma positiva, pedagógica, como processos de formação humana e aprendizado

⁴ Colégio Borell du Vernay. E-mail: adriana.ferreira13@escola.pr.gov.br.

⁵ Colégio Borell du Vernay. E-mail: claudete.albuquerque@escola.pr.gov.br.

⁶ Colégio Borell du Vernay. E-mail: luciane.correa@escola.pr.gov.br.

das relações. Vale ressaltar que onde há conflito, não há necessariamente violência. Neste sentido, as práticas restaurativas, derivadas da Justiça Restaurativa se apresentam como abordagens potencialmente positivas para mediar conflitos e prevenir os desdobramentos violentos dos mesmos. Sejam violência física, psicológica, institucional, patrimonial., entre outras.

A Justiça Restaurativa como campo de atuação teve início na justiça criminal (EVANS E VAANDERING, 2018, P. 22) no início dos anos 1970 no Canadá e nos Estados Unidos. Howard Zehr (2008) usa a metáfora das lentes para dizer que a Justiça restaurativa é uma mudança de lentes por meio da qual deixamos de enxergar a violação de forma retributiva (que viola leis), para enxergá-la de forma restaurativa (que viola pessoas e relacionamentos): “O crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança, (p. 185)”.

A entrada dos princípios e práticas da Justiça Restaurativa na educação se deu um pouco mais tarde, no final dos anos 1990, como enfrentamento das consequências das políticas de tolerância zero nos Estados Unidos, associadas a uma mentalidade de erradicar o crime, que criaram uma linha direta escola-prisão. Tais políticas fracassaram e a Justiça Restaurativa ganhou espaço para lidar com as violências dentro das escolas e em outros espaços sociais.

No Brasil, a introdução da justiça restaurativa tanto no Sistema de Justiça como em algumas escolas piloto, ocorreu em 2005, a partir de projetos desenvolvidos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em São Caetano do Sul, em São Paulo (MARTINS, et al, 2017) sendo regulamentada no ano de 2016 com a Resolução nº 225/2016 do CNJ. No âmbito escolar, Justiça Restaurativa na Educação, conforme intitulada por Evans e Vaandering (2018, p. 16) é enunciada como “Facilitação de comunidades de aprendizado que nutrem a capacidade de se engajarem mutuamente e com seu ambiente, de modo a amparar e respeitar a dignidade e o valor inerentes a todos”.

Neste contexto e referenciais, no ano de 2016, indicada pelo setor Judiciário, uma escola pública de educação básica, do município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, com cerca de 1.600 alunos matriculados, marcada pelas expressões violentas dos conflitos, propõe a implementação de um projeto intitulado Escola Restaurativa. Tal projeto possui caráter preventivo, de reparação de danos, de encaminhamentos para a rede de proteção e da construção de relações humanas saudáveis. Tem como referenciais as metodologias e os

teóricos da Justiça Restaurativa dentre eles Howard Zehr (2008, 2012), visando prevenir a violência e mediar os conflitos de forma positiva. A proposta que tem foco as pessoas, suas relações, a interação com a comunidade, seus movimentos e suas organizações, disciplina como autodisciplina e autodomínio, visão de conflito como oportunidade de crescimento e mudança, é uma oportunidade de formação para o aprendizado de comportamentos sociais, superação da punição na direção da responsabilização e da restauração do equilíbrio rompido para a construção de relacionamentos saudáveis. (BORELL, 2016).

Os objetivos do projeto se caracterizam por: implementar práticas restaurativas na escola a fim de prevenir e solucionar conflitos, promover uma cultura de paz e formar comportamentos sociais saudáveis; diagnosticar as violências produzidas e reproduzidas no espaço escolar; promover atividades restaurativas como círculos, oficinas, palestras e outros eventos para a comunidade escolar; criar um ambiente seguro para que todos explorem e expressem os valores individuais e coletivos, desenvolvendo maior entendimento, motivação e responsabilidade em fazer escolhas positivas; participar dos círculos restaurativos a fim de desenvolver a capacidade de expressão, atitudes de respeito e escuta ativa; ensinar a respeito de vias não violentas para a resolução de conflitos.; superar a cultura punitivista e promover a responsabilização diante dos erros. Atuam como facilitadores os professores, funcionários e alunos capacitados da escola e facilitadores externos, voluntários de várias áreas.

De acordo com Sosa (2020), que discute as práticas restaurativas em escola argentinas, a Ética do Cuidado e a Pedagogia do Cuidado são os referencias que devem guiar a formação de uma cultura escolar restaurativa. A autora analisa o trabalho desenvolvido no colégio Nossa Senhora da Consolação, na província de Mendoza na Argentina. Os resultados apontam para convergências com os achados apontados pelos trabalhos brasileiros, ou seja, as práticas restaurativas ajudam a construir uma escola melhor sob diferentes aspectos.

O trabalho de dissertação de Correa (2022, p. 48) analisa e discute os registros em Atas escolares de duas escolas públicas da educação básica no período de 2015 a 2019 acerca das questões de gênero e violência, sendo uma das escolas analisadas, esta discutida neste trabalho. Ela aponta que dentre todos os registros identificados, 182 continham registros “específicos a respeito de questões gênero, violência contra as meninas, como também relacionados ao corpo e sexualidade. Esse conjunto de 182 Atas, foram classificadas em dois grupos: violências e comportamento.”

Outro trabalho (também desenvolvido nesta escola em questão) que analisa aspectos relacionadas à sexualidade por meio dos círculos restaurativos é o de Santos, Cogo, et al

(2021). As autoras investigam questões relativas aos corpos e a sexualidade por meio de “levantamento documental em registros de ocorrência realizados pela equipe pedagógica da escola a fim de identificar os discursos relacionados à corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar. Foram analisadas atas de 1º, 2º e 3ºs anos do Ensino Médio regular e profissionalizante, no período de 2016 a 2018.” Tais registros trazem “discursos que se referiam a corpo, relacionamento afetivo, afetividade e gravidez na adolescência, e [...] discursos não ditos acerca da responsabilidade paternal. Tais discursos produzem conflitos que na análise das autoras se evidenciam nos ditos ““corpo gordo”, “corpo puta”, “corpo assediado”, “corpo estranho” e “corpo ridicularizado/constrangido”.” As violências de gênero, a homofobia, o machismo, o racismo permeiam as relações violentas dentro da escola gerando danos graves nas relações e produzindo conflitos violentos.

Dentre distintas estratégias metodológicas, os círculos são os mais frequentemente utilizados. Denominado círculo restaurativo, círculo de construção de paz, círculos de relacionamento, o círculo é para Pranis (2011, p. 11) “um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças.” Num círculo, para além da organização geométrica circular das cadeiras, a responsabilidade de encontrar soluções para os problemas do grupo é compartilhada entre todos. Todo círculo pressupõe a figura de um facilitador, e cabe ao mesmo organizar e orientar o desenvolvimento do círculo, de forma a criar um espaço seguro de fala e de escuta, a fim de despertar nos participantes uma conexão profunda e um diálogo honesto. Círculos como práticas restaurativas, favorecem a convivência saudável e a formação socioemocional dos sujeitos, assim como o cuidado mútuo e o respeito.

OBJETIVOS

- Discutir os referencias da Justiça Restaurativa na educação;
- Apresentar a implementação do Projeto Escola Restaurativa em uma escola pública do Paraná;
- Apresentar os índices associados à prevenção da violência e melhoria da convivência alcançados em função da implementação das práticas restaurativas;
- Discutir os desafios e as possibilidades relacionados às práticas restaurativas no âmbito escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho se estrutura com base na implementação de práticas restaurativas na escola, voltada para toda a comunidade escolar. As distintas práticas, como círculos de construção de paz, círculos de relacionamentos, círculos de aprendizado, círculos de conflitos, encaminhamentos para a Rede de Proteção Social compõem o fazer restaurativo dentro da escola. Tais práticas foram desenvolvidas sob duas perspectivas: de forma sistemática por meio dos círculos e nas relações cotidianas e encaminhamentos dos conflitos.

Com base nos princípios da Justiça Restaurativa, o percurso de implementação passa pela identificação dos conflitos e das violências por meio da sensibilização de professores, alunos e funcionários para que voltem um olhar atento uns para os outros; diagnóstico das violências na escola; encaminhamentos formais e de registros internos na escola a fim de sistematizar as informações acerca dos conflitos que precisam de mediação e quais os encaminhamentos mais pertinentes para cada caso; encaminhamentos para a rede de proteção social básica conforme a necessidade de cada caso; envolvimento da comunidade escolar nas práticas restaurativas por meio de chamamento de pais e responsáveis, assim como professores, funcionários e alunos; realização de Círculos Restaurativos, de relacionamento, de conflito, de aprendizado com alunos e alunas, professores e professoras, funcionários e funcionárias, pais e responsáveis, pautados em valores e necessidades, conforme as especificidades de cada grupo; definição de tempos e espaços de diálogo e formação para o planejamento e execução das atividades como círculos, oficinas, palestras, atividades culturais, entre outras. Tais propostas foram implementadas ao longo de cada ano letivo, desde o ano de 2016. Apesar de cada ano letivo representar vários recomeços, em função da rotatividade de pessoas que compõem a comunidade escolar, muitos resultados foram bastante significativos.

RESULTADOS

Os resultados quantitativos e qualitativos aqui demonstrados referem-se a dois períodos (2016 e 2017, 2021 e 2022). Nos anos de 2018 e 2019 as práticas restaurativas continuaram a ser implementadas, porém, não serão apresentados aqui os resultados quantitativos, apenas qualitativos. Os números, os depoimentos, as observações do cotidiano escolar, a organização das rotinas na escola aponta para resultados positivos derivados das práticas restaurativas.

Desde 2016 até o presente já foram realizados cerca de 300 círculos que contemplaram alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis. A média de participantes de cada círculo é de 30 a 40 pessoas. Em questionário respondido por alunos e alunas aparece um percentual significativo de aprovação dos círculos e solicitação de novos círculos com maior frequência.

A observação das reações dos participantes durante os círculos, revela como uma regra geral que os sentimentos iniciais relatados são em geral raiva, preguiça, tédio, sono, confusão, preocupação, decepção, felicidade, fome, ansiedade, curiosidade, entre outros. E os sentimentos expressos pelos participantes ao final dos círculos são: contentamento, alívio, esperança, otimismo, sossego, esperança, compreensão, aprendizado e tranquilidade, entre outros. É nítido que tal participação possibilita vivenciar sentimentos positivos, conhecer a si mesmo e ao outro.

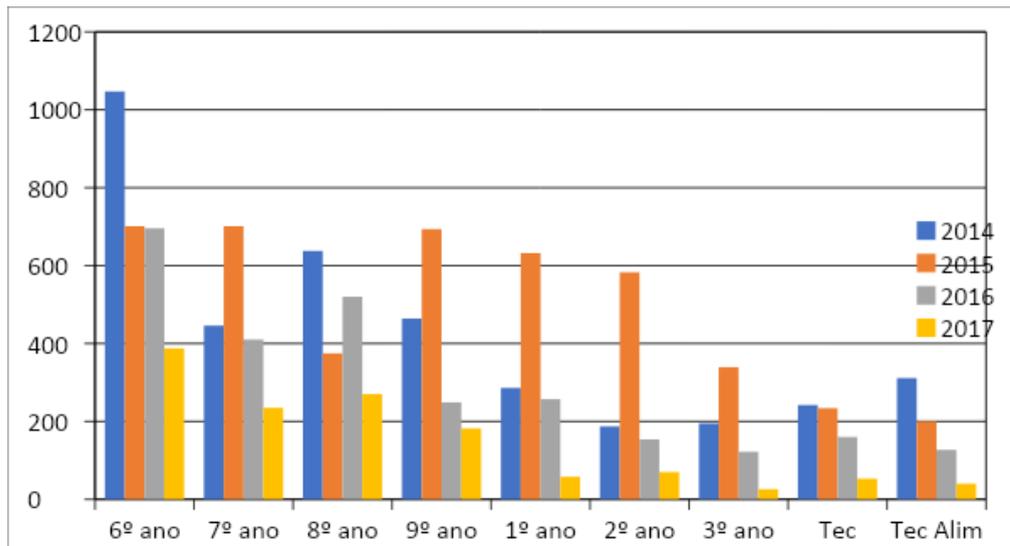
A comparação dos números de registros de atas do período anterior à implementação das práticas restaurativas e nos dois anos seguintes à implementação revelam uma queda significativa nos registros conforme mostra o Quadro 1 e Gráfico 1.

Quadro 1 – Números comparativos dos registros de Atas de 2014 a 2017

Turma	Nº de atas no ano de 2014	Nº de atas no ano de 2015	Nº de atas no ano de 2016	Nº de atas no ano de 2017 até junho.
6º ano	1047	701	696	388
7º ano	446 (parcial)	701	410	235
8º ano	638	375 (parcial)	520	270
9º ano	464	694 (parcial)	249	182
1º ano	286	632	257	58
2º ano	187	583	154	70
3º ano	195	339	122	26
Técnico em Química	242	234	160	53
Técnico em alimentos	311	200	127	40

Fonte: Borell (2017)

Gráfico 1 – Média global do número de registro de atas dos anos 2014 a 2017



Fonte: Borell (2017)

Observamos no gráfico, que conforme a implementação do projeto avança, os registros diminuem. Os números de 2014 e 2015 infelizmente marcam a violência presente dentro de uma escola que se torna estigmatizada por isso e os alunos e alunas não contam com qualquer forma de orientação e apoio para a resolução não violenta dos seus conflitos. Vale ressaltar que nem todo registro refere-se a casos de desdobramentos violentos de conflitos, mas estes representam um número significativo dos mesmos.

Durante a pandemia, o período de atividades remotas, o afastamento de alunos, professores e funcionários da escola provocou o distanciamento das reações, do senso de pertença, da capacidade de convivência. Assim, desde o retorno das atividades presenciais, os conflitos e as violências se fizeram presentes novamente. Este contexto exigiu um recomeço. Um novo diagnóstico, já que nesse período muitos sujeitos que compõem a comunidade escolar mudaram, alunos que se formaram e novos alunos que ingressaram na escola e não tinham conhecimento da Escola Restaurativa.

No período de julho de 2021 (data do retorno das atividades presenciais) até agosto de 2022 houve um aumento no número de registro de ocorrências de violências entre os alunos. Neste período, de um total de 1.180 (um mil cento e oitenta) registros referentes à todas as séries, do sexto ao nono ano do ensino fundamental e do primeiro ao quarto ano do ensino médio e técnico profissional, 185 (cento e oitenta e cinco) deles referem-se a algum tipo de conflito ou violência. Os motivos mais comuns são bullying, namoros, roubos, agressão

verbal, disputas por liderança, entre outros. Esses registros não representam a totalidade, pois não foram identificados os conflitos presentes em todos eles.

Assim, em função dos números que já vinham sendo observados desde 2021, o grupo de facilitadores propõe um mutirão de círculos a fim de apresentar a metodologia a todos os novos alunos. Os resultados apontam novamente para um significativo índice de aprovação das atividades circulares, melhoras nas relações entre alunos em sala de aula, solicitação de novos círculos pelos próprios alunos. Em questionário respondido pelos alunos quanto aos círculos, ao serem solicitados a expressar suas percepções a respeito dos mesmos, 84,2% dos respondentes afirmam que gostaram muito de participar, que são importantes para conhecerem-se uns aos outros e que é um espaço importante para falar e ouvir. Ao serem questionados quanto à efetividade dos círculos para ajudar a prevenir a violência, 47,4% dos alunos concordam que a participação nos círculos podem ser úteis para prevenir a violência. Tais resultados que corroboram com aqueles apresentados no trabalho de Rodrigues e Albuquerque (2017) no qual são analisados os significados dos discursos produzidos por 203 alunos e alunas entrevistados que representaram uma amostra dos participantes das práticas restaurativas desenvolvidas no contexto da escola. Os resultados “apontam para um conjunto de representações positivas e claramente afetadas pela inserção nas práticas restaurativas que questionam e ferramentam os participantes a mudar a perspectiva de olhar para os conflitos e as relações interpessoais.” Os alunos e alunas participantes desta pesquisa evocam palavras como alegria, respeito, escuta ativa, compreensão, atenção para se referir aos significados dos círculos no cotidiano da escola.

As práticas restaurativas oportunizam a tomada de consciência e a construção da autonomia para a transformação da realidade. Os conflitos continuam presentes nas relações cotidianas, porém, o que se modifica é a forma de ver os mesmos, e a busca pelos próprios alunos e alunas de vias não violentas para a superação de tais conflitos. O diálogo, a expressão autêntica e a escuta passam a compor o repertório que embasa suas relações na escola. E isso tem impactos grandiosos nesse complexo e multiverso espaço que é a escola.

CONCLUSÕES

A hipótese de que as práticas restaurativas têm o potencial de transformar a violência dentro da escola se confirma, à medida que observamos a diminuição dos desdobramentos violentos dos conflitos vivenciados dentro da escola, um aumento na capacidade dos sujeitos que passaram pelos círculos de relacionamento de gerir os conflitos e aprender com os

mesmos. A busca dos alunos e alunas por soluções alternativas para os conflitos que vivenciam, diminuição no acionamento da patrulha escolar para atendimento e registro de casos de ato infracional.

As dificuldades enfrentadas ao longo do processo são de várias ordens. Resistência à adesão principalmente por parte de professores. Rigidez na organização do trabalho docente e na rotina e carga horária da escola o que dificulta a criação de tempos e espaços para a realização de círculos, descontinuidade do processo em função da saída de facilitadores capacitados da escola e conseqüente redução dos números de pessoas disponíveis para as práticas.

Certamente há muito por construir, mas tais conquistas são pistas significativas de que devemos insistir. Tampouco pensamos que essa abordagem é a panaceia para as dificuldades enfrentadas no contexto escolar. Porém, a utopia de uma escola mais justa, segura e de paz é um porvir que pode ser conquistado com um trabalho colaborativo, com pequenos e perseverantes passos. O projeto permanece em permanente processo de execução, sendo constantemente revisto, aperfeiçoado, reorganizado e alimentado com a esperança de uma coletividade que anseia por uma escola melhor. Seguimos aprendendo no fazer restaurativo.

REFERÊNCIAS

BARONI, Mariana Custódio de Souza. Justiça restaurativa na escola: trabalhando as relações sociomorais. 2011. 176 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/92263>.

BORELL. Projeto Escola Restaurativa do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay. Ponta Grossa, 2016.

BORELL. Relatório do Projeto Escola Restaurativa do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay. Ponta Grossa, 2017.

CAMPOS, P.; TORRES, A.; Guimarães, S. Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, América do Norte, 122 07 2016. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/2291/1102>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CASTRO, Denilson Barbosa de; MARTINS, Paulo Fernando de Melo. Correlações entre a justiça restaurativa e a comunicação não violenta com a educação. **Revista Esmat**. ANO 7 – Nº 9 jan. à jun. 2015 Pág. 107 – 142. Disponível em: http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/42/53.

CECCON, Cláudia, et al. **Conflitos na escola: modos de transformar**. São Paulo: CECIP, 2009. 208 p.

CHRISPINO, Alvaro e CHRISPINO, Raquel S. P. A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 9-30, jan./mar. 2008.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

CORREA, L. **As práticas circulares como possibilidade para o debate de gênero, corpo e sexualidade nas aulas de História**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

GREGORY, A., & EVANS, K.R. **The Starts and Stumbles of Restorative Justice in Education: Where Do We Go from Here?** Boulder, CO: National Education Policy Center. 2020. Disponível em <<http://nepc.colorado.edu/publication/restorative-justice> > Acesso em 19/06/2022.

GROSSI, Patrícia Krieger, et al. Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção de uma cultura de paz. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 497-510, set./dez. 2009.

MARTINS, P. F. DE M.; MARQUES, J. F.; GUIMARÃES, H. M. EDUCAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA: OS DESAFIOS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR. **REVISTA ESMAT**, v. 8, n. 11, p. 11-28, 20 fev. 2017.

MORRISON, B. Justiça restaurativa nas escolas. In: VITTO, R. C. P.; SLAKMON, C.; MULLER, Jean-Marie. **Não-violência na educação**. Tradução de Tânia Von Acker. São Paulo: Palas Athena, 2006.

MULLET, J. H.; AMSTUTZ, L. S. **Disciplina restaurativa para escolas**. São Paulo, SP: Palas Athena, 2012.

MULLER, Jean-Marie. **Não Violência na Educação**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo. Palas Athena, 2006.

OLIVEIRA, Cleide E. de; et al Violência escolar no Brasil: desafios em curso na educação do século XXI. **Atas CIAIQ2017**. 2017. Disponível em: Visualização de Violência Escolar No Brasil: Desafios Em Curso Na Educação Do Século XXI (ciaiq.org). Acesso em: 19 jun. 2022.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

SANTOS, A., COGO, I., et al. Gênero, corpos e sexualidades na escola: um olhar para os conflitos registrados em atas de ocorrência. Atas do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **XIII ENPEC**, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV_155_MD1_SA109_ID129_26072021220113.pdf.

SOSA, D. C. Práticas restaurativas em las escuelas argentinas. In: ORTH, G. M. N; GRAF. P. M. (Org.). **Sulear a justiça restaurativa**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

PREVENCIÓN DEL EMBARAZO ADOLESCENTE NO INTENCIONAL E DE LA VIOLENCIA/ABUSO SEXUAL DESDE UN ABORDAJE INTERSECTORIAL

Abg. Sonia Elena Escauriza Chirife⁷

INTRODUCCION

Como resultado del diagnóstico nacional e internacional sobre la situación del embarazo adolescente en la región del Cono Sur y en Paraguay, en el año 2018 se elaboró un proyecto para prevenir el embarazo adolescente no intencional y el abuso sexual desde un abordaje intersectorial. Se sumaron esfuerzos desde el Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, el Ministerio de la Niñez y la Adolescencia, el Ministerio de Educación y Ciencias y el Ministerio de Empleo y Seguridad Social con el apoyo técnico del Fondo de Población de Naciones Unidas para elaborar dicha iniciativa. Se gestionaron fondos del

⁷ Ministerio de Educación y Cultura. Email: dgppdna@mec.gov.py.

Gobierno de la India para que apoyara con recursos por el periodo de tres años, agosto del año 2019 hasta septiembre del año 2022.

Se conformó la estructura de gobernanza del proyecto cuyo Junta Directiva fue constituida por los Ministros de los cuatro Ministerios mencionados, quienes nombraron sus representantes para el Equipo Técnico Interinstitucional (ETI) como instancia de toma de decisiones técnicas y operativas.

OBJETIVOS

Geral: Contribuir a la reducción del embarazo en niñas y adolescentes menores de 19 años, con énfasis en la prevención y un enfoque en la violencia y el abuso sexual.

Específicos

1. Fortalecer la oferta y la demanda de servicios integrales de salud para adolescentes, acorde al modelo y normas vigentes, a estándares de calidad, con enfoque de derechos, de género e interculturalidad; incluyendo la oferta de atención y de métodos anticonceptivos.
2. Mejorar el acceso a información y educación de niñas, niños, adolescentes, familias y comunidades sobre prevención del embarazo adolescente y abuso/violencia sexual.
3. Optimizar la respuesta y seguimiento interinstitucional en los casos de abuso y violencia hacia niñas y adolescentes; y niñas y adolescentes con hijas/hijos.
4. Mejorar las capacidades de respuestas, gerenciamiento y articulación de las instituciones del Estado garante de derechos de niñas, niños y adolescentes.

El proyecto se desarrolló en dos ámbitos:

- **Ámbito de prevención**, el que incluyo dos líneas estratégicas, la primera: el acceso a la información y a la educación para el desarrollo de habilidades para la vida, y segunda: el modelo de atención integral, amigable y de calidad para las personas adolescentes de 10 a 19 años implementados en todos los niveles de atención del sistema público de salud del distrito de Caaguazú.
- **Ámbito de atención y protección** cuya línea estratégica se refiere a la detección y seguimiento de niñas en riesgo de abuso sexual y embarazo.

Prevención

Protección



Material y Métodos

El método de trabajo fue desarrollado en el marco de las siguientes actividades:

- Gerenciamiento del proyecto: Gerenciamiento del proyecto liderado por Equipo Interinstitucional integrado por las instituciones del gobierno y el UNFPA.

RESULTADOS

Desarrollo e implementación de campaña comunicacional utilizando redes sociales y radios comunitarias sobre prevención de embarazo adolescente y abuso sexual.

- Educación a familias y comunidad para la prevención del embarazo adolescente y del abuso/violencia sexual.
- Fortalecimiento de la oferta de servicios de salud integrales, de calidad y amigables a adolescentes de 10 a 19 años en los servicios públicos seleccionados acorde al modelo de atención vigente, incluida la orientación y oferta anticonceptiva.
- Detección y acompañamiento integral a niñas y adolescentes víctimas de abuso sexual y a niñas y adolescentes embarazadas/o con hijos (incluye oferta de pruebas para VIH/sífilis y profilaxis para VIH y otras ITS, oferta de PAE, atención integral, apoyo psicológico y acompañamiento de trabajador/a social, activación del sistema de protección).

- Generación de evidencia.

RESULTADOS OBTENIDOS

1. Impacto en la disminución del embarazo adolescente. La evaluación del Plan Nacional de Salud Adolescente 2016 - 2021 indica que “El embarazo en la adolescencia ha disminuido en los últimos años. Como dato equivalente a embarazos se toma el número de nacidos vivos. En la tabla siguiente se puede observar esta evolución. Se hace la salvedad que los datos del año 2021 son provisorios.

RECIÉN NACIDOS SEGÚN EDAD DE LA MADRE, VARIACIÓN ENTRE 2015 Y 2021				
Grupo Etario	año 2015	año 2020 (*)	Año 2021 (*)	% Variación
10 a 14 años	672	496	493	-26,64%
15 a 19 años	19.863	13.381	13049	-34,30%
10 a 19 años	20.535	13.877	13542	-34,05%

Fuente: DIGIES – MSPyBS. (*) Datos preliminares.

La disminución de los embarazos ha sido proporcionalmente mayor en las adolescentes de 15 a 19 años. Esto puede deberse a que en esta edad la capacidad de evitar el embarazo no intencional es mayor que en las niñas, en las cuales el embarazo es resultado del abuso sexual. Por otro lado, la disminución del embarazo en la edad de 10 a 14 años ha sido también importante y pudiera deberse a que los embarazos de esas edades son cada vez más motivo de denuncia ante las autoridades”.

En el Departamento de Caaguazú, al comparar el registro de nacidos vivos del 2017 con lo registrado en el 2020 se registra una reducción del 18,6 % en niñas y adolescentes entre 10 y 14 años y una reducción del 26,9% en el grupo de adolescentes de 15 a 19 años (Fuente: MSPYBS).

2. Consolidación del modelo de gobernanza interinstitucional y de gestión de políticas públicas a nivel central a través del Equipo Técnico Intersectorial (ETI).

Este equipo está integrado por personas representativas y con poder de decisión de los Ministerios de la Niñez y la Adolescencia, Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, Ministerio de Educación y Ciencias y Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. La metodología y el alcance del trabajo de este equipo fue más allá de coordinar la implementación del proyecto pues ampliaron la llegada en terreno de las políticas públicas para la niñez y adolescencia, lo que ha permitido identificar las brechas y proponer acciones para superarlas.

3. Capacidad técnica y estratégica para adaptar la modalidad de implementación de las acciones para garantizar el avance hacia los logros en contextos desfavorables.

La pandemia no frenó la implementación de la iniciativa. El ETI identificó junto al equipo local, alternativas para continuar con las acciones en terreno respetando las medidas sanitarias aplicadas y, además, contribuyendo a la respuesta a la pandemia, sumando a los temas de las capacitaciones, la socialización de las medidas de prevención y manejo de casos a los temas.

4. Instalación del primer modelo de gobernanza local de las políticas de Niñez y Adolescencia. Inicialmente, se tenía planeado la conformación de un equipo técnico interinstitucional local con referentes de los 4 ministerios que integran el ETI. Sin embargo, los actores locales se comprometieron y fueron más allá.

Conformaron una Mesa local de Protección del distrito de Caaguazú, la cual se reúne de forma periódica y analiza los nudos críticos para la implementación de las políticas públicas, así como, prioriza las acciones más relevantes para la prevención del abuso sexual y la atención de niñas, niños y adolescentes sobrevivientes. La mesa está conformada por referentes del Programa Abrazo del Ministerio de la Niñez y la Adolescencia, del Hospital Distrital del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, la Dirección de Niñez de la Gobernación, la Consejería Municipal de los derechos del niño, niña (CODENI) y adolescente de la Municipalidad, el Ministerio de la Defensa Pública, la Unidad especializada de hechos punibles contra niños, niñas y adolescente del Ministerio Público, la Dirección Departamental de Educación dependiente del Ministerio de Educación y Ciencias, la Policía Nacional, y las organizaciones de la sociedad civil

5. Instalación del diálogo intercultural con las comunidades indígenas Mbya guaraní del distrito de Caaguazú impulsado inicialmente por el ETI, y luego, por la Mesa de protección. Uno de los resultados de este proceso, con el resultado del diálogo intercultural, es la modificación de una norma consuetudinaria sobre el inicio de las relaciones sexuales de las niñas y adolescentes. Los líderes y lideresas se comprometieron a retrasar la edad de iniciación sexual, culturalmente aceptada por los mbya guaraní, que era en tanto tenían la menarca (10 a 13 años de edad). Acordaron esperar a que las niñas tengan 15 años.

6. La campaña comunicacional **Ñañangareko**, se destaca el modelo de gestión para la creación y la aprobación de los materiales de difusión de la campaña con un flujograma

establecido y respetado por los cuatro Ministerios involucrados, logrando una implementación coordinada y sincronizada en las redes de los 4 ministerios y del UNFPA.

En el mes de agosto de 2020 se realizó el lanzamiento virtual y se transmitió en vivo el lanzamiento de la campaña comunicacional con la participación de autoridades de los cuatro ministerios y el cónsul de la India.

Mediante el plan de posteo durante la ejecución del proyecto, junto a la difusión de la presentación del material educativo MIRAME, se logró dar una importante visibilidad a las acciones del proyecto, alcanzando un total 8.364.173 interacciones en las redes sociales de UNFPA e instituciones participantes. Las acciones que dieron mayor visibilidad en la prensa como la presentación de la historieta MIRAME, entrevistas en TV y radio La elaboración y difusión de historias de vida como la “Historia de vida de Tomasa”, persona de personal de Salud del Centro de Salud Yacare-i como ejemplo de superación personal y compromiso con la salud de la comunidad y la de Freddy Aquino, licenciado en enfermería que presta sus servicios en la USF Kambay de la comunidad indígena que lleva el mismo nombre, ambos del Distrito de Caaguazú, Las historias fueron publicadas en la web local del UNFPA en Paraguay El proyecto ha logrado visibilidad internacional al ser seleccionado entre los 5 mejores proyectos de ALC para participar en el evento internacional Das Race en su primera edición, resultado de partnership between Banco Azteca and UNFPA México, the regional and digital e-sports platform Azteca Sports will co-stream the show with narration in Spanish and the participation of local and regional influencers through their Twitch channel.

7. Con relación a la educación para el bienestar integral de niños, niñas y adolescentes y sus familias, fuera de las escuelas. Para el desarrollo de la metodología se partió del diagnóstico. Se decidió desarrollar el Programa de Educación para el bienestar integral de niños, niñas y adolescente y sus familias fuera de la escuela, debido a la fuerte oposición y ataques de grupos anti derechos que impidieron hasta la fecha incluir estos temas en el programa en el sistema educativo formal. Como estrategia, se decidió iniciar el trabajo con las familias, tomando en cuenta lo siguiente:

Acorde al marco jurídico del país, las familias, junto al Estado y a las comunidades, tienen la obligación de proteger a NNAA contra el abuso sexual.

La necesidad de contar con aliados estratégicos en las familias y en las comunidades, creando una masa crítica de personas que abogue y promueva la expansión de esta metodología, partiendo del entendimiento del impacto de su aplicación y de la erradicación de los mitos en torno a la misma.

Dado que más del 80% de los casos de abuso sexual se dan en el entorno familiar, trabajar con las familias para desnaturalizar el abuso sexual, y transferirles las herramientas para que puedan cumplir su rol de garantes de derechos de niñas, niños y adolescentes.

No dejar a nadie atrás, a pesar de la pandemia. Con la metodología de Contame Siempre, implementada a través de plataformas virtuales del sistema educativo formal. Además de las campañas de educación con cuentos sobre prevención del abuso sexual y del concurso de **TIK TOK**, se llegó a 547.776 adolescentes en Caaguazú y 15.000 docentes a nivel nacional, en tiempos de pandemia y medidas sanitarias que impedían las actividades presenciales.

Innovación en el abordaje educativo. Se elaboraron materiales didácticos de apoyo, considerando los aspectos culturales, la diversidad de público meta, y la necesidad de una llegada amigable con temas duros como abuso y violencia sexual. Entre estos materiales se destacan la Historieta **MIRAME** y el juego **RECUERDOS DE INFANCIA** aprobados por los cuatro Ministerios.

Esto permite que los Recursos Humanos capacitados en el Programa de educación para el bienestar integral de niños, niñas y adolescentes y sus familias, dispongan de materiales específicos para trabajar con adolescentes y sus familias, tanto de contextos urbanos como rurales.

Sostenibilidad de la metodología, dejando capacidad instalada. Adicionalmente, a los 30 facilitadores/facilitadoras se capacitaron 70 funcionarios de los cuatro Ministerios tanto del nivel central como del distrito de Caaguazú. Estos facilitadores, ya han transferido el contenido de **MIRAME** y **RECUERDOS DE INFANCIA**, a 87 familias del distrito de Caaguazú y de Coronel Oviedo, referentes de asociaciones de padres y madres de instituciones educativas de Caaguazú, y del Programa Abrazo a través de cuatro talleres de aplicación de la metodología por parte de facilitadores formados.

Se elaboraron, además, otros materiales didácticos tales como “De dónde vienen los bebés”, “Peligro” que están en proceso de análisis de los equipos técnicos y de las autoridades de los Ministerios.

Otras acciones educativas relevantes. Con relación al trabajo con adolescentes, se desaca la inserción de la educación para la prevención de violencia sexual. Se desarrollaron talleres de prevención de la violencia sexual y de protección a las víctimas con 139

adolescentes dirigentes estudiantiles de todas las instituciones educativas del distrito de Caaguazú, 420 docentes y supervisores.

Otro tema abordado, es la prevención de la violencia telemática, para lo cual, se capacitó a adolescentes, docentes y familias y como cierre de este proceso, se realizó un concurso audiovisual juvenil que tuvo como finalidad fomentar la creatividad de adolescentes, utilizando las herramientas que dispone la plataforma de red social Tik Tok, para promover el derecho a vivir una vida libre de violencia, a la prevención del abuso sexual y a desarrollar la capacidad de defender sus derechos y emitir opiniones en caso de vulneración de los mismos, para que gocen de igualdad de oportunidades y estén libres de toda forma de discriminación. En el acto de cierre y premiación de ambos certámenes el 2 de diciembre de 2021 participaron autoridades del Ministerio de Educación y Ciencias, de la Consejería Municipal, CODENI, Gobernación, Ministerio de la Defensa Pública Ministerio de la Niñez y la Adolescencia, Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, Ministerio de Trabajo y Empleo y UNFPA.

Apoyo a la construcción de proyectos de vida. Se produjeron y entregaron 3.650 kit para egresados de nivel medio, que comprendía un certificado de reconocimiento, un obsequio y un listado de oportunidades de estudios.

8. En el ámbito de los servicios de salud adolescente.

Mejoras en la infraestructura. Se destacan:

La refacción de los consultorios adolescentes del hospital distrital de Caaguazú, de las Unidades de Salud Familiar de Guayaki kua y Potrero Guayaki El 100 % de los consultorios de adolescentes de los servicios de salud de Caaguazú están equipados con la instalación de mobiliario, ventiladores y equipos de aire acondicionados, así como de equipos informáticos.

El 100% de los consultorios de adolescentes están dotados con instrumentales médicos.

Adquisición de modelos anatómicos para la capacitación práctica de recursos humanos en salud entregados el 50% a la Dirección de Salud Sexual y Reproductiva del Ministerio de Salud y Bienestar Social.

El armado y entrega de 315 kits de dignidad para niños, niñas y adolescentes víctimas de abuso.

Fortalecimiento de la capacidad de atención y respuesta. Entrenamiento de RRHH, en total a 748 personas quienes fueron capacitados en el Protocolo de atención a víctimas de violencia, atención a adolescentes y sus familias con la libreta de salud adolescente, en la actualización de normas Prenatal y de Planificación Familiar y el escalamiento de DIU y en la metodología para abordar la temática de educación para el bienestar con adolescentes y sus familias. Con relación a la capacitación de recursos humanos en instrumentales médicos y ofertas de anticonceptivos y consejería para adolescentes, se llegó al 100 % de profesionales en Caaguazú. Se obtuvieron y utilizaron 200 cupos de matrículas en convenio con la universidad de Antioquia, Colombia para la capacitación del personal de salud.

Primera Ruta de Intervención Interinstitucional de Atención Integral del Abuso Sexual hacia Niños, Niñas y Adolescentes fue aprobada por el Consejo Nacional de Niñez y Adolescencia.

El plan piloto desarrollado y validado en el marco de este proyecto, sirvió de base para el documento final de la Ruta de intervención interinstitucional de atención integral del abuso sexual hacia niños, niñas y adolescentes aprobado por el Consejo Nacional de Niñez y Adolescencia por Resolución 04/2021 de fecha 21 de diciembre 2021 que deberá ser implementado a nivel nacional.

Primera mesa interinstitucional local. Experiencia inédita en el país, que significa, la coordinación de las instituciones del sistema administrativo (dependientes del poder ejecutivo) y el sistema jurisdiccional (poder judicial y fiscalía) y las organizaciones de la sociedad civil. Se dio seguimiento al fortalecimiento de la Mesa de Protección de derechos de la niñez y adolescencia como la instancia de articulación y respuesta a los casos de abuso sexual ocurridos en el distrito, así como, la identificación de estrategias para mejorar la atención integral de las víctimas. Esta experiencia se constituyó en ejemplo para la implementación de mecanismos de gestión similares en otras localidades del país.

Con base a esta experiencia se han conformado las mesas de Asunción y Central.

Con relación a la atención a las víctimas de abuso sexual, hay que destacar, que si bien, deben ser atendidas en las primeras 72 horas de producido el abuso, la mayoría de las niñas, niños y adolescentes víctimas, llegan al sistema de protección cuando el hecho ocurrió hacia semanas o meses. Sin embargo, se ha insistido en que las víctimas deben ser atendidas inmediatamente de haberse tomado conocimiento del hecho.

Se realizaron reuniones con 420 supervisores y docentes del Departamento de Caaguazú con relación a las situaciones de abuso sexual y acoso en las escuelas: intercambio sobre los protocolos del Ministerio de Educación y Ciencias MEC y la Ruta interinstitucional de atención a víctimas de abuso sexual Consejería Municipal por los Derechos del Niño, la Niña y el Adolescente fortalecida. Se ha apoyado al Municipio en el fortalecimiento de la CODENI, (Consejería Municipal por los Derechos del Niño, la Niña y el Adolescente) tanto en el aspecto técnico como logístico.

CONCLUSIONES

Las políticas públicas vigentes, incorporan acciones basadas en evidencia que cuando implementadas de forma articulada, bajo una coordinación interinstitucional en todos los niveles impacta positivamente en acelerar el avance hacia las metas propuestas, de forma más eficiente, evitando superposición de esfuerzos.

El compromiso de las máximas autoridades con la temática hizo posible esta sinergia cuyos resultados están a la vista.

A mediano y largo plazo, dando cumplimiento a lo establecido en el marco jurídico del país y considerando que, aún no se ha alcanzado la reducción propuesta de las cifras de abuso sexual y de embarazo adolescente no intencional en las políticas y planes, persiste la necesidad de expandir la estrategia y dar respuesta efectiva a los nudos críticos identificados durante la implementación de la estrategia en Caaguazú, para lo que se requiere formalizar esta iniciativa a través de un Programa Nacional, con asignación de recursos financieros del Estado para hacerla sostenible y poder escalarla a nivel nacional.

REFERENCIAS

1. Constitución Nacional de la República del Paraguay, 1992

- ✓ Art. 54 reconoce los derechos de niñas, niños y adolescentes, los establece como prioritarios y asegura para ellos y ellas los mismos derechos y garantías constitucionales que para las demás personas.
- ✓ Art. 90 establece la protección del trabajo adolescente
- ✓ Art. 21 la privación de libertad en forma separada entre adolescentes
- ✓ Art. 90 la protección contra la violencia.

1.1. Ley No. 57/90 Aprueba y ratifica la Convención Internacional de Derechos del Niño de 1989
4.3 Ley No. 1680/01 Código de la Niñez y la Adolescencia

- ✓ Art. 8 Derecho a la familia
- ✓ Art. 9 De la protección de las personas por nacer
- ✓ Art. 13 Derecho a la salud
- ✓ Art. 14 Derecho a la salud sexual y reproductiva
- ✓ Art. 16 Derecho a la protección contra sustancias dañinas, tabaco y bebidas alcohólicas
- ✓ Art. 18 Derecho a la identidad
- ✓ Art. 20 Derecho a la educación
- ✓ Art. 22 Necesidades educativas especiales
- ✓ Art. 24 Derecho a la cultura y al deporte
- ✓ Art. 25 Derecho a ser protegidos contra toda forma de explotación
- ✓ Art. 26 Derecho de petición
- ✓ Art. 29 Prohibición de publicación
- ✓ Art. 31 Prohibición de utilización en el comercio sexual
- ✓ Art 71 inc. e/74 Derecho a ser representados
- ✓ Art 84, 85, 86 Derecho a la protección de sus bienes

1.2 Otras leyes de protección

- ✓ Ley N° 234/93 Que aprueba el convenio N° 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes, adoptado durante la 76ª. Conferencia internacional del trabajo, celebrada en Ginebra el 7 de junio de 1989
- ✓ Ley N° 1657 Aprueba el convenio N° 182 y la recomendación sobre la prohibición de las peores formas de trabajo infantil y la acción inmediata para su eliminación.
- ✓ Ley 1160/97 Código Penal y su modificatoria N° 3440/08
- ✓ Ley 1600/00 Ley contra la violencia doméstica e intrafamiliar
- ✓ Ley 1264/98 Ley General de Educación
- ✓ Ley 904/81 Estatuto Indígena
- ✓ Ley 978/96 Ley de Migraciones

- ✓ Ley 4295/11 que establece el procedimiento especial para el tratamiento del maltrato infantil en la jurisdicción especializada
- ✓ Ley 4698/12 De Garantía Nutricional en la Primera Infancia
- ✓ Ley 4788/12 Integral Contra la Trata de Personas
- ✓ Ley 4633/12 Contra el acoso escolar
- ✓ Ley 4621/12 Nacional de Vacunas
- ✓ Ley 3540/08 Ratificación de la Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad y su Protocolo facultativo.
- ✓ Ley 3452/08 Que aprueba la Convención internacional sobre los derechos de los trabajadores migratorios y sus familiares
- ✓ Ley 5.136/15 Ley de educación inclusiva Art 34 Medidas de protección y apoyo

SALA TEMÁTICA SAÚDE

RESUMOS EXPANDIDOS

ABORDAJE CON SOBREVIVIENTES DE ABUSO SEXUAL

Natalia Sabrina Pino Roldan⁸

INTRODUCCIÓN

El abuso sexual es un evento disruptivo de alto potencial traumatogénico, de lo más difícil de procesar. Se da en todos los niveles sociales, económicos, culturales.

Los abusadores en su mayoría (80%) son familiares o amigos de la familia, niños, niñas y adolescentes sufren este flagelo por parte de quienes deberían recibir cuidado y protección.

⁸ Ministerio de Gobierno de Misiones. Especialista en Políticas Públicas de niñez y familia. Miembro del Instituto de Estudio e Investigación en Psicología Jurídica y Derechos Humanos, perteneciente a la Red Latinoamericana de Estudio e Investigación de Derechos Humanos y humanitarios. Miembro de la Red Federal FORUM Infancias, Misiones. Especialista Em Políticas públicas de Niñez y familia. Especialista en Salud Mental. Profesora Universitaria. He presentado trabajos Académicos sobre estas temáticas en Argentina, España y México. Hace 14 años ejerzo la profesión de Psicóloga y ayudo a personas víctimas de violencia familiar y abuso sexual. Co escritora libro: “Ecos del horror”. Email: nataliapinoroldan@yahoo.com.ar.

Es la peor de las violencias ya que suele ocurrir en la intimidad, generalmente sin testigos, muchas veces no deja marcas físicas que lo comprueben y genera un impacto emocional por lo que la víctima en muchos casos se paraliza y es sometida de manera silenciosa por parte de su agresor. El silencio generalizado es una marca clave en relación al abuso sexual intrafamiliar.

Los secretos familiares son potentes, especialmente cuando lastiman, lo que está prohibido decirse se expresa corporalmente, con síntomas y/o enfermedades. Como psicólogos/os poder escuchar permite operar sobre el rechazo, el silencio, la vergüenza.

Cuando se rompe el secreto se comparte la carga, la persona ya no está sola en el mundo ante la atrocidad que le acontece. Lo que le sucede de niñas/os muchas veces no tiene nombre, no se sabe explicar, “es algo raro”, “no sé cómo se dice” “no sé cómo explicarlo”, son las frases que oímos en sesión.

Hay dolores que se guardan muchos años, hay dolores que nunca encontraron una escucha compasiva, que nunca se compartieron, y que nunca se aliviaron. La disociación traumática se puede dar en personas que sufrieron violencia temprana, la disociación como una estrategia de supervivencia, para poder mantener una realidad paralela. Adentro hay peligro, pero afuera también, porque no puedo contarlo.

Generalmente nos encontramos con personas con amnesia, una parte de su vida que no pueden recordar, una narrativa desafectivizada, como si eso le hubiese sucedido a otra persona. Es importante poder advertir pequeñas señales que dejamos pasar y no consideramos importante, cambios bruscos en la conducta de una persona, el retraimiento, el aislamiento, la pérdida del placer por cosas que antes disfrutaba, la tristeza. En estos casos, es fundamental poder acompañar, ofrecer una ayuda, permitir que la carga de un profundo dolor sea compartida, y habilitar la palabra, poder hablar del sufrimiento que se atraviesa, reconstruir esa historia y construir herramientas para afrontar un presente, lleno de recuerdos hostiles.

¿Cómo logramos generar este espacio seguro para que la/el paciente pueda poner en palabras las violencias vividas?

Las/os terapeutas debemos otorgar lo que posiblemente aún no se le otorgó: una escucha precisa, compasiva y activa. **Escucha precisa:** hay que conocer los procesos y acompañar a ponerles nombre, a poder comprenderlos y explicarlos.

Quienes sufren abusos sexuales no encuentran palabras para expresar lo que sienten, tampoco saben cuándo dejarán de sentirlo.

Una paciente en su primera sesión, manifestaba tener un inmenso descontento con su vida por algo que no sabía cómo se llamaba, por lo tanto, no podía explicármelo y jamás iba comprenderlo. Ni siquiera sabía que era abuso lo que había vivido, tenía una inmensa confusión y un dolor que no encontraba palabras. **Escucha compasiva:** la compasión no es lástima desde un lugar pasivo, la compasión es la comprensión del dolor del otro/a que nos impulsa a aliviarlo.

No se puede ni por un segundo minimizar o poner en duda un relato de dolor, aunque sea confuso, impreciso y absolutamente desafectivizado.

El abuso sexual es una violencia con un alto monto de intensidad para la psiquis, por lo tanto, muchas veces, se produce un quiebre entre mente, cuerpo y emociones, escuchamos relatos cargados de dolor, con un tono de voz neutro, a veces incluso aparece la risa, como si estuvieran contando la historia de alguien más, porque de otra manera no podrían siquiera recordarlo.

Escucha activa: el rol profesional en los casos de violencia no se limita al encuentro semanal con el/la paciente, nuestra escucha muchas veces va acompañada de diferentes acciones. Mas allá de la obligación de denunciar que tenemos cuando trabajamos con niños y niñas, al trabajar y acompañar el develamiento de adolescentes y adultos, se producen diferentes instancias en las que es necesario sostener a través de la palabra, hasta el próximo encuentro.

Se suceden situaciones como la notificación de la justicia de que el agresor debe revincularse con el hijo de quien abuso, el abogado/a que decidió dejar el caso, la adolescente que se animó a contarle a su familia lo que vivió de chica, el agresor sexual que salió en libertad condicional, todos estos hechos forman parte de la vida de los/las pacientes que atendemos y genera un impacto profundo.

CONCLUSIONES

Hay dolores que se guardan muchos años, hay dolores que nunca encontraron una escucha compasiva, que nunca se compartieron, y que nunca se aliviaron. Dolores que se ocultaron como un pacto familiar, para hacer de cuenta que no sucedió, pero sí pasó.

El develamiento del secreto no es un momento, no es un instante, es un proceso, en ese proceso muchas veces no se encuentran las palabras: asco, pudor y vergüenza aparecen como inicio de las veladuras. Cuando se logra hablar, se inicia una cadena de sucesos que difiere en cada contexto familiar, pero la mayor de las veces aparece el miedo, la ansiedad, la desprotección y el rechazo, lo que hace que el entorno comience a dudar, antes de proteger.

El develamiento además estalla en cada familia como un volcán en erupción. Se produce un caos, nada queda igual después del develamiento, y la familia no siempre acompaña de la mejor manera, es entonces, cuando muchas veces las víctimas además de atravesar el dolor de poner en palabras los abusos vividos, deben enfrentar el rechazo de quienes se espera apoyo, y de repente, una se siente más sola que nunca, en el peor momento de su vida.

La (de) velación muchas veces es tardía, pero siempre necesaria. Como especialistas poder escuchar permite operar sobre el rechazo y la vergüenza que se produce luego de un episodio tan demoledor.

REFERENCIAS

Altavilla Diana (2019). Suicidio y autolesiones. Ricardo Vergara editores., Buenos Aires, Argentina.

Benyakar, Moty (2003). Lo Disruptivo: amenazas individuales y colectivas: el psiquismo ante guerras, terrorismo y catástrofes sociales. Editorial Biblos.

Freedman, Diego (2006) “Funciones normativas del interés superior del niño”, Revista “Mas Derecho”, Buenos Aires, Di Placido, N° 4.

Freud, Sigmund, “Lo siniestro”, 1919, Obras completas Vol. V. • Garaventa Jorge (2008). Universidad de Palermo. Asociación argentina de prevención del suicidio. IV encuentro nacional universitario sobre prevención del suicidio. "Abuso sexual infantil y procesos autodestructivos"

Giberti, Eva (2005) “La familia apesar de todo”. Buenos Aires, Argentina. Editorial Novedades Educativas.

Giberti, Eva (2011) Femicidios en Argentina. Aportes y análisis de la sacralización popular de un femicidio serial: el caso Barreda. Congreso universitario Internacional Géneros,

Feminismos y Diversidades. Universidad Nacional de Costa Rica. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Estudios de la mujer.

Giberti, Eva (2011) “Prácticas para asistir y defender a niños, niñas y adolescentes”. Buenos Aires, Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación.

Giberti, E., Garaventa, J., Lamberti, S. (2005). Vulnerabilidad, desvalimiento y maltrato infantil en las organizaciones familiares. Buenos Aires: Noveduc.

González Contro, Mónica (2006) “Paternalismo justificado y derechos del niño”, Revista “Isonomía”, México, N° 25, págs. 101/136.

Ley 26.061 “Sistemas de Protección Integral de Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes” y decretos reglamentarios 415/06 y 416/06.

Rozanski, C. (2003). Abuso sexual infantil, ¿denunciar o silenciar? Buenos Aires: Ediciones B.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUICÍDIO: O FATOR PROTETIVO EM SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE

Alessandra Elisa Gromowski⁹

Luana de Oliveira¹⁰

INTRODUÇÃO

⁹ Secretaria de Estado da Saúde/SESA PR; alessandra.elisa@sesa.pr.gov.br.

¹⁰ Universidade Estadual Paulista; luana.oliveira89@unesp.br.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) considera o suicídio um problema de saúde de escala global, com cerca de 800 mil mortes por ano (equivalente a uma morte a cada 40 segundos), e que mata mais que guerras e homicídios. Esses dados já representam a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, atrás apenas de acidentes de trânsito.

A visão que se tem hoje acerca do suicídio é de um fenômeno multifacetado, que possui inúmeras determinações, não podendo resumir o ato a um único evento ou aspecto da vida do indivíduo (NUNES e SANTOS, 2017), afetando todas as classes sociais, idades, profissões, fazendo com que os órgãos ligados à saúde como a OMS (2019) e o Ministério da Saúde do Brasil (2019) considerem-no como algo possível de ser prevenido, ou seja, os fatores de risco que aumentam a possibilidade de um planejamento de auto extermínio podem ser prevenidos.

Existem critérios para a redução dos riscos de suicídio, sendo dois os principais fatores de risco à morte auto provocada: 1- tentativa prévia de suicídio, ou seja, as estimativas contam que uma pessoa que já tentou se matar tem de cinco a seis vezes mais chances de tentar novamente; e 2- transtorno mental, que pode nunca ter sido diagnosticado, bem como negligenciado e/ou tratado de forma inadequada. Há ainda outros fatores de risco que predis põe ao suicídio, como a vivência de sentimentos de desesperança e impulsividade, presente muitas vezes em adolescentes e jovens; o que corrobora com outro fator de risco, a faixa etária de 15 a 29 anos, visto essa ser uma fase comum de crises relacionadas a conflitos familiares, escolha profissional, relacionamentos afetivos, abuso de substâncias psicoativas, entre outros.

Não é algo incomum sentir vontade de dar fim à própria vida, pois experimentamos o sofrimento de maneiras singulares, sendo as tentativas de suicídios sempre formas de pedir ajuda (CASSORLA, 2019). Este autor ainda coloca que muitos de nossos comportamentos podem apresentar componentes suicidas de forma inconsciente, como o uso de substâncias nocivas ao nosso corpo, a exposição ao risco e o desenvolvimento de doenças; ou de forma consciente, por meio de comportamentos autodestrutivos, como é o caso da automutilação. A psicanálise explora uma visão sobre o suicida buscar morrer, não necessariamente acabando com sua vida, mas sim matando uma parte nele que deve ir para que algo possa renascer, uma morte simbólica (CATTAPAN, 2012; COUTINHO, 2010).

O ato suicida apresenta um pedido de ajuda e uma resposta ao meio que lhe causa dor, entretanto, o sujeito que tenta o suicídio pode não dar resposta à pergunta “por que?”, não conseguindo colocar em palavras suas motivações, visto seus conteúdos inconscientes que ainda não podem ser acessados, gerando aos que estão ao redor, família, amigos e profissionais de saúde, sentimentos de incapacidade e desamparo (CASSORLA, 2019).

Em seus escritos, Freud (1910) estabeleceu um raciocínio com relação ao suicídio, o autor se questionou como o ‘eu’ poderia pender a autodestruição, renunciando a autopreservação e indicou a melancolia como caminho para entender tal ação de autoextermínio bem como seus componentes patológicos:

(...) desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima a ponto de encontrar expressão e autorecriminação e autoenvilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. (Freud, 1917, p. 250)

O sujeito que comete um ato suicida busca dizer algo, como traz Lacan (1967-1968, p. 93), “o ato é, por sua própria dimensão, um dizer. Um ato diz algo”. Podemos pensar então que o suicídio trata-se de uma ação a qual não foi possível ser expressa por meio do simbólico, por meio da fala, uma dor que não pode ser significada de outra forma pelo sujeito, logo os atos servem à fuga da angústia.

No que se refere a prevenção do ato suicida, o Ministério da Saúde (2006) dispõe sobre diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, assinalando já naquele período, o número crescente de mortes autoprovocadas na população jovem; e apontando a responsabilidade das instituições de ensino por meio de cuidados como a promoção, prevenção, tratamento e recuperação com acesso a diferentes modalidades.

O público jovem é o que majoritariamente ocupa o ambiente universitário, sendo que este ambiente pode ser percebido como hostil por uma parcela dos estudantes, recém saídos de casa, residindo longe de suas famílias, e com dificuldade no estabelecimento de novos vínculos. A universidade por vezes mostra-se palco de uma intensa competitividade entre os personagens envolvidos (por nota, popularidade, inteligência, etc.) trazendo aos indivíduos que não alcançam o prestígio almejado sentimentos negativos, percebendo o processo de ensino-aprendizagem como um fracasso, que pode ser real ou imaginário (CASSORLA, 2019).

Considerando o suicídio como a segunda causa de morte em jovens de 15 a 29 anos no mundo e a terceira no Brasil, bem como a possibilidade de as universidades transformarem-se em locais de fatores protetivos em saúde mental, é que este estudo tem por objetivo promover reflexões acerca das possibilidades da psicanálise na clínica-escola de psicologia das instituições de Ensino Superior, contribuindo na prevenção do suicídio.

MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa que se baseia, como descrito por Rother (2007), em uma análise de literatura que busca descrever e discutir determinado assunto, possuindo ênfase nas atualizações sobre o tema proposto. Neste caso, os conteúdos pesquisados foram acerca do fenômeno do suicídio e demais referências que firmassem um paralelo com o ambiente universitário. Para tal, recorreremos às obras psicanalíticas, de Freud, Lacan e autores contemporâneos.

A teoria que embasa este estudo é o constructo teórico da psicanálise, que segundo Freud (1923, p. 253) é “um procedimento para a investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo”, sendo uma teoria e um método de pesquisa sobre a experiência humana por meio da oferta da escuta ao sujeito que sofre. Por isso entendemos que a teoria abarca a intenção proposta neste trabalho de promover reflexões sobre o suicídio, e apontar possibilidades de intervenção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os seres humanos são os únicos seres a terem a consciência da própria finitude, porém utilizamos de mecanismos de defesa para não lidar permanentemente com a possibilidade da extinção de nossa vida, o que faz com que vivamos, na maior parte do tempo, como se fôssemos imortais. Mas essa consciência vem à tona em momentos de crise, em que a partir disso se torna impossível continuar vivendo da mesma forma, fazendo-nos reavaliar a vida, levando a uma necessidade de ressignificação da forma que se vive. Por conta disso, o suicídio pode aparecer como alternativa, pois encerra a vida vivida até então. Logo, o suicida não desejaria morrer, mas sim, viver uma nova vida.

A morte foi e é alvo de teorias e estudos ao longo da história, abordada pelas religiões, cientistas e filósofos, que buscam contemplar os sentidos da existência e da finitude, esperando delinear uma representação da morte. E especialmente quando se trata da morte

por suicídio, vemos essa representação atrelada a um significado de fracasso/derrota. A respeito disso, podemos pensar que muitos terapeutas e também se sentem angustiados ao tratar de um paciente que fala sobre morte e seu desejo de morrer, por isso o trabalho do analista em sua análise é essencial.

A clínica-escola configura-se como um local possível de abertura à escuta no que se refere aos transtornos mentais e também ao suicídio, pois de acordo com o Caderno de Orientações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado do Paraná, elaborado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2015, p. 09), este é um “espaço de exercício das práticas profissionais, tendo por objetivo desenvolver e aplicar habilidades e competências promovidas no decorrer do curso”, permitindo uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão e se configurando como um local potente para a criação de estratégias de intervenção. A intenção dos atendimentos é que ocorram por procura espontânea do jovem que vive algum sofrimento e visualiza a possibilidade de acolhimento e escuta na clínica-escola, que por sua vez realiza a triagem e encaminha o estudante para atendimento clínico realizado por um estudante da área da psicologia, podendo ser da graduação ou pós-graduação.

Todo o processo é gratuito e visa fortalecer os estudantes atendidos, bem como a convergência entre teoria e prática dos terapeutas apoiados pela supervisão de docentes. Os sofrimentos vividos pelos jovens nesta fase da vida, podem advir das diversas escolhas que são experimentadas, como selecionar o curso superior, que pode não corresponder ao idealizado, ou pelas ansiedades e incertezas do final da graduação e início da vida profissional; que aliadas às pressões advindas externamente (família, amigos e docentes) e internamente (baixa tolerância a frustração, autoestima abalada e insegurança) contribuem para o adoecimento desses jovens, com aparecimento de inibições e sintomas diversos, dificultando ainda mais a capacidade de resolução de conflitos.

A psicanálise não trata o sujeito pelo viés da dicotomia normal *versus* anormal, e se tratando de juventude certo grau de instabilidade é esperado, sem que isso seja considerado patológico, pois a psicanálise leva em consideração a dinâmica psíquica aprofundando o olhar na singularidade, não negativando sintomas que possam acometer o sujeito (CATTAPAN, 2012). Baseado nisto, este autor reflete sobre como a simples remissão dos sintomas não equivale necessariamente a uma garantia de preservar a vida do indivíduo.

Então, muitas vezes ao tentar tamponar os sintomas que propiciam ao sujeito falar a respeito, sendo de grande valia para a análise, calamos a possibilidade de uma resignificação.

Por isso que a escuta analítica, como descreve Coutinho (2010), mostra-se como um dispositivo na detecção da tendência suicida, em que por meio de sua angústia mostrará as intenções de cometer tal ato. É por meio da linguagem, da fala, que o desamparo pode vir à tona e ser resignificado, pela associação livre com a implicação do sujeito em falar sobre seu sintoma e para tanto a clínica-escola mostra-se como um local adequado para este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos apontamentos do Ministério da Saúde (2006) sobre a responsabilidade social na identificação dos determinantes e condicionantes do suicídio, bem como a elaboração dos meios de prevenção, que podem ser realizados pelas Universidades, é que reforçamos o objetivo de promover a clínica-escola de psicologia como local de acompanhamento e tratamento dentro da universidade e que, com a escuta ofertada por universitários e para universitários, possa favorecer o vínculo terapêutico.

O estudante que busca ajuda e relata seu sofrimento psíquico, muitas vezes trazendo indícios de ideação suicida, faz um pedido de ajuda, e a escuta deve ser acolhedora e sem a necessidade em encaixar o sujeito em algum diagnóstico (aliviando uma ansiedade do próprio terapeuta em nomear aquilo que cabe ao próprio sujeito), por isso, a clínica-escola de psicologia oportuniza a escuta qualificada por meio de profissionais em formação apoiada nos docentes, que em conjunto podem avaliar as melhores condutas.

Ressaltamos a importância da identificação de sinais clínicos que apontem para possíveis tentativas de suicídio, destacando a relevância de protocolos e dados epidemiológicos para a elaboração de políticas públicas que visam a promoção da saúde mental e vislumbramos a universidade como campo ideal para elaboração de pesquisas científicas na área da saúde mental. Desta forma, enxergamos a potência da clínica-escola como um fator preventivo e protetivo no que se refere à promoção da saúde mental no meio acadêmico, entendendo que podemos alcançar uma redução nos números de tentativas e mortes por suicídio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº. 1876 do Ministério da Saúde**, 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**. Volume 50, n.15, julho 2019. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2019. *Versão Online*. ISSN 9352-7864.

CASSORLA, R. M. S. **Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Blucher. 2019. ISBN-13 978-8521212508.

CATTAPAN, P. **Moralização do suicídio?** *In*: Revista Iluminart. Ano IV, n.9 Nov/2012. 182-194p. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Caderno de orientações aos serviços-escola de psicologia do Estado do Paraná**. Organização: Claudia Cibele Bitdinger Cobalchini, et al. 1. Ed. – Curitiba: Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2015.

COUTINHO, A. H. S. de A. **Suicídio e laço social**. *In*: Reverso, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p.61-69, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952010000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 ago. 2020.

FREUD, S. (1917). **Luto e melancolia**. *In*: A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916) p. 249-263. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1923). **Dois verbetes de enciclopédia**. *In*: Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

LACAN, J. O seminário, livro 15: **O Ato Psicanalítico**. Obra original publicada em 1967-1968. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

NUNES, L. E. G.; SANTOS, L. A. **Possibilidades da psicanálise frente aos sujeitos que chegam aos hospitais após uma tentativa de suicídio**. *In*: Pretextos, Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 2, n. 4, jul./dez. 2017. *Versão Online*. ISSN 2448-0738.

ROTHER, E. T. Editorial. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. *In*: Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

WHO. World Health Organization. **Suicide in the world: Global Health Estimates**. 2019. *Online*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em 10 ago. 2020.

VIOLÊNCIA E SAÚDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PREVENÇÃO EM ARTICULAÇÃO

Marcos Claudio Signorelli¹¹

INTRODUÇÃO

As violências física, sexual, psicológica e econômica praticadas contra mulheres impactam negativamente em sua saúde e também de seus filhos (Guruge, 2012; World Health Organization (WHO), 2012). As consequências da violência para as mulheres incluem lesões físicas, dores crônicas, incapacidades, depressão, ansiedade, sinais gastrointestinais e ginecológicos (Campbell, 2002; Semahegn & Mengistie, 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que uma em três mulheres vive, viveu ou viverá situações de violência, principalmente dentro de casa (violência doméstica-VD) e praticada por seus cônjuges, parceiros, namorados ou ex, denominada nestes casos de “violência por parceiro íntimo” (VPI) (WHO, 2013, 2021). O Brasil se destaca negativamente no cenário global, pois está entre os países que apresentam as maiores taxas de feminicídio do mundo (Waiselfisz, 2015), crime geralmente precedido por episódios repetidos de VPI (Zara & Gino, 2018). No Brasil, as estimativas de prevalência mais recentes apontam que a VPI sofrida por mulheres adultas (18-59 anos) nos últimos 12 meses é de 7,6%, sendo as tipologias mais prevalentes a verbal, psicológica e física (Signorelli et al., 2022). Muitas dessas mulheres em situação de VD procuram os serviços de saúde pública ou da rede intersetorial (segurança pública, assistência social, judiciário), mas nem sempre os(as) profissionais que compõem essas redes estão preparados para atender suas necessidades de cuidado (Kiss et al., 2012; Petersen et al., 2004; Wright et al., 2021).

Considerando a necessidade de estratégias de prevenção da violência contra mulheres (VCM) e ao mesmo tempo esses desafios no campo da saúde e em articulação com a rede intersetorial, foi proposto este trabalho. O mesmo visa abordar um pouco dos desafios e potencialidades de estratégias de prevenção que articulam a saúde pública, com ênfase no papel da APS enquanto porta de entrada do sistema, e sua interlocução com a rede intersetorial de apoio especializado.

¹¹ Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Paraná; signorelli.marcos@gmail.com.

OBJETIVOS

Este artigo objetiva realizar uma descrição e análise crítica de uma proposta integrada de pesquisa-ação participativa (PAP) focada na prevenção da VD contra mulheres, que vem sendo desenvolvida em interlocução entre ações no SUS, com ênfase na APS, e em um equipamento de referência especializada da rede intersetorial, denominada Casa da Mulher Brasileira (CMB).

MÉTODOS

Esta pesquisa se baseia em abordagens qualitativas (Liamputtong, 2013), adotando pressupostos da PAP e incluindo as partes interessadas e atores locais em todas as etapas do estudo (Liamputtong, 2013; Thiollent, 2011). O cenário de pesquisa inclui dois locais: a CMB-Curitiba e a rede de APS do SUS de Paranaguá-PR. A pesquisa vem sendo conduzida desde o 1º semestre de 2018, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas (Pareceres 3.897.966 e 4.433.836). Em ambos os locais trabalham profissionais, os quais denominamos de profissionais especializados em violência (CMB-Curitiba) e profissionais generalistas (APS-SUS), que compõem o principal grupo de participantes deste estudo, juntamente com mulheres em situação de violência atendidas na CMB-Curitiba. Todos(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que o estudo segue rigorosamente as diretrizes da Organização Mundial da Saúde para pesquisas com mulheres em situação de violência (WHO, 2001).

A coleta de dados combina técnicas qualitativas e quantitativas, com predomínio das qualitativas, incluindo: observação participante, anotações no diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e grupos focais (GF), todos conduzidos seguindo os pressupostos de Liamputtong (2013) para pesquisas qualitativas em saúde. As técnicas quantitativas são mais pontuais e consistem na quantificação de atendimentos prestados às vítimas de violência, dados demográficos, tipologia das violências e também na aplicação das escalas de avaliação de violência traduzidas e adaptadas pelo nosso grupo para a realidade brasileira. Para a tradução e adaptação transcultural desses instrumentos, adotamos o protocolo de (Rocha et al., 2021), que inclui as etapas: tradução duplo-cega, retrotradução, análise por comitês de especialistas, entrevistas cognitivas com atores-chave (vítimas e profissionais que as atendem) e etapas intermediárias de discussão e reconciliação, até resultar nas versões finais dos instrumentos.

A análise final foi baseada em uma abordagem de triangulação (Minayo et al., 2005; Santos et al., 2020), incluindo: a) triangulação de locais onde os dados foram coletados - APS-SUS e CMB-Curitiba; b) triangulação de métodos de coleta de dados - observação participante, notas de campo, entrevistas semiestruturadas e GF; c) triangulação de participantes – profissionais, gestores(as) e sobreviventes; e d) triangulação teórica e interdisciplinar - análise composta por estudos e pesquisadores de saúde coletiva, direitos humanos e ciências sociais e humanas.

RESULTADOS

1. Análise dos desafios e potencialidades da APS do SUS e da CMB

A triangulação revelou as práticas e desafios atuais da APS; a necessidade de capacitação em VD; e a necessidade de suporte dos sistemas de VD. Em relação às práticas atuais da APS: as equipes entendem a VD como um problema de saúde pública enraizado pelas assimetrias de gênero perpetradas por parceiros e demais familiares e que atinge tanto mulheres, crianças e adolescentes, portanto as intervenções devem incidir sobre esses atores-chave; Trabalhadores da APS conhecem os casos de VD em seus territórios e, apesar de seus recursos limitados, fazem esforços para apoiar as vítimas; profissionais especializadas da CMB percebem nos ambientes da APS um grande potencial para cuidar de sobreviventes de VD e prevenir VD se a equipe da APS estiver devidamente treinada para intervir; A equipe da APS também se sente insegura sobre como abordar os casos de VD e deseja se qualificar para isso. Os principais desafios que surgiram para intervir foram: as relações entre VD e álcool e drogas ilícitas, que precisam ser abordadas; problemas de saúde mental de vítimas e agressores que necessitam de cuidados especializados e contínuos; a segurança dos funcionários da APS, que atuam nas comunidades e estão expostos aos agressores; dificuldades no preenchimento da ficha de notificação de violência e na compreensão do papel da rede intersetorial, o que impede os encaminhamentos; e os efeitos catastróficos da pandemia de COVID-19, que teve um impacto significativo nas famílias, agravando a situação dos mais vulneráveis. Um programa ideal de capacitação para atenção à VD na APS brasileira precisa contemplar: a) mulheres, crianças e adolescentes; b) explicar todos os tipos de violência e perpetrados por diferentes membros da família; c) questões de gênero e as recentes leis de VD para proteger os mais vulneráveis; d) as associações de VD com álcool e drogas; e) questões de saúde mental; f) o papel crítico dos trabalhadores da APS no cuidado

às sobreviventes de VD e como abordá-las, incluindo escuta qualificada e “acolhimento”; g) como funciona a rede intersetorial; h) a obrigatoriedade da notificação de violência e como proceder; i) o empoderamento das mulheres e a autonomia econômica; j) planejamento familiar e métodos contraceptivos; k) como os profissionais de saúde podem garantir sua própria segurança.

Quanto aos formatos mais adequados para capacitação sobre VD: a) presencial, com casos práticos para estimular o debate, dramatização e outras dinâmicas para engajar os participantes; b) realizado no horário de trabalho para maior adesão e dividido em vários dias para não sobrecarregar os participantes com um tema pesado; c) para alguns funcionários (por exemplo, gestores, médicos), o treinamento online pode ser uma opção, considerando sua agenda lotada e mais autonomia para o aprendizado autoguiado. Por fim, foi destacado o suporte do sistema de VD, devendo atender a algumas necessidades para o sucesso: a) disponibilizar uma sala privativa em cada Unidade Básica de Saúde (UBS) para atendimento adequado, garantindo privacidade; b) estabelecer um “líder campeão” em cada UBS para ser um profissional de referência em VD para o restante da equipe, dando suporte às sobreviventes e informações para a equipe da APS; c) criar um protocolo intersetorial integrado de atenção à VD, incluindo VD contra mulheres e crianças, à semelhança do que já existe para a violência sexual; d) integrar a CMB à rede de APS, especialmente para o acompanhamento de casos da CMB na APS; e) fortalecer os encaminhamentos da CMB, que oferece apenas uma resposta de primeira linha, para serviços especializados em saúde mental (“Centros de Apoio Psicossocial” - CAPS), para usuários com necessidades de saúde mental.

Já a CMB-Curitiba é uma das sete CMB inauguradas pelo governo brasileiro para responder à VCM nacionalmente. A CMB-Curitiba oferece atendimento público 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo serviços de saúde e jurídico, apoio psicossocial, delegacia especializada de atendimento à mulher, instituto médico legal, Patrulha Maria da Penha, juizado especial, abrigo temporário e apoio financeiro (Signorelli et al., 2022). Entre 2016 e 2020, a CMB-Curitiba tem prestado serviços abrangentes a mais de 50.000 usuários (Almeida et al., 2020). Suas maiores potências são a integração de todos esses serviços em um único local, enquanto os maiores desafios são a falta de um follow-up das mulheres atendidas, assim como a falta de integração com os demais pontos da rede, especialmente com a APS e o território.

2. Tradução e adaptação transcultural de instrumentos de identificação de violência e avaliação do risco de feminicídio

A partir da execução de todas as etapas do protocolo de (Rocha et al., 2021), apresentamos dois instrumentos ao público brasileiro: a) Danger Assessment (DA), uma escala de 20 questões que avalia o risco de feminicídio. Criada originalmente nos Estados Unidos (Campbell et al., 2009) e traduzida em múltiplos idiomas (Manders et al., 2021). Desenvolvemos em nosso grupo um estudo piloto, aplicando a DA à uma amostra de mulheres atendidas na CMB-Curitiba (Evans et al., 2021), e encontramos que a DA é um instrumento de grande valia para as mulheres brasileiras, pois se reconhecem em muitos dos itens da escala; b) Composite Abuse Scale (CAS), originalmente criada na Austrália (Hegarty et al., 1999), adaptada para 9 línguas, e agora para o português brasileiro (da Rocha et al., 2022); possui 30 itens que mensuram frequência, severidade e tipologia da violência, classificando entre violência física, emocional, severa combinada e assédio; também foi pilotada com mulheres da CMB.

3. Desenvolvimento do aplicativo “Eu-Decido” para apoiar decisões e planejamento de segurança das sobreviventes

O terceiro eixo para prevenção da VCM, mais especificamente à VPI, refere-se ao desenvolvimento de um aplicativo móvel (Eu Decido) para apoio à tomada da decisão (de permanecer ou largar um relacionamento abusivo) e também ajuda para traçar um planejamento de segurança. A proposta é baseada em estudos internacionais, que deram origem ao myPlan App no Estados Unidos (Glass et al., 2021), posteriormente adaptado para Austrália (Hegarty et al., 2019), Canadá (Ford-Gilboe et al., 2020), Nova Zelândia (Koziol-McLain et al., 2018) e Quênia (Decker et al., 2020). A partir de um estudo de viabilidade desenvolvido na CMB-Curitiba (Signorelli et al., 2022) estamos desenvolvendo um aplicativo sob medida para as mulheres brasileiras. A versão protótipo do app foi recentemente apresentada na Conferência Global de Violência Contra Mulheres no México (Set/2022) e algumas das adaptações necessárias à versão brasileira incluem: a legislação brasileira, como informações sobre a Lei Maria da Penha e suas tipificações e também sobre como proceder com divórcio, guarda dos filhos, etc.; informações dos serviços da rede intersetorial, caso a usuária queira buscar atendimento presencial em algum ponto da rede; informações sobre benefícios sociais que podem ser acessados em caso de VPI; assim como

as versões traduzidas das escalas DA e CAS, que ajudam a mulher a avaliar sua situação, para que possa tomar decisões informadas.

CONCLUSÕES

Cada eixo destaca como resultados: 1) a importância da capacitação de profissionais da APS para o cuidado das vítimas de VD, assim como múltiplos serviços interdisciplinares de cuidado à VCM reunidos em um só local; por outro lado, configuram-se como desafios o “como” promover a capacitação profissional no SUS e também a descontinuidade do cuidado que é observada junto à CMB; 2) as versões em português brasileiro da Composite Abuse Scale (CAS-Brasil) e Danger Assessment

(DA-Brasil) foram concluídas, publicadas em periódicos e disponibilizadas para utilização junto à CMB, aos serviços do SUS e podem ser utilizadas por toda rede intersetorial; 3) um protótipo do app “EU-DECIDO” foi desenvolvido a partir de análise de viabilidade e está sendo testado pelas usuárias da CMB, visando adaptá-lo às necessidades das mulheres brasileiras.

Como qualquer trabalho acadêmico o estudo apresentou limitações, como por exemplo, a realização da pesquisa em apenas uma CMB e no SUS de apenas um município, o que pode não permitir a generalização dos resultados para outras realidades. A condução do estudo durante o auge da pandemia de COVID-19 foi outra limitação, pois limitou o número de interações, entrevistas e participantes nos grupos focais.

Por fim, destaca-se que A PAP vem demonstrando ser de muita potência para implementação de estratégias preventivas na área de violência de gênero. Pesquisar com atores sociais envolvidos(as), colaborativamente, permite a definição das prioridades de pesquisa e ações, congregando as perspectivas da academia, profissionais e mulheres. Nas próximas etapas pretendemos testar o EU-DECIDO por meio de uma avaliação pré pós na CMB, assim como realizar uma turma piloto do curso de capacitação sobre VD com profissionais do SUS.

REFERÊNCIAS

Almeida, J., Rocha, R., Signorelli, M., Silva, V., Prado, S., & Evans, D. (2020). The House of the Brazilian Woman: impacts of a cross-sectoral public health policy for abused women. *European Journal of Public Health*.
<https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa166.945>

- Campbell, J. C. (2002). Health consequences of intimate partner violence. *Lancet*, 359(9314), 1331–1336. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)08336-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)08336-8)
- Campbell, J. C., Webster, D. W., & Glass, N. (2009). The danger assessment: Validation of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(4), 653–674. <https://doi.org/10.1177/0886260508317180>
- da Rocha, R. W. G., Oliveira, D. C. de, Liebel, V. A., Pallu, P., Hegarty, K., & Signorelli, M. C. (2022). Translation and transcultural adaptation of the Composite Abuse Scale (CAS) into Brazilian Portuguese. *Revista de Saude Publica*, *In Press*, (forthcoming).
- Decker, M. R., Wood, S. N., Kennedy, S. R., Hameeduddin, Z., Tallam, C., Akumu, I., Wanjiru, I., Asira, B., Omondi, B., Case, J., Clough, A., Otieno, R., Mwiti, M., Perrin, N., & Glass, N. (2020). Adapting the myPlan safety app to respond to intimate partner violence for women in low and middle income country settings: App tailoring and randomized controlled trial protocol. *BMC Public Health*. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08901-4>
- Evans, D. P., Xavier Hall, C. D., da Rocha, R. W. G., Prado, S. M., & Signorelli, M. C. (2021). “These Questions Have Everything That Happens to me”: Analysis of a Femicide Risk Assessment Tool for Abused Women in Brazil. *Journal of Family Violence*. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00313-1>
- Ford-Gilboe, M., Varcoe, C., Scott-Storey, K., Perrin, N., Wuest, J., Wathen, C. N., Case, J., & Glass, N. (2020). Longitudinal impacts of an online safety and health intervention for women experiencing intimate partner violence: Randomized controlled trial. *BMC Public Health*, 20(1), 1–17. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-8152-8>
- Glass, N. E., Clough, A., Messing, J. T., Bloom, T., Brown, M. L., Eden, K. B., Campbell, J. C., Gielen, A., Laughon, K., Grace, K. T., Turner, R. M., Alvarez, C., Case, J., Barnes-Hoyt, J., Alhusen, J., Hanson, G. C., & Perrin, N. A. (2021). Longitudinal Impact of the myPlan App on Health and Safety Among College Women Experiencing Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 0(0), 0886260521991880. <https://doi.org/10.1177/0886260521991880>
- Guruge, S. (2012). Intimate partner violence: a global health perspective. *The Canadian Journal of Nursing Research = Revue Canadienne de Recherche En Sciences Infirmieres*, 44(4), 36–54.
- Hegarty, K., Sheehan, M., & Schonfeld, C. (1999). A Multidimensional Definition of Partner Abuse: Development and Preliminary Validation of the Composite Abuse Scale. *Journal of Family Violence*, 14(4), 399–415.
- Hegarty, K., Tarzia, L., Valpied, J., Murray, E., Humphreys, C., Taft, A., Novy, K., Gold, L., & Glass, N. (2019). An online healthy relationship tool and safety decision aid for women experiencing intimate partner violence (I-DECIDE): a randomised controlled trial. *The Lancet Public Health*, 4(6), e301–e310. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(19\)30079-9](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(19)30079-9)

- Kiss, L., d'Oliveira, A. F. L., Zimmerman, C., Heise, L., Schraiber, L. B., & Watts, C. (2012). Brazilian policy responses to violence against women: Government strategy and the help seeking behaviors of women who experience violence. *Health and Human Rights, 14*(1), E64- 77. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22773099>
- Koziol-McLain, J., Vandal, A. C., Wilson, D., Nada-Raja, S., Dobbs, T., McLean, C., Sisk, R., Eden, K. B., & Glass, N. E. (2018). Efficacy of a web-based safety decision aid for women experiencing intimate partner violence: Randomized controlled trial. *Journal of Medical Internet Research*. <https://doi.org/10.2196/jmir.8617>
- Liamputtong, P. (2013). *Qualitative research methods*. Oxford University Press.
- Manders, O., Xavier Hall, C., Vertamatti, M., Evans, D., & Campbell, J. (2021). “We need to use words that we’d use in Brazil, right?” A community-based content validation of a translated femicide risk assessment instrument. *Violence Against Women, First Published Online, December*. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/107780122111051397>
- Minayo, M. C. de S., Assis, S. G., & Souza, E. R. (2005). *Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais. [Evaluation by Triangulation of Methods: Social Programs Approach]*. Fiocruz.
- Petersen, R., Moracco, K. E., Goldstein, K. M., & Clark, K. A. (2004). Moving Beyond Disclosure: Women ’ s Perspectives on Barriers and Motivators to Seeking Assistance for Intimate Partner Violence. *Women & Health, 40*(3), 63–76. https://doi.org/10.1300/J013v40n03_05
- Rocha, R. W. G., de Oliveira, D. C., Liebel, V. A., Pallu, P., Hegarty, K. L., & Signorelli, M. C. (2021). Protocol for Translation and Cross-Cultural Adaptation of a Questionnaire: the Composite Abuse Scale (CAS) into Brazilian Portuguese. *Violence Against Women, 1*–17. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/107780122111013901>
- Santos, K. da S., Ribeiro, M. C., de Queiroga, D. E. U., da Silva, I. A. P., & Ferreira, S. M. S. (2020). The use of multiple triangulations as a validation strategy in a qualitative study. *Ciencia e Saude Coletiva, 25*(2). <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>
- Semahegn, A., & Mengistie, B. (2015). Domestic violence against women and associated factors in Ethiopia; Systematic review. *Reproductive Health, 12*(1). <https://doi.org/10.1186/s12978-015- 0072-1>
- Signorelli, M. C., Silva, V. L. C. da, Prado, S. M., Evans, D. P., & Glass, N. (2022). Feasibility of an online-based safety decision aid for Brazilian women living with intimate partner violence: Findings from participatory-action research in a one stop center. *Journal of Family Violence, Forthcoming*, 1–36.
- Signorelli, M., Souza, F. G. de, Pinheiro-Junior, R. V. B., Valente, J., Andreoni, S., Rezende, L. F. M., & Sanchez, Z. V. D. M. (n.d.). Panorama of intimate partner violence against

women in Brazil and its association with self- perception of health: findings from a national representative survey. *BMC Public Health*, 1–22.

Thiollent, M. (2011). Action research and participatory research: An overview. *International Journal of Action Research*, 7(2), 160–174. [https://doi.org/10.1688/1861-](https://doi.org/10.1688/1861-9916_IJAR_2011_02_Thiollent)

9916_IJAR_2011_02_Thiollent

Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. In *Flacso Brasil* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

WHO. (2001). *Putting women first: ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/65893>

World Health Organization. (2013). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. In 2013. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

World Health Organization. (2021). Violence against women prevalence estimates, 2018. In *Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women* (Issue March). [papers2://publication/uuid/083CEB59-0975-4621-B202-C8AD43C62F34](https://publication/uuid/083CEB59-0975-4621-B202-C8AD43C62F34)

World Health Organization (WHO). (2012). Intimate Partner Violence. In *Understanding and addressing violence against women*. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.35026-7>

Wright, E. N., Anderson, J., Phillips, K., & Miyamoto, S. (2021). Help-Seeking and Barriers to Care in Intimate Partner Sexual Violence: A Systematic Review. *Trauma, Violence & Abuse*, 1524838021998305. <https://doi.org/10.1177/1524838021998305>

Zara, G., & Gino, S. (2018). Intimate Partner Violence and its Escalation Into Femicide. Frailty thy Name Is “Violence Against Women.” *Frontiers in Psychology*, 9, 1777. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01777>

“TODOS POR LA VIDA”

LEMA: CREAR ESPERANZA A TRAVES DE LA ACCIÓN

Lic. Julia Patricia Lopez¹²

INTRODUCCION

El siguiente proyecto se gesta dentro de la dinámica operativa de la atención y diversas intervenciones realizadas como respuesta a la necesidad de la creciente demanda social. Penosamente, se constata el aumento estadístico de los casos con hechos de violencia y de abusos a sectores vulnerables que van acompañados de situaciones de conductas de riesgo y auto lesivas en grupos etéreos cada vez más de corta edad. Razón por la cual requieren un enfoque integral y de calidad, potenciados para garantizar y optimizar respuestas oportunas a las víctimas, pero dando la importancia vital de prevenirlos a través de la acción, la promoción del conocimiento de los factores de riesgo en los que podrían estar inmersos niños, niñas y adolescentes.

Creemos en la factibilidad de la prevención como mecanismo desde la sensibilización, la consciencia y el involucramiento a todos los sectores referentes.

OBJETIVOS

Objetivo General:

Prevención de conductas de riesgo auto lesivo, violencia y vulneración de derechos de NNA, contando con alternativas solidas de apoyo en la sociedad.

Objetivos Específicos:

- 1- Sensibilizar en la prevención de todo tipo de violencia y vulneración de derechos de NNA.
- 2- Promover acciones de información para acabar con el estigma y la discriminación de grupos vulnerables o personas con antecedente auto lítico.

¹² Unidad de Salud Mental, Hospital Distrital Caaguazu, V Region Sanitaria. Email: julipat@hotmail.com.

3- Brindar a la comunidad, a los NNA y familias, herramientas prácticas que garanticen sus derechos.

4- Prevenir efectos nocivos de conflictos emocionales o desregulación de las mismas. 5- Presentar alternativas válidas y concretas que les permita desarrollar habilidades y potenciar la buena gestión emocional.

MÉTODOS

1- Jornadas de talleres en comunidad educativa.

2- Jornada de cierre con presentación de stand con socialización de propuestas de cada sector social, utilizando la estrategia de circuitos por postas, dando la posibilidad de un acceso al 100 % de informaciones, ofertas y experiencias a todos los participantes en una actividad dinámica y divertida.

PLANIFICACIÓN

1- Firma de acuerdo con representantes de la Dirección departamental de Educación. 16/05/2022. Salón auditorio del HDIC

1- Inicio de trabajos con comunidad educativa

a. Charla. Abuso sexual. Definición, identificación, criterios y abordaje. Realizado por Salud Mental. Presentación de protocolo de atención. Dirigido a Psicólogos y técnicos de supervisiones. SUM del CEAD 30/05/2022

b. Charla. Identificación y acción ante conductas de riesgo auto lesivo e intento suicida. Realizado por Salud Mental, dirigido a psicólogos, referentes de supervisiones. SUM del CEAD 21/06/2022

c. Charla Riesgo suicida y autolesiones en el adolescente. Dirigido a psicólogos y directores de área. SUM del CEAD.02/08/2022

3. Reunión informativa a los diferentes representantes invitados a participar del cierre del proyecto como setiembre amarillo. Lanzamiento del proyecto “Todos por la vida “. Instalaciones del HDIC 12/09/2022

4. Lanzamiento de invitaciones pertinentes.

5. Realización del evento. Estadio Tajy Poty Caaguazú. 23/09/2022

6. Recopilación de evidencias y minutas de la actividad. Instalaciones del HDIC 7. Acompañamiento y monitoreo correspondiente de la línea de acción. (Actual).

SERVICIO DE ASISTENCIA PSICOLÓGICA EN EL PROGRAMA NACIONAL DE VIOLENCIA INTRAFAMILIAR, EN EL HOSPITAL REGIONAL DE CIUDAD DEL ESTE MSP Y BS.

Lic. Gumercinda Díaz Toledo¹³

RESUMEN

La problemática: La violencia intrafamiliar conviene dividir este problema en sus dos facetas intrínsecamente entrelazadas; por un lado la situación de violencia física expuesta en el cuerpo en forma de lesiones de todo tipo y gravedad, por otro lado la menos aparente pero igualmente real e importante, su intangibilidad, la ocultación del estado de dependencia psicológica de la víctima respecto de su agresor: miedo, impotencia y sufrimiento difícil de expresar con palabras porque conducen a la sorprendente situación de parálisis y ocultación de su realidad, de parte de la víctima, que generalmente resulta ser la mujer. El servicio ofrecido se limita a la capacidad de influir desde un espacio dentro del Hospital Regional del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social en Ciudad del Este, Paraguay. El objetivo trazado para este proyecto es asistir psicológicamente a las personas que acuden al hospital: proporcionar contención a las víctimas en estado de crisis, brindándolas orientación ante las situaciones vividas por ellas. Las estrategias desarrolladas se visualizan a partir de las principales actividades realizada por La autora durante el período de 7 meses en el Hospital Regional y radicó en los registros Recepción al paciente, acogida al paciente, clasificación según el nivel de gravedad, la elaboración de estadísticas y la realización de charlas formativas.

Palabras clave: Violencia intrafamiliar; agresión; vulnerabilidad.

INTRODUCCION

La Política Nacional de Salud Mental, supone un paso más en el compromiso con los principios del Sistema Nacional de Salud: universalidad con equidad, integralidad y participación social. En el afán de ayudar a fortalecer estos principios y políticas, en el Hospital Regional de Ciudad del Este, se ha dado la oportunidad de llevar adelante actividades relacionadas a la Violencia Doméstica e Intrafamiliar en el Pabellón de SALUD MENTAL (URGENCIA-ADULTOS). El proyecto se aplicó a la necesidad de generar información precisa, acerca del registro mensual referente a la Violencia Doméstica

¹³ Institución: Décima Región Sanitaria. Email: gumerdiaztoledo@hotmail.com

Intrafamiliar, además de la vinculación con el medio en carácter de servidora pública, he vivenciado la realidad de mi profesión, desarrollando las tareas designadas con competencias y habilidades requeridas durante la misma. A partir del mes de marzo hasta el mes de septiembre, se realiza entrevistas, orientaciones y acompañamientos, para lograr que la mayor cantidad de pacientes que acudieron en la institución en busca de ayuda, reciban apoyo psicológico acorde a sus necesidades, para superar la violencia doméstica por la que atraviesan. Se ha logrado en este periodo de 7 meses una adecuada gestión de la atención a las personas y también el registro diario de datos en el RAC, lo que permitió una mejora de la información estadística en un 80%.

OBJETIVOS

Asistir psicológicamente a las personas que acuden al hospital: proporcionar contención a las víctimas en estado de crisis, brindándolas orientación ante las situaciones vividas por ellas

MÉTODOS

La metodología utilizada fue; el análisis documental, a través de los archivos del RAC (Recepción al paciente, Acogida al paciente, Clasificación según el nivel de gravedad), Urgencia-Adulto del Hospital Regional de Ciudad del Este. Este instrumento permitió, dilucidar los casos que no son simplemente cifras de hechos, de "sucesos sociales" se trata de seres humanos, en vista a que posee un apartado en el cual se describe la situación de la víctima recibida (diagnóstico médico)

RESULTADOS

Como resultado se presentó a las autoridades del Hospital, las estadísticas de la violencia intrafamiliar ocurridas en las principales zonas de influencia del Hospital Regional: Ciudad del Este, Minga Guazú, Hernandarias y Pdte. Franco; a partir del mes de marzo hasta el mes de septiembre del año 2022 Fueron realizadas entrevistas, orientaciones y acompañamientos psicológicos acorde a sus necesidades, para coadyuvar a superar las situaciones de violencia doméstica.

Fueron realizadas entrevistas, orientaciones y acompañamientos psicológicos acorde a sus necesidades, para coadyuvar a superar las situaciones de violencia

doméstica. La cantidad de pacientes asistidos totalizan 187 hombres y 380 mujeres que concurrieron a la institución

CONCLUSIOONES

El aporte fue haber expuesto, que, trabajando de manera constante y sistematizada, se puede obtener informaciones relevantes que ayudarían a tomar decisiones importantes, en los casos de violencia intrafamiliar. Em el plano personal, con estas actividades se ha comprendido la importancia de acompañar a las víctimas de violencia doméstica, ampliadas al trabajar en equipos multidisciplinarios; lo más relevante fue la adquisición de las destrezas y habilidades resultantes de la vinculación con casos reales. Tomando como parámetro estimador de éxito parcial del tratamiento, el regreso a consulta de los pacientes, en el periodo de referencia: siete meses; se ha registrado el 75% de retorno a consulta. De esta manera, considerando el manifiesto interés de los afectados, es atinado afirmar que con la aplicación del Programa de Asistencia Psicológica se está avanzando en la dirección correcta para mejorar la calidad de vida de las personas, adecuado al entorno y la estabilidad emocional de los mismos, así como de sus familiares, de forma permanente.

Por la contraparte se debe reconocer que la mejora mencionada precisa ser completada con una objetiva asistencia, que comprenda la provisión de las básicas necesidades, sin las cuales se torna real la posibilidad de retorno a una situación de vulnerabilidad; a esto, además, hay que agregar la falta de cobertura por la asistencia psicológica a niños y adolescentes víctimas del mismo problema.

Según los datos registrados, se pudo corroborar que los números son alarmantes, en cuanto a la afluencia de víctimas que acudieron en el Hospital Regional de Ciudad del Este en los meses de marzo a setiembre del 2022, se debe en gran medida a la ingesta de bebidas alcohólica y la dependencia económica del cónyuge. La violencia contra la pareja y las agresiones más frecuentes son: golpe de puño, patadas, también con objetos (palo, varillas de hierro u otros elementos punzantes) etc. La cual afecta en lo psicológico y físico dejando secuelas a los sobrevivientes el detrimento sigue siendo en la actualidad una problemática social y los estudios demuestran que existe una asimetría clara entre hombre y mujer en cuanto a agresor y víctima.

En la ejecución del proyecto se ha logrado demostrar que las víctimas no acuden a solicitar ayuda, luego del primer incidente de violencia, sino luego de reiterados hechos. En

todos los casos el diagnóstico médico solicitado se realiza cuando ya está, fuera de control y es entonces insostenible, en la mayoría de los casos, luego de años de maltratos. Si bien el problema de la violencia intrafamiliar, se encuentra sumamente arraigado en nuestra sociedad actual y los datos estadísticos revelan un alto número de casos, estas cifras no presentan la real dimensión del problema; pues muchos de los casos no son revelados, por temor a las amenazas del agresor, la dependencia económica, la vergüenza al "escándalo" son los principales factores que contribuyen, a que las víctimas permanezcan calladas. En los meses de marzo a septiembre he observado y clasificando los tipos de agresiones más comunes y frecuentes de la violencia domestica son: golpes de puño, escoriaciones, hematomas y la equimosis.

Se evidencia durante los meses de marzo a setiembre, las personas que acudieron al hospital son de la localidad de Ciudad del Este en un 80%, resaltando los barrios con mayor índice de violencia son: barrio San Miguel, Km7 Ciudad Nueva, San Agustín, 23 de Octubre y Santa Ana Considerando las edades, se ha registrado con el más alto índice de agresión es entre la franja de 18 a 25 años de un 60%. Fueron atendidos un total de 567 (quinientos sesenta y siete) personas en el Programa de violencia. - Habitualmente obtenemos conocimientos de víctimas que son agredidas en forma psicológica y físicamente, por parte de algún integrante de la familia. En los casos de diagnósticos médicos solicitados por las victimas que acudieron, el género más vulnerable sigue siendo el femenino en todos los meses.

REFERENCIAS

ANASTASI, Anne. PSICOLOGÍA DIFERENCIAL, Edic. Aguilar-Madrid.

La Psicología Social en el Mundo de hoy. James O. Whittaker. Biblioteca Técnica de Psicología. Edit. Trillas.

Estadística el Psicología y Educación Henry H. Garrett-Editorial Paidos.

GUYTON A. – Anatomía y Fisiología del Sistema Nervioso. Ed. Panamericano 2 ° Buenos Aires 1999.

DSM IV Manual Diagnostico y Estadístico de las Enfermedades Mentales, Editorial Masón. J. Vallejo Ruiloba, Introducción a la Psicopatología y a la Psiquiatría, Editorial Salvat.

Mario Tamayo y Tamayo-El Proyecto de la Investigación de la Psicología. Ediciones Pirámide. España 1997.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

GORDON W., Allport. LA PERSONALIDAD. Editorial Herder-Barcelona.

Roció Fernández Ballesteros, Psicodiagnóstico Concepto y Metodología Biblioteca de Psicología y Educación.

SALA TEMÁTICA JUSTIÇA E SEGURANÇA

RESUMOS EXPANDIDOS

PROGRAMA DE PREVENCIÓN DE COMERCIALIZACIÓN DE DROGAS EN EL MICRO TRÁFICO. INTERVENCIÓN EN EL MERCADO DE DROGAS (IMD). BUENOS AIRES 2021

Alberto Andrés Nanzer¹⁴

RESUMEN

La Intervención en el Mercado de Drogas (IMD) consiste en una estrategia de disuasión focalizada, que no apunta a resolver la totalidad del problema de las drogas, sino a erradicar los mercados más dañinos. El éxito de esta intervención radica en que se implemente una clara y previsible política de persecución penal de doble vía que garantice una ausencia de persecución para quien cumpla con el programa y una segura, rápida y, en cierto sentido, severa persecución penal para quien no lo hace. La IMD se desarrolla en tres fases. En la fase preparatoria, se conforma el equipo de trabajo y se recaba información sobre el mercado a intervenir. En la fase de intervención, los vendedores identificados son divididos en dos grupos: a la Lista A se les aplica la estrategia penal más severa, y a la Lista B se los cita, se les muestra la prueba en su contra y se les indica que deben cesar con la venta de drogas o deberán enfrentar consecuencias penales. También se los invita a participar de programas de desarrollo productivo y laboral. Finalmente, en la fase de seguimiento, se controla que los integrantes de la Lista B se mantengan alejados de la venta de estupefacientes y participen de los programas sociales puestos a su disposición.

Palabras-llave: Disuasión; Focalizada; Mercados; Abiertos; Drogas.

INTRODUCCIÓN

La Intervención en el Mercado de Drogas (IMD) es una estrategia de disuasión focalizada que tiene por objeto erradicar los mercados abiertos de drogas, reducir la criminalidad asociada a esos mercados, fortalecer las relaciones entre los miembros de la comunidad y las autoridades públicas y mejorar la calidad de vida de los residentes de la comunidad. El enfoque de la disuasión focalizada se apoya en la idea central de la disuasión al tiempo que incorpora nuevos mecanismos para incrementar el riesgo de persecución penal

¹⁴ Ministerio Público Fiscal de la Ciudad de Buenos Aires, ananzer@fiscalias.gov.ar.

en grupos de delinquentes individualizados (alta frecuencia criminal; nocividad social de su conducta; posición en la organización) y comunicar claramente ese riesgo elevado a esos delinquentes.

El IMD parte de dos presupuestos. El primero es que el problema de las drogas es, en gran parte, un problema del mercado de drogas. La estrategia de la IMD no aspira a resolver todo el problema de las drogas en la zona de intervención, pero sí a eliminar los mercados abiertos de drogas y reducir los principales daños colaterales asociados a la venta ostensible de drogas.

El segundo presupuesto es que la estrategia actual de persecución penal no funciona adecuadamente. La persecución penal de los casos de narcomenudeo no sirve a la prevención, porque la probabilidad de que un vendedor de droga sea perseguido y condenado a una medida aflictiva son ínfimas. La estrategia tradicional de la guerra frontal contra las drogas se ha venido implementando sin éxito desde hace años en gran parte del mundo. La IMD es una estrategia alternativa que no se basa en la guerra contra las drogas, sino en la gestión del problema de las drogas.

El éxito de la intervención encaminada a erradicar el mercado abierto de drogas depende esencialmente de que se implemente una clara y previsible política de persecución penal de doble vía que garantice una ausencia de persecución para quien cumpla con el programa y una segura, rápida y, en cierto sentido, severa persecución penal para quien no lo hace. En virtud de este uso estratégico de la persecución penal, el enfoque de la disuasión focalizada es comúnmente denominado como una estrategia de “tirar de la palanca” (pulling levers strategy).

La IMD se desarrolla en tres fases: la fase preparatoria (pre-intervención), la fase de la intervención propiamente dicha y la fase de seguimiento (post-intervención). (a) Fase de preparación. En primer lugar, debe conformarse un equipo de trabajo con representantes de las agencias públicas participantes, y que incluya, en lo posible, también a miembros de la comunidad (integrantes de asociaciones y clubes barriales, iglesias, referentes comunitarios, etc.). El programa debe tener un director operativo o un grupo reducido de dirección que asegure la coordinación entre las distintas agencias estatales y no estatales involucradas en la IMD y controle la adecuada implementación del proyecto en sus diversas facetas.

Una vez conformado el grupo de trabajo se identifica el mercado de drogas en el que se quiere intervenir. Inmediatamente se inicia una investigación policial a fondo, dirigida por el MPF, por la cual se mapea integralmente el mercado abierto, se identifican los puntos de venta, las sustancias que se comercializan, la utilización/portación de armas de fuego, de soldaditos, etc. En esta investigación es deseable el despliegue de técnicas especiales (agentes reveladores/compras encubiertas, informantes, etc) y de medios tecnológicos modernos para la producción de prueba. Recabada la prueba, se allanan los domicilios identificados y se detiene a los sospechosos.

(b) Fase de intervención. Con la prueba producida y aquella recabada en los allanamientos, a los sospechosos detenidos se los “divide” en Lista A y Lista B. Para los Lista A, el MPF seguirá la estrategia penal más severa posible. A los Lista B se los cita a una reunión (call in) a la que concurren las autoridades de persecución penal, los vendedores de drogas seleccionados para la intervención, sus familiares o personas de confianza, representantes de agencias de prestación de servicios sociales y referentes de la comunidad. El objetivo central de la reunión es comunicar a los vendedores, de manera clara y contundente, que deben cesar de una vez y para siempre con la venta de drogas y las consecuencias que han de enfrentar en caso de no hacerlo. Se les muestra la prueba recabada y se los convoca a participar de programas de desarrollo productivo y laboral a cargo de Desarrollo Social. Asimismo, se les hace saber que la policía seguirá investigando en el barrio y que ante cualquier conducta contraria a ley de drogas, la actuación del MPF será implacable.

(c) Fase de seguimiento. La etapa de seguimiento se estructura sobre dos ejes. Por un lado, se controla que las personas que fueron convocadas al Call In se mantengan alejados de la venta de estupefacientes y que, en lo posible, participen de los programas sociales puestos a su disposición.

Por otro lado, se controla que no aparezcan nuevos puntos de venta en el barrio (efecto reemplazo).

OBJETIVOS

Objetivo general:

- Erradicar los mercados de drogas al aire libre en la zona de intervención

Objetivos específicos

- Reducir la violencia que generan los mercados abiertos de drogas (delitos violentos, delitos contra la propiedad y delitos de drogas)
- Recuperar espacios públicos (plazas, calles, etc.) para la comunidad
- Mejorar la calidad de vida de la comunidad
- Fortalecer los vínculos entre las autoridades (policía; fiscales) y la comunidad
- Integrar a la comunidad en el control del delito
- Promover el respeto del derecho por parte de la comunidad

MÉTODOS

Estrategia de disuasión focalizada enriquecida con elementos de justicia restaurativa y justicia procedimental, y prestación de servicios sociales.

Evaluación de impacto y desempeño realizada por grupo consultor externo y financia por el BID.

RESULTADOS

Proyecto implementado exitosamente en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en el año 2021. Se lograron 4 condenas y 10 personas que fueron incluidas en el programa de seguimiento. Posteriormente, 2 de esas 10 personas fueron condenadas por reincidir en las conductas criminales.

CONCLUSIONES

Se implementó exitosamente un programa de estas características por primera vez en la República Argentina.

Al ser un programa diseñado y ejecutado originariamente en los Estados Unidos, se debió “customizar” el programa a la realidad normativa procesal de la Ciudad de Buenos Aires.

Por otro lado, se debió ajustar operativamente a la realidad sociodemográfica y urbana del mercado abierto de drogas seleccionado.

En 2022 se ha replicado el programa en otro Barrio de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, con la expectativa que sea una política permanente de investigación de la narcocriminalidad en la Ciudad; a implementarse en todos los Mercados Abiertos de Drogas locales.

REFERENCIAS

Corsaro, N. (2013). The High Point Drug Market Intervention: Examining Impact across Target Areas and Offense Types. *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence based Research, Policy, and Practice*, 8(4), 416-445.

Corsaro, Nicholas; Hunt, Eleazer D.; Hipple, Natalie Kroovand & McGarrell, Edmund F. 2012. The Impact of Drug Market Pulling Levers Policing on Neighborhood Violence: An Evaluation of the High Point Drug Market Intervention, *Criminology & Public Policy*, 11(2), 167.

Kennedy, David M & Wong, Sue-Lin. 2009. Drug Market Intervention Strategy. The High Point Drug Market Intervention Strategy. *Center for crime prevention and control. John Jay College of Criminal Justice*. Disponible en: <https://cops.usdoj.gov/RIC/Publications/cops-p166-pub.pdf>

GRUPO DE ORIENTAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COMARCA DE CIANORTE

Adriéli Volpato Craveiro¹⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta as ações e as intervenções do Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cianorte, por meio de relato de experiência. O grupo ocorre desde o ano de 2016 e já atendeu, aproximadamente, 700 sujeitos. Os resultados são inúmeros, entre os quais a redução drástica na reincidência de violência doméstica e familiar. Durante esse período, por exemplo, ocorreu apenas 4 reincidências.

Palavras-chave: Autor de Violência; Grupo Reflexivo; Violência.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observamos uma ampliação do número de grupos voltados ao atendimento do autor de violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa ampliação foi influenciada, especialmente, pela Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006 - que traz em seu bojo a importância desse atendimento para a construção de uma sociedade sem violência de gênero.

A partir do respaldo legal, diversas instituições, entre as quais aquelas ligadas ao Sistema de Justiça, em todas as regiões do Brasil, vêm incentivando a implantação de grupos de orientação e sensibilização aos autores de violência doméstica e familiar.

¹⁵ Ministério Público do Estado do Paraná; avcraveiro@mppr.mp.br.

De forma geral, observamos que não existe uma organização única para a operacionalização desses grupos: formato, temas trabalhados, número de participantes, duração e etc. Contudo, é possível notar que quando os grupos são operacionalizados a partir da perspectiva multiprofissional e intersetorial, o atendimento realizado caminha em um direcionamento voltado à compreensão da totalidade da dinâmica da vida social, indo além dos encontros pré-estipulados, fortalecendo o trabalho desenvolvido pelas diferentes políticas públicas.

Por meio de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná, em parceria com o Poder Judiciário do Estado do Paraná - Vara Criminal, desde outubro de 2016 está sendo executado o projeto intersetorial: “Grupo de Orientação e Sensibilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar”, sendo os autores da violência doméstica e familiar encaminhados ao projeto através de medida judicial.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Apresentar as ações e as intervenções do Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cianorte.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre a importância de grupos reflexivos para o enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- Debater a necessidade de criação de ações intersetoriais com autores de violência doméstica e familiar;
- Analisar os principais resultados com os grupos reflexivos.

MÉTODOS

Trata-se de Relato de Experiência que traz para o debate a organização e as ações do Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cianorte.

O relato se dará, desde o início da implantação do projeto aos dias atuais. De forma geral, traremos para o debate os parágrafos a seguir:

Por meio de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná, em parceria com o Poder Judiciário do Estado do Paraná - Vara Criminal, desde outubro de 2016 está sendo executado o projeto intersetorial: “Grupo de Orientação e Sensibilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar”, sendo os autores da violência doméstica e familiar encaminhados ao projeto através de medida judicial.

Na prática, os participantes do projeto são encaminhados pela Vara Criminal. Requerendo a mulher em situação de violência aplicação de medida de proteção na Delegacia, os autos são encaminhados para o juízo, no qual será analisada a concessão ou não da medida de proteção. Caso seja concedida, automaticamente uma das medidas será a obrigatoriedade de participação do possível autor da violência doméstica e familiar no grupo de orientação e sensibilização, mesmo não sendo comprovada, neste momento, a prática do crime ou não. Também são encaminhados para o grupo, autores de violência doméstica que já foram condenados.

Os profissionais que executam as atividades dentro do grupo são ligados a diferentes instituições, o que demonstra o verdadeiro trabalho intersetorial: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Defensoria Pública do Estado do Paraná; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Ouvidoria da Mulher; Ministério Público do Estado do Paraná e Poder Judiciário do Estado do Paraná. O projeto conta com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, entre os quais, profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social, possibilitando um olhar integrado por meio da prática de trabalho multiprofissional.

O trabalho multiprofissional contribui para um direcionamento diferenciado, através de diversas posições teóricas, frente ao fenômeno da violência. Nesta perspectiva, é possível compreender o autor da violência doméstica a partir de ângulos que possibilitam uma compreensão histórica, social, econômica e cultural.

Buscando a capacitação dos integrantes do projeto que executam as atividades, em outubro e novembro de 2016, foram realizadas diversas capacitações internas, buscando aprimorar o conhecimento em torno da violência doméstica e familiar, bem como, das orientações legais que regem esta discussão. Além disso, buscou-se o aprofundamento teórico e metodológico em relação ao trabalho com os autores da violência doméstica e familiar, sendo esta questão fundamental, pois o intuito do projeto, com a criação do grupo, não é de

reproduzir uma intervenção meramente pontual, mas sim proporcionar a reflexão em torno de valores atribuídos socialmente, que precisam ser repensados dentro da temática da violência doméstica e familiar.

Nos meses subsequentes, foram realizadas reuniões de planejamento e de discussões de casos. E, a partir de abril de 2017, teve início, de fato, as intervenções grupais com os autores da violência doméstica contra as mulheres.

Cada grupo possui duração de quatro encontros, sendo que tais encontros são realizados nas terças-feiras das 17h30min às 19h, no espaço físico do Tribunal do Júri – Fórum de Cianorte. Em média são encaminhados 20 participantes por grupo.

Cada encontro aborda assuntos específicos, sendo estes:

- 1) **primeiro encontro:** raízes históricas da violência contra a mulher; tipificação da violência doméstica e violação dos direitos humanos;
- 2) **segundo encontro:** transtornos mentais e o uso de substâncias psicoativas enquanto potencializadores da violência doméstica;
- 3) **terceiro encontro:** desconstrução de estereótipos de gênero e poder de (re)construção de laços saudáveis por meio de formas alternativas de resolução de conflitos: superando a violência doméstica contra a mulher; e
- 4) **quarto encontro:** violência doméstica: consequências emocionais, psicossociais e morais que acometem às mulheres em situação de violência doméstica e o autor da violência.

De forma geral, através dos temas abordados, busca-se possibilitar a reflexão em torno de atos, valores e ideias presentes no contexto da violência de gênero, com foco na violência contra a mulher. Além disso, as análises partem das discussões sobre a identidade masculina, atribuída histórica e socialmente, definindo papéis e formas de se comportar. Sendo assim, torna-se possível problematizar a construção social e histórica desigual dos gêneros e pensar – coletivamente – em estratégias de superação de dinâmicas relacionais violentas, processo esse em que os homens são convidados ao diálogo.

RESULTADOS

Desde o ano de 2016, foram realizados 30 grupos, com a participação de, aproximadamente, 700 autores de violência doméstica e familiar. Tivemos apenas 4 reincidências desde então.

De forma geral, notamos que os principais resultados positivos são:

- **Superação da resistência inicial dos participantes:** no início de cada grupo, existe uma resistência dos participantes em participar das atividades propostas, devido ao fato de ser uma determinação judicial que requer a participação obrigatória. Contudo, em pouco tempo, notamos que a resistência dos participantes é superada ou pelo menos minimizada, pois os profissionais conduzem as atividades em uma perspectiva de reflexão em torno da violência doméstica e familiar, e não com vistas à sua culpabilização e ao seu julgamento;
- **Compreensão do que vem a ser a violência doméstica e familiar:** é notória a ampliação da compreensão da violência doméstica e familiar por parte dos participantes do grupo. No último encontro de cada grupo, através da avaliação das atividades desenvolvidas entre os participantes, é comum escutarmos afirmações de que antes de participarem das atividades, compreendiam a violência doméstica e familiar apenas quando envolvia a violência física e sexual e que, após os diálogos estabelecidos, o entendimento sobre esta temática se ampliou;
- **Reconhecimento das consequências da violência doméstica e familiar:** há um reconhecimento dos prejuízos sociais e emocionais acarretados tanto à mulher que sofre a violência doméstica e familiar quanto para os demais membros da família;
- **Superação da visão do senso comum sobre a Lei Maria da Penha enquanto uma Lei criada para prejudicar os homens:** durante os diálogos estabelecidos, observamos que muitos participantes possuíam críticas em relação à Lei Maria da Penha, por não terem, inclusive, desenvolvido reflexões contextualizadas sobre a necessidade de sua criação e em relação ao seu conteúdo em si;
- **Mudança de discurso envolvendo a violência contra a mulher:** principalmente em relação aos valores trazidos pela cultura machista e patriarcal e a desconstrução de estereótipos de gênero;
- **Estabelecimento de vínculo de confiança através do grupo de reflexão:** os participantes acabam estabelecendo um vínculo de confiança com os profissionais que executam as atividades do projeto. É bastante comum, após as discussões e reflexões, os profissionais serem procurados pelos participantes, os quais solicitam orientações, informações e apoio em relação às situações vivenciadas. Neste momento, notamos a importância do projeto ser constituído por profissionais de diferentes profissões e instituições, atendendo, nesse sentido, as especificidades de cada caso, bem como, concretizando os encaminhamentos necessários.

Além dos quatro encontros, o projeto propõe avançar em suas ações, buscando um acompanhamento integral ao autor da violência doméstica e à sua própria família. Identificando a necessidade de um acompanhamento individualizado do autor da violência doméstica e/ou da família, devido à composição multidisciplinar e intersetorial presente entre os integrantes que executam o projeto, são realizados encaminhamentos para diferentes instituições, para com isso, possibilitar uma continuidade no acompanhamento. Dentre os principais encaminhamentos concretizados, estão aqueles feitos para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Defensoria Pública do Estado do Paraná e Unidades Básicas de Saúde. As referidas instituições, dentro do seu rol de atribuições e competências, desenvolvem ações diretas com o autor da violência doméstica e familiar, entre as quais podemos citar, por exemplo, o acompanhamento psicológico e psiquiátrico desenvolvido no CAPS; o atendimento à família no contexto da violência doméstica e familiar, através da equipe interdisciplinar do CREAS; o atendimento à mulher em situação de violência através do trabalho em grupo desenvolvido pela equipe técnica (assistente social e psicóloga) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, etc. Nessa perspectiva, são atendidas demandas que podem estar associadas ao contexto da violência doméstica e familiar, como outras, por exemplo, em relação à existência de transtornos mentais, alcoolismo, desemprego, etc.

CONCLUSÕES

O projeto apresentado vem se transformando em referência no atendimento aos autores da violência doméstica e familiar no Estado do Paraná e no Brasil, devido à perspectiva de sensibilização e orientação que possui no direcionamento das suas atividades. Os profissionais que executam as atividades do projeto já contribuíram com a implantação de oito grupos de orientações e sensibilizações ligadas a outras Comarcas do Estado do Paraná, capacitando, inclusive, os profissionais que executarão estes grupos.

Os integrantes do projeto também vêm ministrando palestras, tanto para profissionais da rede, quanto para a própria comunidade, em torno da violência contra a mulher. As atividades não acabam por aí, haja vista que os profissionais que executam as atividades do projeto, com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, vêm fortalecendo a proposta de organização coletiva no que tange aos protocolos de atendimentos às mulheres em situação de violência nos municípios da Comarca de Cianorte.

Em suma, nota-se que o projeto que, inicialmente, seria o responsável apenas por atender os autores da violência doméstica e familiar contra a mulher, através dos grupos de orientação e sensibilização, vem se transformando em um grande articulador do trabalho intersectorial e da organização da rede de proteção às mulheres em situação de violência nos municípios da Comarca de Cianorte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 21 de março de 2017.

PRATES, P. L. **A Pena que vale a pena:** alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PASINATO, Wânia. **Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?** Porto Alegre: Revista de Ciências Sociais, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Caderno Pagu**, Campinas: Unicamp, 2001.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Alessandra Carla Baia dos; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo. **O perfil do homem autor de violência cometida contra as mulheres na versão da mídia impressa paroara:** contribuições para a enfermagem. Natal, 2013.

SOUZA, Luiz Antonio de; KUMPEL, Vitor Frederico. **Violência doméstica contra a mulher:** Lei 11.340/06. 2ª ed. São Paulo: Método, 2008.

TELES, Maria A. de Almeida. MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

FORTALECIMIENTO DE LA PARTICIPACIÓN PROTAGÓNICA DE NIÑAS, NIÑOS Y ADOLESCENTES A NIVEL COMUNITARIO

Ramona Viera¹⁶

RESUMEN

A través del proyecto se identificó y potenció espacios de promoción de la participación protagónica de adolescentes a nivel local, y a su vez, se gestaron nuevos espacios. El ejercicio de la participación protagónica contribuye a que las niñas, niños y adolescentes puedan estar informados y exigir el cumplimiento de sus derechos, involucrándose en el abordaje de las problemáticas que les afectan. Para que estos espacios puedan gestarse, sostenerse y ser seguros es clave el rol de referentes familiares y comunitarios, de las instituciones públicas y las organizaciones de la sociedad civil. Para ello, se generaron herramientas y materiales prácticos para el acompañamiento de las y los adolescentes a nivel comunitario, buscando que puedan fortalecer sus habilidades de participación, de resiliencia y la construcción de un proyecto de vida.

Palabras clave: adolescencia, comunidad, resiliencia, enfoque de derechos.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad los y las adolescentes son uno de los grupos de población más vulnerables, debido a la falta de acceso a educación de calidad, la falta de cualificación técnica profesional para la empleabilidad, sumado a entornos violentos, hacen que miles de adolescentes no tengan una perspectiva de futuro, trazado por un proyecto de vida acompañado por sus familias, las comunidades y el Estado.

¹⁶ Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia-CDIA, CDIA, observatorio@cdia.org.py.

Por lo anterior, el proyecto buscó identificar y potenciar los espacios de promoción de la participación protagónica de adolescentes a nivel local, en articulación con los diversos Organismos y Entidades del Estado (OEE) y las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC). Para lo cual, inicialmente se realizó un relevamiento sobre la situación de la participación en las ciudad de: Minga Guazú, Presidente Franco, Hernandarias y Ciudad del Este.

Posteriormente, se elaboraron materiales cruciales para el desarrollo de todo el proceso, poniendo a las y los adolescentes en el centro de todas las acciones. Por una parte, se elaboraron tres materiales específicos sobre la participación protagónica, en los cuales se desarrollan de qué se trata y la importancia de promover y acompañar los espacios de participación. Por otro lado, uno de los materiales principales, que es complementado por todos los demás, el “Modelo de abordaje sociocomunitario dirigido a adolescentes en riesgo de vulnerabilidad social”, concebido desde una mirada que posiciona a las y los adolescentes en el centro de la propuesta como sujetos de derecho y participantes que activan en redes sociales comunitarias; redes que precisan ser visibilizadas para constituirse en un factor protector y promotor del protagonismo comunitario, para potenciar procesos de resiliencia y desarrollar habilidades que favorezcan la empleabilidad, que aseguren el acceso a derechos en entornos libres de violencia.

Esta propuesta tuvo y tiene como objetivo aportar a la reflexión y praxis sobre la promoción y protección de los derechos de adolescentes, enfatizando en el desarrollo de habilidades para la resiliencia y empleabilidad a través de estrategias personales y comunitarias.

Además, se elaboró un material denominado “Guía de orientaciones para personas facilitadoras de espacios con adolescentes en riesgo de vulnerabilidad social”, la cual brinda información clara y concreta acerca de los conocimientos y aptitudes con los que deben contar las personas facilitadoras para promover espacios de crecimiento personal, participación y aprendizaje colectivo, desde un enfoque de derechos. Este material complementa la implementación del modelo de abordaje.

En el proceso de elaboración de estos materiales se involucró a referentes locales como adolescentes, docentes, facilitadores y/o educadores comunitarios, encargados/as de CODENI, familias, entre otros, quienes realizaron la revisión y validación de los mismos, y finalmente participaron de los espacios de formación.

Un factor interesante y a resaltar es que, al momento de desarrollar el proyecto, en el año 2020, existían varias restricciones por la situación de pandemia, ante esto, varios grupos organizados de NNA quedaron desarticulados o desaparecieron. Sin embargo, a través del proceso realizado, se gestaron nuevos grupos a nivel comunitario, los cuales -aunque el proyecto culminó en el año 2021- continúan reuniéndose, con acompañamiento de familias y docentes.

No obstante, en el mes de septiembre, se dió inicio a un nuevo proyecto que busca dar continuidad al proceso iniciado, potenciando la participación protagónica en el ámbito educativo a través de espacios de formación y acompañamiento a estudiantes, familias, docentes y directivos de instituciones educativas de Minga Guazú y Ciudad del Este, para potenciar los espacios de participación protagónica y el acceso a derechos.

OBJETIVOS

Fortalecer las capacidades de resiliencia de los adolescentes mediante el desarrollo de habilidades para la vida y de participación.

MÉTODO

Para abordar el proyecto y la temática se consideró clave conocer la realidad respecto a la participación en las ciudades de: Minga Guazú, Presidente Franco, Hernandarias y Ciudad del Este. Por lo cual se realizó inicialmente un relevamiento que permitió diseñar abordajes acordados para responder a las necesidades del contexto, tales como: fortalecer los espacios existentes, generar y acompañar nuevos espacios según interés y diseñar materiales y herramientas efectivas.

Para el diseño de los materiales y herramientas se utilizó una metodología socioconstructiva, que favorece la participación, el protagonismo y la acción de las y los adolescentes y miembros de la comunidad.

Una vez construido los materiales y herramientas se realizaron espacios de validación con los distintos grupos y referentes: adolescentes, familias, docentes, OEE, OSC, de las cuatro ciudades contempladas en el proyecto, quienes a través de espacios presenciales

revisaron, analizaron y retroalimentaron los materiales, proponiendo sugerencias de ajuste para los puntos que consideraron pertinentes.

Todos los materiales se realizaron teniendo presente que sean: prácticos, con lenguaje sencillo y pertinente para su utilización en distintos espacios.

RESULTADOS

- Fortalecimiento de redes comunitarias de protección de la niñez y la adolescencia.
- Conformación de grupos organizados de niñas, niños y adolescentes desde el ejercicio de la participación protagónica, con acompañamiento de familias y docentes.
- Fortalecimiento de las capacidades de resiliencia de los adolescentes mediante el desarrollo de habilidades para la vida y de participación.
- Desarrollo de capacidades a nivel comunitario: familias, OEE y OSC.

CONCLUSIONES

Para la generación de procesos sostenibles y el ejercicio pleno de la participación protagónica, resultó efectivo involucrar a toda la comunidad: a las niñas, niños y adolescentes, sus familias, docentes, OEE, OSC, quienes pudieron contribuir en la construcción, validación y posterior puesta en práctica de herramientas significativas para sus realidades y contextos, como así también, apropiarse de las mismas.

Otro aspecto clave, es que las capacidades quedaron instaladas a nivel nivel comunitario, y una vez concluido el proyecto, las acciones iniciadas tuvieron continuidad en algunas comunidades, con el acompañamiento de las familias y docentes.

Con relación a los desafíos, algunas comunidades requieren de acompañamiento cercano para seguir fortaleciendo los espacios de participación protagónica, además de la consolidación, fortalecimiento o ampliación de las redes locales de protección de NNA, lo cual se ve interrumpido al concluir el proyecto.

REFERENCIAS

Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (2021). *“Modelo de abordaje sociocomunitario dirigido a adolescentes en riesgo de vulnerabilidad social”*. CDIA.

<https://www.cdiaobserva.org.py/2021/05/10/modelo-de-abordaje-sociocomunitario-dirigido-a-adolescentes-en-riesgo-de-vulnerabilidad-social/>

Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (2021). *“Guía de orientaciones para personas facilitadoras de espacios con adolescentes”*. CDIA. <https://www.cdiaobserva.org.py/2021/05/10/guia-de-orientaciones-para-personas-facilitadoras-de-espacios-con-adolescentes-en-riesgo-de-vulnerabilidad-social/>

Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (2021). *Material 1 “Participación protagónica”*. CDIA. <https://www.cdiaobserva.org.py/2021/05/10/participacion-protagonica-material-1/>

Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (2021). *Material 2 “La importancia de acompañar procesos participativos de niñas, niños y adolescentes”*. CDIA. <https://www.cdiaobserva.org.py/2021/05/10/la-importancia-de-acompanar-procesos-participativos-de-ninas-ninos-y-adolescentes-material-2/>

Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (2021). *Material 3 “Promoción de la participación protagónica de niñas, niños y adolescentes”*. CDIA. <https://www.cdiaobserva.org.py/2021/05/10/promocion-de-la-participacion-protagonica-de-ninas-ninos-y-adolescentes-material-3/>

SALA TEMÁTICA TRABALHO

RESUMOS EXPANDIDOS

CENTRO DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO (CAF): UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL EM FOZ DO IGUAÇU

Thais Ghisi Mehl¹⁷

RESUMO

O Centro de Aprendizagem e Formação (CAF), administrado pela OSC Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, trata-se de um programa de atendimento na modalidade de aprendizagem profissional em Foz do Iguaçu, Paraná, cujo público-alvo é composto de jovens e adolescentes a partir dos 14 anos de idade, incluindo pessoas com deficiência (PCDs), sendo priorizados os encaminhamentos da rede socioassistencial do município. A prática teve início no ano de 2009 e já inseriu no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, 1.714 jovens, oferecendo aos mesmos capacitações e qualificação profissional através da sua trajetória na aprendizagem profissional.

Palavras-chave: Aprendizagem profissional. Jovem aprendiz. Mundo do trabalho.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil pode ser entendido como qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida pela legislação de cada país. No Brasil, por exemplo, qualquer forma de trabalho infantil é totalmente proibida até os 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, que permite o início das atividades a partir dos 14

¹⁷ Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida; aprendizagemcaf@outlook.com.

anos, e cuja legislação pauta-se em regras específicas de condições de trabalho, além da educação regular e da inserção na instrução técnica, sendo premissas passíveis de fiscalização e de punição em casos irregulares.

A exploração do trabalho infantil é um problema sério no Brasil. Dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua – Trabalho das Crianças e Adolescentes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que, em 2019, o país contava com 1,8 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% dessa população (ALVES, 2021).

Em Foz do Iguaçu, a situação não é diferente. A falta de oportunidades afeta um grande contingente populacional jovem da cidade, contingente este que se encontra em condições de múltiplas vulnerabilidades, de desemprego ou realizando atividades informais e/ou ilícitas, tendo em vista que a característica fronteira da cidade promove na região condições para o tráfico de drogas, armas e munição, trazendo consigo problemas como o aliciamento de crianças e adolescentes para o tráfico e uso de drogas e para a prostituição, além de outras atividades ilegais e o alto índice de violência, criando uma série de dificuldades para a garantia dos direitos e das necessidades dessa população em condição peculiar de desenvolvimento.

Segundo a Rede Marista de Solidariedade (2014, p. 65):

é possível atribuir boa parte dos problemas de Foz ao fato de a cidade estar situada em uma Tríplice Fronteira, região de muita vulnerabilidade social. O intenso fluxo de pessoas entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai facilitam a ação de criminosos e dificulta a fiscalização policial e a atuação dos governos por meio de políticas públicas. Isso porque é muito comum que as famílias procurem trabalho ou serviços sociais gratuitos do outro lado da fronteira, quando não são ofertados no país de origem.

A condição socioeconômica é uma das principais causas que leva parte destes adolescentes a procurar na região da tríplice fronteira uma fonte de renda alternativa, como catadores de material reciclável e mulas para o contrabando, por exemplo, bem como acabam se envolvendo no tráfico de drogas e de armas, invertendo sua condição de vítima, por falta de políticas básicas de prevenção e de atendimento, para réus de crimes praticados, como o tráfico de drogas e o porte de armas, quando não são envolvidos nas redes de exploração sexual e comercial, pois o contato com a marginalidade e com o submundo social na fronteira se tornam mais sedutores. Assim, a distância entre vulnerabilidade e alto risco pessoal e

social se rompe definitivamente, revelando grande preocupação em relação a garantia de direitos desta população.

Com base neste contexto problemático relacionado ao trabalho infantil, falta de oportunidades e condição fronteiriça de Foz do Iguaçu, a OSC Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida (SCNSA) iniciou, no ano de 2009, o programa de serviços voltado à modalidade da Aprendizagem Profissional, respeitando a legislação pertinente ao tema, sendo hoje denominado Centro de Aprendizagem e Formação (CAF). De acordo com Oliveira (2019, p. 1), a aprendizagem profissional configura-se em “uma política pública que impacta vários problemas: educação, violência, desemprego, pobreza, desigualdade social”. O autor acrescenta que “ao exigir que o aprendiz continue recebendo educação, o mecanismo se configura em uma chave de oportunidades”, porém “mesmo contando com um bem-formatado programa de aprendizagem profissional, o Brasil ainda tem dificuldades em resolver o drama de milhões de jovens em busca de ocupação ou submetidos ao trabalho informal”. Para o adolescente, a inserção no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. Em matéria divulgada pelas Nações Unidas Brasil (ONU, 2019), acerca da promoção do seminário “*Diálogos Sobre a Lei da Aprendizagem: qualificando o jovem para o futuro*”, Marcelo Bentes, coordenador institucional do Aprendiz Legal, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho em parceria com o CIEE e a Oscip Gerar, versa sobre a importância da aprendizagem profissional e do primeiro emprego ao afirmar:

Se, para os jovens, essa é uma oportunidade de qualificação profissional e de um primeiro emprego protegido pelas leis trabalhistas, para a sociedade civil, esse pode ser um mecanismo de enfrentamento do trabalho infantil e de combate à evasão escolar e uma forma de melhorar a empregabilidade da juventude (ONU, 2019, p. 1).

Luciana Phebo, coordenadora do UNICEF no Rio de Janeiro, também faz suas considerações alertando para as parcelas mais excluídas da juventude ao apontar que é de extrema importância “ampliar o leque de oportunidades para os adolescentes, especialmente, os mais vulneráveis [...] que querem entrar no mundo do trabalho e construir novos caminhos para sua vida, de suas famílias e comunidades” (ONU, 2019, p. 2).

Tais apontamentos sinalizam a necessidade de fortalecimento e de ampliação dos programas desta modalidade a fim de oferecer aos jovens vulneráveis oportunidades de

formação, qualificação, trabalho e renda, garantindo os seus direitos e mantendo-os dentro da legalidade neste cenário.

O CAF pode ser entendido como uma entidade qualificadora no contexto da Aprendizagem Profissional, ou seja, uma entidade qualificada em formação técnico profissional metódica conforme disposto no Art. 430 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 – CLT (BRASIL, 1943). Está devidamente habilitado no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP e oferece cursos de aprendizagem profissional, definidos como unidades específicas do programa de aprendizagem que possuem características próprias, observados os parâmetros do programa (RESOLUÇÃO MPT Nº 671/2021).

Desde sua fundação, em 2009, o CAF já inseriu no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, 1.714 jovens, oferecendo aos mesmos capacitações e qualificação profissional através da sua trajetória na aprendizagem profissional e vem se consolidando como um projeto de grande inserção social-comunitária.

Através da Aprendizagem Profissional (foco de atuação), procura-se desenvolver nos participantes habilidades sociais para o convívio em sociedade através do autoconhecimento, da automotivação, da inteligência social e da comunicação eficaz que servem como base para habilidades profissionais tais como liderança, saber falar em público, saber vender suas ideias, ter bom relacionamento interpessoal, ser empreendedor e flexível para contornar determinadas situações, entre outras.

Tais propostas visam disponibilizar aos adolescentes recursos para o enfrentamento das situações de risco, bem como capacitá-los para o aproveitamento das oportunidades, tomando posse delas e mantendo-as para si, tendo em vista que o CAF realiza o acompanhamento social, pedagógico e psicológico do aprendiz nos processos de pré e pós-inserção no mundo de trabalho, oferecendo suporte necessário para a realização de suas atividades.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral do CAF é proporcionar a inclusão, o desenvolvimento socioeconômico e o empoderamento do público-alvo.

Objetivos Específicos

I - Oferecer aprendizagem e qualificação profissional, através de múltiplos instrumentos de formação para jovens e adolescentes, que possibilitem o ingresso no mundo do trabalho;

II - Fomentar a interação dos mecanismos sociais atuantes na formação do jovem e adolescente, criando redes de intervenção efetivas;

III - Assegurar a garantia e o acesso aos direitos trabalhistas para o jovem inserido no mercado de trabalho;

IV - Oportunizar a qualificação e a profissionalização da comunidade em geral para o mundo do trabalho;

V - Desenvolver junto aos indivíduos aptidões sociais, físicas, morais e intelectuais;
VI - Proporcionar o desenvolvimento e a interação social e comunitária; VII - Orientar o projeto de vida do adolescente, estimulando o protagonismo social; VIII - Estimular a cidadania através da responsabilidade e iniciativa, alicerçadas nos direitos e deveres do cidadão, fomentando a ética e a moral;

IX- Incentivar a autonomia financeira;

X - Sensibilizar sobre a formação continuada como estratégia diferencial para o mundo do trabalho;

XI - Articular com os atores governamentais e privados, a fim de estimular a educação profissional e a empregabilidade;

XII - Promover a integração da diversidade cultural, reconhecendo todos os níveis de interação dos envolvidos;

XIII - Fortalecer o reconhecimento da educação básica como base indispensável para o início da trajetória profissional e desenvolvimento pessoal, ofertando estratégias enriquecedoras do conhecimento;

XIV - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

XV - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

XVI - Minimizar a desigualdade social;

XVII - Contribuir para melhorias em relação às condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica do público-alvo.

MÉTODOS

A trajetória da aprendizagem profissional no CAF está pautada na Lei Federal Nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), sendo desenvolvida através de entidades habilitadas e de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, por meio de um contrato de aprendizagem. Este, por sua vez, tem caráter especial, sendo ajustado por escrito e por prazo determinado onde o empregador se compromete a assegurar ao adolescente maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro anos), devidamente inscrito em programas de aprendizagem habilitados, a executar com cautela e dentro de sua compatibilidade física, moral e psicológica, atividades necessárias a esta formação - Art. 428 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 e suas alterações (BRASIL, 1943).

De forma resumida, a metodologia do CAF funciona da seguinte maneira: 1. o jovem faz a sua matrícula (encaminhado pela rede socioassistencial do município ou por busca espontânea); 2. passa por um período de orientação preparatória para o ingresso nas Turmas de Aprendizagem, onde, a cada quinze dias, recebe informações e capacitação acerca do funcionamento do programa, sobre o contexto da Aprendizagem Profissional, sobre entrevistas de emprego, mercado de trabalho etc. e outros assuntos relacionados ao universo adolescente (Pré-Aprendizagem); 3. para ingressar na turma de aprendizagem, é submetido a um processo de pré-seleção pelo CAF, sendo avaliado em caráter multiprofissional, e encaminhado para os processos de seleção das empresas parceiras; 4. uma vez selecionado, o jovem passa a ser contratado na condição de aprendiz.

Os cursos de aprendizagem desenvolvidos pelo CAF possuem a carga horária total de 1280h, sendo 400h de atividades teóricas e 880h de atividades práticas nas

empresas parceiras. Desta forma, a trajetória da aprendizagem possui duração aproximada de um ano e quatro meses.

O contrato e o curso de aprendizagem devem possuir necessariamente as mesmas datas de início e término, tendo cada turma de aprendizagem um calendário próprio, pré-estabelecido, contendo os dias de atividades teóricas e práticas bem definidos para fins de cumprimento da carga horária proposta.

A jornada da aprendizagem profissional tem início com 80h contínuas dedicadas exclusivamente à formação teórica na sede da CAF, realizadas de maneira sequencial, sendo 5 dias por semana, com encontros de 4 horas diárias, de segunda à sexta-feira, das 13h30min às 17h30min, antes do encaminhamento do aprendiz para as atividades práticas na empresa parceira.

Após o cumprimento do período intensivo inicial de 80h de aprendizagem teórica, as atividades do aprendiz serão compreendidas em 20h semanais, divididas entre atividades práticas na sede do CAF e atividades teóricas na sede da empresa parceira, conforme calendário pré-estabelecido de cada turma.

Ressalta-se que a fixação da jornada de trabalho do aprendiz, ou seja, o cumprimento das atividades práticas, deve ser feita pelo estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem em conjunto com o CAF e com o aprendiz, respeitando a carga horária estabelecida no curso de aprendizagem e o horário escolar.

Atualmente, o CAF possui convênio com mais de 60 empresas parceiras na cidade, que acolhem os jovens na condição de aprendiz. Os convênios são celebrados através de um termo de convênio / parceria no qual estão elencadas e bem definidas as responsabilidades de cada parte. As empresas parceiras também realizam um repasse mensal ao CAF por aprendiz contratado com a finalidade de contribuir para a formação teórica do jovem.

O programa conta com uma equipe multidisciplinar composta de: 1 (uma) Coordenadora, 1 (uma) Psicóloga, 1 (uma) Pedagoga, 1 (uma) Assistente Social, 2 (duas) Auxiliares Administrativos, 2 (dois) Monitores e 6 (seis) Professores. Funciona de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h, e, esporadicamente, aos sábados, das 08h às 12h.

Sua manutenção baseia-se em recursos próprios, através de contribuições mensais das empresas parceiras para a formação teórica dos aprendizes e da realização de eventos diversos com a finalidade de levantar recursos, e em recursos públicos, através de parcerias firmadas com órgãos governamentais.

Seu público-alvo é composto de jovens e adolescentes a partir dos 14 anos de idade, incluindo pessoas com deficiência (PCDs), sendo priorizados os encaminhamentos da rede socioassistencial do município.

Partindo-se da compreensão de que não basta oferecer ao jovem a oportunidade, sendo necessário disponibilizar e desenvolver junto a ele ferramentas para a manutenção da mesma, o CAF oferece suporte e monitoria aos seus participantes durante todo o processo de aprendizagem vivenciado no projeto: suporte administrativo, social, pedagógico e psicológico, estendido aos familiares quando demandado.

A ideia é atender jovens e adolescentes de forma integral e continuada, viabilizando espaços de crescimento sadio, exercício da cidadania, com serviços voltados ao desenvolvimento do ser humano, desenvolvendo o participante em todas as suas esferas, de forma integralizada e com base na inclusão social, oferecendo oportunidades de formação e construção de um cidadão mais preparado para a vida em sociedade e no enfrentamento das dificuldades que pode encontrar no curso do seu desenvolvimento.

Tal ideal pauta-se na visão de *ser humano* que entende o jovem como um ser *biopsicossocial*, partindo da premissa de que existem influências biológicas, psicológicas e sociais que contribuem para formação do indivíduo desde seu primeiro contato com o mundo externo. Trata-se de uma visão de ser humano como um *todo* e não como segmentos isolados da realidade biopsicossocial.

Adota-se também o preceito de que o adolescente é um ser que está “por vir a ser”, ou seja, que ainda não completou a sua formação e que ainda não atingiu a sua maturidade tanto física quanto psicológica e social. Para tanto, os jovens necessitam de tempo, oportunidades e estimulação adequada, justificando a necessidade de proteção e atenção especiais.

Reside aí a importância de se observar todos os aspectos do jovem a partir da percepção do ser humano como um ser biopsicossocial, ou seja, como um ser completo.

A referida visão de ser humano possui, entre outras bases teóricas, as contribuições de Vigotsky (2007) que reforçam a importância da *vivência* na constituição do humano ao descrever o sujeito como biopsicossocial, constituído por corpo, afeto, cognição e meio social de modo indissociável, em que um é causa e efeito do outro, produto e produtor do outro, cuja fragmentação torna-se impossível.

Acredita-se, portanto, que uma vivência positiva durante a trajetória do jovem na Aprendizagem Profissional, com suporte adequado, possa contribuir significativamente na consolidação de sua identidade enquanto pessoa, sendo este ponto um diferencial do programa CAF.

RESULTADOS

Desde sua fundação, em 2009, o CAF já inseriu no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, 1.714 jovens, oferecendo aos mesmos capacitações e qualificação profissional através da sua trajetória na aprendizagem profissional. Muitos destes jovens, ao findar sua trajetória enquanto aprendizes, são absorvidos pelas empresas parceiras como colaboradores.

Em relação ao impacto do serviço na comunidade, torna-se bastante relevante prospectá-lo quando se pensa em beneficiários. Os jovens diretamente atendidos pelo programa podem ser considerados os beneficiários diretos destas ações. Como beneficiários indiretos primários, apresenta-se a família e a comunidade nas quais os atendidos estão inseridos, pois sofrem transformação e podem também se tornar agentes de transformação; como beneficiários indiretos secundários, tem-se as esferas públicas de saúde (crianças e adolescentes sadios não adoecem), de educação (diminuição da evasão escolar) e de segurança pública (crianças e adolescentes longe da criminalidade); como beneficiária indireta terciária, cita-se a sociedade em geral. Resumindo-se: todos ganham com estas ações e justificando-se, por fim, a importância e o impacto do programa em termos de resultados.

CONCLUSÕES

O CAF é reconhecido pela comunidade como algo positivo, que oferece a promoção da geração de trabalho e renda que vai além do conceito corrompido de assistencialismo, que junto com a família e a comunidade busca a formação do cidadão como um todo. É visto como uma oportunidade de “crescer na vida” e desviar o jovem dos descaminhos tão comuns na fronteira, ainda mais em uma comunidade que estava desassistida em termos de profissionalização. É reconhecido também pelas empresas parceiras pela ética, responsabilidade e seriedade com as quais desenvolve suas atividades, mantendo um relacionamento estreito entre os jovens, as famílias, as escolas, as empresas e a sociedade em geral.

No entanto, existem dificuldades e desafios a serem enfrentados. Um deles reside na questão dos recursos financeiros para a manutenção do programa. Por se tratar de uma OSC, instituição sem fins lucrativos, a SCNSA está constantemente em busca de recursos, tanto para a manutenção quanto para melhorias que possam ser realizadas no CAF, participando de diversos editais de financiamento, públicos e privados, bem como promovendo eventos diversos para a arrecadação de verbas.

Outro grande desafio é conscientizar as empresas sobre a aprendizagem além do mero cumprimento de cota. A lei da aprendizagem prevê o cumprimento de cotas na contratação de aprendizes. Muitas empresas contratam estes jovens sem experiência visando aproveitá-los em seus quadros de colaboradores após o término da trajetória da aprendizagem. Porém, há muitas empresas que o fazem apenas para o cumprimento obrigatório de cotas. E isso é um grande desafio para a aprendizagem profissional como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela. **Brasil tem 1,8 milhão de crianças em situação de trabalho infantil.**

Observatório do Terceiro Setor, 13 jan. 2021. Disponível

em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-1-8-milhao-de-criancas-em-situacao-de-trabalho-infantil/>

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1º mai. 1943. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021.** Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. Brasília, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-359094139>

OLIVEIRA, Guilherme. **Aprendizagem profissional é subutilizada no Brasil, afirmam especialistas.** Especial Cidadania, Agência Senado. Brasília, Senado Federal, 13 mar. 2019. Disponível

em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/aprendizagem-e-subutilizada-no-brasil-afirmam-especialistas>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **UNICEF debate inclusão dos jovens no mercado de trabalho.** 29 abr. 2019 Disponível



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

em: <https://nacoesunidas.org/no-rio-unicef-debate-inclusao-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho>

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Infância, adolescência e direitos:** enfrentamento à violência sexual em Foz do Iguaçu. Curitiba: Champagnat, 2014.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PROYECTO DE AGRICULTURA SOCIAL: “CONSTRUYENDO UN FUTURO DIGNO”

Liz Rocio Amarilla¹⁸

INTRODUCCIÓN

¹⁸ Ministerio de la niñez y la adolescencia, Paraguay; lramarilla@minna.gov.py

Un estudio titulado “la infantilización de la pobreza” indica que, de 1.500.000 de niños y niñas de edad inferior a los diez años, más de 600.000 viven en la pobreza, y sus familias se encuentran en las mismas condiciones, esto porque los ingresos de las familias oscilan entre 2 y 3 euros por día, presupuesto insuficiente para la alimentación cotidiana.

Además, el 9% de los niños, casi 136.000, se mantiene en la extrema pobreza, condicionados en vivir con un ingreso diario de sus familias de solamente 1,06/1,17 euro aproximadamente. En Paraguay cerca del 23,5% de los niños y adolescentes trabaja, esto equivale a un total de 436.419 niños y jóvenes.

Los niños que nacen pobres, viven en condiciones insanas, reciben pocos estímulos o buenos esquemas de crianza, sufren de malnutrición en sus primeros años de vida, son más propensos que sus compañeros en familias más ricas, a crecer tarde en el desarrollo del cuerpo y la mente.

Estos niños tienden a tener un bajo rendimiento en el aula repiten el curso con más frecuencia y dejan el sistema educativo a ritmo elevado.

En el mercado del trabajo para adultos es más probable que solo puedan realizar trabajos no calificados y ganar salarios más bajos.

La pobreza es tanto una causa como una consecuencia: cuando tienen hijos, se inicia y perpetúa un ciclo de pobreza heredada de generación en generación.

Los primeros años de la vida de un niño son particularmente importantes; la evidencia de esta importancia continúa desarrollándose con avances teóricos respaldados por datos empíricos de muchas disciplinas (por ejemplo, neurociencia, ciencias sociales y del comportamiento, economía, psicología, entre otras).

La pobreza y los resultados negativos en el desarrollo humano van de la mano, la pobreza reúne muchas de las dificultades que dañan a los niños a corto y largo plazo.

Los niños pobres están peor en educación, salud y nutrición que aquellos que no son pobres, y la pobreza está fuertemente correlacionada con resultados negativos a corto, mediano y largo plazo, tales como altas tasas de mortalidad infantil y malnutrición, baja matrícula y rendimiento académico, prevalencia de enfermedades infecciosas y crónicas, tasas más altas de desempleo juvenil en la edad adulta, incluyendo una mayor probabilidad de comportamiento criminal y muchas otras consecuencias sociales indeseables.

Para aquellos que son pobres, los resultados débiles del desarrollo humano están asociados con el acceso limitado y el uso de servicios, a menudo de baja calidad, incluso si están disponibles. Las familias pobres a menudo no tienen los recursos para pagar el "costo de oportunidad" de enviar a sus hijos a la escuela.

En resumen, la pobreza reduce significativamente las posibilidades de que un niño en la vida alcance su potencial innato.

Según los datos de UNICEF, más de 1.000 niños y adolescentes paraguayos viven en instituciones estatales, que son la principal respuesta del Gobierno ante la ruptura de la asistencia de los padres.

Según este documento, los principales motivos de ingreso en una institución son el abandono de los padres (15% de los casos), el orfanato (10%), la pobreza extrema (10%), la pobreza (6%) y abuso familiar y violencia (7%).

Además, Paraguay es uno de los países con el mayor número de niños sin un certificado de nacimiento, con el 24% de los niños menores de un año no registrados en ningún registro. Seis de cada 10 niños y adolescentes afirman haber sufrido algún tipo de violencia física o psicológica. Existe un refugio en la localidad de Ñemby, a unos 20 km de Asunción, que ofrece la oportunidad de encaminar las vidas de niños y adolescentes abandonados debido a problemas familiares o de violencia doméstica.

Este es el Centro de convivencia pedagógica Ñemity "Jorge Patiño Palacios". Es un espacio físico instalado para la desestructuración de vida en calle.

Allí se construye con el niño, niña o adolescente un plan de vida, se establecen estrategias por cada beneficiario, restituyéndoles sus derechos básicos, como la identidad, educación, recreación, formación para una posterior salida e inserción social o familiar.

El tipo de acogimiento es el de modalidad residencial, diseñado para proteger a 40 niños, niñas y adolescentes, que conviven con un educador o educadora en cinco residencias independientes, teniendo en cuenta la edad y el sexo.

Al menos 1.200 niños y adolescentes han podido beneficiarse del programa PAINAC a partir del año 2009, que incluye el centro Ñemity, que los rehabilita, los vuelve a educar, si es necesario, los desintoxica y los reintegra en la sociedad.

Es administrado por el Ministerio nacional de la niñez y adolescencia.

OBJETIVOS

Objetivo General:

Reinsertar socialmente a los niños/as adolescentes a través de un proyecto de agricultura social
Objetivos específicos:

Ofrecer un apoyo psicosocial a los niños/as adolescentes vulnerados en sus derechos
Mejorar la calidad de vida de los huéspedes del centro a través de actividades de agricultura social que actúen con fines terapéuticos.

Fortalecer la autoestima

Favorecer el desarrollo personal y el desarrollo del trabajo grupal a través de actividades lúdicas.

MÉTODOS

El Proyecto “Construyendo un futuro digno” promueve una forma de "agricultura social, como herramienta para la capacitación, la inserción laboral, el cuidado terapéutico y la hospitalidad". Las actividades planificadas son la creación de una huerta para el autoconsumo interno del centro como hortalizas, frutas y productos derivados de ellos (huevos, leche, queso). Construir un gallinero para una granja avícola apta al autoconsumo, una estructura para criar conejos y una infraestructura para criar ovejas para propósitos más "terapéuticos" que productivos. La agricultura social representa una formidable respuesta a situaciones de malestar y marginación para una serie de importantes motivos:

- el mismo tipo de actividad, propedéutica con otras profesiones posibles, que no requiere habilidades complejas, sino se basa en la experiencia directa y experimentada.
- favorece el desarrollo del trabajo grupal, múltiples experiencias relacionales y un notable tráfico socioemocional.
- genera un bienestar, inmediato, determinado por el tipo de actividad, ya que reproduce el significado mismo del desarrollo de la vida (de la semilla a la planta, a la fruta), del cuidado (cuidado diario de las plantas, los animales, de lo que es vivo), de satisfacción (por la cosecha, por el producto)
- favorece el desarrollo de mecanismos para manejar las propias emociones, ya que permite un intercambio continuo entre los que ofrecen y los que reciben atención, y también permite al usuario ofrecer su cuidado a las plantas, animales y otras personas.

RESULTADOS

Los resultados alcanzados con el proyecto son la instalación y activación de una pequeña granja hortícola/avícola, donde los niños/as adolescentes del centro Ñemity participan activamente en varias actividades agrícolas, acompañados de los educadores y técnicos.

CONCLUSIONES

Se desarrolló con éxito un proyecto de agricultura social que tuvo como actores principales a los niños/as y adolescentes en situación de abandono, violencia, abuso, que están viviendo bajo el cuidado alternativo residencial siendo el estado garante de sus derechos vulnerados.

Este proyecto se pudo realizar gracias a la cooperación entre el Ministerio de la Niñez y adolescencia y una asociación italiana ASeS – Agricoltori Solidarietà e Sviluppo que desde más de 30 años se encuentra en Paraguay colaborando con proyectos de cooperación internacional con proyectos enfocados a la agricultura social.

REFERENCIAS

Programa integral de desarrollo educativo, modelo de intervención Prever 2008 Plan nacional de niñez y adolescencia. Pagina web ASeS: <http://www.ases-ong.org>

SALA TEMÁTICA DIREITOS HUMANOS

RESUMOS EXPANDIDOS

EL DELITO DE GROOMING DESDE UNA PERSPECTIVA DE DERECHOS HUMANOS

Hernán Gabriel Navarro¹⁹

Eduardo Martín Altamirano²⁰

RESUMEN

Grooming Argentina nació institucionalmente en el año 2014 convirtiéndose en la primera Organización global creada para combatir el delito de "grooming" en América Latina, trabajando fundamentalmente en la prevención y concientización en pos de la erradicación de este flagelo que avanza de manera alarmante con el advenimiento de los medios sociales de comunicación y las nuevas tecnologías. El eje central de la Institución está orientado al fortalecimiento de acciones de prevención (primaria y secundaria) en donde la información juega un papel protagónico en materia de promoción y protección de los derechos de Niños, Niñas y Adolescentes en el ecosistema digital.

Palabras-clave: Grooming; Prevención; Educación digital; Seguridad.

¹⁹ Fundador de Grooming Argentina

²⁰ Coordinador General de Grooming Argentina.

INTRODUCCIÓN:

Dentro del contexto en el que vivimos las sociedades latinoamericanas es necesario reflexionar sobre las formas en las que comprendemos el “mundo de las adolescencias”, sus emociones, comportamientos, pensamientos y formas de establecer vínculos, partiendo de una visión que permita acercarnos a las características y peculiaridades del desarrollo psico-evolutivo de las y los adolescentes en directa relación con alguno de los acontecimientos propios del devenir contemporáneo: el uso de las tecnologías y la convivencia dentro del ecosistema de Internet. En esta inteligencia, necesitamos no solo contemplar y educar respecto al uso apropiado de las nuevas tecnologías, sino también comprender sus potenciales riesgos.

Aún con todas sus infinitas ventajas, estas novedosas formas en las que todo ser humano interactúa con sus pares han dado lugar al surgimiento de figuras delictuales modernas en las que los delincuentes suelen encontrar en las características propias del medio digital, un terreno fértil para lograr la impunidad de sus crímenes.

Estos riesgos, que no son para nada ajenos al mundo adulto, encuentran un mayor efecto en aquellos Niños, Niñas y Adolescentes que diariamente se sumergen en el ecosistema digital y que no son conscientes de los peligros a los que se exponen.

A nuestro entender, el fenómeno de “grooming” o “child grooming” representa el delito de mayor gravedad de este siglo en materia digital hacia los Niños, Niñas y Adolescentes. Consideramos que el fenómeno puede definirse como el acoso sexual a Niños, Niñas y Adolescentes a través de medios digitales, consistente en acciones desplegadas generalmente por personas adultas, de cara a establecer contacto con fines sexuales. El término grooming es un anglicismo que se traduce en conductas de acercamiento o acicalamiento, configurándose como delito en distintos países de América Latina.

Particularmente en la República Argentina se trata de un ilícito tipificado en el artículo 131 del Código Penal de la Nación cuyas víctimas son todas aquellas personas menores de 18 años y que, según su edad cronológica, se dividen en infantes (de 0 a 6 años), niños/as (de 6 a 12 años) y adolescentes (de 12 a 18 años).

Este proceso es ejecutado por el acosador y consta de distintas etapas bien diferenciadas, las cuales podrán ser reemplazadas y/o alternadas entre sí:

1.- Etapa de enganche o *entrapment* (atrapamiento): con el objetivo de ganarse la confianza y establecer un vínculo, en esta etapa el acosador se acerca al Niño, Niña o Adolescente generalmente falseando su identidad y/o su edad, a través de una conversación donde prevalece el intercambio de gustos, preferencias e intereses.

2.- Etapa de fidelización: en esta etapa el acosador a sabiendas de los gustos e intereses del Niño, Niña o Adolescente profundiza la relación obteniendo una mayor cantidad de datos personales, donde intentará mantener cautiva la atención de su víctima procurando fidelizar el vínculo a través del intercambio de secretos, confidencias, promesas, etc.

3.- Etapa de seducción: en esta etapa el acosador seducirá y sexualizará la conversación, generalmente mediante preguntas y/o relatos, para generar en el Niño, Niña o Adolescente un compromiso y/o dependencia emocional.

4.- Etapa de acoso sexual: esta etapa se caracteriza por una marcada agresión sexual, implícita o explícita, en la cual el acosador manipula a la víctima a través de la solicitud de imágenes y/o videos íntimos, o bien, la propuesta de un encuentro personal. En aquellos casos en los cuales el Niño, Niña o Adolescente no acceda a sus requerimientos, el acosador ejercerá distintas formas de violencia, tales como: chantaje, extorsión, amenazas o coacciones.

Como conclusión, este proceso puede transcurrir durante días, semanas, meses y/o años, transformándose a nuestro criterio, en una nueva modalidad del abuso sexual sin contacto físico contra los Niños, Niñas y Adolescentes.

El acosador, denominado como “groomer”, puede tratarse de una persona conocida o desconocida por la víctima, propio o ajeno al ámbito personal de esta y que puede –o no- falsear su verdadera identidad y/o edad cronológica. Si bien las estadísticas indican que en su mayoría se tratan de sujetos de sexo masculinos mayores de edad, lo cierto es que no se descarta la posibilidad de que sean mujeres quienes lleven adelante este delito; previendo la legislación argentina que también puedan ser victimarios aquellos adolescentes en edad punible, es decir, que al momento del hecho se encuentren entre los dieciséis (16) y dieciocho (18) años de edad.

Con todo esto en mente, creemos que es de suma importancia que el adulto se permita acompañar a los Niños, Niñas y Adolescentes en sus diarias inmersiones en Internet y pueda reconocer –y respetar- la identidad digital que cada uno de ellos posee en el mundo informático. Este “viaje”, si lo nutrimos de buenos recursos y pautas, resultará más saludable,

empático y vinculante, pero si ese recorrido se transita desprovisto de las herramientas necesarias para minimizar situaciones de riesgo como una escucha atenta consciente o la detección temprana de situaciones de vulnerabilidad y acoso, entonces la excursión se nos presentará cuesta arriba.

Por lo tanto, la prevención en su faceta informativa resulta clave y puede traducirse en la reflexión y co-responsabilidad social como partícipes de las comunidades de las que somos parte apostando a la educación digital como principal herramienta de prevención y protección, comprendiendo a su vez que el ecosistema de Internet es para muchos adolescentes uno de los principales contextos de socialización.

Desde los lineamientos de salud y protección integral en niñez y adolescencia, conocer sobre el delito de grooming y las consecuencias que trae aparejadas nos permite focalizar en la necesidad de propiciar acciones de prevención en sus diferentes niveles (Prevención Primaria, Secundaria y Terciaria). Tomaremos en ese sentido los dos primeros niveles.

Conceptualmente está dirigida a evitar la aparición de un problema o situación de crisis (en el caso del grooming: ser víctima de este delito), mediante el reconocimiento y manejo de los factores, situaciones y/o conductas de riesgo. Para lo cual es vital el diálogo, la educación y la comunicación en las familias y distintos sectores de las comunidades.

El principal recurso es la información clara, concreta y adecuada en función del desarrollo integral de cada adolescente. Informar no implica imponer, ni adoctrinar y mucho menos obligar. El punto clave radica en la invitación a la reflexión, el acompañamiento constante de los padres y madres de familia o personas a cargo de la tutela, el desarrollo progresivo de autocuidado y el aprendizaje de pautas para el uso seguro de las tecnologías y sus diferentes aplicaciones.

Por un lado, efectivamente, los y las adolescentes tienen las habilidades y destrezas para dar uso a las nuevas tecnologías, aunque carecen de herramientas que les permitan conocer y dimensionar los potenciales riesgos. Por otro lado, pueden entender la naturaleza sexual de un acto, pero ello no implica que lo comprendan como lo haría una persona adulta, pues hay que considerar el desarrollo psicológico, cognitivo, madurativo y psicosexual (que en la adolescencia está en pleno proceso).

De manera sintética, se podría mencionar como medidas de prevención primaria:

- Focalizar en el desarrollo de competencias tecnológicas que construyan una ciudadanía digital responsable y segura para adolescentes.
- Informarnos sobre riesgos y cuidados en Internet.
- Dialogar con los y las adolescentes para estar al tanto de cómo utilizan las tecnologías: qué saben concretamente y qué conocimientos permanecen aún en construcción respecto al manejo de dispositivos y aplicaciones.
- Comentarles que es importante no compartir información personal o datos sensibles (como por ejemplo: nombre del colegio al que asisten, dirección del hogar, rutinas cotidianas personales o de la familia, lugar en el que se encuentran o que suelen frecuentar, número de teléfono, entre otros).
- Conversar acerca de la importancia de no compartir información personal o datos sensibles de terceros sin su consentimiento.
- Ser y hacerse parte, es decir, implicarse activamente y tomar conocimiento de las redes sociales y juegos de tendencia que utilizan los y las adolescentes en la actualidad.
- Educar sin invadir o prohibir (recordemos que lo que se prohíbe puede buscarse de otra manera y con otros recursos que no siempre son seguros).
- Adoptar una actitud de presencia activa, involucrarse en las actividades y preferencias en cuanto a las tecnologías, guiando su uso, búsqueda y navegación.

Empero, cuando acontece el delito de grooming debemos implementar medidas dirigidas a detener o retrasar el progreso de la crisis que ya está vivenciando el o la adolescente que es víctima de este delito, es decir, prevención secundaria.

Estas acciones se basan en el acompañamiento, detección y abordaje precoz que busca minimizar el impacto negativo de la situación crítica y requiere del trabajo mancomunado de las familias y diversos sectores de las comunidades.

En este punto resultan claves la contención, asistencia y sostén que reciba no solo la víctima directa sino también su familia como víctima indirecta del delito.

A modo breve, podemos mencionar como medidas de prevención secundaria:

- Dejar siempre en claro que se le cree, resaltando que ha sido “valiente” al comentar lo ocurrido pese a lo difícil que puede ser y que se hará todo lo posible para brindarle protección.

- Es probable que la víctima sienta una intensa culpa y autorreproche, fenómeno conocido como “victim blaming”. Estas emociones en muchos casos son reforzadas por el groomer que inculca la responsabilidad de los hechos en la víctima; por lo que resulta muy necesario distinguir que el haber enviado imágenes o videos con contenido íntimo, se debe a la manipulación ejercida por el agresor para lograr su objetivo.

- No perder nunca de vista que la persona “culpable” es quien cometió el delito, es decir, el acosador.

- Solicitar y buscar asistencia psicológica lo más urgentemente posible. En algunas circunstancias tal asistencia profesional no solo implica psicoterapia para la víctima, sino también psicoterapia para las familias. No siempre, ni en todos los casos una víctima de grooming se reconoce como tal. En algunas relaciones la coacción y la manipulación emocional y psicológica que ha ejercido el groomer es tan intensa que la víctima no lo puede ver como un agresor sexual, ni contempla a la situación como delito. Esto hace que las intervenciones profesionales se vean un tanto limitadas o resulten complejas de realizar.

- Potenciar y crear estrategias de afrontamiento junto a la víctima sin prometer o asegurar lo que no vayamos a poder cumplir o dar por hecho.

- Resguardar de la revictimización por la repetición del relato de lo sucedido.

- Evaluar y reforzar las medidas de competencias digitales para evitar el agravamiento de la situación o la potencial exposición a una nueva situación de grooming.

- Realizar un correcto resguardo y preservación de la evidencia digital.

Estas herramientas o pautas, las cuales consideramos una parte importante de nuestra responsabilidad social, deben estar particularmente presente cuando hablamos del delito de grooming, puesto que la regulación de las conductas penalmente sancionables que se llevan a cabo en el entorno digital, suponen una dificultad añadida para un legislador que en mayor o menor medida, desconoce el medio. Sin embargo, la supra territorialidad, característica fundamental de la red y la necesidad de regular de forma homogénea en los diferentes países los delitos cometidos a través de Internet, hacen conveniente una política internacional de

bases con la consiguiente adaptación y desarrollo estatal. Es en este contexto de distintas jurisdicciones concurrentes en el que se articulan diferentes normativas a nivel supranacional.

En este sentido, podemos hacer hincapié en cómo los diferentes estados que componen América Latina han legislado en sus Códigos Penales y/o en leyes especiales este delito¹. Debemos dejar en claro que no todos los contemplan de la misma manera y que no en todos los casos el mero contacto es delito. Sin embargo, cada hecho que se presenta es particular y debe ser investigado a fin de determinar si la conducta encuadra en algún tipo penal.

Ante ese panorama internacional y en línea con el crecimiento exponencial de los casos de grooming que se van originando a lo largo de LATAM, consideramos necesario generar un contenido concientizador al respecto que facilite el adecuado uso de todo tipo de plataforma digital.

Los entornos digitales plantean renovadas oportunidades a la sociedad e importantes desafíos en cuanto a la protección y seguridad, lo que implica además, un incremento en los ciberdelitos evidenciando el peligro al que se exponen las infraestructuras tecnológicas, los activos de información, y en consecuencia las adolescencias; motivo por el cual la ciberseguridad ha dejado de ser un tema circunscripto al ámbito técnico, dando paso a lo que debería ser parte de las políticas públicas de los Estados a nivel global.

De allí que resulta indispensable la implementación de planes integrales de ciberseguridad, que contengan políticas de gestión y medidas de control tendientes a la minimización de riesgos de seguridad de la información, ampliando las acciones de identificación, protección, detección, respuesta y recuperación frente a los ciberdelitos cometidos en la faz de internet.

La confidencialidad, la integridad, la disponibilidad y la privacidad de la información se ven amenazadas por la rápida evolución de los ciberdelitos tales como el grooming y la distribución de

material de abuso sexual contra las infancias y adolescencias (MASCI), entre otros. La ciberseguridad es una necesidad para la gestión confiable de los activos de información. Si bien los gobiernos en América Latina han definido políticas y se han implementado estrategias de ciberseguridad, debemos considerar también que las políticas anteriormente mencionadas deben ser objeto de evaluación y actualización permanente, con el objetivo de garantizar un entorno digital libre, abierto, seguro y resiliente principalmente para las

adolescências. Uma estratégia de cibersegurança é uma expressão de la visión, los objetivos de alto nivel, los principios y las prioridades que orientan a abordar la ciberseguridad de forma global, en todo el ecosistema digital. Es por eso que debemos establecer una estrategia de ciberseguridad en conjunto con la sociedad, de forma multidisciplinaria y multisectorial y escuchando activamente los avances que se originan.

Su finalidad es brindar un contexto seguro para el aprovechamiento por parte de las organizaciones públicas y privadas, desarrollando acciones de identificación, protección, detección, respuesta y recuperación frente a los delitos cometidos en entornos digitales.

A INVISIBILIDADE DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO E O PAPEL PREVENTIVO DA REDE

Edna Nunes da Silva²¹

RESUMO

O trabalho realizado pela Embaixada Solidária visa o acolhimento e atendimento integral de imigrantes e refugiados na Região Oeste. Através do fortalecimento de vínculos, preservação da cultura e dos direitos, busca-se o fortalecimento da rede de apoio ao recomeço em território brasileiro. Uma das principais características é a prevenção de violências e a integração com a comunidade nativa.

²¹ Embaixada Solidária de Toledo; ednanunes.radio@gmail.com.

Palavras-chave: refugiados; embaixada solidária; migração; acolhimento; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

Esse resumo expandido tem a finalidade de apresentar o trabalho realizado pela Embaixada Solidária de Toledo na Região Oeste do Estado do Paraná. Desenvolvido desde 2015, o trabalho busca ampliar a rede de apoio e de acolhimento aos imigrantes, apátridas e refugiados que acessam o território brasileiro em busca de refúgio e recomeço.

Além do acolhimento inicial, o atendimento para esse público é integral e busca também o fortalecimento de vínculos para a prevenção de violências, garantia de direitos, bem como a inserção em políticas públicas e na comunidade nativa.

Esse trabalho também narra de forma vivencial os principais desafios enfrentados pelos refugiados, com atenção especial para mulheres e crianças. A invisibilidade social, o enfrentamento ao preconceito, barreiras culturais e de linguagem.

A Embaixada Solidária já atendeu mais de 4 mil pessoas em seu tempo de funcionamento. O atendimento passa por diversos campos como; jurídico, assistência social, educação, saúde, abrigo, empregabilidade, orientação, ambientação, segurança entre outras ações emergenciais. O desafio que se apresenta é conectar a Embaixada Solidária a outros mecanismos e ações que possam ampliar a rede de apoio e fortalecer iniciativas que permitam a manutenção e a ampliação de trabalho.

OBJETIVOS

O objetivo é a ampliação da rede de apoio e atendimento, bem como colaborar para vencer a invisibilidade dos imigrantes e refugiados, promovendo um território seguro para o recomeço de suas vidas.

Levando em consideração que o processo migratório é crescente, o desafio de acolher e promover a integração é essencial para a prevenção de um colapso social.

MÉTODOS

As ações são práticas e muitas vezes emergenciais. A Embaixada Solidária é acionada sempre que instituições ou populares encontram situações envolvendo imigrantes e que não

conseguem solucionar. Neste momento um grupo de voluntários inicia o atendimento pelo acolhimento e avaliação da estrutura e serviços necessários para a resolução ou encaminhamento do caso.

O trabalho é executado através de uma rede de parceiros que envolve o serviço público, redes não governamentais, universidades, clubes de serviço e outras instituições congêneres. O trabalho é feito através de voluntários com diferentes formações que interagem direta e indiretamente com o caso.

Além do encaminhamento, a Embaixada Solidária não cessa o atendimento com o encaminhamento. O vínculo é mantido com o atendido, assim como o acompanhamento dentro das instituições parceiras. O ponto de entrada e de retorno é a Embaixada Solidária.

Portanto, o método utilizado baseia-se na ação de histórica da cruz vermelha e na organização médicos sem fronteiras, que nos inspira a fazer o mesmo e adequando para a realidade local da cidade de Toledo. A proposta é desenvolver ações no atendimento de refugiados imigrantes e apátridas tão comuns na era atual e sem uma estrutura publica para tal.

RESULTADOS

Nestes seis anos de trabalho a Embaixada Solidária já acolheu mais de 4 mil refugiados e imigrantes na Região Oeste do Estado. Proporcionando integração com a comunidade local, ampliando a comunicação e a empregabilidade, bem como promove a paz entre os povos através da humanização do processo migratório.

Foram mais de dois mil encaminhamentos para o mundo do trabalho de pessoas de mais de 20 etnias. Auxílio na documentação, alfabetização, situações jurídicas e de segurança. A instituição é ativa na prevenção e no combate das violências e em especial atua contra o tráfico e contrabando de pessoas, uma das violências mais comuns entre essa população.

Dificuldade de comunicação, isso afeta a vida de uma pessoa em todos os sentidos, inclusive no acesso aos seus direitos mais fundamentais, assim como sua sobrevivência. Entender os processos burocráticos de documentação e acessar políticas públicas. A invisibilidade e a falta de dados somam nesse processo de perda da dignidade e espaço integração real.

Encontrar emprego justo que garanta sua sobrevivência com dignidade e que possa ofertar oportunidades de crescimento e independência. É importante ressaltar que mulheres enfrentam dificuldades ainda maiores em todos esses sentidos.

Integração com a comunidade local, de forma que possa exercer sua cultura e ao mesmo tempo interagir com a comunidade nativa de forma natural e sem barreiros ou preconceito. Preconceito, racismo, xenofobia, invisibilidade, intolerância. Essas são as verdadeiras feridas do processo migratório. Uma sociedade que apenas tolera a diferença étnica racial não aproveita a oportunidade de evoluir e maturar com a convivência harmônica entre os povos do mundo.

Os demais encaminhamentos se dão de acordo com as necessidades do imigrante ou refugiado. Entre as necessidades apresentadas pelos imigrantes podem estar algumas destas;

- Falta de moradia
- Problemas diplomáticos ou jurídicos
- Legalização da formação
- Infração de direitos
- Ausência de contato e conhecimento com qualquer outra pessoa
- Fome
- Montagem de lares solidários
- Ausência de roupas, agasalhos e itens básicos
- Problemas de saúde
- Falta de documentação
- Dificuldade na compreensão do idioma
- Validação de documentos
- Desemprego
- Situação de violência ou tráfico de pessoas
- Perca de contato ou vínculo com familiares e amigos
- Necessidade de formação profissional

- Dificuldade ao acessar algum serviço público
- Vítimas de xenofobia ou qualquer outro tipo de preconceito étnico-racial
- Mulheres grávidas em situação de abandono ou desabrigo
- Acompanhamento hospitalar
- Mediação de conflitos culturais
- Assistência para nascimentos e registro
- Assistência para liberação de corpos, velórios e extradição de corpos
- Identificação de pacientes em abandono hospitalar
- Auxílio em caso de entrega legal de crianças ou adolescentes para a vara da infância
- Inserção de crianças e adolescentes em projetos culturais e de esporte
- Mediação da relação escola x família
- Síndrome do deslocado ou qualquer outro transtorno mental ligado ao desgaste do processo migratório
- Resgate de pessoas em outras regiões em trabalho análogo a escravidão.

Para a solução de todos esses problemas a embaixada solidária encaminha para os órgãos competentes, não sem antes atender em sua sede as necessidades básicas.

Conta no trabalho da Embaixada Solidária uma forte estratégia para que esse público conheça e se integre nas políticas públicas. A Embaixada Solidária tornou-se referencial nacional no acolhimento e preservação cultural, através do seu espírito voluntário e humanizado.

CONCLUSÕES

A Embaixada Solidária ao longo destes anos sustentou-se através de doações espontâneas e com a colaboração dos voluntários que além de doar sua força de trabalho, ainda auxiliaram no pagamento de taxas e serviços essenciais.

Com a ampliação dos trabalhos e a necessidade de profissionalização da entidade um pequeno bazar foi montado para trazer sustentabilidade aos atendimentos.

No entanto, no último ano, com a ampliação dos projetos e serviços tornou-se necessário investir em projetos que possam trazer sustentabilidade. Além dos projetos internos, como a produção de artesanatos, produtos étnicos a nova fase contempla também uma rede para angariar recursos através de editais e projetos internacionais.

Considerando que a Embaixada Solidária presta um importante serviço para a sociedade, aliviando o poder público de muitas responsabilidades e promovendo um equilíbrio social, avaliamos que o serviço possa receber incentivos para garantir sua continuidade. Nesse novo processo, observamos que será inevitável a contratação de profissionais que possam desenvolver projetos, realizar atendimentos e gerenciar a entidade.

Considera-se de extrema importância a ampliação da rede de apoio e acolhimento para esse público, fato que age diretamente na garantia de direitos e visibilidade das importantes temáticas relacionadas.

REFERÊNCIAS

Publicações disponíveis nos seguintes links:

<https://www.cantunews.com.br/2022/05/15/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria/>

<https://www.cidademetropolitana.com/noticia/8134/acao-solidaria-arrecada-cobertores-e-agasalhos-para-refugiados-de-toledo.html>

<https://www.toledonews.com.br/noticia/embaixada-solidaria-completa-seis-anos-em-toledo-e-inicia-atendimento-em-cascavel>

<https://www.radarbo.com.br/index.php/noticias/ler/43020/grupo-liderancas-de-toledo-promove-acao-solidaria-e-arrecada-cobertores-e-agasalhos>

<https://portalrondon.com.br/2022/05/grupo-liderancas-de-toledo-promove-acao-solidaria-e-arrecada-cobertores-e-agasalhos/>

<https://www.cidademetropolitana.com/noticia/8134/acao-solidaria-arrecada-cobertores-e-agasalhos-para-refugiados-de-toledo.html>

<https://gazetadetoledo.com.br/advogado-haitiano-ministra-palestra-e-atendimentos-sociais-em-toledo/>

<https://gazetadetoledo.com.br/embaixada-solidaria-profissionaliza-mulheres-com-apoio-da-amare-vitae/>

<https://www.cantunews.com.br/2022/05/15/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria/>

<https://pretonobranco.com.br/noticia/35801/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria>

<https://gazetadetoledo.com.br/embaixada-solidaria-e-itaipu-binacional-promovem-curso-de-costura-criativa/>

<https://www.toledonews.com.br/noticia/embaixada-solidaria-completa-seis-anos-em-toledo-e-inicia-atendimento-em-cascavel>

<https://cgn.inf.br/noticia/808651/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria>

<https://catve.com/noticia/6/365039/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria-em-toledo>

<https://www.cidademetropolitana.com/noticia/9364/embaixada-solidaria-e-os-refugiados-dia-de-cooperar-em-toledo-tera-atendimento-juridico-medico-e-odontologico.html>

<https://pretonobranco.com.br/noticia/39751/imigrantes-e-refugiados-embaixada-solidaria-participa-do-dia-c-de-cooperar>

<https://www.cidademetropolitana.com/noticia/8646/embaixada-solidaria-profissionaliza-mulheres-com-apoio-da-itaipu-binacional.html>

<https://www.radarbo.com.br/index.php/noticias/ler/43020/grupo-liderancas-de-toledo-promove-acao-solidaria-e-arrecada-cobertores-e-agasalhos>

<https://portalrondon.com.br/2022/05/grupo-liderancas-de-toledo-promove-acao-solidaria-e-arrecada-cobertores-e-agasalhos/>

<https://www.cidademetropolitana.com/noticia/8134/acao-solidaria-arrecada-cobertores-e-agasalhos-para-refugiados-de-toledo.html>

<https://gazetadetoledo.com.br/advogado-haitiano-ministra-palestra-e-atendimentos-sociais-em-toledo/>

<https://gazetadetoledo.com.br/embaixada-solidaria-profissionaliza-mulheres-com-apoio-da-amare-vitae/>

<https://www.cantunews.com.br/2022/05/15/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria/>

<https://pretonobranco.com.br/noticia/35801/clube-da-poesia-faz-homenagem-para-maes-da-embaixada-solidaria>

<https://agazetaweb.com/noticia/32585/embaixada-solidaria-recebe-utilitario-doado-pela-escritora-fabiana-zielasko-em-toledo>

<https://www.jornaldoeste.com.br/toledo/coral-sicoob-arrecada-alimentos-para-refugiados-em-toledo/>



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

<https://gazetadetoledo.com.br/embaixada-solidaria-comemora-primeiro-aniversario-de-gemeas-que-perderam-a-mae-no>

[parto/?feed_id=26902&_unique_id=62fe360074423&utm_source=Facebook&utm_medium=Redacao&utm_campaign=FS%20Poster](https://gazetadetoledo.com.br/parto/?feed_id=26902&_unique_id=62fe360074423&utm_source=Facebook&utm_medium=Redacao&utm_campaign=FS%20Poster)

<https://gazetadetoledo.com.br/grand-magal-de-touba-2022-e-realizado-em-toledo-neste-sabado/>

<https://www.toledonews.com.br/noticia/casal-de-toledo-recebe-refugiados-afegaos-atraves-do-projeto-eden>

DERECHOS HUMANOS Y VIOLENCIA, EN DEFENSA DE LA PERSONA HUMANA

Abg. Rafael Escobar Sarubi²²

RESUMEN

²² Ministerio de Justicia. Email: ddhh@ministeriodejusticia.gov.py

En ese entendimiento el Ministerio de Justicia impulsa a través de la Dirección General de Derechos Humanos dependiente del Vice Ministerio de Justicia, un amplio trabajo institucional e interinstitucional, entre las que se encuentran; articular acciones necesarias que posibiliten dotar de institucionalidad permanente y sostenible a la promoción, protección, defensa de los derechos humanos; coordinar con las instituciones del Estado las políticas públicas en materia de derechos humanos; coordinar la Red de Derechos Humanos del Poder Ejecutivo; impulsar la incorporación y cumplimiento de las recomendaciones y estándares internacionales en materia de derechos humanos, coordinar proyectos y planes relativos al sistema de búsqueda, identificación y registro de personas desaparecidas durante la dictadura.

Palabras-clave: Es una instancia técnica responsable de recopilar, analizar, sistematizar y difundir datos desagregados de manera actualizada, permanente, estratégica, para generar información en materia de derechos humanos. Diseña indicadores, promueve y monitorea la implementación de las políticas públicas y la legislación desde el enfoque basado en de derecho.

INTRODUCCION

En este punto es importante mencionar que para la construcción de dicho proyecto se ha trabajado en una metodología que cuenta con fases y cronogramas pre establecidos mediante la participación activa de los miembros de la Red de DDHH, y para un mejor entendimiento se remite en adjunto un cuadro que contiene la fase metodológica del proceso constructivo del observatorio.

Asimismo, cabe mencionar que a partir de la revisión de los aportes recibidos de las OEE que integran la Red de Derechos Humanos, la redacción de la misión, visión y objetivos estratégicos del Observatorio de la Coordinación de la Red queda de la siguiente manera:

Ser una instancia técnica especializada reconocida a nivel nacional e internacional por recabar, analizar, sistematizar, difundir datos desagregados desde el enfoque basado en de derechos humanos. Esto permite generar información relevante en la materia que incide en el diseño, la toma de decisiones y el monitoreo en la implementación de las políticas públicas y la legislación nacional que garantice la protección y defensa de los derechos humanos.

OBJETIVOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

1. Garantizar el monitoreo permanente en el marco de la implementación de la Política Nacional de Derechos Humanos.
2. Elaborar indicadores de derechos humanos que permitan la toma de decisiones estratégicas por parte del Estado en la elaboración de las políticas públicas y la legislación.

3. Monitorar la situación de los derechos humanos en general, como así también de las poblaciones específicas.
4. Monitorar la implementación de las políticas públicas en materia de derechos humanos por parte de los OEE que integran la REDDHHPE.
5. Contribuir a la transversalización del enfoque de derechos humanos en el proceso de diseño de políticas públicas y de la legislación nacional.
6. Garantizar el acceso a la información por parte de la ciudadanía de manera transparente y accesible.
7. Contribuir con la generación de información permanente y actualizada en relación a la implementación Plan de Acción de la REDDHHPE.
8. Impulsar de manera estratégica la articulación de acciones con otros Observatorios de las OEE que integran la REDDHHPE.
9. Propiciar la articulación de acciones estratégicas con otros Observatorios de las Organizaciones de la Sociedad Civil – ONGs en materia de derechos humanos.
10. Disponer de una biblioteca física y virtual que permita el acceso a la información generada, de manera permanente y accesible.

MÉTODOS

Al respecto, se informan las acciones correspondientes al periodo 2022:

❖ Red de Derechos Humanos del Poder Ejecutivo

La Red de Derechos Humanos del Poder Ejecutivo es la instancia encargada de coordinar y articular políticas, planes y programas del Poder Ejecutivo tendientes a mejorar los mecanismos de promoción y protección de los derechos humanos.

En ese sentido es importante mencionar que con el objetivo fortalecer dicha instancia, cuya coordinación se encuentra a cargo del Ministerio de Justicia, en el año 2021 se trabajó en la formulación del Tercer Plan de Acción de la Red de Derechos Humanos mediante la cooperación técnica de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos en Paraguay, el cual fue aprobado en el mes de diciembre del 2021.

En esa línea, en el presente periodo 2022, la Dirección General de DDHH se encuentra trabajando en la ejecución del Tercer Plan de Acción a través de la instalación de mesas

temáticas, a través de las cuales se abordaron los siguientes temas: personas con discapacidad privadas de libertad, Situación de Comunidades Indígenas del Chaco, Desalojo forzoso, Casos Colonia Yeruti y Campo Agua'e.

Además, esta instancia se encuentra trabajando en el fortalecimiento de las capacidades de los funcionarios públicos mediante la realización de jornadas de capacitación en temas transversales de derechos humanos, se citan las siguientes: Diversidad y Discriminación; Derechos Humanos de las Personas con Discapacidad y Recomendaciones Internacionales; Búsqueda de personas detenidas, desaparecidas en América del Sur Experiencias y Desafíos; Trabajo Infantil; Medio Ambiente y Recomendaciones Internacionales; Convenio 169 de la OIT, Libertad de Expresión y Covid 19; Derechos y Obligaciones que asisten a los manifestantes; Reglas de Mandela; Reglas de Beijing; Reglas de Bankog; Uso de la Fuerza en contexto de encierro y Responsabilidad Internacional del Estado; Ley 5777/16 de Prevención contra la Violencia hacia las Mujeres.

❖ **Sistema de Monitoreo de Recomendaciones Internacionales– SIMORE Plus**

El SIMORE Plus es una plataforma online de acceso público, cuyo funcionamiento se sustenta en una red de alrededor de 170 puntos focales de 70 instituciones de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, además de órganos extra poder, que bajo la coordinación conjunta del Ministerio de Relaciones Exteriores y el Ministerio de Justicia es empleado por el Estado para la sistematización, seguimiento y coordinación de acciones para el cumplimiento e implementación de compromisos y recomendaciones en materia de derechos humanos.

En ese contexto, en el año 2022 se llevaron a cabo tres jornadas de capacitaciones dirigido a los puntos focales del SIMORE Plus.

RESULTADOS

En este marco institucional la Dirección General de Derechos Humanos promueve la consolidación de la Red de Derechos Humanos del Poder Ejecutivo propiciando la articulación interinstitucional e intersectorial para la implementación del Plan Nacional de Derechos Humanos (PNDH) que se concibe como un instrumento que tiene como finalidad introducir la perspectiva de derechos humanos en cada acción del Estado como una referencia obligada para las instituciones públicas. Asimismo, impulsa el fortalecimiento del Sistema de

Monitoreo de Recomendaciones (SIMORE Plus) que vincula el seguimiento de las recomendaciones internacionales de derechos humanos a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), al Plan Nacional de Desarrollo 2030(PND) y sus metas, además de las observaciones generales.

CONCLUSIONES

Protección de Derechos Humanos en el Sistema Penitenciario

La Dirección de Protección de Derechos Humanos del Sistema Penitenciario dependiente de la Dirección General de DDHH tiene como Objetivo principal promover y fortalecer el sistema de protección de Derechos Humanos de personas privadas de libertad en los Establecimientos Penitenciarios y Centros Educativos conforme a los principios y normas que rigen la materia. En ese marco se realizan visitas de monitoreo preventivas a efectos de relevar denuncias y/o reclamos por parte de las personas privadas de libertad para luego articular acciones en post del respeto de los derechos fundamentales. Asimismo, permite intervenciones conjuntas con dependencias competentes del Ministerio de Justicia como la Dirección de Asuntos Internos y Anticorrupción.

SALA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

RESUMOS EXPANDIDOS

PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Angela Luzia Borges de Meira²³

Rosani Borba²⁴

²³ Prefeitura de Foz do Iguaçu; angelameirafoz@gmail.com

²⁴ Prefeitura de Foz do Iguaçu; robomba81@gmail.com

Guilherme Allan Ricobelo de Oliveira²⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta breve relato da implantação do Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos com catadores e catadoras de materiais recicláveis em Foz do Iguaçu, Pr. e suas interfaces com a prevenção à violência, considerando o entendimento de violência não apenas como ação física, mas que envolve ação moral podendo ser percebida através do processo de exclusão social a que muitas pessoas estão submetidas, neste caso os catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Palavras-chave: Catadores; Gestão de Resíduos; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Violência.

INTRODUÇÃO

É convencionalizado que a produção e consumo, quando desordenados, produzem resíduos em demasia. Quando não tratados ou não integrados a um Plano de Gestão, não há garantia de destinação adequada. A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei 12.305/10 trouxe definições, diretrizes, princípios e objetivos acerca do gerenciamento de resíduos aliados a um Plano de Gestão Integrada com inclusão de catadores de materiais recicláveis (CEBALHO, 2022).

Neste sentido, faz-se necessário que municípios criem políticas públicas voltadas à inclusão de catadores e catadoras de materiais recicláveis, alinhados a um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) com o envolvimento de toda a sociedade civil, para a destinação adequada dos resíduos, visando minimizar o impacto ambiental, através do consumo de matéria-prima. Ressalta-se também, ações de Educação Ambiental, com a finalidade de promoverem o consumo sustentável para manutenção da cadeia de produtos.

A implantação e manutenção do PMGIRS geram benefícios ambientais, econômicos, sociais e de educação ambiental haja vista que: aumenta a vida útil de Aterros Sanitários; diminui a exploração dos elementos naturais; representa uma grande atividade econômica indireta, tanto pela economia de elementos naturais, quanto pela diminuição dos gastos com tratamento de doenças, controle da poluição ambiental e remediação de áreas degradadas; gera empregos e renda e a possibilidade da união e organização dos catadores; promove a sensibilização e participação da comunidade às

²⁵ Prefeitura de Foz do Iguaçu, rigobellodeoliveira@outlook.com

práticas individuais e coletivas promotoras da preservação ambiental e de processos sustentáveis.

Conforme Cebalho, 2022 a gestão de resíduos é uma opção para diminuir o problema ambiental e este compromisso é de todos e está estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, como responsabilidade compartilhada:

Art 3º Para efeitos desta lei, entende-se por:

[...]

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei; (BRASIL, 2010).

Apesar da PNRS e de inúmeras iniciativas de órgãos como Ministérios Públicos do Trabalho e de Meio Ambiente, do Movimento Nacional dos Catadores, entre outros para a sistematização de Programas de Gestão Integrada de Resíduos, fechamento de lixões a céu aberto, contratação de associações e/ou cooperativas de catadores para prestação de serviço de coleta seletiva e da importância socioeconômica e ambiental decorrente da atividade dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, a atividade deles ainda é desenvolvida em condições insalubres em muitos municípios brasileiros. Tal realidade amplia as condições de vulnerabilidade e desigualdade social, as quais estas pessoas estão submetidas, pois sua atividade laboral está envolta a estigmas e preconceitos tendo em vista que esses trabalhadores sobrevivem do e no “lixo”, motivos pelos quais verifica-se uma acentuação dos processos discriminatórios, bem como da violência simbólica (PEREIRA, 2013).

OBJETIVOS

Geral

Apresentar o Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos de Foz do Iguaçu e suas interfaces com a prevenção à violência.

Métodos

Em Foz do Iguaçu, a gestão dos resíduos sólidos recicláveis ficou negligenciada por muito tempo, apenas a partir de 2017, com o início da atual gestão municipal houve a elaboração e implementação do Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduo - PMGIR em atendimento aos princípios basilares da PNRS 2010, a qual traz a necessidade de inclusão e o reconhecimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, além de estabelecer diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos, prevendo medidas de consumo sustentável, redução dos impactos ambientais e geração de emprego e renda e educação ambiental.

Concomitantemente à criação do PMGIR, se deu a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, 2019, instrumento necessário para planejamento e promoção de ações socioambientais que elevem o padrão de sustentabilidade ambiental da cidade., atendendo também aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

A elaboração do PMGIR, se deu a partir de um diagnóstico da situação da gestão de resíduos no município, em especial na questão da coleta e destinação de recicláveis. Destacamos abaixo os principais pontos:

I - Desde o ano de 2003, existiram tentativas de implantação de um programa de coleta seletiva no município de Foz do Iguaçu, porém sem investimentos financeiros e estruturantes, resultando apenas no incentivo a prática da coleta pela única cooperativa estabelecida em Foz do Iguaçu, sem que se estruturasse Termos de Colaboração ou contratação para execução dos trabalhos de Coleta Seletiva domiciliar;

II - A partir do ano de 2014 foi instituída a coleta de recicláveis nos prédios públicos municipais e colégios estaduais, feita pela concessionária de limpeza pública contratada pelo município e destinava à Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu - COAAFI, a qual operava a triagem e destinação dos resíduos em unidades próprias do município, cedidas à mesma;

III - As unidades operadas pela COAAFI estavam em condições precárias e necessitavam de reformas e ampliações;

IV - Inexistência de equipamentos e veículos para coleta triagem e demais atividades correlatas à coleta seletiva;

V - A COAAFI realizava coleta seletiva domiciliar porta a porta em alguns bairros do município, por conta própria e sem regularidade, além de coleta em alguns grandes geradores como: Hotéis, condomínios e comércio em geral;

VI - Existência de catadores autônomos, cuja renda gerada a partir da coleta com armazenamento dos resíduos em espaço residencial e também vias públicas;

VII - Existência do Programa de Educação Ambiental na Administração Pública desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente com representantes dos Órgãos Públicos Municipais;

VIII - Ausência de ações de incentivo à logística reversa de resíduos sólidos recicláveis por parte da Prefeitura.

O início da implantação do PMGIR se deu em junho 2018, por meio da celebração de um Termo de Colaboração, de nº 107/2018 (por meio de Chamada Pública nº 01/2018) entre o Município e a COAAFI, única cooperativa de catadores até então formalizada no município e que historicamente vinha realizando o serviço, conforme já apresentado anteriormente. O termo teve validade de 12 meses, prorrogado por mais 12 meses. Com esse instrumento, foi possível iniciar a coleta porta a porta de forma mecanizada (caminhões específicos para coleta de resíduos recicláveis) de forma gradativa e com projeção de atender 100% das residências urbanas ao final de 2019 e inaugurar a primeira fase de implantação do programa.

A segunda fase do programa teve seu início em maio de 2020, com abertura de edital de chamamento público para o credenciamento de associações e cooperativas de catadores, com pagamento por tonelada de resíduos recicláveis processados, conforme prevê a PNR/2010. A OSC que atendeu aos requisitos foi a mesma cooperativa cuja qual havia firmado o termo de colaboração, e assim realizou-se o contrato nº 109/2020.

Neste período, apesar do serviço estar sendo prestado à população, o Programa trabalhou para a adequação dos espaços físicos e equipamentos a fim de qualificar o trabalho dos catadores e de educação e orientação ambiental à comunidade em geral, para com isso garantir solidez e continuidade ao programa. Esta etapa foi possível por meio parcerias com Governo do Estado do Paraná e Itaipu Binacional, quais sejam:

- Convênio Prefeitura de Foz do Iguaçu e Itaipu Binacional para reforma/ampliação de 05 barracões triagem, transformando-os em Unidades de Valorização de Recicláveis (UVRs) e

construção de 03 novas unidades; equipamentos de proteção individual e demais equipamentos de apoio aos catadores e UVRs; materiais para educação ambiental;

- Parceria com Governo do Estado do Paraná – Instituto das Águas do Paraná para aquisição de 08 caminhões específicos para a coleta seletiva e equipamentos para as 08 Unidades de Valorização de Resíduos;

No ano de 2021, o Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos chegou à sua terceira fase, através de um novo chamamento público, para contratação com pagamento por tonelada de resíduo coletado e destinado corretamente.

Neste, cinco cooperativas foram credenciadas, sendo quatro recentemente formalizadas em regiões distintas do município e a cooperativa que atuava no município desde antes do Programa estar em operação.

Durante todas as 03 fases do Programa, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além de acompanhar, fiscalizar e coordenar o serviço de coleta, desenvolve diferentes projetos e ações de educação e orientação ambiental junto à população, desde o ensino formal até a comunidade em geral. Isso se dá por meio de processos formativos para professores, e gestores das unidades de ensino, visitas guiadas às UVRs, atividades nas comunidades nos bairros, elaboração de materiais visuais, orientação e entrega de material porta a porta nas residências, entre outros.

Além dos trabalhos voltados ao ensino formal e comunidade em geral, são realizadas atividades junto aos catadores, a fim de que se fortaleçam como cooperativa, se qualifiquem e tenham mais condições de se tornarem cada vez mais autônomas e com menos riscos de encerramento das atividades, além de contribuir para a mudança da auto imagem dos trabalhadores e trabalhadoras, que muitas vezes é negativa, conforme Miura (2004, apud Costa e Pato, 2016), quando afirmam que:

Há uma relação dialética entre os sentimentos de vergonha e orgulho que constituem o fazer do catador no exercício de lidar com o lixo. Vergonha, quando sobrevive em condições desumanas e é comparado ao produto que lhe gera renda e condições de sobrevivência. Orgulho, quando descobre a sua importância como agente ambiental que contribui para as questões de preservação e conservação. (MIURA, 2004, apud Costa e Pato, 2016. p 101).

RESULTADOS

A implantação do PMGR, apesar de sua pouca idade, já apresenta resultados satisfatórios, conforme apresentamos abaixo:

- Atende 100% da área urbana do município de Foz do Iguaçu com coleta seletiva domiciliar de resíduos recicláveis, no modelo porta a porta uma vez por semana;
- A regularidade do serviço de coleta, bem como o trabalho de orientação, informação e educação ambiental possibilitou aumento na participação da população com adesão ao Programa;
- Construção de 03 novas unidades de valorização de recicláveis e reforma com ampliação de 04 unidades já existentes, todas com captação de água de chuva e equipamentos para recebimento, triagem, prensagem e armazenamento dos recicláveis, além da instalação de biodigestores para resíduos orgânicos;
- Atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a participação de catadores de materiais recicláveis organizados em associações ou cooperativas;
- Desvio de 7.803 toneladas de resíduos do aterro sanitário;
- Aumento na renda média dos catadores, de R\$ 800,00 para R\$ 1.514,00, com formalização de trabalho em condições dignas;
- Aumento de organização formalizada de catadores, de 01 para 05 cooperativas contratadas, consequentemente o aumento na quantidade de trabalhadores integrados ao Programa, de 90 para 150 cooperados e cooperadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um Programa embasado no tripé da sustentabilidade, (ambiental econômico e social) que além de cumprir com as exigências da PNRS para a gestão integrada de recicláveis, manutenção da vida útil do aterro sanitário, do retorno de matéria prima para cadeia produtiva, está pautado na geração de renda e na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade e consequentemente na melhoria da qualidade de vida no Município e prevenção à violência.

Antes de estarem integrados ao Programa, muitas dessas pessoas atuavam como catadores autônomos, expostos aos riscos do trânsito e das doenças ocasionadas pelo acúmulo dos resíduos nas casas, prejudicando a própria família e a comunidade do entorno.

Um ponto que chama atenção é o fato de que 62% dos trabalhadores no Programa da coleta seletiva são mulheres e que 100% das cooperativas são presididas por mulheres, percebe-se que a equidade de gênero vem sendo praticada e valorizada.

Neste sentido, entendemos que o Programa vem cumprindo com seus objetivos, em especial em se considerando a prevenção de violência nos seus diversos tipos, pois oportuniza postos de trabalho a pessoas de diferentes faixas etárias, independente da orientação sexual, sem exigência de escolaridade, em ambiente de trabalho salutar, sem distinção de renda entre homens e mulheres.

O programa almeja se fortalecer, a fim de que mais cooperativas sejam criadas e com isso haja aumento de trabalhadores integrados e conseqüentemente a diminuição da quantidade de catadores autônomos nas ruas.

Para isso, é necessário que a população faça a gestão adequada dos resíduos evitando que sejam descartados no aterro sanitário, misturados aos rejeitos, pois assim os recicláveis chegarão às UVRs como matéria prima do trabalho dos catadores, promovendo aumento da renda e por conseqüência melhoria das condições de vida de todos eles.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, Vxx, nxx, data de publicação em Diário 03 de agosto de 2010.

CEBALHO, Maria Catarina. O Processo de Formação dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis de Cáceres-MT e os desafios da inclusão social para melhoria das condições de trabalho. **Revista Zeiki**. v.2, n.2. p.137-149. mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/zeiki/article/view/6107>. Acesso em novembro de 2022.

COSTA, Claudia Moraes. PATO, Claudia. **A Constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência** - In Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional / Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

PEREIRA, S. S. O cotidiano das catadoras de materiais recicláveis da cidade de Campina Grande, PB: violência, exclusão social e vulnerabilidade - DOI 10.5216/ag.v7i1.16587. **Ateliê**



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

Geográfico, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 143–173, 2013. DOI: 10.5216/ag.v7i1.16587. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16587>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOUZA, Maria Aparecida. SILVA, Monica Maria Pereira. BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Revista Monografias Ambientais - REMOA**. Florianópolis, v.13, n.5, p. 3998-4010. dez. 2014.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

RESUMOS EXPANDIDOS

SEÇÃO PÔSTER

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CAIA ITINERANTE, O MOVER DA ESPERANÇA

Jacson Henrique Gatelli, Caia/Scnsa; coordenacaocaiascnsa@gmail.com

Kamila Rocha, Caia/Scnsa; kamilacaiafoz@gmail.com

Franklin Albano, Caia/Scnsa; franklincaiafoz@gmail.com

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

Inaugurado em setembro de 2000, foi criado com intuito de cuidar e focar na saúde do adolescente através de um projeto de extensão do curso de enfermagem, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atendendo os aspectos biopsicossociais de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social, em espaços diversos, com foco na prevenção e de forma complementar a família e escola, combatendo a ociosidade. Dentre os objetivos estão, a promoção a inclusão, a formação do caráter e do cidadão estimulando o trabalho em equipe e a disciplina, oferecendo atividades nas regiões Sul, Norte e Leste de Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: Acesso; Pertencimento; Humanizado; Comunidade; Família.

INTRODUÇÃO

O CAIA – Centro de Atenção Integral ao Adolescente nasceu de um projeto de extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, chamado “Despertar da Adolescência – Atenção Integral na Fase Adolescer”, coordenado pela enfermeira Elis Maria Palma Priotto e iniciado em setembro de 2000, com o objetivo de oferecer um programa de assistência e educação integral, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos, físicos e mentais, visando o desenvolvimento pleno e contribuindo para a redução dos desajustes individuais e sociais.

A elaboração do Projeto Piloto “Despertar da Adolescência - Atenção Integral na Fase Adolescer”, na comunidade do Porto Meira, originou-se a partir dos atendimentos realizados a adolescentes através do trabalho de acompanhamento pastoral e no posto de saúde da região, onde se constatou a falta de informações sobre saúde sexual, reprodutiva e outras questões voltadas para as situações consideradas de risco, entre elas gravidez não planejada, doenças sexualmente transmissíveis, aborto, exploração sexual e comercial, consumo de substâncias ilícitas, tráfico de entorpecentes, grupos de influência criminosa, falta de lazer, dificuldade de se inserir no mundo do trabalho e relacionamento familiar. Tais fatores demonstraram a

necessidade de realizar um trabalho específico e multiprofissional na área da saúde, social e educacional, para a população adolescente do bairro e região.

Em uma realidade como da região do Porto Meira, com a presença de numerosas comunidades e a precariedade do suprimento das necessidades básicas, as crianças e adolescentes são constantemente expostas às situações em que seus direitos são violados ou ameaçados, gerando circunstâncias favoráveis para a proliferação de ações de negligência, maus-tratos, exploração, abuso e opressão.

O CAIA ITINERANTE teve início no ano de 2011, nos bairros Sohab e Novo Horizonte e comunidade do Barro Branco e durou apenas um ano. Apesar do pouco tempo de atuação, o CAIA teve um impacto positivo sobre as comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social.

Paulo Freire (1986) pontua a importância da abordagem de crianças nas ruas: “Nós precisamos ter cuidado para não invadir o mundo do menor, se ele não quiser ser invadido; não ultrapassar o espaço vital da criança, que é real, se ela não quiser. Pois isto seria um ato de violência. Nós devemos esperar pelo 'momento mágico' quando a criança está desarmada. É necessária uma paciência histórica, para esperar o desabrochar deste momento – o momento em que descobrimos o mistério existencial da criança”. (p.13)

Com essa convicção e linha de raciocínio, o CAIA ITINERANTE foi reiniciado em 2019 com atividades de integração social, dinâmicas de grupo e brincadeiras que valorizam o protagonismo e ofertam um espaço de diálogo entre crianças e adolescentes nas comunidades do Novo Horizonte e Sohab, pertencentes a região sul e no bairro Jardim Canadá e Cidade Nova localizados na região norte de Foz do Iguaçu, além dos bairros Morumbi e Portal da Foz, na região leste do município.

Mais de 80% das crianças e adolescentes atendidos pela instituição residem em locais de vulnerabilidade ou risco social. O território do CRAS SUL, órgão referência para o CAIA e também para o CAIA ITINERANTE dos bairros Novo Horizonte e Sohab, é composto por área urbana, onde houve ocupação nos bairros Morenitas e Buba, considerado a maior ocupação urbana do estado do Paraná, que hoje é formada por mais de 1.800 famílias destacando maior vulnerabilidade ou risco social. Estes territórios são decorrentes de inúmeras expressões da questão social: ausência e insuficiência de renda, desemprego ou

trabalho informal, drogadição, evasão escolar e diferentes formas de violência física, psicológica e sexual.

MATERIAIS E METODOLOGIA

Tipo de projeto: Projeto de pesquisa qualitativa, com análise descritiva.

Cenário: A sede do CAIA, é localizada na Avenida Morenitas, 2195, Vila Padre Monti.

E também acontece o CAIA ITINERANTE nas regiões Norte, Leste e Sul:

Associação de Moradores - Avenida Parati, 36, Jardim Canadá (Norte)

Projeto Anjo Gabriel - Avenida Araucária, 294, Jardim Duarte (Norte)

CNI – Rua Elói Armando de Nedel, 1332, Cidade Nova (Norte)

Paróquia N. Sra. Da Saúde – Rua das Águias, 200, Portal da Foz (Leste)

Associação de Moradores – Rua Maringá, 759, Novo Horizonte (Sul)

Associação de Moradores – Rua Bacalhau, 385, Profilurb I (Sul)

População: O atendimento realizado pela equipe de profissionais composta por Coordenação geral, administrativo, educadores, pedagogos, oficinairos e serviços gerais atendem 646 crianças e adolescentes juntamente com suas famílias e comunidade pertencentes as regiões de atuação na sede e seus polos itinerantes.

Crterios de seleção: A inserção dos usuários se dá através da avaliação social e encaminhamento feito pela equipe técnica do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do território, priorizando o público pautado na Resolução CNAS nº 01/2013 que considera em situação prioritária para inclusão no SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Análise dos dados: O levantamento de dados ocorre através do acompanhamento diário das atividades, através de listas de presenças que são atualizadas mensalmente seguindo a planilha de referenciamento do SCFV de cada região, relatórios de atendimentos técnico e de atividades propostas em seus grupos no geral, visitas domiciliares e escolares, buscas ativas por parte da equipe quando necessárias.

RESULTADOS

O projeto se torna o refúgio de muitas crianças e adolescentes de nossas comunidades, com momentos marcantes, criando uma rotina de atividades, um grande exemplo são os educandos, roda de conversa formada por crianças e os adolescentes, junto aos educadores, e terem a oportunidade de sentar-se de forma que todos possam se olhar, em um círculo. Este simples fato diferencia esta prática de qualquer outro momento do dia. O fato de posicionarmos os usuários deste modo já incentiva o diálogo entre os integrantes do grupo. Ou seja, pela própria característica física deste agrupamento, é um momento de socialização: de novidades, pensamentos, decisões, regras, etc. É a hora em que os usuários possuem a experiência de metas grupais, transcendendo seus próprios desejos e necessidades individuais. Não seríamos nada sem nossos educandos. Foram eles que nos fizeram melhores ao longo do tempo. Foram eles que apontaram as atividades que gostariam de ter. Foi neste convívio que fomos definindo o que funcionava e o que não funcionava. Com eles fomos dando a cara que o centro de atenção integral ao adolescente tem. Sem o educando não há razão para o projeto social existir. A eles devotamos nossas vidas, a eles agradecemos a oportunidade de exercitar nossa humanidade, vivenciamos tantos momentos bons e alegres, as colônias de férias, as gincanas, os campeonatos, as brincadeiras, os exemplos de auto superação, recordando um momento que foi crucial na mudança de vida da adolescente L.S hoje com 19 anos, que a relato da mesma, no ano de 2019 quando adentramos com o serviço itinerante na região norte de Foz do Iguaçu, tivemos a bela experiência de participarmos de sua evolução, vivenciando e contando a sua história de vida:

“ O CAIA ajudou a mudar minha história de vida, meu pai falou que não adiantava eu ir para essa entrevista de emprego, que o próprio caia conseguiu através do CAF, porque aquela era nossa realidade e que nunca sairemos dela, mas lembrei da fala dos educadores, que quem escrevia e mudaria nossa história era nós mesmo, hoje não sou mais Jovem Aprendiz fui efetivada e faço parte do quadro de funcionários desta empresa, estou fazendo faculdade e a cada dia que passa busco mudar a realidade da minha família” (L.S. 19 anos).

Também podemos lembrar daquele momento difícil e questionador, o rebelde que não seguiu nossas orientações, o agressivo, o mal-humorado, o provocador, a todos agradecemos por todas as felicidades e dificuldades, porque assim é a humanidade. Aprendemos ao longo do tempo que, às vezes, as coisas precisam sair do lugar. Nós precisamos sair de nossos lugares, se colocar no lugar do outro ao invés de ficar apenas cobrando. E fomos entendendo a difícil tarefa de educar. Nossos espaços são os nossos maiores patrimônios, nossa maior fonte

de alegria, houveram também momentos muito difíceis, principalmente quando paramos para estudar os casos em que houve fracasso, tendo a difícil ação de ter que reconhecer adolescentes mortos no IML, sendo frustrante saber de suas recaídas na droga e no tráfico, como foi ruim saber que perdemos mais um adolescente para o crime. Mas tudo isso fez e faz parte da história do CAIA. Vemos que nosso município tem se transformado ao longo dos anos e o CAIA contribuiu e pretende contribuir muito para a melhoria da nossa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CAIA itinerante nasceu desse olhar de esperança, para com as comunidades, no anseio de trazer a esperança as crianças, adolescentes e todas as famílias em geral que possuem um papel importante em nosso município, e ir de encontro com as necessidades do nosso público, necessidades essas que se perderam, falta de conhecimento de si mesmo e o reconhecimento de pertencer ao espaço em que vivem, buscando uma melhoria de vida. Essa sensação de pertencimento, dá identidade aos espaços em que vivem, e estes passam a fazer conexão consigo mesmo. Neles se manifestam as trocas e relações humanas, despertando o sentimento de “cuidar para não deixar de ter”.

Essa apropriação que levamos aos nossos usuários, a terem zelo por seu território, é importante na construção dos projetos da vida de cada um, e para que eles efetivamente aconteçam. O sentimento de estar envolvido no projeto, traz uma espécie de controle de seu desenvolvimento e expansão, facilitando a mobilização política, ações coletivas, prevenção à criminalidade e preservação ao meio ambiente. Além disso, contribui para a saúde mental, psíquica e física dos moradores que se sentem mais acolhidos pelo lugar e, conseqüentemente, mais proativos em suas histórias de vida.

O projeto CAIA ITINERANTE tem o poder de criar histórias e vínculos entre as crianças e adolescentes que por ali convivem, definem o traçado dos lugares, podendo ser considerado quase uma extensão de suas casas. Os moradores se apropriam desses espaços e neles estreitam relações com os educadores e o projeto em sua totalidade, fazer parte de um grupo, ou seja, do projeto CAIA gera esse pertencimento pelos locais periféricos de moradia, que os conduzem novamente a redescoberta da cidadania, reconhecendo ser um cidadão de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

FREIRE, Paulo. Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica. Brasília: Unicef/Funabem, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Foz do Iguaçu: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html>. Acesso em 07 fev. 2023.

Defensoria trabalha em ação da maior ocupação urbana do Paraná, 09/09/2015. Disponível em:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Defensoria-trabalha-em-acao-da-maior-ocupacao-urbana-do-Parana>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CONSELHO COMUNITÁRIO DA VILA C TRANSFORMANDO REALIDADES

Jessica Drielle Rossetti;
Conselho Comunitário da Vila C; conselhocvc@hotmail.com.

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

Ao fortalecer os laços familiares e comunitários, o Conselho Comunitário Vila C contribui significativamente para a inclusão social da comunidade. Para fazer isso a instituição usa várias ferramentas: sociais, culturais, artísticas, esportivas e profissionais. Com projetos que visam alcançar, ampliar e promover os direitos sociais e estimular a participação da população no exercício da cidadania trabalhando juntos para mudar concretamente o frágil cenário de exclusão social que faz parte do cotidiano de muitas pessoas da nossa comunidade.

Palavras-chave: Comunidade; Educação; Família; Oportunidades.

INTRODUÇÃO

O Conselho Comunitário da Vila C (CCVC) é uma instituição com 19 (dezenove) anos de trabalhos voltados para a comunidade e teve sua origem a partir do Programa Energia Solidária da Itaipu Binacional, que estimulou e mobilizou a comunidade local para discutir e buscar soluções para os problemas identificados na região. Foi instituído através da organização dos moradores que elencaram as necessidades vitais para a melhoria e autonomia da grande região da Vila C. Dessas discussões surgiu à ideia de se criar um Conselho Comunitário que identificasse as necessidades de forma organizada e buscasse soluções para as mesmas.

Assim, a atuação do projeto tem se voltado ao esporte, à educação profissional e à cultura, construindo uma ferramenta diferenciada de combate à exclusão e de construção da cidadania, por meio de uma porta de entrada que permite o acesso a outras políticas socioeducativas. São geridos como instrumentos de transformação social e possibilitam a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes junto com suas famílias e a construção de novos conceitos de educação, cidadania e solidariedade coletiva. E gerando possibilidade de mudanças de realidade de adultos, adolescentes e crianças da região norte.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de projeto: Projeto de pesquisa qualitativa, com análise descritiva.

Cenário: O projeto acontece tanto na sede fixa na Rua Vila Velha – nº 63, no Bairro Itaipu C, como nas escolas da região que temos parceria.

População: O atendimento é para a toda a população da região norte de Foz do Iguaçu, com o atendimento médio de 700 pessoas. São atendidas crianças, adolescentes e adultos entre 4 à 85 anos, de ambos os sexos.

Crítérios de seleção: A inserção do indivíduo nas atividades do CCVC que se dá por meio de busca ativa e encaminhamentos da rede de proteção Social Básica do Município de Foz do Iguaçu que tem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na região norte como referência.

Análise dos dados: Os indicadores são realizados através do acompanhamento da equipe técnica aos locais em que as atividades acontecem, listas de presenças mensais, e relatórios de atendimentos individuais e grupos.

RESULTADOS

No Conselho Comunitário da Vila C ao longo dos seus 19 anos de projeto já foram atendidas mais de 80.000 pessoas, e vem impulsionando de maneira expressiva a inclusão social da comunidade através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para isso a instituição faz uso das mais diferenciadas modalidades: sociais, culturais, artística, esportivas e profissionalizantes. Com projetos direcionados para acesso, ampliação e promoção dos direitos sociais e ela incentiva a população a participar do exercício da cidadania colaborando para mudar de forma efetiva o cenário frágil de exclusão social que faz parte do dia-a-dia de muitas pessoas da comunidade, contribuindo para o bem-estar social.

Além das atividades esportivas, culturais, artísticas, o CCVC desenvolve também ações de capacitação, qualificação e profissionalização, oportunizando a população ao ingresso no mercado de trabalho, contribuindo para geração de renda e desenvolvimento econômico regional. O projeto tem possibilitado, ao longo dos anos, oportunidades que sem a intuição as crianças não teriam como vivenciar.

Para Marta Kohl (1993) “o aprendizado possibilita o despertar de processos internos do indivíduo, liga o desenvolvimento da pessoa a sua relação com o ambiente sociocultural

em que vive e a sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos”.

Vários são os exemplos de vidas transformadas através do projeto, diversos são os adultos que através das oficinas e cursos profissionalizantes (artesanato, panificação, costura, informática e etc.), conseguiram mudar a realidade dentro de suas famílias tanto financeiramente quanto na qualidade de vida, pessoas que tiveram acesso a direitos básicos através de uma assistência prestada pelo CCVC, por meio de encaminhamentos ou palestras que trouxeram o conhecimento a essas pessoas.

Um exemplo é o caso da Anna Gomes, que chegou à instituição com apenas quatro anos para fazer aulas de ballet e nos dias atuais é professora de ballet do projeto, formada em Educação Física através de uma parceria da instituição com uma faculdade privada da cidade, a mesma teve acesso a formações com a escola Bolshoi em Joinville – SC, onde ela e outras tantas meninas que ao longo desses 19 anos foram e puderam ter contato com pessoas de diversos lugares do Brasil uma experiência única na vida dessas meninas.

Outro caso emblemático é o da atleta Pâmela Beluque que a partir das oficinas de badminton participou de vários campeonatos e conquistou medalhas, fazendo parte da equipe de rendimento que compete representando nosso município, com um grande potencial para futuramente até ingressar na seleção brasileira. Além destes dois exemplos há outros tantos exemplos de vidas transformadas por uma oportunidade de poder ir além da sua realidade regional.

O Conselho tendo mais de 20 oficinas diferentes atende em média 750 pessoas mensais, sendo por sua maioria crianças e adolescentes e feito um trabalho criando um vínculo entre instituição, família e educação, Prado (1981) afirma que: A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes. É no seio familiar, que a criança aprende a socializar, dividir, compartilhar e conviver em grupo.

A relação familiar é essencial para o desenvolvimento individual de uma criança, educação no contexto da escola, relação com professores e família, conviver com os colegas, tudo contribui para o seu desenvolvimento social. As relações familiares muitas vezes estão ligadas ao baixo desempenho escolar, a instituição faz o acompanhamento escolar com uma equipe técnica e em contato direto com as escolas da região para poder identificar situações

que de alguma forma possa estar influenciando no desenvolvimento das crianças e adolescentes para que em conjunto com a família possamos achar soluções, que muitas vezes não tem suporte ou conhecimento de onde procurar ajuda.

Muitos são os talentos desperdiçados por falta de oportunidade e conhecimento, o Conselho Comunitário da Vila C ao longo dos seus anos tem conseguido despertar novos artistas, esportistas, professores, empresários e tantas outras profissões. Além do acesso as oficinas de diversas áreas, a instituição tem feito um trabalho na formação de cidadãos, trazendo temas para serem discutidos sobre saúde mental, higiene pessoal, segurança, educação, meio-ambiente e tantos outros que são importantes para o desenvolvimento de cidadãos conscientes para a construção de uma sociedade cada vez melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os desafios são muitos numa sociedade completamente desigual, onde o acesso à cultura é muitas vezes visto como perda de tempo, mas que pode ser uma grande mudança de vidas, onde o desporto é considerado entretenimento, mas pode ser uma ferramenta de educação ano após ano podemos constatar a importância da instituição na vida da nossa comunidade, cada vez mais procuradas por moradores não só da zona norte, mas também de outras regiões da cidade, que perceberam o trabalho realizado e se interessaram em participar, pois sabem como é importante que seus filhos tenham acesso a experiências, que muitas vezes só crianças de classes sociais mais altas teriam, assim oportunizando uma transformação na vida de crianças e suas famílias e alcançando objetivos que muitas vezes não chegam nem ao nosso conhecimento, pois essas transformações começam em uma pessoa da família, mas que pode beneficiar todo o resto desse núcleo familiar, amigos e a comunidade no geral.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, P. S. Introdução à sociologia da educação. São Paulo: Ática, 1993.
PRADO, Danda. O que é família? 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

ENTENDENDO A PRÁTICA DO *BULLYING* ESCOLAR A PARTIR DA SOCIOMETRIA

Victoria Maria Ribeiro Lembo; Pontifícia Universidade Católica de Campinas;
vickmrlembo3@gmail.com.

Wanderlei Abadio de Oliveira; Pontifícia Universidade Católica de Campinas;
wanderleio@hotmail.com.

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

O *bullying* é um tipo de violência que afeta crianças e adolescentes em idade escolar. A literatura especializada já revelou descobertas sobre a importância da função domínio social e das questões sociométricas que concorrem para a ocorrência do fenômeno. Esse estudo objetivou sistematizar o conhecimento sobre o status sociométrico relacionado à prática do *bullying* por meninos. Para alcançar esse objetivo as informações foram coletadas por meio de uma revisão de escopo e quatro bases de dados foram consultadas. A revisão sugere que a distinção dos papéis sociais desempenhados pelos meninos pode subsidiar melhores estratégias de intervenções *antibullying*.

Palavras-chave: *Bullying*; Gênero; Papéis dos participantes; Status sociométrico.

INTRODUÇÃO

O *bullying* escolar é um fenômeno caracterizado por um desequilíbrio de poder real ou percebido entre os pares, em que comportamentos agressivos sistemáticos e intencionais são dirigidos diretamente ou indiretamente às vítimas (Olweus, 2013). A ocorrência do fenômeno é global. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019 indicou que 23% dos estudantes declararam ser vítimas e 12% declararam ser os agressores, sendo que entre os meninos essa prática foi informada por 14,6% ante 9,5% entre as meninas (Malta et al., 2022). O primeiro Conselho Consultivo e Participativo do Adolescente da Argentina, em 2022, divulgou um vídeo para sensibilização da comunidade, indicando que naquele país para cada grupo de 10 estudantes, sete são vítimas de *bullying*. No Paraguai o problema já foi igualmente reconhecido e o governo construiu um protocolo para de atenção aos casos de *bullying* nas escolas.

Um ponto importante a ser considerado com relação a esse fenômeno é o status sociométrico. Esse constructo se refere a como o poder simbólico está distribuído entre os estudantes e como estão delimitadas as posições sociais entre os pares (Maia et al., 2020). Considerando que o *bullying* é um problema advindo das relações interpessoais, a literatura

especializada sobre o assunto evidencia a relevância da popularidade e da posição social (que inclui a atenção, os elementos de poder e o status) nas relações entre pares, mas também implica sentimentos como o medo de se tornar uma vítima, inseguranças e a busca por recompensas emocionais por meio das agressões (Thornberg, 2011).

Esse estudo teve como objetivo sistematizar o conhecimento sobre o status sociométrico relacionado à prática do *bullying* por meninos.

MÉTODO

Trata-se de um estudo do tipo *scoping review*. Um dos objetivos desse tipo de revisão é examinar como as pesquisas estão sendo conduzidas sobre determinadas evidências (Cordeiro & Soares, 2019). A revisão foi desenvolvida com base nas recomendações do guia *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco et al., 2018).

Para orientar a formulação da questão norteadora, adotou-se a estratégia PVO (participantes, variáveis e outcomes/desfecho): Como o status sociométrico (O) está relacionado com a prática do *bullying* (V) entre meninos(P)?”. Os seguintes termos foram aplicados nas buscas: *peer status; sociometric; bullying*. Nenhum recorte temporal foi utilizado e foram considerados apenas artigos científicos de estudos empíricos publicados em periódicos. Os resultados obtidos foram transportados para a plataforma digital Rayyan que foi utilizada no processo de seleção dos produtos a serem revisados. Os dados foram analisados de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificaram-se, pela estratégia de busca, 181 artigos nas quatro bases de dados consultadas. Inicialmente, excluíram-se 69 documentos duplicados e 96 não atendiam aos critérios de inclusão já na análise dos títulos e resumos. Selecionaram-se para leitura do texto integral 16 estudos e, posteriormente, oito foram excluídos. Ao final, obteve-se o total de oito estudos incluídos nesta revisão e estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 *Artigos que compõem o corpus da revisão.*

Título (Ano da publicação)	Autores
Sociometric Status of Participants Involved in School Bullying (2020)	Zequinão, M. A.; Medeiros, P. de; Silva, J. L. da; Pereira, B. O. & Cardoso, F. L.
Relaciones entre pares: aceptación, rechazo, Victimización, agresión. Su importancia para el Diseño de intervenciones en salud mental en Educación primaria (2019)	Greco, C.
Social status profiles among first grade children (2014)	Acquah, E.; Palonen, T.; Laine, K. & Lehtinen, E.
Violencia entre iguales en Educación Primaria: El papel de los compañeros y su relación con el estatus sociométrico (2011)	Molina, B. L.; Valero, R. P. & Canales, I. S.
The complex relation between bullying, victimization, acceptance, and rejection: giving special attention to status, affection, and sex differences (2010)	Veenstra, R.; Lindenberg, S.; Munniksmá, A. & Dijkstra, J. K.
Social status, gender, classroom climate and bullying among adolescents pupils (2010)	Cerezo, F. & Ato, M.
Associations of peer acceptance and perceived popularity with bullying and victimization in early adolescence (2009)	Bruyn, E. H. de; Cillessen, A. H. N. & Wissink, I. B.
The relationship of aggression and bullying to social preference: differences in gender and types of aggression (2009)	Lee, E.

Uma análise preliminar dos artigos revisados indicou que os agressores geralmente são rejeitados pelos seus pares (Acquah et al., 2014; Cerezo & Ato, 2010; Molina et al., 2011), entretanto algumas especificações e variáveis foram atreladas a esse resultado. O estudo de Veenstra et al. (2010), por exemplo, encontrou que os agressores tendem a ser rejeitados pelos colegas do mesmo gênero que a vítima, além disso os meninos tendem a escolher suas vítimas para não perderem afeição de seus pares.

Nessa mesma direção, alguns estudos demonstraram a importância do gênero como um moderador entre o status sociométrico e os comportamentos agressivos, em que os pares desgostam mais dos meninos agressores quando comparados as meninas (Greco, 2019; Lee, 2009). Com relação a popularidade, a pesquisa de Bruyn et al. (2009) indicou que quanto maiores as taxas de prática de *bullying*, maiores os níveis de popularidade do indivíduo, sendo que tal fenômeno é mais prevalente entre os meninos.

Outro dado interessante encontrado revelou que os agressores geralmente são os primeiros a serem escolhidos nas atividades de educação física, enquanto os últimos nas atividades em sala de aula (Zequinão et al., 2020). Além disso, a pesquisa de Cerezo & Ato

(2010) indicou que mesmo os perpetradores sendo rejeitados, eles são considerados fisicamente fortes por seus colegas. A partir disso, percebe-se a pluralidade de variáveis que compreendem a relação entre o status sociométrico e a prática de *bullying*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revisados revelaram dados sobre o status sociométrico de estudantes identificados como agressores. O método baseado em nomeações e o método baseado em avaliações dos pares foram os mais utilizados e são reconhecidos como as melhores estratégias para examinar a ocorrência do *bullying* nas escolas. Os resultados revisados sugerem que a distinção dos papéis sociais desempenhados pelos estudantes, principalmente os meninos, podem subsidiar melhores estratégias de intervenções *antibullying*. Estudos empíricos que avaliem o status sociométrico de estudantes identificados como agressores são recomendados.

REFERÊNCIAS

- Acquah, E., Palonen, T., Laine, K., & Lehtinen, E. (2014). Social status profiles among first grade children. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 58(1), 73-92.
- Bruyn, E. H. de, Cillessen, A. H. N., & Wissink, I. B. (2009). Associations of peer acceptance and perceived popularity with bullying and victimization in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 30(4).
- Cerezo, F., & Ato, M. (2010). Social status, gender, classroom climate and bullying among adolescents pupils. *Anales de Psicología*, 26(1), 137-144.
- Cordeiro, L. & Soares, C. B. (2020). Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *Boletim do Instituto de Saúde*, 20(2), 37-43.
- Greco, C. (2019). Relaciones entre pares: aceptación, rechazo, victimización, agresión. Su importancia para el diseño de intervenciones en salud mental en educación primaria. *Revista Argentina de Clínica Psicológica*, 28(4), 575-586.
- Lee, E. (2009). The relationship of aggression and bullying to social preference: differences in gender and types of aggression. *International Journal of Behavioral Development*, 33(4), 323-330.
- Maia, F. A., Soares, A. B., & Monteiro, M. C. (2020). Status Sociométrico em Adolescentes na Transição para o Segundo Ciclo do Ensino Fundamental. Gerais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(2), 1-17.
- Malta, D. C., Oliveira, W. A., Prates, E. J. S., Mello, F. C. M., Moutinho, C. S., & Silva, M. A. I. (2022). Bullying entre adolescentes brasileiros: evidências das Pesquisas Nacionais de Saúde do Escolar, Brasil, 2015 e 2019. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 30.
- Molina, B. L., Valero, R. P., & Canales, I. S. (2011). Violencia entre iguales en educación primaria: el papel de los compañeros y su relación con el estatus sociométrico. *Psicothema*, 23(2), 245-255.

- Olweus, D. (2013). School bullying: development and some important challenges. *Annual Review of Clinical Psychology*, 9(1), 751-780.
- Thornberg, R. (2011). 'She's Weird!' - The Social Construction of Bullying in School: A Review of Qualitative Research. *Children & Society*, 25(4), 258-267.
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., Lewin, S., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473.
- Veenstra, R., Lindenberg, S., Munniksma, A., & Dijkstra, J. K. (2010). The Complex Relation Between Bullying, Victimization, Acceptance, and Rejection: Giving Special Attention to Status, Affection, and Sex Differences. *Child Development*, 81(2), 480-486.
- Zequinão, M. A., Medeiros, P. de, Silva, J. L. da, Pereira, B. O., & Cardoso, F. L. (2020). Sociometric Status of Participants Involved in School Bullying. *Paidéia*, 30(e3011).

MAESTRO DA BOLA: FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE

Renata Pozzi; Maestro da Bola; repozzi5@hotmail.com

Gorete P. S. Milioli; Maestro da Bola; gorette@projetoamadrodabola.com.br

Juliane Dias Ferreira; Maestro da Bola; assistentesocial@projetoamadrodabola.com.br

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

O Maestro da Bola desenvolve atividades desportivas dirigidas a crianças e adolescentes como forma de promover a cidadania, a inclusão social, o bem-estar físico e mental, a participação social, a solidariedade, educação e o respeito tendo como instrumento o esporte, mais precisamente o Futsal/futebol. Esta iniciativa imerge do contexto geral de contribuir com a formação infanto-juvenil para o esporte e para a vida, estimulando a sociedade, e, em especial, a juventude para a vivência dos valores e conceitos norteadores da prática esportiva. O esporte é uma das atividades que oferece um caminho mais rápido e direto para a inserção social.

Palavras-chave: Inclusão; Transformação; Oportunidades; Integração; Educação;

INTRODUÇÃO

Criada em 31 de agosto de 2017, a Associação Maestro da Bola é uma organização sem fins lucrativos, que nasceu do sonho do pentacampeão mundial de futebol Ricardinho de oportunizar e incluir desportivamente crianças e adolescentes (em condições de vulnerabilidade), deficientes e todos aqueles que necessitem de inclusão perante a sociedade. Desde muito cedo o Pentacampeão Ricardinho, embaixador do projeto, praticou futsal na capital Paranaense. É inegável que ao longo destes anos, muitas experiências e valores determinantes em sua vida o tornaram um cidadão e atleta renomado internacionalmente.

Conquistando 17 títulos nacionais e internacionais, atuando em 23 jogos pela Seleção Brasileira de Futebol, Ricardinho se tornou referência na modalidade. Assim como seu embaixador, o Projeto Maestro da Bola busca trazer a experiência do paradesporto coletivo aos públicos com menos oportunidade, transformando a vida de seus beneficiados e ajudando a construir uma melhor sociedade. O projeto social do Maestro da Bola consiste

em, através de uma metodologia específica, oferecer atividades gratuitas na modalidade de futebol/futsal para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, matriculados na Rede de ensino Pública (priorizando àqueles em condições de vulnerabilidade social).

A Sede da instituição localiza-se em Curitiba/PR e temos escritório em Foz do Iguaçu onde possui 7 núcleos de atendimento em parceria com Projetos Locais como: Associação Um Chute Para o Futuro, CAIA SCNSA Porto Meira, Jardim Canadá, Cidade Nova, Jardim Almada e CCVC – Centro Comunitário da Vila C, atendendo mais de 500 crianças e adolescentes no contra turno escolar e mais 06 núcleos as cidades de Ramilândia, Aldeia Indígena em Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Guaíra e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul contemplando mais 500 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Os principais objetivos são: Desenvolver atividades gratuitas desportivas, culturais, de promoção da saúde e de lazer, complementando o aprendizado escolar, no contraturno; promover atividades que contribuam para o desenvolvimento do ser social, moral e pessoal da criança, tomando consciência de suas possibilidades e potencialidades, para criar e pôr em prática o seu propósito de vida.

Além do projeto social, a Maestro desenvolve também o Paradesporto, desde 2018 o projeto possui e desenvolve uma equipe de Futebol de Cegos, modalidade destinada aos deficientes visuais, com 14 atletas sendo a única a defender o Estado do Paraná nas competições oficiais da Confederação Brasileira de Deficientes Visuais. Praticado por atletas cegos, a modalidade entrou para a Paralimpíada em 2004 sendo o Brasil o único campeão, promovendo a inclusão social por meio da modalidade e divulgando o paradesporto como uma ferramenta de transformação e novas perspectivas de vidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de projeto: Projeto de pesquisa quali-quantitativa, com análise descritiva.

Cenário: O projeto é desenvolvido em vários equipamentos de parceiros. Em Foz do Iguaçu possui 7 núcleos de atendimento em parceria com projetos locais como: Associação Um Chute Para o Futuro, CAIA SCNSA Porto Meira, Jardim Canadá, Vila Andradina, Cidade Nova, Jardim Almada e CCVC – Centro Comunitário da Vila C, e mais 06 núcleos nos municípios de Ramilândia, Aldeia Indígena em Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Guaíra e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul.

População: Atualmente na região Oeste são mais de 900 beneficiários. São atendidos crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, de ambos os sexos, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Crterios de seleção: Os critérios de inscrição e preenchimento das vagas são: estar matriculado em Instituição de Sistema de Ensino (com prioridade para alunos do sistema público de ensino); ter assiduidade escolar e estar na faixa etária atendida pela entidade. Quando da abertura de vaga ou de um novo núcleo, todos os responsáveis dos beneficiários devem preencher uma ficha de cadastro que contempla os dados completos do aluno além de indicadores sociais, atestado médico, termo de uso da imagem. A divulgação de um novo núcleo ou de sobras de vagas é feita, inicialmente, nas escolas públicas ao entorno do local de execução das atividades, nos CRAS próximos e também nas redes sociais do projeto.

Análise dos dados: Os indicadores são realizados através do acompanhamento in loco nos núcleos, listas de presenças mensais, aplicação de pesquisa de satisfação semestralmente.

RESULTADOS e DISCUSSÕES

No corrente ano a instituição completará 6 anos de existência promovendo a inclusão social através e por meio do esporte. Foram anos de muito trabalho, esforços e ressignificação de muitas vidas, de lutas diárias para manutenção do projeto, porém os resultados obtidos, nos dá força para continuar nesta missão. Durante toda esta jornada o mais importante foi e continua sendo a transformação promovida na vida dos beneficiários, as novas perspectivas e esperança de um futuro melhor e mais digno. A metodologia do projeto é buscar desenvolver a aprendizagem e iniciação a estas modalidades juntamente com os valores e condições permanentes, entre os pilares destacam-se a educação, equidade/igualdade, respeito e trabalho em equipe.

Conceitos básicos para atingir-se o bem estar físico e social esperado para cada ser-humano – como, por exemplo, disciplina, respeito, dedicação, aceitação social, trabalho em grupo, organização pessoal, ética, obediência e estilo de vida saudável – podem ser amplamente reforçados através da prática esportiva (EMER pag. 2, apud LIMA, 2010).

Referente a educação é realizado o acompanhamento da frequência e rendimento escolar, como pré-requisito para participar do projeto é necessário que os beneficiários estejam matriculados e tenham frequência escolar regular. São realizadas outras atividades além do futsal, os encontros intra-núcleo, também chamados de festivais, são aqueles com atividades de avaliação e sociabilização que ocorrem, normalmente duas vezes por ano e aos

sábados para que as famílias dos beneficiários também tenham chance de participarem das atividades e conhecerem melhor as ações desenvolvidas. O objetivo dos encontros é conhecer melhor as famílias dos participantes, interagir com elas por meio de conversas e avaliações. Além disso, por meio da atividade física, possibilitar a sociabilização e a interação entre as crianças.

As sensibilizações/palestras tendo em vista que o objetivo principal do projeto é trabalhar para a formação completa da cidadania através dos valores oriundos do esporte, existe um planejamento anual com assuntos relevantes, identificados diariamente a precariedade e a restrição de acesso a vários assuntos, tanto sociais, quanto educacionais.

Neste sentido, o projeto busca levar para dentro da quadra palestras que agreguem na formação destas crianças e adolescentes. Assuntos como o combate às drogas, alimentação saudável, segurança no trânsito, conversas com referências do esporte, bate-papo com profissionais de áreas distintas, são alguns dos assuntos já tratados pelo projeto. Os núcleos também são contemplados com as visitas do Embaixador Ricardinho, um dos diferenciais do projeto é a presença de uma referência na modalidade.

A credibilidade do embaixador e pentacampeão de futebol Ricardinho ultrapassa a linha técnica. Sua presença nos núcleos do projeto, suas falas voltadas ao esporte como agente transformador, seu discurso em prol da educação e sua imagem vitoriosa contribui para estimular valores de caráter e de cidadania junto às crianças. Com intuito de promover maior integração entre os beneficiários é realizado a Copa Maestro da Bola.

E por fim temos as atividades extra quadra que é de suma importância para o sucesso do projeto que a análise dos indicadores sociais seja feita de forma assertiva. Esta análise é feita com base nos cadastros realizados, considerando: dados pessoais, ocupação dos responsáveis, composição familiar, despesas mensais da família, situação da moradia, se o beneficiário tem ou não acesso a acompanhamento de saúde (odontológico, psiquiátrico), renda familiar, dentre outros. Como o projeto se propõe a atender um público com menos oportunidade e mais vulnerável, estes indicadores são importantes para o planejamento e a realização de ações específicas.

A situação de adolescentes e jovens em situação de risco social que vivem em comunidade de baixa renda e até mesmo o extremo oposto de jovens que tem à disposição o conforto da tecnologia e mais oportunidades, mas que pela quantidade de facilidades e por ver tanta violência, acaba em acomodá-los no sofá e trancados dentro de casa. Portanto surge a necessidades de alternativas de combate aos

problemas sociais, e o esporte em detrimento da prática de atividades físicas pode ser mais uma, mas exige da sociedade atual (professores, educadores físicos) soluções para uma adequada formação física e social. “As atividades físicas e desportivas têm especial importância para as crianças oferecendo assim uma ampla gama de ações destinadas a preencher construtivamente o tempo livre de crianças e jovens, contribuindo para sua formação e afastando-os das ruas.” (EMER pag.2, apud LIMA, 2010).

A partir de 2022, o objetivo foi levar o Projeto Maestro da Bola para os municípios com os menores índices de desenvolvimento humano na bacia do Paraná 3, além de Foz do Iguaçu. Assim, em levantamento prévio, identificaram-se os municípios com os menores IDHM (2010) da região. Cabe justificar que Foz do Iguaçu e Guaíra, apesar de possuírem IDHM acima de 0,700, o que é considerado um índice alto de desenvolvimento, estão entre as cidades mais violentas do país.

Em levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (IDESF), Guaíra apresentou um índice de 99,62 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, configurando-se como a segunda cidade brasileira de fronteira mais violenta, seguida por Foz do Iguaçu com um índice de 63,13 assassinatos por 100 mil habitantes no período de 2008 a 2013. A Maestro atende atualmente mais de 3000 usuários, sendo que na Região Oeste são mais de 900 crianças em locais com baixo IDH promovendo a inclusão social.

A seguir apresentamos os resultados/indicadores gerais de janeiro a novembro de 2022:

- 09 Municípios (Curitiba, Londrina, Foz, Guaíra, Mundo Novo, Ramilândia, Diamante, São Pedro, Vera Cruz);
- 31 Núcleos (Região Oeste 13);
- 2.225 Beneficiários mensais;
- 13.033 Atendimentos, média mensal (treinos, copa, palestras e festivais);
- 57 Festivais/palestras /sensibilizações (janeiro à novembro);
- 1.128 Participantes da Copa Maestro - 97 equipes (Copa Curitiba);
- Futebol de Cegos: 21 atletas (Vice Campeão Brasil; Série A / Campeão Copa Curitiba e São Paulo/ Vice Campeão da Super Copa Loterias Caixa de Futebol de Cegos);
- 1.167 Materiais esportivos entregues (bola, cones, coletes, etc);

- 667 Pares de calçados doados;
- 2.225 Uniformizações; (kit camisetas, squeeze, shorts e sacochilas);

E no Paradesporto os resultados alcançados foram; Campeã da Copa Loterias Caixa de FUT Cegos em 2019, série B e em 2021 disputou a elite da modalidade ficando em 4º lugar na competição. Em 2022 Maestro/FUTEBOL DE CEGOS conta com 4 campeões paralímpicos Tokyo/2020. Já alcançando resultados na temporada como: Vice-campeã da Super Copa do Brasil, Vice-campeã Regional Sul/Sudeste, Campeã da Copa Paradesportiva de Curitiba e Campeã da Copa São Paulo de Futebol de Cegos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pouco tempo de criação da instituição e da implantação dos núcleos da região oeste já obtivemos resultados expressivos na vida dos beneficiários, que vão muito além das atividades dentro de quadra, mas sim na vida familiar, nos relacionamentos, no rendimento escolar e nas expectativas futuras.

Ser Maestro e vestir o “manto verde” é motivo de muito orgulho para os beneficiários, familiares, parceiros e comunidade em geral e da demanda crescente de interesse de outras instituições e municípios para efetivar parceria com a Maestro da Bola. A forma como realizamos nossas atividades seguindo uma metodologia própria é que geram os resultados esperados. Nossos objetivos futuros são de ampliar o número de núcleos para atender as demandas reprimidas nos municípios, bem como criar o Instituto para Cegos e continuar promovendo a transformação social através do esporte.

REFERÊNCIAS

EMER, J. Os benefícios pedagógicos que o esporte pode trazer como mais uma alternativa na socialização e formação de adolescentes e jovens. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/beneficios-pedagogicos-esporte-pode-trazer-como-alternativa-socializacao-formacao-adolescentes-joven.htm>. Acesso em 8 jan. 2023.

NÃO ACEITAMOS VIOLÊNCIA: PROJETO DE EXTENSÃO DO IFPR DE APOIO AO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Dra. Silvia Letícia Matievicz; IFPR – Instituto Federal do
Paraná; silvia.matievicz@ifpr.edu.br

Ms. Carla R. Garcia Xavier da Silva; IFPR – Instituto Federal do Paraná;
carla.silva@ifpr.edu.br

Alana Brandão de Oliveira; IFPR – Instituto Federal do Paraná;
oliveiraalanabrandao@gmail.com

Kethleen Vitoria Abril de Moura; IFPR – Instituto Federal do Paraná;
kethleen.maifpr@gmail.com

Loiseane Santos; UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana;
loiseanescp@gmail.com

Maria Clara Zacarias Balena; IFPR – Instituto Federal do Paraná;
mariacz456@gmail.com

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

Apenas no ano de 2021, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 7 horas uma mulher morreu vítima de feminicídio. Talvez mais espantoso seja o fato de os agressores, em sua maioria, serem homens do convívio das vítimas. Essas e outras violências colaboram para a desigualdade de gênero e violam os Direitos Humanos. Diante desse cenário, tem-se buscado, por meio do projeto de extensão “*Não aceitamos violência*” do IFPR, campus Foz do Iguaçu, contribuir com o combate à violência contra a mulher em suas diversas formas. O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto à comunidade.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência contra a mulher; Desigualdade de gênero; Direitos humanos das mulheres; Promotoras Legais Populares.

INTRODUÇÃO

Dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no início de 2022 indicam que o grupo com o maior número de vítimas de denúncias de violência, nos canais Disque 100 e Ligue 180, são as mulheres. Segundo a pasta, cerca de 65% dessas denúncias foram de violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas.

Esse tipo de violência somou mais de 460 mil denúncias entre julho de 2020 e dezembro de 2021, o que representa mais de um registro a cada 2 minutos (BRASIL, 2022).

Esses dados são corroborados pelo anuário publicado em alusão ao Dia Internacional da Mulher pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no início de março de 2022, com dados relativos a 2021. Segundo o documento, que compila informações relativas à violência letal e sexual cometidas contra meninas e mulheres a partir de boletins de ocorrência das Polícias Cíveis de todo o país, 1319 mulheres morrem vítimas de feminicídio e 56.098 foram estupradas (incluindo crianças) naquele ano. Embora tenha ocorrido um decréscimo no número de feminicídios em relação ao ano anterior (2,4%), houve crescimento de 3,7% no número de estupros, considerando-se apenas o gênero feminino. No Paraná²⁶, segundo o anuário, apenas no ano de 2021, ocorreram mais de 5000 estupros de mulheres ou de vulneráveis do gênero feminino.

Os números deveriam ser alarmantes. Uma mulher ou criança do gênero feminino foi estuprada a cada 10 minutos e uma mulher morreu a cada 7 horas, somente em 2021, vítimas de pessoas próximas, familiares ou pessoas de confiança, quase sempre um homem. Segundo dados de anuários anteriores, esse tipo de situação ocorre em mais de 80% dos casos²⁷.

Nesse sentido, a violência contra as mulheres, além de contribuir para a desigualdade de gênero, atinge direitos fundamentais, como o direito à vida, o direito à saúde física e mental e à integridade física, podendo ser considerada, por isso, uma das principais formas de violação dos Direitos Humanos das Mulheres.

Diante desse cenário, a promoção de ações de enfrentamento à violência contra a mulher e também de apoio às mulheres que já são vítimas de violência, se faz urgente. Neste trabalho, apresentamos o projeto de extensão *Não aceitamos Violência*, promovido pela instituição, o qual, desde o 2º semestre de 2021 e em parceria com as Promotoras Legais Populares (PLP da Fronteira), busca desenvolver ações que contribuam para o enfrentamento de todos os tipos de violência contra a mulher na fronteira.

A fim de cumprir a tarefa de apresentá-lo, nas próximas seções, trataremos de alguns dos princípios teóricos que orientam nosso trabalho, da descrição do projeto e do relato de algumas das ações desenvolvidas.

²⁶ Dados referentes a Foz do Iguaçu não têm sido publicizados, razão pela qual não há referência a eles neste trabalho.

²⁷ Esta informação não consta no anuário de 2022.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como "Convenção de Belém do Pará" (1994) a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994, artigo 1).

Os dados nacionais coletados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública têm apontado que as mulheres e meninas vítimas de violência que tiram suas vidas ou de violência sexual, como o estupro são cometidas, em cerca de 80% dos casos, por homens do convívio das vítimas. Para compreender as causas desse fenômeno social parece ser necessário, portanto, ir além de conhecer uma definição; é necessário discutir as relações sociais entre homens e mulheres.

Tais relações são desiguais e revelam os papéis de gênero impostos a ambos, que determinam que o homem deve manter seu papel de controlador enquanto a mulher deve ser mantida no papel de vítima. No entanto, para Teles e Melo (2012[2002]), isso não ocorre de forma natural. É através da violência os homens conseguem exercer o domínio sobre as mulheres.

De fato, também encontramos na literatura o termo "violência de gênero" para se referir à violência contra a mulher, evidenciando a tese defendida pelas autoras de que os papéis de gênero e as relações sociais têm maior impacto nos casos de violência contra a mulher do que o caráter dos indivíduos propriamente dito.

É importante destacar, para que essa compreensão fique clara, que sexo e gênero são dimensões distintas da existência humana. Essa diferença é sintetizada por Gerda Lerner (2019, p. 35) da seguinte forma:

Sexo é o fato biológico de homens e mulheres. Gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em determinada sociedade de uma época específica. Gênero é um conjunto de papéis culturais; portanto, é um produto cultural que varia ao longo do tempo.

A partir da perspectiva de que a violência contra a mulher não é inerente à natureza humana, é possível pensar em ações que contribuam para mudança das relações sociais entre

homens e mulheres, bem como contribuir para a formação dos estudantes, no sentido de promover a consciência crítica acerca da situação da mulher e das relações sociais naturalizadas promotoras de violências.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto *Não aceitamos violência* é um projeto de extensão do IFPR. Nesta instituição, a extensão deve "priorizar ações que visem à **superação da desigualdade e da exclusão social**, e que enfoquem **o respeito às diferenças** culturais, religiosas, étnico-raciais, **de gênero**, de orientação sexual, assim como o respeito ao meio ambiente" (IFPR, 2018, grifos nossos). Por ter estas características, a extensão visa romper as fronteiras da instituição, buscando alcançar interação com a comunidade externa, de maneira dialógica e transformadora.

Temos um longo caminho até que a enraizada desigualdade entre homens e mulheres seja superada. Tendo em vista a dimensão do problema, as ações do projeto foram pensadas no sentido de somar esforços a ações já existentes. Nesse sentido, o projeto atua junto às Promotoras Legais Populares (doravante PLPs) em três frentes: a) prevenção da violência contra a mulher, b) orientação da comunidade interna e externa do campus sobre como agir em caso de testemunho desse tipo de violência e c) acolhimento e encaminhamento de vítimas à Rede Municipal de Proteção à Mulher. Essas frentes estão sendo realizadas por meio de ações de conscientização via mídias sociais, eventos culturais e acadêmicos em parceria com outras entidades e manutenção mensal de canal de podcast.

Participam do projeto duas docentes – coordenadora e vice-coordenadora, três estudantes de cursos técnicos integrados ao nível médio (uma bolsista e duas voluntárias) e uma estudante da Unila, que atua como voluntária. Docentes e estudantes dedicam parte do seu tempo ao projeto semanalmente, realizando atividades de estudo, discussões, planejamento, organização e realização de ações.

A parceria com as PLPs decorre do objetivo de colaborar com o amparo às vítimas. Nesse caminho, De acordo com Themis (2021), as Promotoras Legais Populares atuam na garantia de que as mulheres vítimas de violência conheçam seus direitos e tenham acesso aos serviços para poder sair dessa situação é indispensável. Trata-se de, segundo a autora, uma ponte que aproxima a população do Estado, o cidadão dos serviços públicos.

Por serem um coletivo comunitário independente, as PLPs não fazem parte da REDE. Esta, por sua vez, é composta por serviços públicos municipais e estaduais que envolvem desde corporações policiais, órgãos do judiciário e instituições municipais. Fazem parte da REDE, dentre outros, a Polícia Civil, a Polícia Militar e Delegacia da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), a Patrulha Maria da Penha e até serviços federais, como disque 180 e disque 100.

Cada um deles tem uma função específica no que se refere à proteção à mulher. Divulgar o alcance de cada um, seus protocolos (em que casos procurar cada um?), bem como seus contatos e localização é uma forma de colaborar com a promoção à proteção à mulher, o que tem feito este projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto teve início em agosto de 2021. Durante os meses de agosto de 2021 a março de 2022, fizemos um trabalho de discussão e leituras fundamentadoras que envolveram: a) estudos sobre a violência contra a mulher; b) estudo sobre a Rede Municipal de Apoio à Mulher, bem como o funcionamento das Promotoras Legais Populares e c) estudo sobre as legislações brasileira, paraguaia e argentina que visam coibir a violência contra a mulher.

Nos meses seguintes, passamos a organizar ações que seriam lançadas na Campanha dos *21 dias de ativismo* pelo fim da violência contra a mulher²⁸, a partir de novembro. Desenvolvemos, no total, seis atividades para a Campanha, sendo elas: 1. Lançamento da página do projeto no Instagram (ANEXOS, figura 1); 2. Lançamento do podcast *Não aceitamos violência* (ANEXOS, figura 2); 3. Mutirão das Mulheres, oficinas e entretenimento (ANEXOS, figuras 3, 4 e 5); 4. Palestra “Prevenção às diversas formas de violência contra a mulher” (ANEXOS, figura 6); 5. Palestra “O papel dos homens no combate à violência contra a mulher” (ANEXOS, figura 7); 6. Mobilização de cartazes com informações sobre a rede municipal de atendimento à mulher (ANEXOS, figura 7).

As atividades, de uma maneira geral, visaram levar informações à comunidade e especialmente às mulheres sobre o que é violência contra a mulher, suas formas, modos de

²⁸ Trata-se de uma campanha anual internacional, anual coordenada pela ONU Mulheres, que busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. No Brasil, as atividades iniciam em 20 de novembro - Dia da Consciência Negra e vão até 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), tendo 21 dias.

prevenção e o que o poder público oferece de serviços de amparo e proteção às vítimas. Sabendo da complexidade do problema, entendemos que as ações precisam ser variadas e que a linguagem precisa ser acessível. Avaliamos as atividades, no que diz respeito à disseminação de informação, exitosas.

No que concerne ao alcance às mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente, entendemos esse ser o maior desafio do nosso projeto, uma vez que a cultura patriarcal fortalece o imaginário social de que a violência é inerente ao sexo masculino e que as mulheres (TELLES & MELLO, 2012[2002]), por sua vez, precisam ser fortes e lutar pelos relacionamentos e por seus parceiros. Além do mais, essas mulheres não raramente têm suas vidas ocupadas pelo trabalho precário, os cuidados com a casa e com os filhos, não tendo tempo, nem condições, para atividades extracurriculares de formação. No intuito de levar informação e oferecer amparo a mulheres nessa condição – público não esperado para o Instagram, nem para o Podcast, nem para as ações realizadas na escola – temos feito um movimento de aproximação com as mulheres do Jd. Canadá, mais especificamente da Comunidade São Brás – localidade próxima ao campus, a qual é habitada, em grande parte, por coletores de materiais recicláveis.

Em parceria com outro projeto de extensão do IFPR, o PONTES - Pessoas Organizando Novas Tecnologias e Empreendimentos Socioambientais -, no 2º semestre de 2022 realizamos visitas à comunidade do Jd. Canadá, fazendo contato com moradoras do bairro, a fim de iniciar o processo de construção de laços necessários ao adentramento à comunidade. No mês de dezembro, realizamos um mutirão de atividades no salão comunitário da região, que objetivaram, primeiramente, promover a aproximação do IFPR com a Comunidade do Brás, favorecendo o contato com as mulheres do bairro.

Na oportunidade, professores e estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ministraram oficinas gratuitas de arranjos de suculentas, bordado, sabão com óleo de cozinha, entre outras. Na ação, nosso projeto ficou responsável por fazer o cadastramento dos presentes e de realizar atividade de contação de histórias para as crianças, com histórias que abordavam a temática da violência doméstica.

Entendemos que se o evento focalizasse a temática da violência contra a mulher, não teríamos público, o que foi uma decisão acertada, visto que atendemos a cerca de 120 mulheres e crianças com as demais atividades. Entretanto, pudemos levar, por meio dos

banners que espalhamos no local e também no momento do sorteio de brindes, algumas informações sobre a REDE para os presentes. Sendo assim, entendemos que os objetivos da atividade foram alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a violência contra a mulher é um problema social crônico e que, para enfrentá-lo, são necessárias ações de vários setores da sociedade. Esperamos, com nossas ações, colaborar para a combate à violência contra a mulher, auxiliando na promoção dos direitos e na democratização do acesso à justiça para que as mulheres possam romper com o ciclo da violência, bem como para a orientação da comunidade local de modo a ampliar o acesso à Rede Municipal de Proteção às Mulheres e às Promotoras Legais Populares. Continuamos nossas ações em 2023 com a gravação de novos episódios de podcast, com novos posts no Instagram e com a previsão de novos eventos, dentre eles atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Mulher e dos direitos humanos. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de julho de 2020 a dezembro de 2021**, Brasília, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/de-jul-2020-a-dez-2021>. Acesso em março de 2022.

CONVENÇÃO de Belém do Pará. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 9 de julho de 1996. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020**. São Paulo: FBSP, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra as mulheres: 2021**. São Paulo: FBSP, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - **Resolução nº 11 de 27 de março de 2018**. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-11-2018-2/>. Acesso em março de 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1a. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

PROMOTORAS Legais Populares. **THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, [s.d.]**. Disponível em: <<http://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/>>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

TELES, M. A. A.; MELO, M. [2002] **O que é violência contra a mulher**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense. 2012.

ANEXOS

Figura 1: página Instagram



Figura 2: Página Spotify do Podcast *Não aceitamos Violência*



Figura 03 – Mutirão das Mulheres: Momento de sorteio de itens variados



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 4 - Participantes do projeto com
crianças da comunidade



Fonte: Autoria própria,
2022.

Figura 6 – Palestra: Formas de prevenção à
violência contra a mulher.



Fonte: autoria própria, 2022

Figura 5 - Voluntária do projeto e
estudante da Unila contando histórias
para as crianças



Fonte: Autoria própria,
2022.

Figura 7 – Palestra “Laço
Branco”



Fonte: autoria própria, 2022

Figura 8 - Modelo do Cartaz

PROJETO MENINOS DO LAGO: CANOAGEM COMO FORMA DE INCLUSÃO

Argos Gonçalves Dias Rodrigues, Instituto Meninos do Lago, e:mail
argos.rodrigues01@gmail.com

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

O Projeto Meninos do Lago se dedica à divulgação da cultura da canoagem como forma de lazer, oferecendo também a prática do olimpismo e parolimpismo para preparar jovens atletas de escolas públicas, cadeirantes, amputados e mulheres com câncer de mama residentes em Foz do Iguaçu para representarem com excelência o Brasil nas modalidades de Canoagem Slalom, Caiaque Polo, Dragon Boat e Paracanoagem em eventos nacionais e internacionais. Contribuir socialmente com atividades e campanhas contra o câncer de mama e na realização de eventos desportivos, gerando imagens e matérias que projetam positivamente as belezas naturais de Foz do Iguaçu complementa sua Visão.

Palavras-chave: Meninos do Lago; Canoagem Slalom; Câncer de Mama; Paracanoagem.

INTRODUÇÃO

O Projeto Meninos do Lago é, na verdade, um programa de desenvolvimento da modalidade olímpica e paralímpica de Canoagem iniciado no ano de 2009 na Cidade de Foz do Iguaçu que tem alcançado resultados desportivos/sociais de extrema importância para Foz do Iguaçu, Paraná e Brasil.

O Projeto está amparado em cinco pilares:

- I. Primeiramente somente na Itaipu Binacional e no Rio de Janeiro existem canais artificiais construídos para o esporte. Essa ferramenta olímpica, sem dúvida, faz uma enorme diferença.
- II. Além disso, a Itaipu Binacional financia o esporte através de planejamentos à longo prazo, diferentemente dos demais projetos nacionais onde o amanhã é uma constante incerteza.
- III. Outro fator fundamental é a parceria com o Município de Foz do Iguaçu, com a cessão de várias piscinas públicas utilizadas para a introdução da canoagem na rede pública de ensino utilizando-se do turno e contraturno escolar. Com isso, nenhum Clube do mundo terá tantos atletas entre 05 e 12 anos de idade como em Foz do Iguaçu. Essa parceria com o Município começou em 2022 após a pandemia, e já podemos garantir, não apenas por otimismo, mas diante de gráficos existentes, que o Brasil colherá grandes frutos no ciclo olímpico 2024/2028.
- IV. Na paracanoagem, onde se inclui o Dragon Boat, além de boa infraestrutura no Lago Superior do Canal da Piracema, o Iate Clube Lago de Itaipu oferece estrutura completa para essa disciplina. Além da Canoagem Slalom Olímpica, Foz já conta com o maior número de atletas rosa do Brasil, movimento mundial para oferecer a prática de canoagem para mulheres vítimas do câncer de mama. Hoje já são mais de 50 mulheres inscritas.
- V. Para finalizar, o IMEL construiu um método de aulas extremamente claro e organizado exposto em apostilas devidamente fundamentadas em vários estudos científicos. Assim o passo a passo para execução dos principais fundamentos de canoagem ficou muito mais simples e seguro, evitando lesões muito comuns aos atletas.

A despeito do caráter desportivo do projeto os investimentos serão direcionados a um público carente que dificilmente teria a oportunidade de sequer experimentar um esporte considerado caro aos padrões brasileiros e culturalmente pouco difundido no País, que é a Canoagem. Para esse público-alvo a excelência no esporte e em suas respectivas vidas estarão alavancadas nos principais valores abaixo elencados:

- I. Educação. Mais importante que as medalhas serão suas notas e comportamento escolar. O atleta menor de idade que não estiver comprometido com a educação estudantil não será aceito nas atividades. O autocontrole e controle dos demais, o fair play e o respeito pelas regras, respeito aos pais, aos professores, aos treinadores, aos

colegas, às instituições envolvidas, aos patrocinadores etc. estão dentro deste contexto.

- II. **Proteção.** O que mais importa é a prática segura da Canoagem. Todo atleta terá como meta principal fazer as atividades apenas onde tenha ciência tratar-se de local seguro, sem riscos descomedidos à sua saúde ou de seu colega, preservando sempre o bem-estar físico e mental.
- III. **Princípio da igualdade.** Independentemente de orientações sexuais, credo, raça, cor, religião ou condições financeiras, todos deverão receber tratamentos iguais sempre.
- IV. **Solidariedade e Respeito.** Os atletas deverão sempre ser solidários e respeitosos com seus colegas, treinadores, professores, familiares e árbitros em suas atividades diárias, desportivas ou não.
- V. **Autodescoberta e Autoafirmação.** Para o atleta e familiares tem que ficar claro que o projeto é uma importante ferramenta de lazer, auxílio educacional e desportivo onde os valores do esporte serão propalados incansavelmente como filosofia de vida, sem nenhuma promessa de auxílio financeiro ou algo do gênero.
- VI. **Responsabilidade ambiental.** Todos os centros da Canoagem Brasileira terão que ser um instrumento de auxílio no respeito e zelo pelo meio ambiente. Portanto, o atleta de canoagem deverá ser preparado para ser um soldado armado com o seu remo, sua embarcação e sua voz na defesa ao meio ambiente.
- VII. **Espírito Esportivo.** Conhecer e respeitar as regras, os adversários, os árbitros tornam a competição mais justa e o cidadão mais pacifista.

Dessa forma, embasado nas diretrizes olímpicas e paralímpicas, o Projeto Meninos do Lago tem oferecido lazer através da canoagem, preparando desportiva, ambiental, social e intelectualmente atletas de escolas públicas, cadeirantes, amputados, mulheres vítimas de câncer de mama, árbitros e voluntários, que assim o desejarem, para representação iguaçuense nos principais eventos nacionais e internacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tipo de projeto: Projeto de pesquisa qualitativa, com análise descritiva.

Cenário: O projeto é amparado pela Lei 9.615/98 e art. 6º da Constituição Federal e acontece no Município de Foz do Iguaçu, em núcleos distribuídos em diversas regiões do município.

População: O projeto atende em torno de 1.032 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões de Foz do Iguaçu, além de 52 paratletas.

Crítérios de seleção: As crianças e adolescentes são selecionadas em parceria com as escolas públicas de Foz do Iguaçu tendo como base prioritária a situação de vulnerabilidade econômica e social em que as crianças e adolescentes se encontram. Estar matriculado e frequentando a escola é critério compulsório de admissão e permanência no projeto. Para os paratletas maiores o critério de adesão é a de liberação médica.

Análise dos dados: Para os atletas de Canoagem Slalom, os indicadores são realizados através lista de presença, acompanhamento escolar e avaliações técnicas periódicas nos locais onde as atividades acontecem. Além disso, os que atingem níveis competitivos, existem índices nacionais e internacionais que são utilizados. A paracanoagem a preocupação não é os resultados desportivos, mas sim a resiliência contribuindo com os atletas e familiares a um novo estilo de vida e com mais qualidade de vida.

RESULTADOS

Projeto completará 14 anos de existência e já foram registradas mais de duas mil fichas de atletas que para o esporte da canoagem é algo realmente fabuloso. Atletas do Projeto Meninos do Lago já conquistaram 140 (cento e quarenta) medalhas internacionais para o Brasil. No âmbito nacional é campeão da primeira e segunda divisão desde o ano de 2010, quando a Confederação Brasileira de Canoagem passou a divulgar o ranking das associações. Vários atletas que não conheciam outros estados ou até mesmo cidades, hoje conhecem várias partes do mundo através das portas que se abriram com a canoagem.

No campo desportivo e social há uma percepção de que as crianças e adolescentes, juntamente com seus familiares ganham no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e no caso dos paratletas, há um ganho expressivo da autoestima e da qualidade de vida. Em ambos os casos a inclusão social e participativa são evidentes.

Na Paracanoagem e no Dragon Boat, as ações bem conduzidas e com as condições de excelência proporcionadas pela Itaipu Binacional, aumentam periodicamente o número de adeptos, ou seja, existe confiabilidade ao ponto de transformar em pouco tempo algo inimaginável, 35 mulheres vítimas de câncer de mama hoje remando felizes no reservatório da Itaipu Binacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecido pela própria Federação Internacional de Canoagem como um dos maiores projetos de canoagem do mundo, as medalhas internacionais já conquistadas para o Brasil não refletem a magnitude social promovida pelo esporte para crianças e jovens das escolas públicas, cadeirantes, amputados e mulheres com câncer de mama no Município de Foz do Iguaçu.

Histórias e valores que serão guardados para sempre face ao engajamento social promovido pelo esporte e de extrema importância para as administrações públicas. Medalhas são apenas medalhas. Cultura e educação proporcionados por essa poderosa ferramenta de conserto e reparos de valores, constroem uma nação civilizada e feliz na forma regulamentada pelo artigo 217 da Constituição Federal:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

.....

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Por não estar claramente inserido no art. 6º da Constituição Federal, após dez anos da promulgação da Carta Magna, a Lei Pelé (Lei 9.615/98) tratou de esclarecer o tema que hoje é pacificado na doutrina e na jurisprudência, ao estabelecer no item V, do art. 2º, de forma contundente de que um dos princípios do esporte é exatamente: “**do direito social**, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas **formais e não-formais**”.

Assim, quando se ler a definição de Direitos Sociais no artigo 6º da Constituição Federal, inequivocadamente o esporte estará incluído na forma de lazer, seja ele realizado em qualquer uma das suas manifestações legais. A aferição de medalhas ou bolsas não desnatura o conceito de lazer.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 fev. 2023.

PROJETO UM CHUTE PARA O FUTURO: INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE CIDADANIA

Ronaldo Cléber Cáceres; Veronica Pereira Linos; Thaiane Ferreira Santos,
projeto@umchuteparaofuturo.org.br

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

RESUMO

Iniciado em dezembro de 2005, o Projeto Um Chute Para o Futuro foi criado com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de risco, prestando assistência com foco nos aspectos biopsicossociais de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social, em espaços diversos, com foco na prevenção e de forma complementar a família e escola, combatendo a ociosidade. Dentre os objetivos estão, a promoção a

inclusão, a formação do caráter e do cidadão estimulando o trabalho em equipe e a disciplina, oferecendo atividades na região do bairro Porto Belo em Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: Acesso; Pertencimento; Humanizado; Comunidade; Família.

INTRODUÇÃO

Associação Um Chute Para o Futuro, é uma Associação Civil, com personalidade de pessoa jurídica de direito privado, sem finalidades econômicas, laica, sem cunho político-partidário, de caráter assistencial, educacional, cultural, filantrópico e de estudos e pesquisas; fundado pelo professor Ronaldo Cléber Cáceres, em 18 de dezembro de 2005, com 10 (dez) crianças que estavam em situação de risco.

Algum tempo depois, um empresário da região cedeu (por comodato) o espaço físico que é utilizado até hoje para todas as ações do Projeto.

Em 2014, o projeto foi escolhido pelo quadro “Um por todos e todos por um” do Programa Caldeirão do Hulk da Rede Globo de Televisão para receber uma reforma em sua sede.

Em 2015, o projeto buscou regularização e transformou-se em personalidade jurídica – Associação, visando a participação em editais e fontes de recursos públicos e privados.

Em 2017, a Associação recebeu um veículo Chevrolet Spin, resultado da participação de seleção de edital da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, que é utilizado para a captação de recursos, de doações e para o transporte (ida e volta) das crianças e dos adolescentes que participam de cursos, treinamentos e palestras através de parcerias externas.

Em 2018, seguindo seu desenvolvimento e atuação, promoveu várias ações que melhoraram o atendimento das crianças e dos adolescentes, dentre eles, a parceria com a BrazilFoundation para implantação de uma sala de informática (aquisição de equipamentos, materiais necessários para funcionamento da sala e o pagamento de um instrutor de informática pelo período de doze meses); A cobertura da quadra poliesportiva via fundos do edital da Justiça Federal; A construção de uma biblioteca via grupo Arco Iris e apoio da Itaipu; Adequação da cozinha com apoio da Itaipu.

Em 2019 foram implantados projetos visando à sustentabilidade, implantação de uma horta solidária, energia solar e poço artesiano com apoio da Itaipu. Reforma da piscina com apoio do Itaú Social; parcerias com CIEE, IMEL e faculdades; Furnas Centrais Elétricas;

Prêmio de Inovação Comunitária Brazil Foundation; Prêmio Impulso de Boas Práticas no 3º Setor; Apoio com emendas parlamentares; no primeiro semestre de 2019 começamos a ser referenciado pelo CRAS/NORTE no Serviço de Proteção Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Em 2020 mesmo com a pandemia tivemos alguns avanços como o registro da marca do Chute no INPI; registro no CEBAS; Apoio contra o COVID do Itaú Social, Brazil Foundation, Gerando Falcões, O Amor Contagia, Binacional Provedor Logístico, Impulso RPC; Campanha Doe Gols – Play for a Cause/Sportv e Centauro; Emendas parlamentares e continuação da parceria com SMAS/PMFI.

A associação possui registro no CEBAS, CMPC; CMAS; CMDCA, Registro na SEDS – Secretária da Família e Desenvolvimento Social; Utilidade Pública Municipal e Utilidade Pública Estadual; O projeto tem um papel importante na comunidade promovendo a transformação social e impacto no território e realiza um movimento constante em busca de firmar parcerias, tanto econômica como financeira, visando à melhoria e ampliação das atividades e manutenção do Projeto Social.

METODOLOGIA

Tipo de projeto: Projeto de pesquisa qualitativa, com análise descritiva.

Cenário: O projeto acontece na sede fixa na Rua Veiga, 350 Porto Belo

População: O atendimento é para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da região do Bairro Porto Belo em Foz do Iguaçu, com o atendimento médio de 320 crianças e adolescentes.

Critérios de seleção: A inserção do indivíduo nas atividades do Projeto Um Chute Para o Futuro se dá por meio de busca ativa e encaminhamentos da rede de proteção Social Básica do Município de Foz do Iguaçu que tem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/NORTE).

Análise dos dados: Os indicadores são realizados através do acompanhamento da equipe técnica no local em que as atividades acontecem, listas de presenças mensais, e relatórios de atendimentos individuais e grupos.

RESULTADOS

No ano de 2022 a instituição completou 17 anos de atuação junto à comunidade. Foram 17 anos de muito trabalho, esforços e ressignificação de muitas vidas, de lutas diárias para poder manter o projeto com as portas abertas, de mudanças de local até chegar aonde a sede está atualmente.

No início, era tudo muito informal, não havia uma equipe multidisciplinar para profissionalizar a instituição. Com o crescimento da organização, aumentou também as responsabilidades e exigências, principalmente quanto à documentação para poder realizar parcerias com poder público e privado.

Em 2015, o projeto tornou-se personalidade jurídica e realizou uma parceria que foi possível contratar um serviço de contabilidade para atender as demandas e fazer a contabilidade da instituição. Após tornar-se personalidade jurídica novas oportunidades surgiram e muitas se transformaram em parcerias, possibilitando assim, a contratação de uma equipe técnica básica para melhoria na prestação de serviços da entidade.

Durante toda esta jornada, o mais importante foi a transformação promovida na comunidade, os novos horizontes para os alunos inseridos no mercado de trabalho e o atendimento das famílias. Mas o mais relevante é que o Chute vem transformando pessoas.

Pode-se enumerar alguns impactos de grande relevância para a comunidade conforme segue:

- Mais de 300 famílias impactadas diretamente;
- Cerca de 1200 pessoas impactadas indiretamente;
- Distribuição de mais de 200 cestas básicas e kits de higiene e limpeza distribuídas mensalmente ao longo do ano, resultando em um total de aproximadamente 30 toneladas de alimento;
- 320 crianças e adolescentes atendidas semanalmente no serviço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- 50 mil lanches e refeições servidos em atendimento normal ao longo do ano;

Por meio destas ações, o projeto contribui para que haja um maior equilíbrio social, diminuindo as pontes da desigualdade e promovendo o desenvolvimento e a inclusão social. Assim, pode-se dizer que o projeto cumpre a principal diretriz da Política Nacional de Assistência Social e que atende o público a quem se destina a Proteção Social Básica:

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os resultados quantitativos citados equivalem, em importância aos resultados intangíveis, aqueles que não estão mensurados nos indicadores, mas que, de fato, transformaram a vida de pessoas - das crianças e adolescentes, mas, também dos colaboradores, voluntários, comunidade, mantenedores e todos os envolvidos, que de alguma forma contribuem para que seja possível esta transformação.

Ser Chute passou a ser um termo que resume um sentimento, um modo de ação e um objetivo comum, reunindo pessoas com um verdadeiro propósito: transformar a realidade do território de atuação promovendo a inclusão social.

Com o foco no cuidado, o projeto trouxe para centenas de crianças, ao longo de quase duas décadas, uma perspectiva de esperança e de um mundo melhor, com mais justiça social, amor e acolhimento. Ao longo da sua existência o projeto se tornou uma referência no município de Foz do Iguaçu pois tem formado inúmeros cidadãos e ao mesmo tempo tirado as crianças e adolescentes das ruas e da ociosidade, que por vezes as conduz para situações de marginalidade e para o crime.

Desta forma o projeto tem transformado a realidade da comunidade local, oportunizando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e sendo uma importante referência dentro e fora da comunidade como uma ferramenta de transformação social.

Portanto, pode-se dizer que o projeto contribui com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, a Proteção Social Básica, garantindo seguranças de convívio, acolhida e



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

sobrevivência, ou seja, evitando, prevenindo riscos sociais, perigos e incertezas para grupos vulneráveis, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista relacional.

REFERÊNCIAS

PNAS. Programa Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TRILHA JOVEM IGUASSU E SUAS DIMENSÕES SOCIAIS

Wagner Grizorti; Instituto Polo Iguassu; wagner@poloiguassu.org

Patrícia Menezes Dutra; Instituto Polo Iguassu; patricia@poloiguassu.org

Meire Curcel; Instituto Polo Iguassu; meire@poloiguassu.org

Identificação da área temática: Educação, Cultura e Esporte

Resumo:

Este relatório pretende partilhar e refletir sobre o que pode significar o início da mudança e os limites de novas aprendizagens por meio de qualificação profissional. O projeto Trilha Jovem nasceu da interseção de duas preocupações socioeconômicas claras: a busca pela inclusão social e ocupacional de jovens, principalmente de famílias em situação de vulnerabilidade e risco; e projetos na área de desenvolvimento sustentável. Criamos oportunidades de aprendizagem baseadas em projetos sobre temas sustentáveis. Nesse contexto, movimentos sociais juvenis, grandes e pequenos, podem ser desenvolvidos com base em programas e redes de aprendizagem. Procuramos, assim, desenvolver temáticas de projetos que reflitam práticas empáticas e de cuidado, englobando contextos sociais que têm sido negligenciados pela sociedade, para encorajar e/ou estimular a observação significativa de contextos sociais.

Palavras-chave: Educação Profissional. Trilha jovem. Projeto Social.

INTRODUÇÃO

O Trilha Jovem Iguassu²⁹ é destinado à educação profissional. No entanto, sua filosofia de ensino vai além da preparação profissional específica. O projeto Trilha Jovem – Turismo e Inclusão Social – nasce do cruzamento de duas questões socioeconômicas articuladas: a procura de integração social e profissional dos jovens, especialmente os provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade e risco e promoção do desenvolvimento do turismo sustentável.

O programa Trilha Jovem tem outros elementos diferenciadores, com atitudes mobilizadas para construir uma atitude cívica responsável como formação para a vida, considerando jovens capazes e investindo em sua carreira profissional. Nessa perspectiva, destacam-se componentes transversais como educação, meio ambiente, finanças e empreendedorismo, saúde, sexualidade, inclusão digital, empregabilidade, e origem dos jovens. Assim, a partir dos conteúdos trabalhados, os jovens idealizam, e viabilizam, executam e avaliam os projetos que atendam necessidades e solucionem problemas existentes na comunidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Portanto, trata-se de um projeto realizado pelo Instituto Polo Internacional Iguassu que conta com apoio da Itaipu Binacional, por meio de convênio, que qualifica jovens, com renda familiar de até três salários-mínimos, na faixa etária de 16 a 24 anos e estudantes do ensino médio da rede pública ou há 2 anos, como egresso.

²⁹ Documento Base de Estratégia Nacional do Trilha Jovem. Brasil. Ministério do Turismo. 2006.

Diante desse contexto, o projeto Trilha Jovem busca no jovem participante a superação dos desafios e dos constrangimentos da pobreza e das necessidades atuais das sociedades e organizações, que requerem transformações. Neste caso, desenvolvendo nos seus autores a transformação em cidadãos ativos e pessoas autônomas, capazes de escolher os seus próprios caminhos e gerir a sua própria sobrevivência por meio de uma qualificação profissional e social.

DISCUSSÕES

O projeto trilha jovem

O jovem tem como primeiro desafio criar, fazer e aplicar um projeto³⁰ na sua comunidade, como foco na educação ambiental numa linha de pensamento sustentável. Logo,

A proposta de trabalho com projetos possibilita momentos de autonomia e de dependência do grupo; momentos de cooperação do grupo sob uma autoridade mais experiente e também de liberdade; momentos de individualidade e de sociabilidade, momentos de interesse e de esforço; momentos de jogo e de trabalho como fatores que expressam a complexidade do fato educativo (BARBOSA E HORN, 2008, p. 31).

Durante o projeto, os aprendizados necessários para superar seus anseios sociais possíveis dentro da estrutura apresentada. Às vezes você aprende espontaneamente, por tentativa e erro, "quebrando a cabeça", observando também por meio de pausas na ação e solicitando informações para atingir o resultado com mais *excelência*. Sendo assim,

Todo projeto nasce do desejo de transformar determinada realidade. É o produto inicial de uma ideia para solucionar uma questão específica. Para ser bem-sucedido, o projeto deve ser bem elaborado. Isso significa conter o maior detalhamento possível das atividades propostas, de forma clara e organizada, para revelar aos interessados o que a instituição pretende fazer, por que deve fazer, e quais as possibilidades reais de obter os resultados esperados (INSTITUTO, 2022, p. 22).

O projeto inicia com o desafio de promover nos jovens o processo de transformar e ressignificar algumas práticas e dentre elas está a educação ambiental e sustentável, há uma travessia de fronteiras e navegação de ecossistemas plurais de saberes, visões de mundo, cosmovisões e identidades. Há, portanto, a necessidade de gerar instrumentos criativos e

³⁰ Aprendizagem Significativa é o processo pelo qual um novo conhecimento se relaciona de maneira não arbitrária e não literal à estrutura cognitiva do estudante, de modo que o conhecimento prévio do educando interage, de forma significativa, com o novo conhecimento que lhe é apresentado, provocando mudanças em sua estrutura cognitiva (SILVA; SCHIRLO, 2014, p. 38).

participativos para trazer à tona esses múltiplos mundos e histórias multifacetadas de forma significativa e cuidadosa.

Em um contexto educacional, onde a improvisação sob o pretexto da dificuldade é possível, mesmo tentadora, sugere-se construir estratégias de ensino. Tais estratégias devem se articular à atividades de enquadramento muito próximas a projetos estruturados e oficinas com conceitos específicos.

Para iniciar este trabalho desenvolvemos oficinas de sustentabilidade e usamos como referência as pesquisas de Boff (1999). A partir dessa perspectiva, a crise ecológica é um sintoma de uma crise sistêmica na sociedade, com seus impactos sentidos por aqueles com menos recursos em termos modernistas.

Diante disso, os projetos visam avaliar, desenvolver e alinhar a trajetória dos sistemas de classificação de projetos de sustentabilidade por meio de uma estratégia de projeto realista baseada na criação, avaliação, desenvolvimento e otimização de conceitos e considerações de sustentabilidade ambiental; aproveitando ao máximo o seu papel; e, esclarecer a visão do designer.

[...] a reflexão (e a prática reflexiva) assume um significado totalmente novo e é um exercício intelectual muito mais exigente porque não se trata de justificar práticas e crenças, trata-se de examinar, aprender e responder – algo que pode ser particularmente desconfortável quando os dados não suportam nosso próprio enquadramento (LOUGHRAN, 2010, p. 164).

A assessoria de recurso do Trilha Jovem³¹ também se destaca por sua filosofia pedagógica. Ou seja, o conhecimento prático de tornar-se competente vem sempre do aluno engajado em ações concretas, principalmente aquelas que são criativas e transformadoras.

Partindo dessas acepções, a pedagogia baseada em projetos facilita, estrutura e integra conteúdo de uma aprendizagem articulada à busca de respostas e resultados. Assim, os jovens aprendem por meio de experiências de vida – dos problemas que enfrentam e das ações que deles resultam.

Isso não significa que a preparação profissional tenha sido colocada em segundo plano. O aspecto profissional do Trilha Jovem não se concentra na formação profissional típica voltada para a especialização em uma profissão, mas no desenvolvimento de aptidões básicas para atuar em diferentes setores. Logo, a ênfase nas competências essenciais

³¹ BRASIL. Documento Base de Estratégia Nacional do Trilha Jovem. Ministerio do Turismo. 2006.

diferencia o projeto Trilha Jovem de outros programas de formação profissional, pois amplia o horizonte de formação e prepara os jovens para um amplo leque de possibilidades, ao invés de limitá-los à formação técnica específica.

Nessa base, o aprendizado passa pela participação no processo de mudança, no qual os projetos são desenvolvidos, implementados e avaliados. A pedagogia baseada em projetos facilita, estrutura e integra a aprendizagem de conteúdo com base na busca de respostas e resultados. Assim, os jovens aprendem através das experiências de vida, dos problemas que enfrentam e das ações que deles resultam.

A formação oferecida aos jovens – por meio do projeto Trilha Jovem – tem carga horária total de 580 horas, distribuídas em 400 horas de atividades presenciais e assistidas pelos educadores. Além disso, são 100 horas de atividades desenvolvidas de forma autônoma pelos próprios jovens e 80 horas para a vivência profissional supervisionada em empresas do município.

Por meio de projetos de sustentabilidade, desenvolvemos e incentivamos a prática e implementação. Por isso, incentivamos a pesquisa e fornecemos materiais de apoio ao estudo. Criamos oportunidades de aprendizado que apoiamos por meio desses projetos. Nesse cenário, é possível desenvolver grandes e pequenos movimentos sociais juvenis, baseados em programas e redes de aprendizagem.

Dito isso, Saviani (2012) caracteriza que estamos em uma vanguarda das coalizões que desenvolvemos pedagogias críticas e caminhos de aprendizagem para a transformação cultural em direção à sustentabilidade, cidadania ecológica, estudos de arte baseados na prática e extensão da prática da aprendizagem social de um novo olhar na busca de um novo meio de ensino.

A metodologia deste estudo segue um avanço indutivo, que é utilizado para identificar instalações aprovadas para a formação de um projeto ambiental, para estudar o conceito de meio ambiente e sustentabilidade. Além disso, com base nos critérios pelos quais o sistema de classificação é construído, descreve e estabelece princípios e é desenvolvido de acordo com o eixo um.

Com base nessa comparação, uma nova definição processual de pensamento sustentável foi desenvolvida, apoiando a ativação e análise, esclarecendo e examinando as relações sobrepostas entre os planos sustentáveis. Uma chegada dedutiva é usada para inferir

e propor estratégias para avaliar, desenvolver e ajustar caminhos baseados em sustentabilidade para gerar, adotar e otimizar conceitos e ideias de design sustentável; além disso, para esclarecer a visão de um designer e ativar e promover uma classificação sistema.

O Trilha Jovem³² está dividido em eixos, cada um composto por uma série de ações educativas cooperativas e interdependentes. Portanto, são oficinas que conectam, comunicam e se complementam de forma flexível e dinâmica através do desenvolvimento de projetos. Não existe uma relação dependente ou sequencial entre eles, mas uma área de conhecimento a explorar, um problema a investigar, diferentes áreas de ação a experimentar, uma oportunidade de criar e experimentar através de projetos. Diante disso, as oficinas proporcionam o desenvolvimento de habilidades que serão aplicadas a idealização, planejamento, execução e avaliação de projetos. Assim, a prática pode ser organizada e desenvolvida conforme as necessidades do projeto.

Nesse intento, buscamos desenvolver temas de projeto que reflitam práticas de empatia e cuidado, compreendendo contextos sociais negligenciados e formas indescritíveis de reimaginar e lembrar as realidades existenciais do amor. É importante ressaltar que os jovens que participam desta instituição pertencem aos menos favorecidos da nossa sociedade, por isso é imprescindível respeitar os projetos que buscam se destacar como um pilar em seu meio social.

Por meio do diálogo, são descobertas perspectivas diferentes, mas interconectadas, sobre aprender, viver e liderar mudanças. À luz dessas discussões, caracteriza o objetivo de descobrir o trabalho multifacetado sobre o qual repousa o futuro, enquanto demonstramos por meio de nossos escritos as ambições de um futuro pluralista.

No projeto, é aberta a sistematização da discussão e do diálogo. É estarrecedor como no processo de criação dos jovens e seus pensamentos sobre a proposta e de sua execução emanam várias propostas de pensamentos críticos baseado em conhecimentos reais. Logo, percebe-se, nesta prática, a autorreflexão no sentido de agir no mundo, no meio sustentável. A educação ambiental – nas pesquisas – corresponde às instituições multicamadas e danos orquestrados pelo estado que são resilientes e prejudiciais na forma como a emancipação é mercantilizada e sem cuidado ao meio ambiente.

³² BRASIL. Documento Base de Estratégia Nacional do Trilha Jovem. Ministerio do Turismo. 2006.

Esses pensamentos nos lembram e nos inspiram a sermos ousados e permanecer fluidos e nos mover nos espaços onde nos encontramos. Portanto, torna-se crucial liberar o discurso de uma forma que nos permita sair de um quadro de referência apertado. Esse processo permite um novo olhar e mostra que esse aprendizado é leve e dinâmico o suficiente para encontrar espaço para a regeneração de uma nova proposta de aprendizagem.

Deste modo, procuramos, propositadamente, explorar o novo, a vivência e a liderança, a fim de contribuir para conversas que fortaleçam nossas ações de identidade, baseadas em nós e em nossa cultura. E, inspirados pelas pessoas que referenciamos no início deste relato, buscamos um aprendizado amplo e transcendental que permite que nossas palavras e escritos sejam proponentes do pensamento. Isto é, que possamos nos reconhecer por meio do amor como agentes e transformadores das leis que reagem a esse mundo, pelo futuro e pela dignidade de nossas próprias almas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões predecessoras, acreditamos que em vez de sonhar com um desenvolvimento progressivo, devemos nos preparar para a aprendizagem profissional. Nessa perspectiva, busca-se promover a descoberta social das suas habilidades e competências por meio da qualificação profissional.

O que significa esse tipo de educação profissional por um lado, um retorno para a qualificação cuidadoso das circunstâncias de revistar a visão de formação profissional com a importância de colocação ao mercado de trabalho.

O objetivo primordial destas páginas esteve imbricado em estimular a discussão da importância do estímulo aos jovens da importância da qualificação e aprimoramento ao mundo do trabalho sendo ela por meio de um conhecimento transformador por meio pessoal e profissional.

As propostas contempladas contribuem numa perspectiva de mobilizar os alunos. Pois, os desafios são importantes para entender e reconhecer o mundo com o intento de buscar um novo propósito de reflexão na sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria. C. S.; HORN, Maria da G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação**. São Paulo: Artmed, 2008.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Documento Base de Estratégia Nacional do Trilha Jovem.** Ministério do Turismo. 2006

LOUGHRAN, J. *Developing Reflective Practice.* London: Falmer Press, 1996

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Gestão de Projetos.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/11/Manual-Gest%C3%A3o-de-Projetos.pdf>. Acesso em: 22 maio de 2022.

SILVA, Sani. C. R.; SCHIRLO, Ana C. Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel: Reflexões para o Ensino de Física ante a nova realidade social. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2014.

SAVIANI, D. *A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.* 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

RESUMOS EXPANDIDOS

SEÇÃO PÔSTER

SAÚDE

A PREVALÊNCIA DE VIOLÊNCIA EM PESSOAS IDOSAS EM CIDADE DE TRÍPLICE FRONTEIRA

Bruna Caroline Cassiano da Silva; Enfermeira – graduada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; brunacassiano1@gmail.com.

Marieta Fernandes Santos; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; marieta.dra15@gmail.com.

Adriano Brischiliari; Universidade Estadual de Maringá - UEM;
adrianob.enfermeiro@gmail.com.

Gilson de Vasconcelos Torres; Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
gilsonvtorres@hotmail.com.

Francisco Arnoldo Nunes de Miranda; Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRN; farnoldo@gmail.com.

Sheila Cristina Rocha-Brischiliari; Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE; sheila.brischiliari@gmail.com.

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

O envelhecimento populacional traz consigo novos desafios, sendo importante considerar o termo violência contra a pessoa idosa. Tendo em vista, o aumento nas taxas de envelhecimento no Brasil, a pesquisa de caráter quantitativo e de corte transversal, tem como objetivo levantar os fatores associados a violência contra a pessoa idosa assistidas na Atenção Primária à Saúde no município de Foz do Iguaçu- PR. A violência contra idosos é um problema de saúde pública, sendo necessário o desenvolvimento de produção científica acerca da problemática, bem como implementação de estratégias que visem à prevenção e proteção dessa parcela da população.

Palavras-Chaves: Envelhecimento; Idoso; Atenção Primária à Saúde; Violência.

INTRODUÇÃO

Outrora considerado um fenômeno, a longevidade juntamente com o envelhecimento populacional vem ocupando espaço dentro da realidade na maioria das zonas geográficas do mundo. De forma que, a Organização Mundial da Saúde - OMS (2017) estima que até 2050 uma a cada 5 pessoas no mundo terá mais de 60 anos. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o número de idosos representará 25,5% da população geral em 2060.

Arelado às alterações e doenças próprias da população idosa como as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), o processo de envelhecimento promove maior risco de vulnerabilidade, justificado devido a diminuição da sua capacidade de adaptação ao meio inserido. Nesse sentido, ao mesmo tempo, que o avanço da medicina proporcionou melhora em diferentes aspectos da saúde e uma maior expectativa de vida (WICHMANN *et al.*, 2013), é importante lembrar que o aumento da população idosa traz consigo desafios para a sociedade, cuidadores, profissionais e políticas de saúde, sociais e educativas (BRITO; RAMOS; OLIVEIRA, 2018).

No contexto do envelhecimento populacional, é importante considerar o termo violência. Acredita-se que o abuso contra a pessoa idosa ocorra em 3% a 10% da população (HUECKER *et al.*, 2022). Apesar de não ser algo novo, e existir legislações que assegurem segurança, qualidade de vida e bem-estar dessa população, a violência contra a pessoa idosa ainda persiste, tornando assim um problema de saúde pública, visto que causam sérios agravos à saúde do indivíduo, da família e da sociedade, elevando os custos emocional e social (MOURA *et al.*, 2018).

Desse modo, a Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa lugar de destaque na assistência à população idosa (COELHO; MOTTA; CALDAS, 2019). Além disso, assume papel primordial frente ao desenvolvimento de ações, pois são a porta de entrada para a descoberta da violência, criando vínculo com as vítimas e com pessoas ao seu redor. Sendo assim, apresentam maior facilidade para propor sugestões frente à violência, para a melhoria da qualidade de vida dos idosos vitimados (ALARCON *et al.*, 2021).

Diante do exposto, considerando que a população idosa representa um aumento expressivo de usuários que consomem o Sistema Único de Saúde (SUS) e a violência contra a pessoa idosa, causa graves impactos na qualidade de vida, autonomia e liberdade dessa população. O objetivo deste estudo é levantar os fatores associados a violência contra a pessoa idosa assistidas na APS no município de Foz do Iguaçu- PR, bem como promover reflexão acerca da necessidade de prevenção da violência contra essa parcela da população.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal, dos fatores associados a violência contra os idosos assistidos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Foz do Iguaçu, Paraná, região sul do Brasil. O presente estudo faz parte de projeto multicêntrico nacional e internacional intitulado “Vulnerabilidade e Condições Sociais e de Saúde da Pessoa Idosa na Atenção Primária e Instituições de Longa Permanência: Estudo Comparativo no Brasil, Portugal e Espanha” que ocorrerá de forma simultânea em todos os países em dois momentos nos cenários/idosos.

O município de Foz do Iguaçu, localizado no extremo oeste do Estado do Paraná, faz parte da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, sendo considerado o sétimo município mais populoso do estado, com população aproximada para 2021 de 257.971 habitantes (IBGE, 2017), dos quais 34,522 são idosos com títulos ativos (IPARDES, 2022). É

relevante considerar que o grande fluxo de trânsito entre os países limítrofe e população com múltiplas etnias que afetam diretamente a assistência de qualidade na saúde do idoso. Desse modo, identificar a prevalência da violência em idosos é o primeiro passo para o enfrentamento desse problema.

Para coleta de dados, serão levantados através de entrevistas individuais com o idoso, utilizando do a plataforma Google Forms, sendo necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Serão utilizados os seguintes instrumentos durante a entrevista: a) instrumento de avaliação socioeconômico e demográfico elaborado pelos pesquisadores do projeto multicêntrico e os seguintes instrumentos validados, aculturados e adaptados para o Brasil: Hwalek-Sengstock Elder Abuse Screening Test (H-S/EAST), Escala de Depressão em Geriatria (GDS-15), Escala de Funcionalidade de Lawton e Brody (AIVD) e Escala de Fragilidade de Edmonton (EFE).

A pesquisa já foi aprovada pelo CEP com Seres Humanos da Universidade Estadual Oeste do Paraná (CAAE: 36278120.0.2017.0107), seguindo em conformidade com o parecer 4.662.293. Também está aprovada perante a Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, em conformidade com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde do município.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento populacional tem crescido vertiginosamente no mundo, atualmente o número de idosos corresponde a 962 milhões de indivíduos a partir de 60 anos, em 2050 espera-se que esse número seja duplicado e triplicado em 2100 (UNITED NATIONS, 2017). De modo que, diferente do que tínhamos antes, uma população predominantemente jovem, hoje temos uma população de pessoas com 60 anos de idade ou mais, cada vez mais significativa (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Seguindo o contexto mundial, a população brasileira tem apresentado significativas alterações nas últimas décadas, visto que o número de idosos aumenta consideravelmente. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), pessoas com 60 anos ou mais representam 14,7% da população residente no Brasil no ano de 2021, representando em números absolutos, 1,23 milhões de pessoas (PNAD, 2022).

Ao contrário do que se imagina, o acelerado crescimento da população de idosos, revelou problemas de ordem social, política e econômica. No entanto, apesar de ser considerado um aspecto positivo para o desenvolvimento da humanidade, esse crescimento

fomenta a criação e o desenvolvimento da violência. Visto que, a criação de medidas que visem a garantir a qualidade de vida desses indivíduos, não ocorre em consonância com o aumento dessa população (SANTOS *et al.*, 2007).

Segundo dados da última versão virtual, do painel de dados da ouvidoria nacional de direitos humanos, entre 1º de janeiro a 2 de junho de 2022, foram registradas mais de 35 mil denúncias de violações contra pessoas idosas no Brasil, pelo Disque Direitos Humanos/ “Disque 100” (BRASIL, 2022). Diante disso, a violência contra a pessoa idosa compreende um grande desafio à saúde e administradores públicos com relação às ações de prevenção e controle desse fenômeno.

De modo que, violência desempenha grande impacto sobre os sistemas de saúde, justiça criminal e serviços de atendimento social em diferentes aspectos. De modo que, atualmente, violência contra a pessoa idosa pode ser registrada em diferentes órgãos governamentais como: Ministério Público, Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso, bem como em delegacias de polícia e em casos graves, no Instituto Médico Legal (TAVEIRA; OLIVEIRA, 2020).

Em resposta aos desafios voltados ao envelhecimento saudável, a Atenção Primária à Saúde (APS) e suas políticas públicas, voltadas à população idosa, têm papel primordial, visto que é a porta de entrada à saúde. Para isso, um olhar para a integralidade vinculadas à APS, carrega maior potencial para interferir no controle e prevenção dos fatores de risco para perda de capacidade funcional, depressão, fragilidade e conseqüentemente a violência, possibilitando maior nível de dependência da população idosa.

Tendo em vista os propósitos de humanização do cuidado, continuidade e territorialização, os profissionais da APS encontram-se em cenário privilegiado no fornecimento de assistência às vítimas de violência em pontos especializados da rede de assistência (BRASIL, 2010; SANTOS *et al.*, 2018). De modo que, ainda que velada, a violência contra idoso é inaceitável e requer atenção especial na área da saúde, em especial do enfermeiro em relação à identificação de sinais e sintomas de violência (RODRIGUES *et al.*, 2017) bem como, na articulação com a equipe multiprofissional e na preservação da integridade, por estar no cuidado direto ao paciente de forma quase que rotineira (ANTAQUERA *et al.*, 2021).

Tendo em vista o grande aumento de denúncias, a violência contra os idosos, na área da saúde, se tornou tema de vigilância epidemiológica no Brasil, ganhando cada dia mais relevância. Com base na magnitude, fica evidente a necessidade da união entre os órgãos governamentais e sociedade para o enfrentamento e prevenção desse problema social e de saúde pública, garantindo assim a integralidade do cuidado possibilitando uma rede de atenção para a violência contra a pessoa idosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento acerca da violência contra pessoa idosa é pouco debatido, de modo que, com os achados do presente estudo, será possível avaliar os fatores associados a violência contra idosos. Ademais, poderá contribuir com o estabelecimento de fluxos, capacitação de profissionais, análise de novas estratégias e desenvolvimento de alternativas de intervenção em programas de prevenção e promoção de saúde com foco na violência dos idosos.

REFERÊNCIAS

ALARCON, M. F. S. *et al.* Violência contra o idoso: ações e sugestões dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0263>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ANTEQUERA, I. G. *et al.* Rastreamento de violência contra pessoas idosas: associação com estresse percebido e sintomas depressivos em idosos hospitalizados. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0167>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. **Disque 100 registra mais de 35 mil denúncias de violações de direitos humanos contra pessoas idosas em 2022**. Brasília: Governo Eletrônico do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/disque-100-registramais-de-35-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-contra-pessoas-idosas-em-2022>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**, 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRITO, E.; RAMOS, N.; OLIVEIRA, A. Envelhecimento Ativo Digno e Saudável: Voz dos Idosos Sobre Discriminação e Violência. In: Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Promover e Inovar em Psicologia da Saúde, 12, p. 299-307, 2018, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2018, 838 p.

COELHO, L. P.; MOTTA, L. B.; CALDAS, C. P. Rede de atenção ao idoso: fatores facilitadores e barreiras para implementação. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, p. e280404, 2019.

HUECKER, M. R. *et al.* **Domestic Violence**. Treasure Island/Florida: StatPearls Publishing, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK499891/>. Acesso em: 14 jan. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal Cidades@. **Cidades e Estados: Foz do Iguaçu. Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 01 fev. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 06 de jan. 2023

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: Município de Foz do Iguaçu. Paraná: IPARDES, 2022** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85850&btOk=ok>. Acesso em: 06 de jan. 2023

MOURA, L. B. A. et al. Percepções de qualidade de vida e as experiências de violências em idosos. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 2146-2153, 2018.

RODRIGUES R. A. P. et al. Older adults abuse in three Brazilian cities. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 783-91, 2017.

SANTOS, A. C. P. O. et al. A construção da violência contra idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. [S.L.], v. 10, n. 1, p. 115-128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2007.10019>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SANTOS, S. C. et al. Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade? **Saúde e Pesquisa**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 359, 2018.

TAVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, M. L. C. Perfil Da Violência Contra A Pessoa Idosa Registrada No Disque 100 De 2011 A 2015, Brasil. **Geriatr Gerontol Aging** v. 77, p. 120, 2020.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World Population Prospects: The 2017 Revision**. New York: UN, 2017. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

WICHMANN, F. M. A et al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821- 832, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1809-98232013000400016>. Acesso em: 05 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Global strategy and action plan on ageing and health**. Geneva: World Health Organization, 2017. 56 p.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUICÍDIO: O FATOR PROTETIVO EM SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE

Alessandra Elisa Gromowski; Secretaria de Estado da Saúde/SESA PR;
alessandra.elisa@sesa.pr.gov.br

Luana de Oliveira; Universidade Estadual Paulista; luana.oliveira89@unesp.br

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

Considerando que o suicídio trata-se da segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos e que essa faixa etária abrange grande parte da população universitária, o presente trabalho tem como objetivo promover reflexões acerca da clínica-escola como fator de proteção em saúde mental nas instituições de ensino superior. Para tanto, este trabalho apoia-se na revisão narrativa de obras psicanalíticas. A clínica-escola configura-se como um local possível de abertura à escuta, sendo acessível aos estudantes, por estar dentro do ambiente universitário e permitindo a articulação entre pesquisa, ensino e extensão na formação de novos profissionais.

Palavras-chave: Suicídio; Clínica-escola; Psicanálise; Escuta qualificada.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) considera o suicídio um problema de saúde de escala global, com cerca de 800 mil mortes por ano (equivalente a uma morte a cada 40 segundos), e que mata mais que guerras e homicídios. Esses dados já representam a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, atrás apenas de acidentes de trânsito.

A visão que se tem hoje acerca do suicídio é de um fenômeno multifacetado, que possui inúmeras determinações, não podendo resumir o ato a um único evento ou aspecto da vida do indivíduo (NUNES e SANTOS, 2017), afetando todas as classes sociais, idades, profissões, fazendo com que os órgãos ligados à saúde como a OMS (2019) e o Ministério da Saúde do Brasil (2019) considerem-no como algo possível de ser prevenido, ou seja, os fatores de risco que aumentam a possibilidade de um planejamento de auto extermínio podem ser prevenidos.

Existem critérios para a redução dos riscos de suicídio, sendo dois os principais fatores de risco à morte auto provocada: 1- tentativa prévia de suicídio, ou seja, as estimativas contam que uma pessoa que já tentou se matar tem de cinco a seis vezes mais chances de tentar novamente; e 2- transtorno mental, que pode nunca ter sido diagnosticado, bem como negligenciado e/ou tratado de forma inadequada. Há ainda outros fatores de risco que predispõe ao suicídio, como a vivência de sentimentos de desesperança e impulsividade,

presente muitas vezes em adolescentes e jovens; o que corrobora com outro fator de risco, a faixa etária de 15 a 29 anos, visto essa ser uma fase comum de crises relacionadas a conflitos familiares, escolha profissional, relacionamentos afetivos, abuso de substâncias psicoativas, entre outros.

Não é algo incomum sentir vontade de dar fim à própria vida, pois experimentamos o sofrimento de maneiras singulares, sendo as tentativas de suicídios sempre formas de pedir ajuda (CASSORLA, 2019). Este autor ainda coloca que muitos de nossos comportamentos podem apresentar componentes suicidas de forma inconsciente, como o uso de substâncias nocivas ao nosso corpo, a exposição ao risco e o desenvolvimento de doenças; ou de forma consciente, por meio de comportamentos autodestrutivos, como é o caso da automutilação. A psicanálise explora uma visão sobre o suicida buscar morrer, não necessariamente acabando com sua vida, mas sim matando uma parte nele que deve ir para que algo possa renascer, uma morte simbólica (CATTAPAN, 2012; COUTINHO, 2010).

O ato suicida apresenta um pedido de ajuda e uma resposta ao meio que lhe causa dor, entretanto, o sujeito que tenta o suicídio pode não dar resposta à pergunta “por que?”, não conseguindo colocar em palavras suas motivações, visto seus conteúdos inconscientes que ainda não podem ser acessados, gerando aos que estão ao redor, família, amigos e profissionais de saúde, sentimentos de incapacidade e desamparo (CASSORLA, 2019).

Em seus escritos, Freud (1910) estabeleceu um raciocínio com relação ao suicídio, o autor se questionou como o ‘eu’ poderia pender a autodestruição, renunciando a autopreservação e indicou a melancolia como caminho para entender tal ação de autoextermínio bem como seus componentes patológicos:

(...) desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima a ponto de encontrar expressão e autorecriminação e autoenvilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. (Freud, 1917,p. 250)

O sujeito que comete um ato suicida busca dizer algo, como traz Lacan (1967-1968, p. 93), “o ato é, por sua própria dimensão, um dizer. Um ato diz algo”. Podemos pensar então que o suicídio trata-se de uma ação a qual não foi possível ser expressa por meio do simbólico, por meio da fala, uma dor que não pode ser significada de outra forma pelo sujeito, logo os atos servem à fuga da angústia.

No que se refere a prevenção do ato suicida, o Ministério da Saúde (2006) dispõe sobre diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, assinalando já naquele período, o número crescente de mortes autoprovocadas na população jovem; e apontando a responsabilidade das instituições de ensino por meio de cuidados como a promoção, prevenção, tratamento e recuperação com acesso a diferentes modalidades.

O público jovem é o que majoritariamente ocupa o ambiente universitário, sendo que este ambiente pode ser percebido como hostil por uma parcela dos estudantes, recém-saídos de casa, residindo longe de suas famílias, e com dificuldade no estabelecimento de novos vínculos. A universidade por vezes mostra-se palco de uma intensa competitividade entre os personagens envolvidos (por nota, popularidade, inteligência, etc.) trazendo aos indivíduos que não alcançam o prestígio almejado sentimentos negativos, percebendo o processo de ensino-aprendizagem como um fracasso, que pode ser real ou imaginário (CASSORLA, 2019).

Considerando o suicídio como a segunda causa de morte em jovens de 15 a 29 anos no mundo e a terceira no Brasil, bem como a possibilidade de as universidades transformarem-se em locais de fatores protetivos em saúde mental, é que este estudo tem por objetivo promover reflexões acerca das possibilidades da psicanálise na clínica-escola de psicologia das instituições de Ensino Superior, contribuindo na prevenção do suicídio.

MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa que se baseia, como descrito por Rother (2007), em uma análise de literatura que busca descrever e discutir determinado assunto, possuindo ênfase nas atualizações sobre o tema proposto. Neste caso, os conteúdos pesquisados foram acerca do fenômeno do suicídio e demais referências que firmassem um paralelo com o ambiente universitário. Para tal, recorreremos às obras psicanalíticas, de Freud, Lacan e autores contemporâneos.

A teoria que embasa este estudo é o constructo teórico da psicanálise, que segundo Freud (1923, p. 253) é “um procedimento para a investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo”, sendo uma teoria e um método de pesquisa sobre a experiência humana por meio da oferta da escuta ao sujeito que sofre. Por isso entendemos que a teoria abarca a intenção proposta neste trabalho de promover reflexões sobre o suicídio, e apontar possibilidades de intervenção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os seres humanos são os únicos seres a terem a consciência da própria finitude, porém utilizamos de mecanismos de defesa para não lidar permanentemente com a possibilidade da extinção de nossa vida, o que faz com que vivamos, na maior parte do tempo, como se fôssemos imortais. Mas essa consciência vem à tona em momentos de crise, em que a partir disso se torna impossível continuar vivendo da mesma forma, fazendo-nos reavaliar a vida, levando a uma necessidade de ressignificação da forma que se vive. Por conta disso, o suicídio pode aparecer como alternativa, pois encerra a vida vivida até então. Logo, o suicida não desejaria morrer, mas sim, viver uma nova vida.

A morte foi e é alvo de teorias e estudos ao longo da história, abordada pelas religiões, cientistas e filósofos, que buscam contemplar os sentidos da existência e da finitude, esperando delinear uma representação da morte. E especialmente quando se trata da morte por suicídio, vemos essa representação atrelada a um significado de fracasso/derrota. A respeito disso, podemos pensar que muitos terapeutas e também se sentem angustiados ao tratar de um paciente que fala sobre morte e seu desejo de morrer, por isso o trabalho do analista em sua análise é essencial.

A clínica-escola configura-se como um local possível de abertura à escuta no que se refere aos transtornos mentais e também ao suicídio, pois de acordo com o Caderno de Orientações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado do Paraná, elaborado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2015, p. 09), este é um “espaço de exercício das práticas profissionais, tendo por objetivo desenvolver e aplicar habilidades e competências promovidas no decorrer do curso”, permitindo uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão e se configurando como um local potente para a criação de estratégias de intervenção. A intenção dos atendimentos é que ocorram por procura espontânea do jovem que vive algum sofrimento e visualiza a possibilidade de acolhimento e escuta na clínica-escola, que por sua vez realiza a triagem e encaminha o estudante para atendimento clínico realizado por um estudante da área da psicologia, podendo ser da graduação ou pós-graduação. Todo o processo é gratuito e visa fortalecer os estudantes atendidos, bem como a convergência entre teoria e prática dos terapeutas apoiados pela supervisão de docentes.

Os sofrimentos vividos pelos jovens nesta fase da vida, podem advir das diversas escolhas que são experimentadas, como selecionar o curso superior, que pode não corresponder ao idealizado, ou pelas ansiedades e incertezas do final da graduação e início da vida profissional; que aliadas às pressões advindas externamente (família, amigos e docentes) e internamente (baixa tolerância a frustração, autoestima abalada e insegurança) contribuem para o adoecimento desses jovens, com aparecimento de inibições e sintomas diversos, dificultando ainda mais a capacidade de resolução de conflitos.

A psicanálise não trata o sujeito pelo viés da dicotomia normal *versus* anormal, e se tratando de juventude certo grau de instabilidade é esperado, sem que isso seja considerado patológico, pois a psicanálise leva em consideração a dinâmica psíquica aprofundando o olhar na singularidade, não negativando sintomas que possam acometer o sujeito (CATTAPAN, 2012). Baseado nisto, este autor reflete sobre como a simples remissão dos sintomas não equivale necessariamente a uma garantia de preservar a vida do indivíduo. Então, muitas vezes ao tentar tamponar os sintomas que propiciam ao sujeito falar a respeito, sendo de grande valia para a análise, calamos a possibilidade de uma resignificação.

Por isso que a escuta analítica, como descreve Coutinho (2010), mostra-se como um dispositivo na detecção da tendência suicida, em que por meio de sua angústia mostrará as intenções de cometer tal ato. É por meio da linguagem, da fala, que o desamparo pode vir à tona e ser resignificado, pela associação livre com a implicação do sujeito em falar sobre seu sintoma e para tanto a clínica-escola mostra-se como um local adequado para este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos apontamentos do Ministério da Saúde (2006) sobre a responsabilidade social na identificação dos determinantes e condicionantes do suicídio, bem como a elaboração dos meios de prevenção, que podem ser realizados pelas Universidades, é que reforçamos o objetivo de promover a clínica-escola de psicologia como local de acompanhamento e tratamento dentro da universidade e que, com a escuta ofertada por universitários e para universitários, possa favorecer o vínculo terapêutico.

O estudante que busca ajuda e relata seu sofrimento psíquico, muitas vezes trazendo indícios de ideação suicida, faz um pedido de ajuda, e a escuta deve ser acolhedora e sem a necessidade em encaixar o sujeito em algum diagnóstico (aliviando uma ansiedade do próprio terapeuta em nomear aquilo que cabe ao próprio sujeito), por isso, a clínica-escola de

psicologia oportuniza a escuta qualificada por meio de profissionais em formação apoiada nos docentes, que em conjunto podem avaliar as melhores condutas.

Ressaltamos a importância da identificação de sinais clínicos que apontem para possíveis tentativas de suicídio, destacando a relevância de protocolos e dados epidemiológicos para a elaboração de políticas públicas que visam a promoção da saúde mental e vislumbramos a universidade como campo ideal para elaboração de pesquisas científicas na área da saúde mental. Desta forma, enxergamos a potência da clínica-escola como um fator preventivo e protetivo no que se refere à promoção da saúde mental no meio acadêmico, entendendo que podemos alcançar uma redução nos números de tentativas e mortes por suicídio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N°. 1876 do Ministério da Saúde**, 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**. Volume 50, n.15, julho 2019. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2019. *Versão Online*. ISSN 9352-7864.

CASSORLA, R. M. S. **Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Blucher. 2019. ISBN-13 978-8521212508.

CATTAPAN, P. **Moralização do suicídio?** *In*: Revista Iluminart. Ano IV, n.9 Nov/2012. 182-194p. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Caderno de orientações aos serviços-escola de psicologia do Estado do Paraná**. Organização: Claudia Cibele Bitdinger Cobalchini, et al. 1. Ed. – Curitiba: Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2015.

COUTINHO, A. H. S. de A. **Suicídio e laço social**. *In*: Reverso, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p.61-69, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952010000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 ago. 2020.

FREUD, S. (1917). **Luto e melancolia**. *In*: A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916) p. 249-263. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1923). **Dois verbetes de enciclopédia**. *In*: Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

LACAN, J. O seminário, livro 15: **O Ato Psicanalítico**. Obra original publicada em 1967-1968. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

NUNES, L. E. G.; SANTOS, L. A. **Possibilidades da psicanálise frente aos sujeitos que chegam aos hospitais após uma tentativa de suicídio.** *In: Pretextos, Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 2, n. 4, jul./dez. 2017. Versão Online. ISSN 2448-0738.*

ROTHER, E. T. Editorial. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** *In: Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.*

WHO. World Health Organization. **Suicide in the world: Global Health Estimates.** 2019. *Online.* Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em 10 ago. 2020.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO BASE PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Janmila Cristiane de Paula Brito; Universidade Federal da Integração Latino Americana;
janmilapb@gmail.com.

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

A implantação de processos educativos é imprescindível para a organização do serviço. Assim a educação permanente em saúde busca transformar as práticas no serviço e melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar a importância de ações e práticas de educação permanente em saúde voltada para a violência contra a mulher. Trata-se de uma revisão integrativa nas bases de dados: LILACS, SCOPUS e CINAHL. A partir dos resultados percebe-se que a educação permanente em saúde proporciona aos profissionais mecanismos para compreender e realizar atendimento de qualidade em uma perspectiva integral.

Palavras-chave: Violência; Violência contra a mulher; Educação permanente.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher viola os direitos humanos que estão predispostos a essa população e pode estar associada a diversos fatores, tais como a idade, classes sociais, origem, estado civil, escolaridade e até mesmo relacionada à raça/cor, causando danos psicológicos e físicos (MOTA, AGUIAR, 2020). A violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher (BRASIL, 2011).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher, e assistência às mulheres. A política determina a atuação de diversos setores, como: saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, justiça, entre outros, no intuito de garantir a integralidade do atendimento à mulher, devido à complexidade dessa violência (BRASIL, 2011).

Para que ocorra a garantia de uma assistência integral e de qualidade às mulheres vítimas de violência, é necessário que os profissionais tenham conhecimento e estejam capacitados para o alcance de ações resolutivas e efetivas, e em caráter interdisciplinar e intersetorial para que se concretize o atendimento das necessidades da mulher de modo integral (ACOSTA *et al*, 2017; SILVA, MOREIRA, 2020).

A partir dessa concepção, a Política de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), aprovada em 2004, propõe a Educação Permanente em Saúde (EPS), cujo objetivo é a aprendizagem no trabalho, onde o aprender e ensinar se incorporam ao cotidiano, buscando a qualificação dos trabalhadores através da problematização e das necessidades de formação e desenvolvimento dos profissionais (BRASIL, 2009). Além disso, a EPS visa à formação de trabalhadores, tomando como referência as necessidades e a realidade de saúde de cada território, modificando as práticas e a organização do trabalho, pautada na interdisciplinaridade (SOUZA, COSTA, 2019; BISPO, MOREIRA, 2017).

Neste sentido, considerando a violência um problema de saúde pública e a EPS uma estratégia de consolidação das práticas baseada nos problemas encontrados no serviço, este trabalho tem como objetivo analisar a importância de ações e práticas de EPS voltada para a violência contra a mulher.

MATERIAIS E MÉTODOS

A revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica no que se refere a outras revisões, combina dados da literatura teórica e empírica, e permite estudos experimentais e não-experimentais. Este tipo de revisão compreende seis fases, sendo elas: (1) elaboração da pergunta norteadora, (2) busca ou amostragem na literatura, (3) coleta de dados, (4) análise crítica dos estudos incluídos, (5) discussão dos resultados e (6) apresentação da revisão integrativa (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

Na primeira fase foi realizada a elaboração da questão de pesquisa através da estratégia PICO, que considera os seguintes elementos: Paciente/problema (P), Intervenção (I) e Contexto (Co). Assim, a estratégia ficou elaborada da seguinte forma: P – violência contra a mulher, I – educação permanente em saúde e Co – não foi agregada a esta pesquisa com o intuito de abranger todos os níveis de atenção à saúde. A pergunta norteadora para esta pesquisa foi elaborada da seguinte forma: Qual a importância de ações e práticas de EPS voltada para a violência contra a mulher descrita na literatura?

A busca foi realizada nos meses de outubro a novembro de 2020, e abrangeu as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL) e Scopus via portal de periódicos da CAPES por meio do acesso remoto Cafe.

A busca pelos descritores indexados e os seus respectivos sinônimos foi realizada nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a saber: “violência contra a mulher” e “educação continuada”, nos idiomas português, inglês e espanhol, no *Medical Subject Headings* (MeSH): “*education, continuing*” e o descritor não controlado “*violence against women*”, com auxílio dos operadores booleanos AND entre os descritores e OR entre os sinônimos.

Foram incluídos na pesquisa artigos científicos publicados no período de 2015 a 2020, com textos completos e disponíveis de forma gratuita, nos idiomas português, inglês e espanhol, e ainda aqueles que abordassem sobre a temática deste estudo. E foram excluídos artigos duplicados, de revisão, teses, monografias, editoriais e livros.

RESULTADOS

Ao final da busca nas bases de dados foram encontrados 288 resultados, sendo excluídos 274, destes cinco por estar incompleto, 144 por não estarem em livre acesso, um por estar indisponível, 85 por não estarem relacionados à temática abordada neste trabalho, cinco duplicados, 19 por serem artigos de revisão, 12 editoriais e três livros. Para fins dessa pesquisa foram selecionados 14 artigos, sendo sete na LILACS, cinco na SCOPUS e dois na CINAHL.

DISCUSSÃO

Evidências apontam que as lacunas existentes no conhecimento adquirido perpassam os limites das instituições formadoras e se estendem para a rotina do serviço. Neste sentido, em um estudo realizado com 68 profissionais do estado de Fortaleza e 72 do estado do Rio de Janeiro, com predominância de profissionais do sexo feminino, foram apontados pelos mesmos, dificuldades em relação à abordagem sobre violência sexual contra a mulher e atuação frente a esse fenômeno, face à ausência de conteúdos durante a graduação, evidenciando desta forma o distanciamento entre as questões voltadas a violência e as matrizes curriculares. Outro apontamento desse estudo foi que profissionais graduados há mais de vinte anos e profissionais formados a menos de cinco anos, relatam que não tiveram

contato com a temática durante a graduação, dificultando o atendimento na perspectiva integral, emancipatória e intersetorial (MOREIRA *et al*, 2018).

Quanto à falta de conhecimento sobre conceitos básicos como denúncia e notificação, foram identificadas em um estudo com 12 profissionais de saúde, técnicas que não valorizam a violência como um problema de saúde, fortalecendo a necessidade de reflexão para a formação e atuação dos profissionais (MACHADO *et al*, 2017). Junto a este fato, a escassez de conteúdos que abarque a temática durante a formação acadêmica, como observado, traduz se em uma despreparação e incompletude na atuação dos profissionais diante dos casos de violência (MOREIRA *et al*, 2018).

Nesta perspectiva, um estudo realizado na Índia com enfermeiras recém-formadas, foi identificado a necessidade de treinamento para mulheres vítimas de violência, e ainda o desenvolvimento do currículo do curso de graduação em enfermagem com capacitação para os futuros enfermeiros na prestação de cuidados holísticos a essas mulheres (GANDHI *et al*, 2018).

Observou-se a partir dos estudos realizados no Brasil que há uma escassez dos conteúdos durante a graduação, porém na Índia já é observado um avanço quanto à inserção de um currículo voltado à formação na graduação que proporcione temáticas relacionadas à violência contra a mulher.

Em um estudo realizado com 49 profissionais de diferentes áreas, os principais desafios encontrados em uma rede intersetorial de atenção à mulher em situação de violência estão relacionados com: fragilidades na comunicação, na articulação inter e intrasetorial, bem como a falta de conhecimento sobre as temáticas de gênero e violência, (SOUZA, PERES, MAFIOLETTI, 2020), isto corresponde a uma formação acadêmica frágil, que não aborda a temática sobre violência, que perpassa ao serviço e causa sérios prejuízos aos atendimentos.

Em entrevista realizada com sete enfermeiros, os mesmos relataram terem um sentimento de empatia com as vítimas de violência, ao passo que existe um sentimento de frustração diante da falta de conhecimento e despreparo em identificar os casos de violência, o que pode resultar em encaminhamento da vítima a outro setor e/ou na subnotificação dos casos (MOTA, AGUIAR, 2020).

Já no estudo de Cruz *et al* (2015), com sete profissionais de saúde, identificou-se que os mesmos entendem a notificação da violência enquanto procedimento obrigatório e sua

relevância como estratégia para o enfrentamento deste agravo. Em confronto a isto, Acosta *et al* (2017), em seu estudo entrevistou enfermeiras de unidades hospitalares e, apesar de afirmarem conhecimento sobre a notificação compulsória, os casos de violência contra a mulher são notificados como doenças infectocontagiosas, levando a subnotificação dos casos e influenciando na aplicabilidade das políticas públicas.

O conhecimento dos profissionais acerca da intersetorialidade é de suma importância, uma vez que as equipes de saúde não conseguem atender todas as demandas diárias, bem como casos específicos de violência contra a mulher, assim buscar apoio em outras instituições que são referências, contribui para o fortalecimento do atendimento em rede. Em articulação com outras instituições, essa parceria reúne pessoas que buscam apoiar objetivos em comum, sensibilizar a sociedade e aperfeiçoar os serviços para um atendimento mais qualificado (TRENTIN, 2018; SILVA, PADOIN, VIANA, 2015).

Outro fator importante são os casos relatados de encaminhamento a outros serviços especializados, ganhando destaque nesse sentido os setores de saúde mental pela dimensão da violência sofrida, nota-se assim a necessidade da construção de práticas adequadas e sensíveis, com comunicação efetiva com vistas à otimização dos recursos e serviços disponíveis, agilização dos encaminhamentos e atendimento qualificado e humanizado às mulheres (MARQUES *et al*, 2017). No mesmo estudo, os profissionais relatam de forma pontual sobre as redes de atenção, encaminhamentos e notificação como possíveis meios de enfrentar a violência, porém afirmam ter pouca capacitação/formação voltada para a temática e também o não conhecimento dos dispositivos que norteiam as suas ações.

A falta de qualificação dos profissionais de saúde repercute negativamente na dificuldade em reconhecer a violência contra a mulher como campo de atuação do setor saúde, dificultando o direcionamento e implementação de políticas públicas. Outro ponto destacado neste trabalho é a temática permanecer oculta na pauta de educação permanente e quando está presente não tem impacto para intensificar a qualificação e fortalecer o desempenho nas práticas direcionadas às mulheres em situação de violência (MOREIRA *et al*, 2018).

O cumprimento de ações pontuais de EPS das equipes, com enfoque nas responsabilidades individuais e coletivas, bem como ações intersetoriais que tenham como garantia o cumprimento da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, é fundamental para que as mulheres garantam acesso qualificado e seus direitos

cumpridos (MARQUES *et al*, 2017). A EPS tem como foco o aprendizado através de necessidades encontradas no serviço, a mesma deve ser coordenada pelos gestores, e com participação ativa dos profissionais que atuam no combate e organização dos serviços, levando em conta as fragilidades e potencialidades, além de promover por meio de práticas educativas, em conjunto com diversos profissionais, à capacidade de comunicação e compromisso social (SOUZA, PERES, MAFIOLETTI, 2020; SOUZA *et al*, 2020).

Os profissionais de saúde têm como dever trabalhar em equipe para que haja troca de informações entre eles, no intuito de implementar projetos assistenciais que sejam pensados em conjunto e compartilhados em sua condução (SILVA, PADOIN, VIANA, 2015). As abordagens interprofissionais para educação e treinamento para vítimas de violência são efetivos e devem ser implementadas ao sistema de saúde para que os profissionais tenham a capacidade de fornecer apoio às mulheres, além de estratégias e treinamento que melhorem as

condições atuais, estas devem incluir intervenções em toda comunidade para lidarem com o estigma, segurança cultural e conscientização da população sobre relacionamentos saudáveis (MASON *et al*, 2017).

As dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde perpassam os serviços de saúde, sendo a maior parte delas vindos desde a graduação, onde não se tem matérias específicas sobre a temática e chega aos serviços de saúde de todos os níveis com a falta de aperfeiçoamento para os profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou dificuldades relacionadas ao atendimento às mulheres vítimas de violência, como: falta de conhecimento sobre conceitos básicos como denúncia e notificação; fragilidades na qualificação para a atuação no atendimento às mulheres, que impossibilita o cumprimento efetivo das práticas baseadas na realidade do serviço; importância da notificação compulsória; fragilidades na comunicação; e na articulação inter e intrasetorial. A formação acadêmica apresenta como fragilidade a falta de conteúdos que abordem a temática, sendo necessário rever os projetos políticos pedagógicos de forma que contemple a temática, além de abordagem interprofissional e práticas colaborativas que devam ser exploradas durante a graduação.

É importante frisar que os profissionais tenham sensibilidade sobre o funcionamento da rede intersetorial, que colaborem e articulem de forma eficiente o atendimento para as mulheres vítimas de violência, considerando que um sistema articulado e preparado proporciona um atendimento adequado, integral e resolutivo.

A partir das dificuldades encontradas, percebe-se que a EPS proporciona aos profissionais mecanismos para compreender e realizar atendimento de qualidade em uma perspectiva integral. Portanto, faz-se necessário práticas de EPS no enfrentamento das dificuldades vivenciadas no serviço, que abordem os aspectos de responsabilidades coletivas e individuais dos profissionais, qualificação para compreensão da notificação compulsória e redes intersetoriais, bem como identificação dos casos de violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. *et al.* Aspectos Éticos e Legais no Cuidado de Enfermagem às Vítimas de Violência Doméstica. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, n. 3, 2017.

BISPO, J. P., MOREIRA, D. C. Educação permanente e apoio matricial: formação, vivências e práticas dos profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e das equipes apoiadas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.33, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: 2009.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011.

CRUZ, N. M. *et al.* Meanings of the reports of violence against women: a descriptive study. **Online Brazilian Journal Nursing**, v.14, n.2, p.144-150, jun. 2015.

CUESTA, L. S. *et al.* El abordaje de la violencia de género desde la perspectiva de las comunidades del norte cordobés, Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, 2020.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L., *et al.* Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. **Revista Interface**, Botucatu, v. 24, p. 190-164, 2020.

GANDHI, S. *et al.* Indian novice nurses' perceptions of their role in caring for women who have experienced intimate partner violence. **British Journal of Nursing**, v. 27, n. 10, 2018.

- LEPPÄKOSKI, T. H., FLINCK, A., PAAVILAINEN, E. Greater commitment to the domestic violence training is required. **Journal Interprofessional Care**, v. 29, n. 3, p. 281–283, 2015.
- MACHADO, M. E.S. *et al.* Perception of health professionals about violence against women: a descriptive study. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v.16, n.1, jun. 2017.
- MARQUES, S. S. *et al.* Estratégias para identificação e enfrentamento de situação de violência por parceiro íntimo em mulheres gestantes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 3, 2017.
- MASON, R. *et al.* Making connections across silos: intimate partner violence, mental health, and substance use. **BMC Women's Health**, v. 17, n. 29, 2017.
- MOREIRA, G. A. R. Qualificação de profissionais da saúde para a atenção às mulheres em situação de violência sexual. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1.039-1.055, set./dez. 2018.
- MOREIRA, K. S. *et al.* Educação permanente e qualificação profissional para atenção básica. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 101-109, jan/abr 2017.
- MOTA, J. A., AGUIAR, R. S. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. **Nursing**, p. 3848-3651, 2020.
- O'REILLY, R., PETERS, K. Opportunistic domestic violence screening for pregnant and post-partum women by community based health care providers. **BMC Women's Health**, v. 18, n. 128, 2018.
- RIZKALLA, K. *et al.* Improving the response of primary care providers to rural First Nation women who experience intimate partner violence: a qualitative study. **BMC Women's Health**, v. 20, n. 209, 2020.
- SILVA, E. B., PADOIN, S. M. M., VIANNA, L. A. C. Women in situations of violence: limits of assistance. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, Jan. 2015.
- SILVA, V. G., RIBEIRO, P. M. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 4, 2020.
- SOARES, B. L. Reflexão sobre o papel do enfermeiro e a importância dos serviços de saúde no atendimento a mulher vitimada pela violência. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 9, n. 10, p. 593-600, out. 2015.
- SOUZA, M. A., PERES, A. M., MAFIOLETTI, T. M. Educação permanente na rede de atenção às mulheres em situação de violência. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 5, n.1, 2020.
- SOUZA, M. T., SILVA, M. D., CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, R. M. P., COSTA, P. P. Educação permanente em saúde na formação da rede brasileira de escolas de saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 1, p. 116-126, ago 2019.

TRENTIN, D. *et al.* Abordagem a mulheres em situação de violência sexual na perspectiva da bioética. **Acta Bioethica**, v.24, n.1, p.117-126, 2018.

GESTÃO EM SAÚDE COMO FAZER: O USO DE NORMATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO PARANÁ

Merari Gomes de Souza; Secretária de Estado da Saúde do Paraná;
merari@sesa.pr.gov.br

Elaine Cristina Vieira de Oliveira;
Secretária de Estado da Saúde do Paraná
elainevieira@sesa.pr.gov.br

Carla Konieczniak Aguiar; Secretária de Estado da Saúde do Paraná;
carlak@sesa.pr.gov.br.

Maria Goretti David Lopes. Secretária de Estado da Saúde do Paraná;
maria.lopes@sesa.pr.gov.br

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência sobre a elaboração de ferramentas de gestão, com objetivo de sistematizar condutas, propor diretrizes e fluxos organizados, para aperfeiçoar as ações de prevenção, assistência e vigilância para atenção à pessoa em situação de violência no Paraná. Foram construídos vários instrumentos para subsidiar a gestão e os profissionais dos serviços que compõem a Rede de Atenção à Saúde no Estado. Estruturar o trabalho em rede potencializa os métodos de mudança e fortalece ações de base territorial e a adoção de metodologias nessa configuração concebe um importante avanço, reafirmando os princípios da transversalidade e da intersetorialidade.

Palavras-chave: Saúde Pública; Violência; Gestão em Saúde; Protocolo; Rede de Atenção à Saúde.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal dispõe a saúde como direito de todos e dever do Estado, visando assegurar a redução do risco de doenças e de outros agravos e acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A partir dos

princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), a construção de instrumentos de gestão pautado no trabalho multidisciplinar, na integralidade do cuidado, no manejo clínico e assistencial e na gestão, são fundamentais para a produção de saúde na rotina dos estabelecimentos de saúde (PARANÁ, 2021a; PARANÁ, 2022). Nesse contexto, o cuidar em saúde significa acolher a necessidade de saúde de acordo com a complexidade e as diferentes fases evolutivas da condição de saúde, de maneira ampliada, considerando a realidade e os contextos em que as pessoas estão inseridas na sociedade.

Acolher em saúde é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde, compromisso e vínculo, sendo que o acolhimento é construído de forma coletiva, incluindo vínculo entre: equipes e serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva (BRASIL, 2016)

Levando em conta que a violência é um problema de relevância em saúde pública, conectada aos determinantes e condicionantes sociais de saúde, é essencial o desenvolvimento de estratégias prioritárias, com enfoque para prevenção e enfrentamento desta condição (PARANÁ, 2021a). Portanto, a vigilância e a atenção às pessoas em situação de violência demandam um trabalho transversal e articulado, executado de maneira em que todas as etapas do cuidado sejam priorizadas e cumpridas pelas equipes de saúde e da rede intersetorial, em tempo oportuno.

A vigilância em saúde predispõe monitorar tendências de mortalidade, morbidade, risco e efetividade dos serviços de saúde, identificando determinantes, fatores e grupos de riscos na população, gerando evidências para a seleção racional de políticas, avaliando medidas de controle e intervenções sanitárias, e respaldando o planejamento dos serviços de saúde, entre outras atribuições (BRASIL, 2022; PARANÁ, 2021b). A atenção à saúde prevê a organização estratégica do sistema e das práticas de saúde para atender as necessidades da população, numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, fundamentada pelos princípios da universalidade de acesso e integralidade e equidade no cuidado.

A promoção da saúde e a prevenção de doenças, consiste em ações que atuem sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, promover a equidade e a melhoria dos modos de viver, com abordagem na ampliação das potencialidades de saúde individuais e coletivas, minimizando os impactos das vulnerabilidades e os riscos à saúde (BRASIL, 2018).

Posto isto, a organização da atenção à saúde centrada na pessoa, como meio estruturante da assistência, é essencial para a integralidade do cuidado.

A Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), é responsável, na esfera estadual, pelo planejamento, pela coordenação, implantação e implementação de políticas públicas de saúde para a redução da morbimortalidade por violências e acidentes, com a descentralização das ações, por meio das 22 Regiões de Saúde e seus municípios de abrangência.

Nesta perspectiva, a área técnica identificou a necessidade de atualização dos documentos existentes, e a disponibilização de novos instrumentos sobre o tema, de acordo com o cenário do estado quanto à atenção e vigilância de violências, no sentido de suprir a carência neste quesito. Além disso, a iniciativa se deu mediante demandas recebidas sobre dificuldades de alguns municípios e gestores em se posicionarem frente às responsabilidades da saúde no manejo das situações de violência. Havia também fragilidades relacionadas ao processo de trabalho das equipes de saúde nas situações de violência que chegavam até o serviço. Frente a isso, identificou-se a essencialidade de elaborar e pactuar normativas assistenciais e de vigilância, com a finalidade de reorganizar os serviços conforme a atual realidade do Paraná.

Portanto, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência da construção de instrumentos técnicos e de gestão, tendo como proposta a implementação de diretrizes e fluxos organizados, a fim de aperfeiçoar as ações, com foco na assistência e vigilância, considerando as características epidemiológicas, diversidades e singularidades do território em prol da Atenção à Pessoa em Situação de Violência no Estado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência sobre a elaboração de ferramentas técnicas e de gestão, com o objetivo de alinhar e sistematizar as condutas referentes à atenção a pessoa em situação de violência no período de 2020 a 2022.

O processo de construção das ferramentas surgiu a partir da necessidade apresentada pelos serviços de saúde sobre a carência de instrumentos para o manejo da violência e as suas especificidades, no intuito de legitimar a execução de condutas fundamentadas em preceitos éticos, administrativos e legais, e mantendo a transparência do processo de trabalho desenvolvido pelos serviços de saúde que integram a RAS no Estado.

Nos últimos 3 anos foram elaborados pela área técnica da SESA responsável, vários instrumentos cujo conteúdo possui teor técnico-científico (protocolo, notas técnicas, manuais, cartilhas) e propicia uma gestão institucional organizada das condutas adotadas pelos serviços de saúde.

O desenvolvimento dos instrumentos ocorreu a partir da busca na literatura nas bases científicas disponíveis, na legislação e em documentos oficiais e normativas do Ministério da Saúde. Foram realizadas reuniões para a elaboração e conclusão do processo, um exemplo de produto é a construção do Protocolo de Atenção à Pessoa em Situação de Violência Sexual. Durante este processo foram realizadas 07 reuniões formais, sendo iniciado em janeiro de 2020 e concluído em maio de 2021. A análise procedeu-se com a leitura de documentos, ordenação, organização e elaboração do texto. Os instrumentos produzidos foram aprovados e pactuados em instâncias colegiadas, como na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná (CIB/PR).

Também foram elaboradas diversas Notas Técnicas e demais documentos para subsidiar a atuação dos profissionais e estabelecimentos de saúde, no âmbito do estado do Paraná. Esse processo ocorreu por meio da articulação da equipe técnica da SESA com as equipes das 22 Regiões de Saúde e dos serviços de saúde, além de representantes dos órgãos de controle e fiscalização como a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Por se tratar de relato de experiência sobre processo de trabalho de cunho administrativo e não envolver pesquisa com seres humanos, o parecer técnico do comitê de ética (CEP/CONEP) foi dispensado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

A Constituição Federal legitima a saúde como um direito de todos e dever do Estado, prestada por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada segundo diretrizes, sendo a atenção integral uma premissa a ser garantida. O Ministério da Saúde, por intermédio da legislação existente e das diretrizes do SUS, reforça a importância de assegurar atenção integral e humanizada, abrangendo estratégias de promoção, prevenção e enfrentamento das violências, sem prejuízo das ações assistenciais.

Os protocolos são documentos que visam garantir o melhor cuidado em saúde, incluindo recomendações de condutas, medicamentos ou produtos para as diferentes fases evolutivas de um agravo à saúde ou de uma determinada condição (WERNECK, 2009). É por

meio desses e outros instrumentos que a assistência prestada na Rede de Atenção à Saúde, avança na perspectiva de melhoria contínua.

A construção de normativas pautadas na compreensão e na análise do processo saúde-doença ajustada à realidade dos territórios, visa subsidiar a execução de práticas em saúde, orientar a decisão dos profissionais de saúde, planejar ações de prevenção, promoção e assistência, consolidar e disseminar estratégias preconizadas pelo Ministério da Saúde. Visa assegurar a qualificação da assistência e resolutividade das ações e fortalece a comunicação efetiva entre as equipes e os serviços de saúde (BRASIL, 2019; WERNECK, 2009).

A SESA reitera o compromisso em defesa do SUS, bem como de seus princípios e diretrizes, reconhece a relevância do fenômeno da violência e seu impacto para a saúde, sendo fundamental o desenvolvimento de ações e estratégias prioritárias em prol da atenção à pessoa em situação de violência. Neste sentido, produziu diversos materiais com teor técnico científico (TABELA 1), por intermédio da Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais, a fim de alinhar e fundamentar as práticas de saúde, promovendo a produção de saúde e assistência de excelência, em tempo certo e oportuno, pelos serviços de saúde.

TABELA 1 – Ferramentas técnicas e de gestão desenvolvidas e publicadas pela SESA, no período de 2020 -2022*

Tipo	Teor	Ano
Resolução Conjunta SESA/SESP nº 003/2020	Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado da Saúde e da Segurança Pública do Paraná para a Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Estado do Paraná	2020
Nota Técnica nº 11/20	Versa sobre orientações da SESA aos serviços e profissionais da saúde sobre atendimento às pessoas em situação de violência na Rede de Atenção à Saúde, notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada (Sinan) e comunicação externa nos casos de suspeita de violência contra a mulher, conforme previsão da Lei nº 13.931/2019 e a Portaria nº 2.282/2020 do Ministério da Saúde	2020
Nota Orientativa nº 30/2020	Aborda recomendações sobre Prevenção de Violências e Atenção às Pessoas em Situação de Violência no Contexto da Pandemia de Covid-19	2020
Resolução SESA nº 1026/2021	Instituiu o Incentivo Financeiro Estadual de Apoio para implantação e implementação do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz) nos municípios	2021
Protocolo de Atenção Integral à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual: Abordagem Multidisciplinar	Trata-se de documento de caráter técnico científico que visa propor diretrizes e normativas de atenção integral à Pessoa em Situação de Violência Sexual no Paraná, bem como aprimorar a comunicação entre os mais diversos profissionais que atuam com a temática nos serviços de saúde do Estado	2021

Nota Técnica nº 3/2021-	Traz recomendações da SESA aos profissionais que atuam nos estabelecimentos de saúde públicos e privados para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência, notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada e comunicação externa nos casos de violência contra a mulher diante da Portaria GM/MS nº 78, de 18 de janeiro de 2021.	202 1
Manual de orientação: Implantação e implementação do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz) no Paraná	Trata-se de instrutivo que tem a finalidade de subsidiar as equipes de saúde e da rede intersetorial na implantação e no fortalecimento do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz) com foco no alinhamento e na sistematização das ações e estratégias nos territórios	202 1
Manual de Qualificação e Sistematização da Metodologia de Cálculo dos Principais Indicadores.	Trata-se de um instrutivo de caráter técnico que visa proporcionar suporte aos profissionais e serviços de saúde com foco nos processos de trabalho de análise do perfil epidemiológico, tendência e comportamento do fenômeno das violências no estado do Paraná	202 2
Nota Técnica nº 13/2022-DAV/SESA	Aborda recomendações da SESA aos profissionais e serviços de saúde públicos e privados de saúde do Estado, sobre Atenção Integral à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual.	
NOTA TÉCNICA DAV/SESA/PR nº 15/2022	Aborda recomendações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná aos profissionais e serviços de saúde públicos e privados do Estado sobre Notificação de Violência Obstétrica no Sistema de Agravos de Notificação (Sinan).	202 2

Fonte: SESA/DAV/CPRO/Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais.

Nota: *Os instrumentos listados na tabela 1, encontram-se disponíveis para acesso na íntegra na Home Page da instituição, por meio do link: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Promocao-da-Cultura-de-Paz-e-Acoes-Intersetoriais>

Instrumentos neste formato possuem um papel fundamental para a gestão e regulação dos sistemas de saúde, sendo que estruturar o trabalho em rede potencializa e fortalece o território e a adoção de metodologias nessa configuração representa um diferencial, além de reafirmar os princípios da transversalidade e da intersetorialidade (PARANÁ, 2021a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio na saúde pública é a competência das equipes, gestores e serviços de saúde em transformar as aptidões no domínio da saúde para aplicá-las no desempenho das atribuições, na tomada de decisão, bem como no planejamento de estratégias prioritárias e na estruturação da RAS (PARANÁ, 2021).

Como resultados da produção e pactuação dos instrumentos normativos, observou-se um avanço no processo de trabalho das equipes e na otimização dos fluxos de acesso aos serviços, bem como na qualidade da assistência. Ocorreu uma diminuição das demandas oriundas das regiões de saúde, quanto às dúvidas na condução e no manejo desse agravo,

como em relação à conduta administrativa, jurídica e legal, e de como proceder frente a situações envolvendo sigilo e confidencialidade das informações, proteção dos direitos e da autonomia da pessoa que sofreu a violência, em particular às associadas a violência sexual e suas complicações.

Além disso, também foi possível observar redução expressiva de demandas provenientes da rede intersetorial, principalmente quanto à comunicação externa da violência pelos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Saúde. Acolhimento na Gestão e o Trabalho em Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_gestao_trabalho_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Guia de elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: delimitação do escopo [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_elaboracao_protocolos_delimitacao_escopo_2ed.pdf Acesso: 27/01/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf

PARANÁ. Secretaria da Saúde. Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais. Protocolo de Atenção à Pessoa em Situação de Violência Sexual: abordagem multidisciplinar. 3ª edição. Curitiba, 2021a. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@64cd669f-b84a-4d9a-aeb8-99ec17e257a9&emPg=true>

PARANÁ. Secretaria da Saúde. Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais. Nota Técnica nº3/2021. Curitiba, 2021b. Disponível em:

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@d37c2cf5-c1ae-4ee1-8b0c-95c2de1312ad&emPg=true>

WERNECK, M. A. F.; FARIA, H. P.; CAMPOS, K. F. C. Protocolos de cuidado à saúde e de organização do serviço. Belo Horizonte: Coopmed, 2009. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1750.pdf>

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E A INTERFACE COM A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE E PROFESSORES DAS ESCOLAS PARTICIPANTES EM FOZ DO IGUAÇU

Ingrid Nascimento Euclides; UNIFESP; ingrid.euclides@unifesp.br

Rosa Maria Eid Weiler; UNIFESP; rmeweiler@unifesp.br

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de investigar o Programa Saúde na Escola (PSE) como um meio de prevenção à violência contra adolescentes segundo a percepção da equipe e dos professores participantes. Busca analisar a percepção dos professores e equipe de saúde sobre as ações e estratégias de enfrentamento à violência e vulnerabilidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo um estudo observacional descritivo, com análise de conteúdo dos dados a serem obtidos. Foi aplicado um questionário online que pretende analisar a abordagem e ações do PSE, que a neste primeiro momento constatou-se que houveram poucas ações de prevenção à violência por parte do programa por parte dos participantes.

Palavras-chave Programa Saúde na Escola; Adolescência; Violência

INTRODUÇÃO

A violência é um problema estrutural na sociedade, que se fez presente ao longo da história da humanidade. A violência assume diversas formas, culturas e classes sociais, sendo mais agravante em grupos vulnerabilizados (ESCORSIM, 2014). O Brasil é o país com o maior número de homicídios de adolescentes em todo mundo no período de 2007 a 2017 (UNICEF, 2019). Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2020), em 2019 houve o aumento de 14% das denúncias em comparação ao ano anterior, foram 86,8 mil violações de direitos de crianças ou adolescentes.

A adolescência é um período de inúmeras transformações biopsicossociais. Essas transformações podem facilitar maior vulnerabilidade social nos meios que o adolescente esteja envolvido como: o familiar, cultural, educacional e outros. (BROSEGUINI; IGLESIAS, 2020; SANTOS, 2019). Em relação a violência, são apontados como vítimas mais vulneráveis, com consequências muitas vezes irreversíveis, resultando danos à saúde física e mental, afetando o desenvolvimento e maturação. Os casos de violência ocorrem independente de raça, classe, gênero e fatores socioeconômico culturais. A maioria dos casos permanecem silenciosos e silenciados no ambiente em que ocorrem (SANTOS, 2019). Exigindo, assim, intervenção e cuidado interdisciplinar, especializado, continuado e articulado. No entanto, existem dificuldades do cuidado em rede por falta de capacitação e participação dos profissionais e responsáveis. (BROSEGUINI, IGLESIAS, 2020)

O Programa Saúde na Escola (PSE), é uma política intersetorial entre a área da Saúde e da Educação, importante na integração e articulação no desenvolvimento de ações promotoras de saúde nas escolas públicas brasileiras. (SILVA; ASSIS, 2018). Em 2017, por meio da portaria interministerial nº1055 de 25 de Abril, o PSE redefine seus objetivos e ações, incluindo a promoção da cultura da paz, enfrentamento das vulnerabilidades, reforçando assim, a prevenção de agravos à saúde como a violência.

Diante da proposta do PSE, torna-se interessante explorar as ações de prevenção à violência e vulnerabilidades. A realização da pesquisa no município de Foz do Iguaçu no Paraná, se justifica com a queda recente para a sétima posição entre os locais mais violentos no estado do Paraná. (H2FOZ, 2019)

A hipótese da pesquisa é que a implementação do PSE em Foz do Iguaçu, contribuiu para que os índices de violência contra a juventude tivessem uma queda nos últimos anos. A pesquisa está voltada a descobrir se a hipótese é ou não verdadeira.

O objetivo principal é investigar as ações do PSE como um meio de prevenção à violência contra adolescentes, segundo a percepção da equipe e dos professores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, sendo um estudo transversal observacional descritivo.

Os sujeitos selecionados para participar do estudo são membros de todas as escolas que possuem Programa de Saúde Escolar (PSE) do Município de Foz de Iguaçu, tendo assim,

como foco, participantes do estudo: a equipe do PSE composta pelos membros das unidades de saúde de referência da região e os professores da escola.

Atualmente o PSE em Foz do Iguaçu conta com 26 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 18 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) participantes.

Para a seleção dos sujeitos, foi feita a comunicação com a coordenação do programa que encaminhou os dados necessários para o critério de inclusão e exclusão da pesquisa, sendo selecionadas sete escolas participantes e suas unidades de saúde correspondentes.

O critério de exclusão do estudo é a escola e professores terem entrado recentemente no programa, não tendo tempo hábil para realizar avaliação das ações do programa. Como critério para a inclusão no estudo, o professor deve estar lecionando na escola há pelo menos 2 anos, para que possa ter uma percepção melhor dos efeitos do Programa. A equipe deve ter executado ações para os alunos das escolas participantes.

Como parte do critério de inclusão para este estudo, contaram dois fatores que foram: o período no qual o professor estaria lecionando na escola, com um período mínimo de 2 anos e o tempo em que a escola estava dentro do programa. Inicialmente planejava-se que as ações deveriam ser para os alunos do ensino fundamental 2, mas devido à organização da gestão municipal e interestadual, o PSE municipal ficou com as CMEIs e EMEFs, e o estado, com serviço de rede de proteção (SERP) realizando ações com o Fundamental 2 e Ensino médio.

Partindo destes critérios, foram selecionadas sete escolas que estão no programa desde o início da implementação do município. As escolas estão localizadas nas regiões da Vila C (2), Parque Imperatriz (3), Jardim São Paulo (1) e São Francisco (1).

Essa pesquisa foi apresentada a Coordenação do Programa que autorizou a execução da pesquisa no município e ao Comitê de Ética de pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e teve seu parecer aprovado em junho de 2022 sob o nº5.452.999.

Os instrumentos dessa pesquisa são: questionário *online* e entrevistas. A pesquisa, portanto, é dividida em dois momentos, o primeiro sendo o da coleta de dados por meio de questionário *online* e, o segundo momento, o das entrevistas.

Na primeira parte, o questionário, inicialmente apresenta o termo de consentimento livre e esclarecido, que caso concorde, o profissional tem acesso ao questionário. Na segunda parte, serão convidados para a entrevista semiestruturada, o orientador educacional de cada

escola, o coordenador do PSE e aqueles que assinalaram querer participar da segunda etapa após o questionário. As entrevistas serão feitas por plataforma *online* e serão gravadas.

O questionário aborda as estratégias e ações realizadas pelo PSE, pretendendo analisar as ações voltadas para cultura da paz, prevenção de agravos à saúde e enfrentamento das vulnerabilidades, e quais os resultados alcançados com essas ações.

Foi realizado contato com a Coordenação do PSE para que esta fosse instruída de como deveria ser feita a divulgação do questionário de pesquisa, visando respeitar as instruções do CEP, de não se ter contato direto com e-mails e informações pessoais dos participantes, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados. O envio do questionário para os participantes foi feita por lista oculta de e-mails, com uma carta convite com o questionário que se encontra na plataforma *googleforms* e uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após ser disparado duas vezes o convite de participação da pesquisa, com a baixa adesão, a pesquisadora foi a campo, nos locais das escolas e apresentou a pesquisa, enfatizando a não obrigatoriedade das respostas e garantia do anonimato, sanando dúvidas de possíveis participantes, enquanto a coordenadora do PSE fazia o mesmo com profissionais de saúde.

Os dados obtidos serão analisados por meio das respostas do questionário e das entrevistas, que após gravadas, transcritas serão avaliadas por meio de análise de conteúdo de Bardin (2016).

DISCUSSÃO

A pesquisa está em andamento, sendo esta uma discussão sobre os resultados parciais obtidos, até o presente momento: 25 respostas do questionário, buscando identificar o conhecimento dos profissionais sobre as estratégias e ações realizadas pelo PSE, tendo uma listagem das ações que poderiam ter sido trabalhadas dentro das propostas do programa.

O questionário contém 13 perguntas, divididas em dois blocos, o primeiro num aspecto mais geral sobre o programa, quais ações e temas trabalhados, se houve capacitação para entrar ao programa e quem executou as ações. O segundo bloco, voltado para o enfrentamento de violências e vulnerabilidades, perguntava sobre já ter vivenciado situações de violência no trabalho, se considera um tema importante, se houve ações e quem executou e, por fim, se houve mudança significativa na escola.

A maioria dos profissionais que responderam são da área da saúde, com 12 respostas, distribuídas entre agentes comunitários de saúde, nutricionistas, dentistas e profissionais da enfermagem, segundo o que foi informado pela coordenação do programa durante os disparos do questionário.

Enquanto da área da educação foram 12 respostas de professores das escolas selecionadas e somente uma resposta de um profissional que atua como professor e também tem formação na área da saúde.

Quando questionados se houve alguma capacitação para a realização das ações, a maioria respondeu que não (64%) e, aqueles que tiveram, são da área da saúde e responderam que a capacitação durou menos de 1 mês.

Os profissionais responderam sobre as ações que viram ou participaram nas escolas, a maioria relacionada à prevenção ao Coronavírus (75%), seguido de promoção e avaliação de saúde bucal (45,8%) e combate ao mosquito *Aedes aegypti* (41,7%). Foram citadas uma ação em relação à prevenção das violências e vulnerabilidades e, duas, de promoção de cultura de paz. As ações, na maioria das vezes, foram realizadas por profissionais de saúde.

Em relação aos temas trabalhados nas ações do PSE, a maioria assinalou a prevenção ao Coronavírus (73,9%), em seguida a prevenção à saúde com foco na vacinação e apenas duas respostas para prevenção de violências e vulnerabilidades.

Quando questionados sobre vivenciar uma situação de violência no ambiente de trabalho, metade afirmou que sim e a outra negou

A maioria (96%) concordou que é importante trabalhar essa temática no ambiente escolar. Em relação às ações voltadas para cultura de paz e enfrentamento à violência, a maioria respondeu negativamente sobre ter visto alguma ação, mas foi considerada a campanha do Maio amarelo como parte das ações do tema e um diálogo com alunos da escola.

Um fator interessante a ser observado é que quando perguntado quem executou a ação sobre o tema de cultura de paz e enfrentamento à violência, 60% optou por não responder. Sobre o tema de enfrentamento de vulnerabilidades, 60% também optou por não responder quem executou essas ações.

Por último, foi perguntado se houve uma mudança significativa no local de trabalho após as ações, a maioria optou por não responder. 50% optaram por não responder, enquanto 18,8% afirmaram que não houve mudanças.

Nesta primeira etapa, observou-se que conforme as perguntas em relação a violência iam aparecendo no questionário, foram diminuindo as respostas, mesmo que a maioria concorde com a relevância do tema dentro das escolas. Considerando que a temática de prevenção à violência está nas diretrizes do programa, chamou a atenção o fato de que houve poucas ações relacionadas, tendo em vista que a violência é um problema de saúde pública podendo ser um agravante no desenvolvimento dos adolescentes.

Os grupos de trabalho do PSE têm autonomia para planejamento das ações e seus temas, tendo espaço para abordar questões à medida que surgem as demandas. É necessário que haja abertura para críticas e revisão de prioridade as vulnerabilidades, e quais atividades podem ser direcionadas. Ainda que o programa tenha seus desafios de atuação, existe uma potencialidade para que suas ações realizem prevenção à vulnerabilidades e violência, como previsto nas diretrizes do programa. (PATROCINIO et al, 2023)

A segunda etapa da pesquisa, que se encontra em andamento, consiste em uma entrevista semiestruturada com o coordenador e direção das escolas, coordenação do PSE e aqueles que manifestaram vontade de seguir nesta etapa. Dentro os participantes, que manifestaram vontade de seguir para etapa, 10 são da área da saúde e somente um da área da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se obter dados que confirmem que a implementação do Programa Saúde na Escola em Foz do Iguaçu tenha sido o motivo para a queda nos índices de violência contra a juventude, exercendo um impacto positivo para a população que participa do programa. Com este trabalho pretende-se contribuir para a melhoria do programa e suas ações de prevenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1055 de 25 de Abril de 2017. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html>

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. 18/05/2020. Disponível em <

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contracrianças-eadolescentes>>

BROSEGUINI, Gabrielly Becalli; IGLESIAS, Alexandra. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4991-5002, Dec. 2020. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232020001204991&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. Epub Dec 04, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>

ESCORSIM, SILVANA MARIA. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. *Revista Katálysis (Impresso)*, v. 17, p. 235-241, 2014

SANTOS, Gabrielle Skrascke dos. ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DE SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DE TRABALHO EM FOZ DO IGUAÇU. 2019. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) –Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

PATROCINO, Laís Barbosa et al. NUDES E VAZAMENTOS: QUAL O LUGAR DO PSE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E PREVENÇÃO A VIOLÊNCIAS? *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 01-15, jan. 2023. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/69422>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SEM NOME: Foz do Iguaçu melhora posição no Atlas da Violência 2019. H2FOZ. Foz do Iguaçu, Paraná. 05/08/2019. Disponível em:< <https://www.h2foz.com.br/sem-categoria/foz-doiguacu-melhora-posicao-no-atlas-da-violencia-2019/>>

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. A prevenção à violência em programas interdisciplinares que atuam em escolas brasileiras e portuguesas. *Ciênc.saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2899-2908, Sept. 2018. Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018000902899&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.12422018>.

UNICEF BRASIL, Cidade Aprendiz. A Educação que protege contra a violência. Julho de 2019. Disponível <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-que- protege- contra-violencia>.

SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA COM OFICINAS EDUCATIVAS

Camila Viviane Lui de Sousa; UNILA; ca.viviane@gmail.com.

Laura Janaína Dias Amato; UNILA; laura.amato@unila.edu.br.

Maria Inês Amarante; *in memorian.*

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

A ação de extensão denominada ‘Saúde Mental, Comunicação e Gênero: Oficinas Educativas e Atenção Psicossocial’ realizada no CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial) no município de Foz do Iguaçu contou com dez encontros. Sendo que um deles tratou da temática da violência de gênero, esse trabalho relata e reflete sobre essa experiência. Foi observado que grande parte das participantes passaram por situações de violências, principalmente nas relações íntimas. Dessa forma, faz-se necessário capacitar profissionais para atenderem essas demandas, além da articulação dos equipamentos públicos, já que, por ser uma questão de grande complexidade.

Palavras-chave: Saúde Mental; Gênero; Violência de Gênero; Oficinas.

INTRODUÇÃO

Entre 03 de setembro 2019 e 20 de novembro de 2019 foi realizada uma ação de extensão denominada ‘Saúde Mental, Comunicação e Gênero: Oficinas Educativas e Atenção Psicossocial’, com dez encontros, parceria entre UNILA e CAPS II do município de Foz do Iguaçu, como parte da dissertação: “TRISTES, LOUCAS OU MÁS: HISTÓRIAS DE VIDA

DE MULHERES EM SOFRIMENTO MENTAL”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2021, sob a orientação da professora Dr^a Maria Inês Amarante e coorientada pela professora Dr^a Laura Janaína Dias Amato.

O objetivo inicial com as oficinas era estabelecer um primeiro contato com a população usuária do CAPS II e realizar convites para as entrevistas, processo subsequente da dissertação. Por essa ação ter tido um resultado passível de uma análise mais completa, pela sua dimensão e riqueza de dados, a análise do material das oficinas se deu de maneira separada e fez parte da dissertação final. Neste trabalho se optou pela análise do encontro que trabalhou a questão da violência de gênero.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método escolhido foram as oficinas terapêutico-educativas em grupo com abordagem baseada na comunicação interpessoal e dinâmicas específicas e com o uso de material de apoio escrito e audiovisual como ferramentas para mediar os diálogos. Optou-se por utilizar pouco a linguagem escrita por não se saber a escolarização das participantes e, quando utilizada, foi com a mediação da pesquisadora que escrevia e lia. Foram tratados temas da atualidade e relacionados às mulheres, tais como: a violência de gênero, o trabalho feminino, corpo e pressões estéticas e autocuidado. Tais temas foram escolhidos por serem destaques no movimento feminista e são temáticas que a pesquisadora já tinha algum contato/conhecimento para conseguir facilitar as oficinas. A ordem dos temas foi de escolha aleatória, exceto o primeiro encontro em que se discutiu sobre o que é ser mulher na sociedade atual e o penúltimo sobre violência. O resultado das discussões colaborou para levantar outros debates que foram aprofundados nos encontros seguintes. A escolha do tema para que o penúltimo encontro, antes da finalização, foi sobre violência contra a mulher, pois se considerou necessário fortalecer o vínculo e, dessa forma, mais tempo de trabalho com as participantes, já que possivelmente iriam surgir temas sensíveis nestes encontros.

Os critérios para participar do grupo eram: ser mulher, incluindo mulheres trans (apesar de nenhuma ser indicada a essa oficina), ser utente/paciente do CAPS II e não ter limitações cognitivas significativas ou deficiência intelectual, pois alguns temas a serem tratados tinham algum grau de complexidade, a habilidade cognitiva das mulheres deveria ser identificada pelos profissionais que sugeriam as utentes para as oficinas, pois tinham acesso

ao perfil e diagnósticos das mesmas. As pacientes foram indicadas pelos profissionais da própria unidade, a apresentação do projeto foi realizada para coordenadora do CAPS e terapeuta ocupacional. Não era um grupo obrigatório e nem fechado só para as mesmas pacientes, ou seja, diversas mulheres foram convidadas enquanto as oficinas estavam sendo realizadas, apesar de vários encontros se manterem as mesmas participantes.

Em média, as oficinas duravam entre uma hora e uma hora e meia, iniciando-se às 14h. A seguir há detalhamento dos encontros realizados (Quadro 1), nesse trabalho focaremos na análise do Encontro 9, que trata sobre a Violência Contra a Mulher.

Quadro 1 – Apresentação dos encontros realizados

Encontro 1	03/set	Conversa com profissional do CAPSII e coordenação: apresentação do projeto
Encontro 2	10/set	Participação da pesquisadora como ouvinte da Atividade Setembro Amarelo, organizada pela CVV. Realizado primeiro contato com algumas participantes
Encontro 3	17/set	Roda de Conversa – O que é ser mulher na sociedade atual?
Encontro 4	24/set	Diferenças entre homens e mulheres
Encontro 5	01/out	Autocuidado
Encontro 6	08/out	Pressão estética e o corpo
Encontro 7	15/out	Abordagem filmica. Filme: Absorvendo o Tabu
Encontro 8	22/out	Trabalho da mulher e trabalho doméstico
Encontro 9	29/out	Roda de conversa – Violência contra a mulher
Encontro 10	05/nov	Finalização
Encontro 11	20/nov	Com equipe do CAPSII, atividade realizada em contexto externo ao CAPS, no Fórum de Novas Abordagens em Saúde Mental

Fonte: Elaboração da Autora (2021)

Em 29 de outubro de 2019, foi tratado o tema da violência contra a mulher. Foi lida uma história fictícia para as participantes, baseada em um jogo educativo para não violência (ROJÃO, 2011), de uma jovem que gostava de sair para dançar, conheceu um moço e começaram a namorar. A partir de então, ele começou a querer controlar sua roupa, a afastá-la de amigos e família. Algumas perguntas nortearam a conversa: O que pode ser considerado um sinal de uma relação abusiva no caso apresentado? O que distingue essa relação de uma saudável? Em sua família, se conversava sobre relações amorosas? Você já vivenciou uma relação abusiva?

Todas concordaram que os sinais de relação abusiva na história começaram assim que o namorado começou a restringir os tipos de roupa de sua namorada e as relações sociais dela. As participantes disseram que relações saudáveis são aquelas que envolvem respeito e cuidado recíproco. Todas falaram de experiências de relações abusivas, sendo que algumas delas se separaram por conta disso e outras disseram que tentaram permanecer na relação, mas sempre com a condição de mudanças de seus parceiros.

A escolha dessa temática por último foi intencional, já que foi priorizada a construção de relações de confiança nesse processo para que as participantes se sentissem à vontade e confiantes de apresentarem as situações de vulnerabilidades que vivenciaram. De fato, a avaliação é que essa escolha foi acertada pela densidade de relatos de experiências dessas mulheres. Infelizmente, todas já haviam passado por alguma forma de violência, principalmente dentro das relações íntimas, não só violência física, como psicológica.

Foi uma escolha ativa deixar essa temática para uma das últimas oficinas, comprovou-se correta, já que foi necessário tempo e alguns encontros para essas mulheres trazerem suas experiências, mesmo que dolorosas, ao sentirem segurança nesse espaço.

A análise do tratamento do material coletado nas Oficinas teve duas etapas: ordenação (diário de campo e elaboração do relatório final do trabalho de extensão) e classificação (Leitura Horizontal de todo o material (Diário de Campo e Relatório Final; Divisão em categorias temáticas mais presentes nas oficinas, mesmo que não relacionadas com os temas preestabelecidos (as categorias escolhidas foram trabalho, corpo e violências; Leitura Transversal focada em cada tema; Análise relacionando o material das oficinas com levantamento bibliográfico e entrevistas e, Relatório Final dissertação) (MINAYO, 2014).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

A partir do que foi observado em campo, no projeto de extensão, mas também nas entrevistas, foi possível notar como as mulheres usuárias dos equipamentos de saúde mental tinham um histórico amplo com relação à violência em suas diversas expressões psicológica, moral, física ou sexual. Por conta disso, essa temática de discussão foi necessária como um tópico próprio, relacionando a violência de gênero, especificamente contra a mulher, com os processos de adoecimento mental.

A violência de gênero é um conceito mais amplo e abrange, no geral, vítimas de uma diversidade de faixas etárias e de sexo. No entanto, em uma sociedade patriarcal, são os homens enquanto categoria social que possuem um projeto de dominação- exploração. Dessa forma, apesar de improvável, é possível uma mulher ser autora de violência contra os homens, mas não há um projeto societal em jogo; os homens, por outro lado, detêm o poder em correspondência à organização patriarcal da sociedade que deve determinar condutas e punir desvios muitas vezes com violência para manutenção dessa ordem (SAFFIOTI, 2001)

Sobre a violência contra mulher, Alemany (2009) define que:

Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade (ALEMANY, 2009, p. 271).

Jules Falquet (2017) destaca a dimensão material e o uso instrumental de relevância política, social e econômica da violência contra a mulher e, ao estudar os contextos de países latino-americanos, como México, El Salvador e Guatemala, utiliza o conceito de “guerra de baixa intensidade”.

A violência doméstica era tão grave quanto uma tortura política, interpretando a mesma como prática estrutural e sistemática, cuja tendência é de “polarizar o mundo social e dividi-lo em dois campos opostos que se excluem mutuamente a fim de produzir uma desmoralização e desorganização a longo prazo do grupo contra o qual a violência é dirigida (FALQUET, 2017, p. 13).

Em um dos últimos encontros da ação de extensão, foi debatida a temática da violência em suas diversas formas, como violência física, psicológica, patrimonial, doméstica e sexual. Das quatro participantes dessa oficina, duas falaram ter sofrido violência sexual por pessoas próximas. Expressões dessas violências podem ser vistas de diversas formas no cotidiano das mulheres. A maior parte das entrevistadas também relatou que sofreu violência no espaço doméstico pelo marido, padrasto ou pessoas próximas às famílias que frequentavam a casa. Heleieth Saffioti (2001) atenta que a violência de gênero emerge de contextos complexos em

que vários fenômenos intervêm. Logo, se deve velar para não homogeneizar as realidades complexas e diferenciadas. Ao trazer à luz situações que as mulheres entrevistadas vivenciaram não para ter um olhar que uniformiza, mas que colabora para uma reflexão mais complexa sobre os eixos violência e saúde mental, são apresentados duas das principais formas de violência: a doméstica e a sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sueli Carneiro (2011), ainda há, no Brasil, a concepção de que certos humanos são compreendidos como mais ou menos humanos do que outros e que alguns sujeitos foram construídos como possuidores de uma humanidade incompleta. Isso evidentemente se estende para a questão do machismo estrutural, o que leva à naturalização da desigualdade de direitos e que esses sujeitos não participam igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.

No entanto, há avanços, a própria legislação brasileira, Lei 11340, a Lei Maria da Penha, é uma referência e um avanço em relação aos direitos humanos das mulheres. Dessa forma, faz-se necessário capacitar profissionais para atenderem essas demandas, além da articulação dos equipamentos públicos, já que, por ser uma questão de grande complexidade, é preciso uma intervenção interdisciplinar das diversas profissões da saúde, da assistência e dos diversos equipamentos públicos, inclusive, do campo jurídico.

Assim, alguns desafios estão apresentados, mesmo diante do avanço com a Lei da Maria da Penha, é fundamental efetivar a lei, garantir sua aplicação e que hajam programas de prevenção e capacitação de profissionais nas mais diferentes áreas, como da saúde, assistência e campo jurídico, uma vez que essa problemática é complexa e atravessada por diversos determinantes sociais. Além disso, é basilar apoiar as mulheres vítimas de violência que frequentemente desenvolvem questões de saúde mental, como depressão e ansiedade.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. Violências. HIRATA, Helena et al (orgs) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Ed. Selo Negro, 2011.p. 15-45.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia**. Perspectivas Feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. Rio de Janeiro-São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 2014.

ROJÃO, Graça et al. O Cavalo branco. **Coolkit: Jogos para a não-violência e igualdade de gênero**. Covilhã, 2011. p. 35-39.

SAFFIOTI, Helena. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001, p. 115-136.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

TRATAMENTO NA COMUNIDADE TERAPEUTICA SAGRADA FAMILIA EM FOZ DO IGUAÇU PARANÁ E A DIFICULDADE DE FINALIZAÇÃO DO TRATAMENTO

Jane Oliveira Brandão; Celia Cristina de Oliveira;

Ingrid Caroline Miranda Alcantara;

Comunidade Sagrada Família; comunidade-sagradafamilia@hotmail.com

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

O presente resumo objetiva analisar a dificuldade de finalização no tratamento na Comunidade Terapêutica Sagrada Família localizada em Foz do Iguaçu Paraná, e a rotativa de acolhidos que passaram pela comunidade no ano de 2022. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagens qualitativas e quantitativas, com dados extraídos de levantamento de documentos institucionais e entrevistas. O lócus da pesquisa foi a Comunidade Sagrada Família que trabalha com dependentes químicos, na busca da recuperação destes e de seus vínculos familiares. Os resultados apontam que a grande dificuldade no término do tratamento é causada pela abstinência que eles apresentam, trazendo mal-estar e incomodo.

Palavras-chave: Comunidade Sagrada Família; dependentes químicos; abstinência.

INTRODUÇÃO

Entendemos que o uso de drogas faz parte da civilização há muitos anos, sendo utilizado de várias formas, como para tratamentos de saúde, rituais religiosos, ou para busca de Prazer e deleite. Com o uso constante deste tipo de substância os indivíduos passaram a ser

atingidos biologicamente e psicologicamente, alterando seu comportamento e seu pensamento.

O uso de drogas está diretamente ligado ao meio de vivência e interação do indivíduo, o consumo das drogas tem aumentado, não sendo utilizadas em sua grande maioria para fins medicinais, mas sim para fins recreativos, levando à dependência milhares de crianças, jovens e adultos. A Drogadição é vista como doença, tendo um número na Classificação de Doenças Internacional - CID. (BRANDÃO e QUEIROZ, 2015, p. 08.)

Com as mudanças sociais e diferenças sociais ao longo da história, o uso de drogas aumentou e trouxe inúmeros malefícios a sociedade, afetando a vida de indivíduos e suas famílias, incluindo sua vida como um todo, mexendo com seus aspectos no trabalho, saúde, e vida social foram totalmente comprometidos. Esta realidade é vivenciada por inúmeras pessoas, sendo elas nosso público-alvo. A doença da dicção necessita de cuidados e muita atenção, por isso iremos descrever um pouco de nossa instituição e do trabalho que realizamos.

A Comunidade Sagrada Família é uma organização não governamental, de caráter civil, que atua na área da Saúde e com perspectiva de rede de proteção, sem fins lucrativos, que prestando serviços de atendimento em sistema de residência de reabilitação a pessoas do sexo masculino, com problemas decorrentes da dependência química, visando sua recuperação e reinserção social.

A instituição atua no nível de proteção social especial, na modalidade de alta complexidade, visando resgatar direitos de cidadania e desenvolvimento humano e social a seus atendidos. Por meio de suas atividades, garantir a proteção integral a indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas em risco pessoal e social, reconhecendo nos processos de conflitos e dificuldades, as possibilidades de desenvolvimento de capacidades, habilidades e autonomia, bem como, através de serviços aos familiares, considerando-se a necessidade de resgate dos laços afetivos, superação de rompimentos traumáticos entre membros da família, assim como, resgate e acompanhamento de familiares com vínculos afetivos fragilizados, visando a restauração e manutenção dos mesmos e possíveis encaminhamentos a rede socioassistencial.

O serviço prestado pela instituição tem o período de funcionamento ininterrupto (24 horas), em modelo de residência, pelo período mínimo de 09 meses, conforme avaliação da equipe técnica, com a finalidade de garantir, durante o acolhimento, processos de reflexão e

amadurecimento em busca pela superação das violências vivenciadas, direitos violados, degradação oriunda da moradia na rua, da relação entre os estigmas da dependência química, pobreza, dificuldades de inclusão, fragmentação da família, entre outros.

A comunidade Sagrada Família tem por objetivo geral: Prestar serviços de atendimento a pessoas maiores de 18 anos até 59 anos, do sexo masculino, que fazem uso de substâncias psicoativas.

Tem como objetivos específicos:

- proporcionar tratamento especializado visando à reabilitação e a reintegração social de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas;
- atendimento individual e em grupo;
- realizar palestras sobre diversos temas que atendam as demandas dos acolhidos;
- proporcionar atividades educativas;
- oferecer oficinas terapêuticas;
- prestar serviços junto à comunidade na demanda de pessoas e familiares que são dependentes químicos, através de uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, psicólogo e educadores sociais;
- criar e efetivar projetos alternativos para geração de renda, através de cursos profissionalizantes que oportunizem aprendizagem, preparando para o mercado de trabalho;
- desenvolver ações para o fortalecimento de vínculos familiares e que apoiem o processo de reabilitação das pessoas atendidas;
- contribuir com a inclusão e a equidade das famílias dos atendidos na instituição, ampliando a expectativa de vida e o desenvolvimento de suas potencialidades;
- reivindicar junto aos órgãos públicos e toda a sociedade melhorias, reparos ou implantação de benfeitorias que visem à efetivação dos direitos sociais desse público.
- prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários desse segmento, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas, ampliando a expectativa de vida e o desenvolvimento de suas potencialidades;
- apoiar estas famílias por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares;
- oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- realizar visitas domiciliares conforme demanda para conhecer melhor a realidade familiar e realizar encaminhamentos caso se faça necessário para rede de atendimento do município e região. (PROJETO GERANDO CONHECIMENTOS, 2021, p. 08).

Frente a esta demanda, observamos a dificuldades que alguns dos usuários, ou seja, acolhido, tem em concluir o tratamento na comunidade terapêutica. O período de tratamento é de 9 (nove) meses, porém observamos uma grande rotatividade de usuários, observando que a maioria não consegue concluir o tratamento, abandonado o tratamento em meses, semanas e as vezes em até dias. Nosso objetivo nesta pesquisa, é identificar porque alguns acolhidos não conseguem realizar o tratamento. Algumas hipóteses levantadas seriam: Não adequação as

disciplinas das regras da convivência saudável em comunidade? Vivência nas ruas, o que seria um obstáculo para vivência em comunidade? Dificuldades relacionadas a fissura e a abstinência? Dificuldades de convivência?

A metodologia utilizada foi o levantamento de dados quantitativos dos acolhidos que passaram no ano de 2022 na instituição os que nos dará embaçamento para saber a porcentagem de acolhidos que terminou o tratamento neste ano. E entrevistas, com 6 acolhidos que estão em tratamento, que nos dará a base de opiniões de alguns acolhidos de forma subjetiva.

Por fim analisamos o resultado da pesquisa, conseguindo obter uma linguagem da realidade social vivenciada pelos usuários.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa de campo foi realizada na Comunidade Terapêutica Sagrada Família Dom Olívio Fazza, situada na cidade de Foz do Iguaçu, na rua Ângela Aparecida de Andrade, nº1500, no bairro Porto Belo. Os sujeitos da pesquisa foram os usuários que passaram pela comunidade ano de 2022 através de análise documental. E com 6 acolhidos que ainda estão realizando tratamento na comunidade, no ano de 2023, e que participaram da entrevista semiestruturada, com idade entre 18 e 59 anos, estes estão divididos entre os seguintes meses de tratamento: 2 - do 7º mês; 2 - do 4º mês; 1 - 3º mês ;1 - 1º mês de tratamento, total de 6 acolhidos na pesquisa.

Nossa pesquisa levantou como base os acolhidos que passaram pela instituição no ano de 2022, e finalizaram o tratamento, entre todos que passaram na comunidade neste período 13 concluíram o tratamento.

Porém durante o ano de 2022 do mês de janeiro a dezembro recebemos o total de 562 acolhidos, estes passaram pela comunidade variando entre os meses, tendo estes desligamentos a pedido (desistência), evasão (fuga), e desligamento administrativo (quebra de regras da casa).

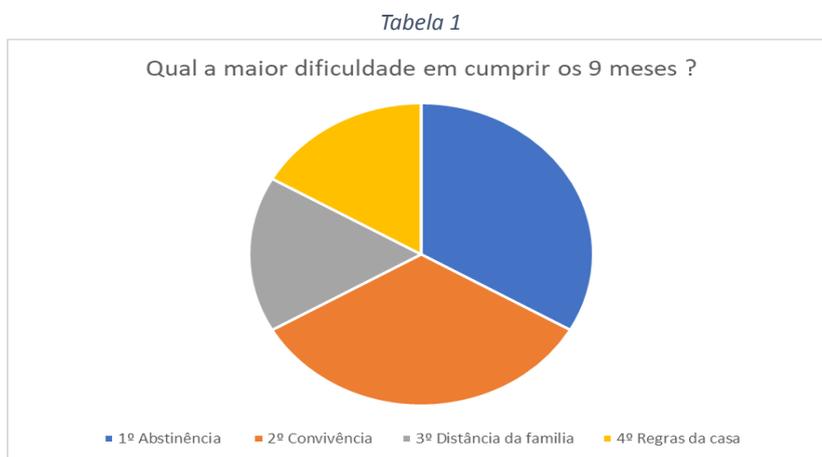
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto tem por finalidade descobrir por que algum dos acolhidos não conseguem concluir o tratamento, desistindo ao decorrer do tempo, não chegando na segunda etapa do tratamento (Sendo essa a parte de Reinserção social, quando os acolhidos terminam os nove

meses, voltando as suas atividades habituais, casa, trabalho. Porém precisam vir quinzenalmente participar dos grupos de Reinserção com o Serviço Social para possuírem suportes para manterem-se em sobriedade. Sendo também disponibilizado atendimento psicológico aos que necessitarem.) Como estes em sua maioria não evoluem para a segunda etapa, a instituição acaba possuindo uma grande rotatividade, pois com a saída de um acolhido, abre-se vaga para a entrada de outro, pois a demanda é bem grande. Em virtude disso a uma lista de espera, pois estes acolhidos em sua maioria são encaminhados pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD.

A pesquisa de campo foi realizada na Comunidade Sagrada Família, onde realizamos entrevistas semiestruturadas, onde foram entrevistados 6 acolhidos que estão em tratamento no ano de 2023, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Maior dificuldade em concluir os 9 meses de tratamento



Fonte: Autores, 2023

Figura 1

Cor:

*Azul= 2 -acolhidos

*Laranja= Convivência com demais acolhidos :2 acolhidos

*Cinza =Distância da família: 1 acolhido

*Amarelo= Regra: 1 acolhido

Os resultados mostram que a convivência com os demais acolhidos e abstinência, tem sido um grande desafio, pois nosso tratamento na comunidade é 0 drogas, então retirar a

substância que estava sendo utilizada frequentemente pelos acolhidos, sendo eles são muito difíceis.

Segundo os autores Paula Junior e Cruz (2017). Referem que a grande causa de conflitos nas comunidades terapêuticas que trabalham a perspectiva do tratamento da dicção, são as relações interpessoais. convivência de muitas pessoas morando sob o mesmo teto, com personalidades diferentes, pode gerar incômodos e brigas, desentendimentos até por questões banais e corriqueiras.

Para os autores:

A proposta de tratamento da dependência química por meio de uma comunidade terapêutica traz ao residente o desafio/oportunidade de adaptar-se a um contexto diferente daquele com o qual estava habituado. O cuidado com essa questão deveria perpassar as discussões referentes à melhoria da qualidade do serviço, visto que a dificuldade de adaptação à vivência coletiva na comunidade terapêutica poderia vir a atrapalhar a adesão e manutenção do dependente químico no programa terapêutico. (PAULA JUNIOR, CRUZ, 2017, p. 391).

De acordo com a citação e o texto explicitado, os problemas de convivência podem afetar os acolhidos que não querem verdadeiramente buscar tratamento, pois alguns podem utilizar estes como oportunidade de desenvolvimento pessoal.

As comunidades terapêuticas como a nossa instituição, contam com profissionais capacitados sendo estes: educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais. Prontos a atendê-los e ajudarem a diminuir os problemas e dificuldades no processo de tratamento.

Gráfico 2 – Por que você acha que muitos desistem antes de finalizarem o tratamento?

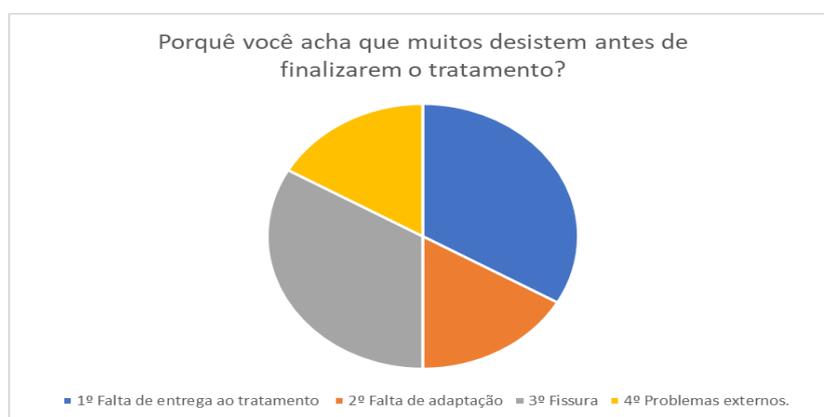


Figura 2

Cor:

*Azul, falta de entrega ao tratamento: 2 acolhidos

*Laranja, falta de adaptação ao tratamento: 1 acolhido

*Cinza Abstinência: 2 acolhidos

*Amarelo Problemas externos: 1

Os dados acima revelam que os acolhidos entrevistados pensam que as duas causas principais de desistência do tratamento são: falta de entrega ao tratamento e abstinência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE 2023), a dependência química é uma doença, sendo um problema de saúde pública. “A abstinência é caracterizada por: ansiedade, insônia, perda de apetite, tremor das mãos, sudorese, reflexos aumentados, bocejos e humor deprimido.”

Com a retirada da droga, tanto lícita, álcool e cigarro, quanto ilícita, o indivíduo começa a sentir inúmeros sintomas. Algumas drogas como o crack afetam diretamente o sistema nervoso, drogas como a maconha causam a piora de quadros psicóticos, caso a pessoa que apresente algum tipo de quadro anterior ao uso.

Gráfico 3: Você aderiu as regras da casa e consegue ter uma boa convivência com os acolhidos?

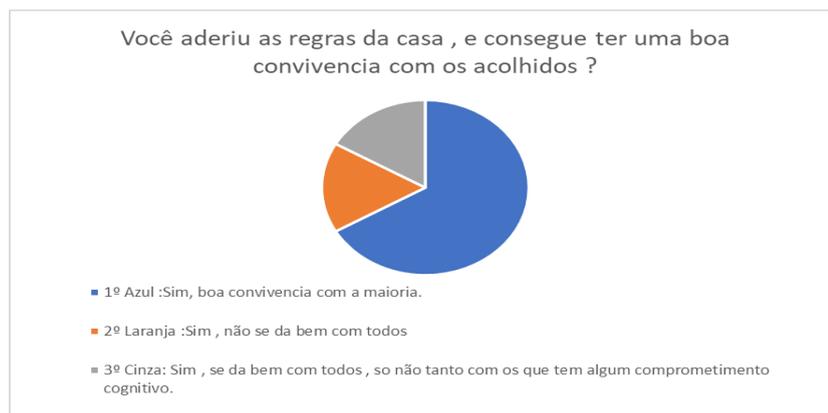


Figura 1

Cor:

*Azul, Sim, boa convivência com todos; 4 acolhidos.

*Laranja, Sim, porém não tem um bom relacionamento com todos, 1 acolhido.

*Cinza: Sim, porém só não tem tanta afinidade com aqueles que possuem problemas cognitivos, 1 acolhido.

De acordo com o gráfico observamos que todos os usuários relatam que se adequaram as regras da comunidade, na sua grande maioria estes falaram que a convivência é boa, tranquila, porém alguns discordam falando que não se dão bem com todos da casa, e não

conseguem ter muita troca com alguns acolhidos que algum comprometimento cognitivo, o que é compreensivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões que tivemos em nossa pesquisa, observamos que há uma grande rotatividade de acolhidos que passam pelo tratamento de comunidade terapêutica, e este tem dificuldades de concluir seu tratamento.

Através da análise dos dados qualitativo e quantitativo, percebe-se que durante o ano de 2022, passaram pela comunidade 562 acolhidos durante os meses de janeiro a dezembro, onde observamos que 13 destes concluíram os 9 meses de tratamento na casa, finalizando a 1ª etapa do tratamento (Tratamento institucional).

Com a análise das entrevistas de 6 acolhidos que estão em tratamento atualmente no ano de 2023, observamos de acordo com suas respostas que questões como abstinência, e convivência, são questões que predominam para a desistência do tratamento. Porém a grande questão que é o ponto crucial de acordo com o gráfico seria a abstinência, pois a grande parte dos acolhidos reconhece a convivência como um desafio, mas conseguem em sua maioria terem uma boa convivência com seus colegas de tratamento.

Neste sentido nós como comunidade terapêutica contamos com o atendimento médico destes acolhidos ao CAPS, onde conseguem ter atendimento psiquiátrico, o é uma ferramenta de auxiliar o tratamento. Através do uso de medicações, a comunidade também tem o apoio de duas psicólogas em sua equipe o que proporciona atendimento psicológico trabalhando suas questões internas e trazendo meios de auxiliar nos momentos de fissura, ansiedade e abstinência, porém abstinência é algo natural quando há a pausa no uso das substâncias psicoativas, sendo um desafio fugir desta realidade.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Jane Brandão; QUEIROZ; Raquel Oliveira de. **Dependência Química: os dependentes químicos no ambiente de trabalho**. Belém, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 20/02 – Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: 20/02 – Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo | Biblioteca Virtual em Saúde MS (saude.gov.br). Acesso em: 15 fev. 2023.

PAULA JUNIOR, Gerson Vieira.; CRUZ, Amadeu Roselli. Problemas interpessoais em comunidade terapêutica: um estudo de caso exploratório. **Pesquisas e práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017.

COMUNIDADE SAGRADA FAMÍLIA FOM OLIVIO AURÉLIO FAZZA. **Projeto Gerando Conhecimentos**. Comunidade Sagrada Família, 2021.

UM LUGAR DE EXISTÊNCIA: A VIOLÊNCIA SEXUAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E AS POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICANÁLISE.

Carline Engel Krein; Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA);
carline.engel@hotmail.com.

Angela Gisele Cardin; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; angelacardin@gmail.com.

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

A violência sexual é uma questão de saúde pública que afeta, principalmente crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar, pois, os mesmos se encontram em uma condição peculiar e importante do desenvolvimento. Compreende-se que tal fenômeno tem impactos psíquicos importantes que trazem sofrimento a vítima, o que faz com que a APS tenha de prestar o cuidado em saúde de maneira integral, visto que a mesma pertence ao fluxo de encaminhamento das vítimas. Trata-se de uma pesquisa-ação qualitativa e tem por objetivo avaliar os efeitos de um grupo psicoterapêutico com adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar.

Palavras-chave: Violência sexual; Adolescentes; Atenção Primária; Psicanálise.

INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é capacitada para resolver cerca de 85% dos problemas de saúde da comunidade (BRASIL, 2008) e recebe demandas variáveis dentro do contexto da Atenção Primária à Saúde, a qual, apesar de sua nomeação, não diz da complexidade de sua atuação, pois é por meio desta que o Sistema Único de Saúde tem seu eixo estruturante.

A APS com a ESF tem por característica estar próxima às famílias e a comunidade, estabelecendo um vínculo fortalecido com os usuários do serviço. O que pode facilitar no acompanhamento de demandas atreladas a violência sexual intrafamiliar, nas quais, comumente, as vítimas encontram-se silenciadas e com rede de apoio fragilizada (FERREIRA, 2015).

Define-se por violência sexual, qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição superior frente à outra, utiliza-se de força física, coerção, intimidação ou até mesmo influência psicológica para obrigar outra pessoa de ter ou participar de alguma maneira de interações sexuais (CRAVEIRO (org.), 2016).

A violência sexual é uma questão de saúde pública, e apresenta números expressivos, principalmente no contexto intrafamiliar (BRASIL, 2015). Ainda assim, Ferreira (2015) afirma que os números de violência sexual intrafamiliar relatados estão longe de representar a realidade.

Conforme denota Ferreira (2015) tal evento pode ocasionar danos psíquicos que trazem uma angústia da ordem do insuportável. Isto, vivenciado na adolescência tem repercussões ainda mais singulares. Adolescer é um processo psíquico e cultural, não o reduzindo as mudanças corporais provenientes da puberdade, implica um tempo de transição que faz com que os adolescentes se sintam vulneráveis e sem proteção (CORSO; CORSO, 2018).

Diana e Mário Corso (2018) citando Françoise Dolto referem que, os adolescentes são como lagostas sem carapaças, pois, a cada mudança que perpassam escancaram a sua fragilidade. Isto é, o fenômeno da violência sexual intrafamiliar no período da adolescência pode trazer mudanças ainda maiores no processo de constituição, porém, que não estão dentro da ordem natural do desenvolvimento e têm por sua essência uma ordem traumática. Neste

contexto, faz-se o seguinte questionamento: É possível reduzir os danos e impactos psíquicos da violência sexual intrafamiliar por meio de um grupo psicoterapêutico no contexto da APS?

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que tem como procedimento técnico a pesquisa-ação e visa a realização de um grupo psicoterapêutico com adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar no contexto de uma USF localizada no Distrito Sanitário Norte, no município de Foz do Iguaçu, a qual se concretizará no ano de 2023 sendo esta distribuídas em coleta de dados, execução da ação proposta e análise e interpretação dos dados a partir da ação realizada.

A mesma, se utilizará de dois instrumentos de coleta de dados, sendo estes, a observação participante e o diário clínico, posteriormente, o conteúdo coletado será interpretado por meio do método de análise do discurso, sendo norteado pela teoria psicanalítica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

Para demarcar o início da teorização sobre a temática, faz-se necessário compreender alguns aspectos acerca do desenvolvimento e da constituição psíquica do sujeito para a teoria psicanalítica, a fim de contextualizar particularidades do período da adolescência, tempo este, que caracteriza a população escolhida na realização da pesquisa.

Em um primeiro momento, o bebê humano está completamente dependente do Outro materno, ou seja, o ambiente que o cerca, e assim, permanece por um tempo considerável, a alienação constitutiva com o Outro primordial permite que por meio da imagem que este lhe oferece, o mesmo tenha recursos psíquicos para a constituição do eu, que somente ocorrerá com a separação deste Outro (RASSIAL, 1999).

É através do olhar deste e depois de sua separação, que se possibilita a emergência da subjetividade de um ser humano. O Outro que em um primeiro momento apresenta-se como as funções parentais e familiares, sendo a família, a principal instituição social, posteriormente deslocada aos laços sociais.

Na adolescência, o sujeito atravessa duplamente as crises subjetivas vivenciadas na infância, sendo que ocorre uma reedição da constituição psíquica infantil, porém, os processos

de identificação ocorrerão não tão somente com as referências familiares, mas sim, serão ampliados a um contexto social maior (RASSIAL, 1997).

Este é um tempo de sofrimento considerável para o sujeito e um período sensível às crises, logo, traz consigo algumas dificuldades (CORSO; CORSO, 2018); as transformações tanto corporais quanto psíquicas fazem com que o adolescente se sinta um estranho dentro de si mesmo. Os adolescentes, veem-se vulneráveis à várias situações de violências, principalmente do sexo feminino, que as principais vítimas são meninas e os agressores são pessoas do âmbito familiar (BRASIL, 2006).

A violência sexual no contexto da adolescência para a psicanálise define-se como a imposição de desejos e atos a outros sujeitos que não tem condições ou não desejam correspondê-los, caracterizando-se como uma atitude perversa que coloca o outro de forma objetificada anulando a sua subjetividade (CORSO; CORSO, 2018). Esta, se produzida dentro do contexto intrafamiliar apresenta consequências devastadoras, pois, vai de encontro as regras civilizatórias e sociais impostas, da interdição do incesto, no entanto, isso não impede que tais atos ocorram com frequência (FERREIRA, 2015).

A adolescente encontra-se sem possibilidades de proteção, fazendo com que a violência intrapsíquica seja considerável e tenha um potencial de danos muito grande (FAIMAN, 2020). O abuso sexual atropela e ultrapassa as possibilidades de elaboração psíquica do sujeito, pois, invade de forma avassaladora a sua subjetividade, instalando-se o trauma.

É por meio de um processo de repetição da cena que se procura a elaboração do trauma vivenciado, essa repetição pode ocorrer através de sonhos, pensamentos trazidos à consciência em forma de flashbacks, alucinações auditivas, visuais, entre outras formas em que a cena retorna (FERREIRA, 2015).

As manifestações do trauma não vêm de forma solitária e sim carregada de angústia, a qual, é vivenciada por vezes como um mal-estar físico, seja por ativar conteúdos escondidos no inconsciente ou porque o sujeito não tem os recursos psíquicos necessários para pensar a respeito do que sofreu (CORSO; CORSO, 2018).

Do ponto de vista psíquico, há uma variedade de sintomas associados, no período da adolescência, observa-se, em geral que as vítimas apresentam isolamento social,

manifestações de ansiedade, melancolia (CORSO; CORSO, 2018), bem como episódios de susto, angústia e vergonha sobre o ocorrido, o que traz à tona um processo de culpabilização.

Tal fase traumática escancara e atualiza a fragilidade adolescente que perpassou a cena de um traumatismo sexual, esta, atualiza-se de tal forma que o sofrimento se torna inerente à subjetividade das adolescentes. Sendo assim, “as marcas do trauma se inscrevem como presente contínuo e não como passado” (FERREIRA, 2015, p. 41).

De acordo com Ferreira (2015) o meio social não fornece condições favoráveis a que o trauma tenha seus danos amenizados, uma vez que os descréditos das vítimas causam a perpetuação dos danos, assim como o silenciamento das mesmas frente ao vivenciado, que inclusive pode impactar na busca de ajuda profissional, em decorrência da invalidação de sua história pelo seu meio.

A Política Nacional de Atenção Básica tem como principal objetivo a descentralização do cuidado (BRASIL, 2012). Isto é, realizar o cuidado de maneira mais próxima da comunidade e dos sujeitos que utilizam o SUS. Considerando tal característica, pode-se dizer que apesar da complexidade implicada nos casos de violência sexual intrafamiliar, a APS é o lugar de maior identificação da problemática (PEREIRA; RODRIGUES, 2018), justamente por realizar o acompanhamento de famílias por meio da Estratégia de Saúde da Família, a qual, caracteriza-se por ser eixo organizador e a principal estratégia dentro da Atenção Primária.

Sendo assim, realiza ações que visam a promoção da saúde, a prevenção do adoecimento, a recuperação e a redução de danos (BRASIL, 2012). Isto é, o SUS é responsável por ofertar o cuidado necessário nas demandas de saúde no contexto da violência sexual (BRASIL, 2015).

O psicólogo na APS deve superar a visão clínico-individualista (PEREIRA; RODRIGUES, 2018) construindo possibilidades de uma clínica ampliada, realizando ações de promoção e prevenção, de recuperação e redução de danos. É dever do psicólogo garantir um cuidado humanizado de maneira integral, sem discriminação, contribuindo para minimizar o sofrimento psíquico da adolescente vítima de violência sexual (BRASIL, 2015).

De acordo com Pohl e Neves (2020) por meio do discurso e da escuta qualificada em um ambiente terapêutico torna-se possível que a dor saia de uma dimensão transformando-se em narrativa, e por consequência tornando-se mais suportável à medida que elaborada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a adolescência é um período de desenvolvimento importante para o sujeito, a mesma pode ser considerada, conforme trazido anteriormente, um tempo de vulnerabilidade trazendo consigo diversas mudanças, principalmente de ordem psíquica. O que faz com que os impactos e danos da violência sexual intrafamiliar em adolescentes do sexo feminino tome dimensões imensuráveis.

Sendo assim, tal projeto, tem por principal objetivo viabilizar uma ação de saúde mental dentro da Atenção Primária à Saúde, a fim de que as adolescentes assistidas possam apresentar a redução dos impactos psíquicos atrelados a vivência da violência sexual intrafamiliar por meio do grupo psicoterapêutico.

Além de solidificar uma ação em conformidade com os objetivos da Atenção Primária e do SUS para dar conta do fluxo de encaminhamento de adolescentes em situação de violência sexual intrafamiliar que necessitam de acompanhamento e cuidados no âmbito da saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069**. 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

_____. **Violência faz mal à saúde**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2006.

_____. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2008.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2012.

_____. **Norma Técnica: Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2015.

CORSO, D.L.; CORSO, M. **Adolescência em cartaz: filmes e psicanálise para entendê-la**. Artmed, Porto Alegre, 2018.

CRAVEIRO (org.), A.V. **Protocolo de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência do Município de Foz do Iguaçu**. Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 2016.

FAIMAN, C.J.S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise**. Artesã, Minas Gerais, 2020.

FERREIRA. M.Z. **Sedução, Trauma e Tradução nas Vivências de Abuso Sexual Incestuoso: psicanálise e literatura do testemunho**. Programa de Pós-Graduação em

Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

PEREIRA, T.A.; RODRIGUES, T.S. Atuação da psicologia frente à violência sexual contra crianças e adolescentes na atenção básica de saúde. **UNINGÁ Review**, Maringá, v. 33, n. 4, p. 27-41, out./dez., 2018.

POHL, K.; NEVES, A.S. Uma leitura psicanalítica sobre o corpo e as ressonâncias da violência sexual na infância complementar. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 187-215, jan./jun., 2020.

RASSIAL, J-J. A adolescência como conceito da teoria psicanalítica. In: **Adolescência: Entre o passado e o futuro**. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Artes e Ofícios Ed., Porto Alegre, 1997.

_____. **O Adolescente e o Psicanalista**. Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 1999.

VIOLÊNCIA NÃO FAZ BEM À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM GRUPO DE SAÚDE MENTAL COM ADOLESCENTES.

Thais Souza Fialho; Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA);
thais.fialho@unesp.br.

Carline Engel Krein; Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA);
carline.engel@hotmail.com.

Eloisa Pompermayer Ramos; Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA);
eloisapomp@gmail.com

Angela Gisele Cardin; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; angelacardin@gmail.com.

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

Este trabalho tem como intuito apresentar um relato de experiência de uma ação em formato de grupo de saúde mental realizada em uma escola pública, por psicólogas residentes, para trabalhar com sintomas de ansiedade dos alunos. Porém, no desenvolvimento desta ação, foi possível observar a relação das diversas violências que estavam implicadas na vida dos adolescentes com os sintomas sentidos. Evidencia-se a partir disto, a importância em trabalhar esta temática e trazer a reflexão e prevenção das violências na adolescência.

Palavras-chave: Violência; Adolescência; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de uma ação em saúde mental com adolescentes realizada por psicólogas residentes na Estratégia de Saúde da Família em uma escola do oeste do Paraná, localizada em uma região caracterizada por suas vulnerabilidades. O grupo surge a partir da demanda inicial, levantada pela escola sobre os sinais e sintomas de ansiedade que impactavam na permanência dos adolescentes em sala de aula devido a crises, incluindo encaminhamentos para Unidade de Saúde ou serviços de urgência.

A partir das demandas iniciais a ação foi ampliada para um grupo de saúde mental, para abordar assuntos diversos com os adolescentes, por considerar uma demanda multifatorial. No desenvolvimento das atividades do grupo houve relatos de violências inconscientes que perpassam os adolescentes de forma naturalizada pela instituição, familiares, comunidade e concomitantemente os adolescentes.

A relação entre violências e saúde, começou a ser investigada de modo mais sistematizado, a partir do processo de redemocratização. Como destaque, evidencia-se a contribuição de Maria Cecília de Souza Minayo que desde a década de 90 contribuiu com pesquisas no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli. A discussão sobre os impactos das violências para a saúde, vão para além dos traumas físicos que chegam nos serviços de saúde, ou seja, não é reduzido a um problema médico e sim um problema social e que atinge não apenas as vítimas, mas familiares, comunidades etc. No Brasil e em outros países é considerado um problema de saúde endêmico, que utiliza e requer uma atenção multidisciplinar, pois necessita de cuidado dos serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social. (D’VILA, 2021; BRASIL, 2004)

A necessidade de uma intervenção no grupo voltada para a reflexão sobre as violências foi a partir da percepção pelas psicólogas da banalização e naturalização nos discursos dos adolescentes e dos profissionais da instituição acerca de fatos que envolviam violência física, psicológica, de gênero, sexual etc. A caracterização desta banalização está relacionada à legitimação do uso dessas agressões seja física ou simbólica como forma de regulação/resolução de conflitos/interesses e poder (GUIMARAES; CAMPOS, 2007).

A escuta das queixas e relatos dos adolescentes no grupo, foi feita com o intuito de acolher as singularidades ali presentes. O adolescer conta com excessos e intensidades característicos da fase e por ser um período de formação, assim o adolescente está implicado nas transformações biopsicossociais de um meio que o molda para além das transformações biológicas. Na sociedade contemporânea, há dificuldades quanto ao diálogo com os adolescentes, principalmente pelo lugar infantilizado que este é colocado (ABERASTURY, KNOBEL, 1981), e com isso não há credibilidade em suas queixas e nos impactos desta realidade ou até sintomas como a ansiedade. Portanto, o questionamento fundamental feito foi: O que estes sintomas querem dizer e qual sua relação com os diversos tipos de violência?

MATERIAIS E MÉTODOS

A ação iniciou-se com uma reunião com a presença de profissionais da escola para compreender a demanda trazida para a realização do projeto. A partir disto, foi realizada a busca ativa dos alunos na sala de aula, já que a participação do grupo não seria obrigatória e sim por busca espontânea ou sugestão dos profissionais da educação aos alunos que consideravam que seriam beneficiados pela participação, desse modo, houve um convite em todas as salas de aula para participar do projeto.

Após a busca ativa, realizaram-se acolhimentos individuais com os participantes para compreender a demanda, e evitar possíveis inconvenientes com relação aos participantes e demandas que não poderiam ser supridas pelo grupo e, caso acontecesse, seriam feitos os devidos encaminhamentos.

O projeto teve como proposta 10 encontros, que seriam realizados em grupo fechado com início, meio e fim. Os 4 primeiros encontros foram previamente estruturados para promover integração entre os participantes e para observação da interação, com a intenção de possibilitar um espaço seguro para os alunos apresentarem as demandas e a partir delas estruturarem os encontros seguintes.

Participou cerca de 8 adolescentes majoritariamente do sexo feminino com a faixa etária entre 12 e 14 anos, estudantes do ensino fundamental.

O manejo no grupo durante as atividades foi realizado com o olhar da Psicanálise como um recurso para compreensão e intervenção. O tratamento psicanalítico consiste na associação livre, o qual os pacientes através da fala atrai recursos e revelações que auxiliam nas relações de experiências com os sintomas (FREUD,1991-1913.), pois a partir do acolhimento destes conteúdos se dá vazão para a elaboração e intervenções que poderiam gerar reflexões de atitudes e comportamentos, a fim de evidenciar as violências e trazer um olhar ampliado do que eles relataram com naturalidade, tanto das violências sofridas quanto das reproduzidas.

DISCUSSÕES

A importância de trabalhar a temática da violência está implicada em um contexto social multidisciplinar, que requer atenção de todos os setores. Minayo (2006) enfatiza que a falta do reconhecimento da importância de trabalhar as questões de violência na saúde e como no tocante de crianças e adolescentes a temática é reduzida a uma questão educacional, quando na verdade está implicada na estrutura histórica e cultural da sociedade e recai em todos os âmbitos. Relacionar a violência e a saúde evidencia a necessidade de uma atuação interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial (MINAYO, 2006). Visto que, sintomas que denotam um sofrimento psíquico e físico podem estar dizendo de violências vivenciadas, conforme apresentado no contexto escolar deste relato de experiência.

A partir de estudos realizados (ISOLAN,2012), crianças mais velhas e adolescentes têm preocupações mais relacionadas ao desempenho social e acadêmico atrelados aos sintomas de ansiedade, transtorno mais equivalente em crianças e adolescentes. A relação da violência com saúde pública está diretamente relacionada. Quando em contato com transtornos mentais, a relação entre bullying e ansiedade no grupo de vítimas e agressores-vítimas são os que apresentam mais relação com transtornos psiquiátricos em comparação aos não envolvidos. No grupo, é possível evidenciar essa relação com a violência moral do bullying, mas também relacionar as violências familiares e institucionais.

A observação da dinâmica no ambiente escolar e dos alunos, teve início no primeiro contato com a escola, na reunião inicial. Foi compreendido pelas psicólogas uma resistência na execução do projeto com falas que iam de encontro com a culpabilização dos alunos pela

não adesão em atividades extracurriculares propostas pela escola e a dificuldade de compreensão acerca dos sintomas apresentados pelos adolescentes, característicos da ansiedade. Por fim, a ação foi realizada na escola no formato contraturno do horário de aula, que considerou-se uma dificuldade para o projeto, por muitos dos alunos terem atividades como: trabalho, cursos ou afazeres domésticos como cuidar de irmãos etc.

No ambiente onde ocorrera a ação, evidencia-se como o assédio a mulheres era naturalizado a partir da observação do comportamento dos meninos com as profissionais ou nos corredores com as estudantes, ao mesmo tempo em que os encaminhamentos com demanda de violência sexual no território são frequentes.

As violências observadas no grupo não se reduzem às violências físicas, apesar de estarem inclusas, mas se dão por sistemas complexos, múltiplos e simbólicos. Violência é utilizada no plural, por ser considerada em conceito amplo, atravessada pela linguagem e por gerar danos psicológicos e sociais e que se dão na estrutura da sociedade, a partir das relações de poder e através da violência simbólica (SANTOS,1999). A OMS estabelece uma tipologia de três grupos de atos violentos: violência contra si mesmo (autoprovocada ou autoinfligida), violência interpessoal (doméstica e comunitária) e violência coletiva (grupos políticos, estado e milícias), e com a implicação nestes grupos de ações que envolvem violência de gênero, simbólica, sexual, moral etc. (CEVS,2023)

Torna-se evidente a demanda de violência quando no segundo encontro ao levar a atividade com a proposta de apresentar defeitos e qualidades dos mesmos, com fins de integração e observação da autoimagem dos adolescentes, surgem relatos que traziam episódios de racismo, sexismo, agressões físicas e morais que ultrapassam a barreira do pessoal e vão para o virtual, o qual o bullying e cyberbullying surgem como pautas fundamentais.

Para além da banalização do sofrimento descrito foi perceptível a reprodução e repetição dessas violências com outros colegas e isso pode ser atribuído a uma mudança social, a violência física ou verbal tem sido instituída como “corriqueira”, “banal” destituindo a violência do lugar de excepcionalidade, para tornar-se uma marca do cotidiano. E quando se trata do adolescente é observado que violência que não se tratam de agressões físicas ou criminalidade não são consideradas como violência (GUIMARÃES, CAMPOS, 2007), Em um dos encontros, foi apresentado as tipologias de violências e seus respectivos significados,

para tanto, solicitou-se que os adolescentes discutam o significado que eles atribuíam aos conceitos.

As violências apresentadas foram violência de gênero, violência simbólica, violência doméstica/intrafamiliar, violência comunitária/extrafamiliar, violência autodirigida, violência estrutural, violência institucional, violência física, violência psicológica, violência moral, violência sexual, negligência/ abandono e bullying/cyberbullying. As violências que as adolescentes menos sabiam dizer de suas experiências ou significado foram: violência simbólica, violência estrutural, violência psicológica e violência institucional e as que mais geraram discussões e relatos de identificação foram: violência sexual, física, autoinfligida e moral que incluem bullying e após explicar entenderam o conceito de violência psicóloga e o consideraram também.

As reflexões vieram com o intuito além de informar, trabalhar o sofrimento adquirido em cada uma delas e também a responsabilização a partir da atitude individual e rompimento de ciclos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo inicia-se com uma demanda, porém, a mesma modifica-se ao longo do desenvolvimento da ação visto que os sintomas de ansiedade encobriram questões atreladas às vivências dos adolescentes no âmbito social, principalmente no que se refere a violências; desde violência física passando por violência institucional, de gênero, moral, sexual etc. Identifica-se o quão simbólico se tornam as crises, considerando a necessidade de manifestação das vivências e complexidades que a violência simbólica atua na vida dos adolescentes, aparecendo como sintoma um sofrimento transborda no discurso, mesmo que sem nomear.

Evidencia-se com isso, que falar de violência não se resume ao âmbito da criminalidade, e sim amplia-se para a necessidade de um cuidado em saúde para todos, pois, a forma culturalmente naturalizada das violências intrafamiliares e interpessoais traz efeitos psíquicos, podendo trazer sintomas posteriormente.

Por este motivo, considera-se essencial trabalhar estes conceitos com adolescentes e crianças a fim de romper ciclos e repetições de violências que perpassam a história de famílias e comunidades, trazendo a tomada de consciência para as instituições e sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARMINDA, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1981.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**. Brasília/DF, 2005.

CEVS. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. **Tipologia da Violência**. Porto Alegre, RS. 2023. Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

D'AVILA, C. Como a violência passou a ser vista como um problema de saúde pública após a redemocratização (Artigo). **In: Café História**. Publicado em 31 maio de 2021. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/a-violencia-como-questao-de-saude-publica/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FREUD. **O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos**. (1911-1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Imago, Rio de Janeiro, 1996.

GUIMARÃES, S.P, CAMPOS P.H.F. **Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes**. Psicologia: Reflexão e Crítica. Goiânia, 2007.

ISOLAN, L.R. **Ansiedade na infância e adolescência e bullying escolar em uma amostra comunitária de crianças e adolescentes**. tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SANTOS. J.V.T. Novos processos sociais globais e violência. **Rev. Violência e Mal-estar na Sociedade**. São Paulo Perspec. 13 (3). 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/gN6Qh3zGw8S4q5BCYRK59Gx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

VIOLENÇA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS ENTRE ADOLESCENTES: A PREVENÇÃO EM CENA

Diene Monique Carlos; Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; Email: diencarlos@ufscar.br

Maria Aparecida Beserra; Universidade de Pernambuco, Brasil; Email: aparecida.beserra@upe.br

Lygia Maria Pereira da Silva; Universidade de Pernambuco, Brasil; Email: lygia.silva@upe.br

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

O objetivo deste estudo foi discutir ações de prevenção à violência nas relações íntimas entre adolescentes, na perspectiva de adolescentes, pais e/ou responsáveis e professores. Pesquisa qualitativa, ancorada no modelo ecológico de compreensão da violência, realizada junto a 36 atores sociais por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas nos anos de 2019 e 2020. A análise de dados se deu tematicamente. Os resultados trouxeram a presença de estereótipos de gênero na construção de relações violentas entre adolescentes, a necessidade de capacitação e grupos de apoio para pais e professores e reforço de políticas públicas.

Palavras-chave: Violência por Parceiro Íntimo; Adolescente; Família; Saúde escolar.

INTRODUÇÃO

Estudos têm denotado importante relevância à violência nas relações de intimidade (VRI) entre os adolescentes (BESERRA et al., 2016; FOSHEE et al., 2013). Tal relevância se faz por alguns fatores, entre eles o estabelecimento precoce de relações de intimidade não saudáveis na vida das pessoas (NATIONAL CENTRE FOR INJURY PREVENTION AND CONTROL, 2016).

Vários termos têm sido usados na literatura para conceituar a VRI entre adolescentes, e neste trabalho consideraremos o termo *teen dating violence*. É considerada como a violência física, sexual, psicológica ou emocional em uma relação de namoro, incluindo a perseguição. É importante evidenciar que esta violência pode ocorrer pessoal ou eletronicamente, bem como entre parceiros íntimos eventuais ou formais (NATIONAL CENTRE FOR INJURY PREVENTION AND CONTROL, 2016).

A identificação e prevenção da VRI é dificultada por fatores de ordem pessoal e social. Este fato é agravado na fase da adolescência, quando as pessoas possuem maior dificuldade para perceber e falar sobre estas situações de violência. Muitas situações de violência, como provocações e o controle, podem ser banalizadas, permitindo sua intensificação e desenvolvimento de outras formas de violência (NATIONAL CENTRE FOR INJURY PREVENTION AND CONTROL, 2016).

De acordo com a literatura, e pela relevância dos contextos familiar e escolar na vida dos adolescentes, justifica-se a realização de uma abordagem que considere estes espaços. A família emerge como primeiro meio de desenvolvimento humano; um contexto onde são internalizados comportamentos, sentimentos e emoções. Estes aspectos serão experimentados em outros espaços sociais, essencialmente na escola quando se pensa em infância e

adolescência (VOISIN; HONG, 2012; OLIVEIRA et al., 2015). A integração família-escola, apesar de reforçada pela literatura e políticas públicas, ainda se apresenta como desafio. Entende-se que os fenômenos que podem alterar os padrões de saúde na adolescência necessitam olhar integral, com múltiplos contextos e atores envolvidos no seu entendimento e consequente enfrentamento (FERRIANI et al., 2017).

Neste sentido, interessa-nos com o aprofundamento da prevenção de VRI entre adolescentes considerando as perspectivas de adolescentes, pais e/ou responsáveis e professores. Para esta aproximação, nos apoiaremos no modelo ecológico de compreensão e prevenção da violência, proposto pela Organização Mundial de Saúde – OMS (BARTHOLOMEW et al., 2016).

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi discutir ações de prevenção à VRI entre adolescentes, na perspectiva de adolescentes, pais e/ou responsáveis e professores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa de abordagem qualitativa (FLICK, 2009). O estudo foi realizado no município de São Carlos-SP, Brasil. O campo específico foi um distrito do município de São Carlos-SP, com aproximadamente 80.000 habitantes, em região de alta vulnerabilidade social. Cerca de 30% da população está entre 10 e 19 anos. Neste distrito, selecionou-se uma escola estadual de ensino fundamental e médio que possui grande número de casos de VRI entre adolescentes, bem como disponibilidade para realização de tal projeto.

Os participantes do estudo foram estudantes do 8º ano e 9º ano do ensino fundamental, regularmente matriculados e frequentando a escola selecionada; pais e/ou responsáveis destes adolescentes e seus professores. Participaram todos aqueles que aceitaram voluntariamente estar no estudo, assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE pelo responsável, no caso dos adolescentes, e TCLE para os demais participantes. No caso do mesmo ser maior de 18 anos, assinou um TCLE. Foram excluídos os participantes que estiveram afastados do convívio escolar por licença saúde ou outros motivos durante a coleta de dados.

Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados os grupos focais para os adolescentes; e entrevistas semiestruturadas para os demais participantes. Para caracterização dos participantes, foi utilizado um questionário de caracterização socioeconômica. Os

estudantes foram convidados para esta participação voluntária; foram utilizadas as seguintes questões norteadoras: Como são as relações de intimidade entre adolescentes? Qual o objetivo destas relações? Quais comportamentos são positivos e quais são prejudiciais nestas relações?

Foram realizados dois grupos focais de aproximadamente uma hora no segundo semestre de 2019, contando com 19 adolescentes. Optou-se por realizar grupos separados a partir de sexos biológicos por indicação de literatura; é referido que adolescentes mais jovens podem se sentir constrangidos em trazer experiências frente a participantes de sexos diferentes do seu (CARLOS et al., 2017).

Os responsáveis e professores foram convidados via on-line (Aplicativo WhatsApp), conforme sugestão e disponibilização dos contatos pela direção escolar, sendo a coleta realizada também via essa plataforma virtual devido período de pandemia. Foram utilizadas as seguintes questões disparadoras: Como você vê as relações íntimas (de ficar, namoro, etc) de adolescentes? Você acha que são saudáveis? Você acredita que pode ocorrer violências nestas relações? O que poderia ser feito para apoio a estes adolescentes no estabelecimento de relações saudáveis?

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2020, tendo a participação de sete professores e dez responsáveis. As entrevistas tiveram duração média de 25 minutos. A caracterização dos participantes foi apresentada por meio de estatística descritiva. Os dados qualitativos foram analisados a partir da técnica de análise temática (CLARKE; BRAUN, 2013).

O estudo seguiu as recomendações das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 sobre pesquisa envolvendo seres humanos, sendo iniciado apenas após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos. Os dirigentes da escola selecionada foram consultados sobre a autorização da pesquisa previamente. Após consentirem verbalmente em participar da pesquisa, foram solicitados aos participantes que assinassem o TALE e TCLE, conforme já registrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os adolescentes foram 09 meninos e 10 meninas. Os sete professores eram das áreas de matemática, geografia, letras, química, história e educação física.

Os adolescentes trouxeram vivências de violências nas relações íntimas, relacionadas principalmente a relações formalizadas (namoro) e iniciadas pelo ciúme ou com manifestação

psicológica. Estudos vêm reiterando tais aspectos; com o avanço das relações a violência é “permitida”, sem pre com o viés de cuidado e construção de confiança. (OLIVEIRA et al., 2021; CAMPEIZ et al., 2020). Com relação às vivências violentas, ficou evidenciado que as redes sociais têm impacto considerável e que as relações se materializam neste espaço.

As redes sociais apresentam uma releitura dos mitos do amor romântico, que ainda se perpetua. Estudo que buscou conhecer a percepção de adolescentes, imersos na era digital, sobre a violência nos relacionamentos íntimos, encontrou que o controle e domínio das redes sociais do parceiro é uma forma de amor legitimada. A não aceitação destas normas é percebida como traição (CAMPEIZ et al., 2020). Outro estudo com adolescentes trouxe a importância de discutir uso seguro das redes sociais, visto que hoje as relações se desenrolam neste espaço (FERRIANI et al., 2019).

Os responsáveis ressaltaram que tais relações se estabelecem precocemente na vida dos adolescentes, em momento que não estão preparados para tal, trazendo consequências negativas como abandono dos estudos e gravidez. Os responsáveis e professores trouxeram que as relações violentas têm raízes nas vivências familiares mais iniciais, bem como na falta de respeito e de diálogo. O machismo estrutural também foi ponderado pelos responsáveis familiares.

Estudo brasileiro com adolescentes destacou a importância de ações que promovam a solidariedade entre meninas. Estudo estadunidense em escolas da Pensilvânia, destacou a relevância para estudantes na discussão de relações saudáveis e seus elementos condicionantes e determinantes para enfermeiras escolares; muitos adolescentes encontravam nelas pontos de apoio, denotando a necessidade de maiores discussões neste âmbito (REIDY et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo lançou luz sobre uma multidimensionalidade de olhares frente a violências nas relações íntimas entre adolescentes e ações preventivas frente a estes olhares. Permitiu a construção de uma síntese com a recomendação de estratégias práticas nos âmbitos do modelo ecológico de compreensão e prevenção à VRI, a saber: (1) ações de gerenciamento de emoções, de construção de projetos de vida e de comunicação não-violenta no âmbito individual dos adolescentes; (2) ações que fomentem maior diálogo entre famílias e

adolescentes, que promovam tutorias de professores na construção de projetos de vida, que articulem grupos entre pais e capacitação destes atores e professores sobre adolescências e VRI no âmbito relacional; (3) acesso a serviços de proteção, grupo de apoio entre pares, fortalecimento familiar e redução de violências domésticas no âmbito comunitário; (4) reforço de políticas que garantam equidade de gênero, uso seguro da Internet e direitos sexuais e reprodutivos no âmbito social. Tais pautas são urgentes para estudos e ações no campo interprofissional que reflete e constrói a saúde de adolescentes, suas famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEW, L.K. et al. **Planning Health Promotion Programs: An Intervention Mapping Approach**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

BESERRA, MA et al. Prevalência e características da violência no namoro entre adolescentes escolares de Portugal. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 183-191, Mar. 2016. doi:10.5935/1414-8145.20160024.

CAMPEIZ AB, CARLOS DM, CAMPEIZ AF, SILVA JL, FREITAS LA, FERRIANI MGC. Violence in intimate relationships from the point of view of adolescents: perspectives of the Complexity Paradigm. **Rev Esc Enferm USP** [Internet]. 2020 Jul 13 [cited 2021 Jul 1];54:e03575. Available from: <https://www.revistas.usp.br/reusp/article/view/182249>

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Understanding Teen Dating Violence**. Fact Sheet. Atlanta, USA: 2016. Recuperado de: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/teen-dating-violence-factsheet-a.pdf>.

CLARKE, V.; BRAUN, V. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. **The Psychologist**, 26 (2). pp. 120-123, 2013. ISSN 0952-8229 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/21155>

FERRIANI, MGC. et al. Institutional links to cope with school violence: an exploratory study. **Esc. Anna Nery** [Internet]. 2017 [cited Oct 10, 2017];21(4):e20160347. Available from: <https://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0347>

FERRIANI, MGC et al. Understanding and contextualizing teen dating violence. **Escola Anna Nery** [online]. 2019, v. 23, n. 3 [Acessado 27 Outubro 2022] , e20180349. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0349>>.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSHEE, V. A. et al. A Longitudinal Examination of Psychological, Behavioral, Academic, and Relationship Consequences of Dating Abuse Victimization among a Primarily Rural Sample of Adolescents. **Journal of Adolescent Health** , Volume 53 , Issue 6 , 723 – 729, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.06.016>.

OLIVEIRA, APF et al. Dating violence among adolescents from a region of high social vulnerability. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. 2021, v. 29 [Acessado

27 Outubro 2022] , e3499. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.5353.3499>>. Epub 08 Nov 2021. ISSN 1518-8345. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5353.3499>.

OLIVEIRA, W.A et al. Interfaces between family and school bullying: an systematic revision. **Psico-USF** [Internet]. 2015 [cited Oct 10, 2017];20(1):121-32. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712015000100012&lng=en&nrm=iso.

REIDY DE, HOLLAND KM, CORTINA K, BALL B, ROSENBLUTH B. Evaluation of the expect respect support group program: A violence prevention strategy for youth exposed to violence. **Prev Med**. 2017;100:235-42. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2017.05.003>

VOISIN D.R.; HONG J.S. A Meditational Model Linking Witnessing Intimate Partner Violence and Bullying Behaviors and Victimization Among Youth. **Educ Psychol Rev** [Internet]. 2012 [cited Oct 10, 2017];24(4):479-98.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ESTUDO ECOLÓGICO NA REGIÃO SUL DO BRASIL EM PERÍODO PRÉ-PANDÊMICO E PANDÊMICO DO COVID-19

Angela Gisele Cardin, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
angelacardin@gmail.com

Carlos Henrique Souto, Unioeste, carlinhus.tricolor@gmail.com

Marcos Augusto Moraes Arcoverde, Unioeste
marcos.arcoverde2013@gmail.com; marcos.arcoverde@unioeste.br

Área temática: Saúde

RESUMO

Violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema social e de saúde pública. As medidas de controle da pandemia de COVID-19 favoreceram a ocorrência de violência intrafamiliar. Objetivou-se analisar a violência sexual infantojuvenil na região Sul do Brasil. Realizou-se um estudo ecológico. Os dados foram coletados no DATASUS, referentes a janeiro/2017 a agosto/2021. A análise demonstrou que, entre 2017 e 2019, ocorreu crescimento anualmente, algo que foi interrompido em 2020, quando ocorreu queda na quantidade das notificações. Em 2021, surge novamente o crescimento, o qual é interrompido em agosto de 2021 devido à falta de dados no DATASUS.

Palavras-chave Violência sexual; Atenção à saúde de crianças e adolescentes; COVID-19; Análise temporal.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é um problema social e de saúde pública, pois suas consequências acarretam vários impactos que podem ocasionar sequelas físicas e emocionais. Frequentemente crianças e adolescentes estão vulneráveis a várias formas de violência, principalmente pela particularidade do seu desenvolvimento enquanto sujeito.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, no seu relatório mundial sobre violência e saúde de 2002, podemos compreender a violência como a utilização da força física ou poder, para ameaçar ou ir para as vias de fatos contra si, contra outra pessoa, uma comunidade ou grupo, com intuito de lesionar, matar, causar dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *et al*, 2002).

No mesmo relatório classificam a violência como interpessoal, coletiva e contra si mesmo. Quanto à natureza da violência podemos classificá-las em física, sexual, psicológica e negligência. O presente trabalho tem como foco o tipo de violência interpessoal de natureza sexual.

O instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada (VIVA) do Ministério da Saúde, compreende a violência sexual como a ação de uma pessoa, que pelo uso da força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de drogas ou armas, exija que outra pessoa, independente de idade e sexo, a ter, presenciar ou participar de alguma forma de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção (BRASIL, 2016).

Quando se trata de violência sexual contra crianças, a OMS (2006) a define como o envolvimento da criança em uma atividade da qual ela não compreende, para qual não tem capacidade de consentir e não está preparada de acordo com o seu desenvolvimento, assim como atividades que violam leis de uma determinada sociedade.

Segundo Vieira, Costa e Oliveira (2021), a violência contra crianças e adolescentes está enraizada na cultura do Brasil, é presente e retratada em vários segmentos, entre eles na educação, quando se tem a superioridade do adulto em relação à criança. Também é falocrática, devido às relações desiguais de gênero no meio familiar e androcêntrica pois supervaloriza o homem.

Importante ressaltar que nem todos os casos de violência precisam de cuidados médicos, mas, se faz obrigatório no Brasil desde 2011 pela Portaria nº 104 do Ministério de Saúde (MS) a notificação nos casos suspeitos ou confirmados de violência por parte dos serviços de saúde.

A ficha de notificação é fundamental para a vigilância epidemiológica, pois seus dados fornecem informações importantes para o planejamento de ações dos serviços de saúde e são componentes fundamentais para este mapeamento, uma vez que seus dados geram informações capazes de subsidiar o planejamento das ações e gerenciar as atividades já existentes.

As autoras Vieira, Costa e Oliveira (2021) apontam através de uma análise crítica sobre o fenômeno da violência, que um dos grandes problemas é a subnotificação da violência a qual acarreta uma invisibilidade da violência, ocasionando consequências nas estratégias de enfrentamento do problema, não oferecendo subsídios para instrumentalizar as ações do poder público.

No contexto da pandemia de COVID-19 (*CoronavirusDisease 2019*), o impacto sobre a população infantojuvenil foi mais acentuado devido ao agravamento da crise socioeconômica local e mundial do que se comparado a mortalidade direta provocada pelo vírus. As medidas de distanciamento social adotadas no decorrer de 2020, como forma de enfrentamento da pandemia e mitigação os efeitos da infecção, levaram ao fechamento de escolas, atingindo mais de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes em todo o mundo (CABRAL *et al.*, 2021).

Lamentavelmente vários países reduziram também os serviços de proteção de crianças e adolescentes por conta da pandemia do COVID-19. Dentre as vulnerabilidades a que crianças e adolescentes estão expostos, encontra-se a violência sexual.

A violência sexual contra crianças e adolescentes muitas vezes ocorre no ambiente doméstico/familiar, fazendo parte da modalidade intrafamiliar, em que o agressor está ligado à vítima por laços de consanguinidade, legalidade ou afinidade, por exemplo, pais, adoção, padrasto, entre outros. A outra modalidade é a extrafamiliar, nesta o agressor é uma pessoa conhecida (ou desconhecida) da vítima e que busca obter vantagem psicoemocional dessa relação, podem ser citados como exemplos, vizinhos, amigos, pessoas desconhecidas, profissionais conhecidos pelas vítimas (professores, médicos, líderes religiosos, etc) (BRASIL, 2021)

O estabelecimento do isolamento social e o fechamento ou redução de serviços de proteção dos direitos de crianças e adolescentes propiciaram condições mais favorável para a ocorrência de atos de violência dentro da própria casa, seja a violência contra a mulher ou contra a criança e ao adolescente (EVANS *et al.*, 2020).

Diversas localidades durante o período da pandemia registraram aumento do número de casos de violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes, principalmente em famílias de baixa renda ou em situações de vulnerabilidade (MARQUES *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a violência sexual infantojuvenil na região Sul do Brasil, a partir de um viés ecológico e temporal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por se tratar de um estudo com dados secundários anônimos, o projeto desta pesquisa foi dispensado de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510, de 7 de abril de 2016.

Trata-se de um estudo ecológico, retrospectivo, de análise temporal a partir dos dados secundários, no período de janeiro/2017 a agosto/2021, referente as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes na região Sul do Brasil.

Os dados foram coletados no SINAN disponível pelo DATASUS do Ministério da Saúde.

O cenário do estudo foi a região Sul do Brasil, que é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem uma área aproximada de 564 mil km², o que resulta em 7% do território brasileiro, e uma população estimada de 29.975.984 habitantes. Rendimento domiciliar per capita 1744,33 reais e uma densidade demográfica de 53,19 habitantes por km² com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,756 (IBGE, 2010).

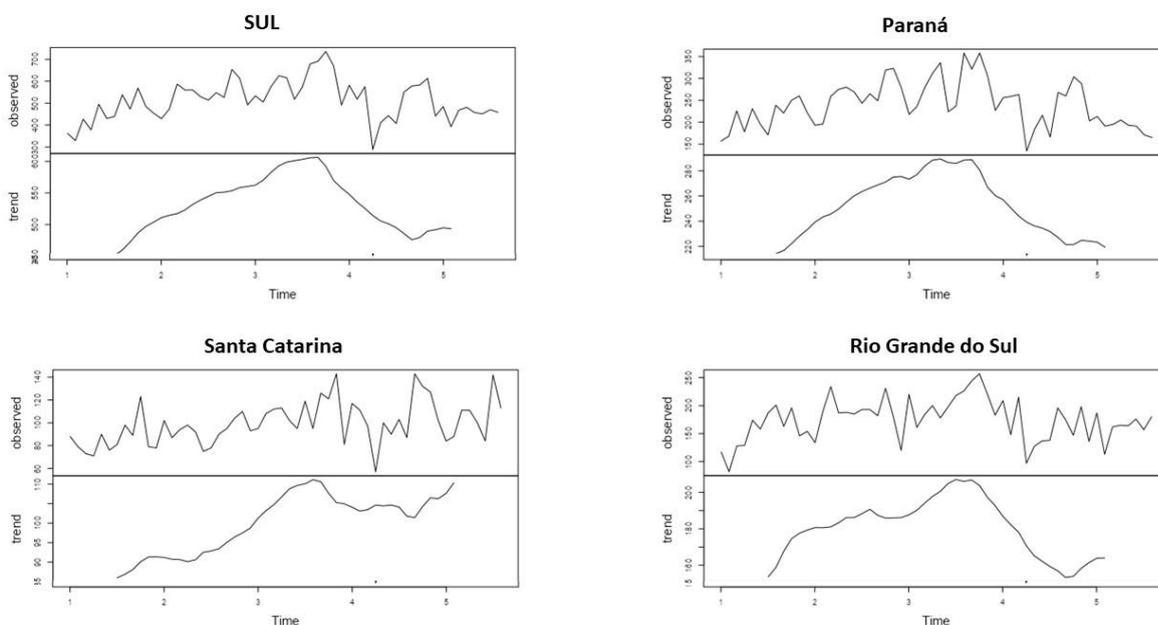
Após a coleta de dados no DATASUS e no IBGE, as informações foram transportadas para uma planilha de cálculos no Microsoft Excel versão 2016 MSO

Os dados foram analisados em uma série temporal para toda a região e período, e por estado. Para este estudo apenas será apresentada a técnica de estudo de tendência temporal, a qual foi realizada pelo software Jamovi 2.2.5, para desenvolvimento das análises estatísticas e dos gráficos.

DISCUSSÕES

No período avaliado, janeiro de 2017 a agosto de 2021, a região Sul registrou 28.727 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 13.406, 5.552 e 9.769, respectivamente, PR, SC e RS. A distribuição anual 5379 (2017), 6485 (2018), 7212 (2019), 5990 (2020) e 3661 (2021). A seguir a figura 1 apresenta a análise temporal com a decomposição da tendência calculada mensalmente.

Figura 1 – Casos observados e cálculo de tendência mensal de violência sexual contra crianças e adolescentes na região Sul, total e por estado, 2017 a 2021.



Utilizando-se a análise temporal, verificou-se que entre 2017 e 2019, ocorreu crescimento anual, em 2020 percebe-se uma inversão na direção na tendência temporal, ano este do início da pandemia do Covid-19, onde se fez necessário medidas de distanciamento social e de fechamentos de serviços de proteção à criança e adolescente. Percebe-se uma queda do número de notificações nos meses de março a abril de 2020. Já em 2021, a análise mensal, indica a volta a um crescimento, o qual é interrompido em agosto de 2021 devido à falta de dados no Ministério da Saúde.

O presente estudo identificou uma queda no número de notificações no período de abril e maio de 2020, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e de março a abril e Santa Catarina. Também é possível verificar que enquanto PR e RS apresentaram uma queda mais acentuada em 2020, SC demonstrou uma menor queda na tendência e ainda no período avaliado pelo trabalho já volta a patamares anteriores.

Esses resultados devem ser analisados com cautela, pois reflete a redução de notificação dos casos de violência e não a redução da ocorrência de situações de violência contra crianças e adolescentes. De acordo com a pesquisa realizada por Marques et al (2020) o aumento da violência contra criança e adolescentes e mulheres durante a pandemia tem sido observada em diferentes países como na China, estados Unidos, França e no Brasil. Através de dados coletados pelos pesquisadores em contato com Ministério Público e Polícia Militar, diversos estados observaram um aumento da violência doméstica, entre eles Rio de Janeiro,

Paraná, Pernambuco, Ceará, e São Paulo. Os autores também pontuam que em locais que ocorrem violência doméstica contra a mulher, na sua maioria também existe a violência contra crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo difícil mensurar exatamente quantos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes deixaram de ser registrados e até mesmo denunciados por causa do isolamento social, devido à pandemia do COVID-19, existem indícios de que esse tipo de ato de violência, sofreu grandes impactos, ocorrendo um importante aumento da subnotificação de casos, o qual se faz necessário uma análise mais aprofundada sobre o evento, uma vez que a subnotificação faz com que a violência passe despercebida, sendo um problema para a criação de estratégias de combate à violência, não proporcionando dados coerentes com a realidade para instrumentalizar ações do poder público. Assim novos estudos podem fornecer mais evidências sobre a violência contra criança e adolescentes e sua subnotificação durante o período de distanciamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Viva**: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovo_cada_2ed.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (BR). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília, 2021.

CABRAL, Ivone Evangelista et al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON. **Pesquisa. Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

EVANS, Megan L.; LINDAUER, Margo; FARRELL, Maureen E. Uma pandemia dentro de uma pandemia – violência por parceiro íntimo durante a Covid-19. **New England Journal of Medicine**, v. 383, n. 24, pág. 2302-2304, 2020. FERNANDES, Pedro Henrique Carnevali; ENDLICH, Angela Maria. Violência e insegurança objetiva em pequenas cidades: o tráfico de drogas em faixa de fronteira e o contexto no Norte paranaense. **Geosul**, v. 36, n. 78, p. 39-63, 2021.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

KRUG EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

OMS-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção de maus tratos infantis: um guia para falar sobre ação e gerar evidências. Genebra, 2006.

VIEIRA, Monique Soares; DA COSTA, Renata Gomes; DE OLIVEIRA, Simone Barros. A invisibilidade da violência contra crianças e adolescentes: análise cartográfica do fenômeno em município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 1, p. 349-366.

PSICOTERAPIA DE ACOLHIMENTO RENASCER: AUXILIANDO NA MUDANÇA DE VIDA E CONSTRUINDO NOVOS VALORES.

Psicóloga- Neusa Della Libera – psiconeusadl@gmail.com -Secretaria Municipal de Saúde de Missal.

Gestora - Silvia Maccari Petricoski – silvia.maccari31@gmail.com- Secretaria Municipal de Saúde de Missal.

Assistente Social- Andréia Marta Konzen Scherer- deia627@hotmail.com- Secretaria Municipal de Saúde e Missal.

Identificação da área temática: Saúde

RESUMO

Esse grupo de acolhimento Renascer, se destina ao atendimento de pacientes do sexo masculino os quais cometeram algum tipo de violência doméstica, bem como aqueles pedidos vindos pelo Ministério Público, Vara Civil e Familiar, através de cumprimento de medidas protetivas. Tem como objetivo realizar encontros semanais em grupos que proporcionam um ambiente de escuta, trocas de experiências, resultando no cuidado e na atenção às questões relacionadas a saúde mental desse agressor objetivando o autoconhecimento, o vínculo familiar, a qualidade de vida e bem-estar.

Palavras-chaves: Saúde Pública; Agressor; Grupo; Comportamento; Ressignificar Valores.

INTRODUÇÃO

A partir da Lei Maria da Penha de 07 de agosto de 2006 criou-se mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Toda Mulher está sujeita a violência doméstica e familiar, cometida pelo parceiro ou parceira ou mesmo por um parente. No Paraná, a mulher conta com as Políticas de Assistência Social, de Saúde e Delegacias de Polícia, que são portas de entrada para a rede de proteção, conforme a urgência ou gravidade da situação. Entende-se por **Violência Física**: qualquer ação contra a integridade física da mulher como empurrões, chutes, tapas, socos, puxão de cabelo e etc. **Violência Sexual**: a vítima é obrigada a presenciar, manter ou participar de relação sexual ou contato físico não desejado. Também é violência sexual induzir a mulher a comercializar ou a usar a sua sexualidade como se expor sexualmente na internet. É violência quando o homem impede a mulher de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou a prostituição, mediante coação, chantagem, suborno e manipulação. **Violência psicológica**: causa dano emocional, diminuição da autoestima ou impede o direito de fazer as próprias escolhas. São atitudes como ameaçar, humilhar, perseguir, chantagear, constranger,

controlar o que a mulher faz, não deixá-la sair, isolá-la de sua família e amigos, procurar mensagens no celular ou e-mail. **Violência patrimonial:** ocorre quando há retenção, furto, destruição de bens materiais ou objetos pessoais, como instrumentos de trabalho, documentos e roupas; controlar ou tirar dinheiro contra a vontade da mulher. **Violência moral:** depreciar a imagem e a honra da vítima por meio de calúnia, difamação e injúria, como espalhar boatos e falsas acusações, essa violência também pode ocorrer pela internet. Um exemplo é vazar fotos íntimas nas redes sociais como forma de vingança. (PIA,2022).

Estudos mostram que os agressores, na maioria dos casos são: os ex-cônjuge, ex-companheiro(a), ex-parceiro(a) ou ex-namorado(a) das mulheres vítimas. Normalmente, os casos de homens que se envolvem em conflitos, no contexto de violência doméstica, tem como perfil e características como o hábito de controlar as redes sociais dela; humilhar e tem costume de xingar a companheira; comportamento de possessividade, ele determina sempre o que o casal vai fazer; interfere nas relações sociais. Os casos de violência acontecem de diferentes maneiras, pode-se encontrar lesão corporal simples: uma agressão que gere vermelhidão, desmaio, dor ou dor não permanente.

Entende-se que indivíduos **violentos** são aqueles que apresentam uma organização psicológica borderline associada a tendências paranoicas, ao enfraquecimento das fronteiras do ego, a uma capacidade limitada de autorreflexão ou de contextualização da experiência, à desregulação afetiva e a uma tendência de pensamento concreto. Comportamentos agressivos algumas vezes, passam despercebidos no início, pois muitas vezes podem indicar apenas uma fase de estresse que se normaliza com o tempo, mas também podem indicar que o comportamento e a visão que este parceiro tem do relacionamento está mudando. É comum encontrarmos casos de agressões prévias que podem se repetir e a agressão pode partir para um estágio mais avançado.

De acordo com Marques *et al.* em pesquisa bibliográfica realizada entre os anos de 2014 a 2019 sobre o perfil do autor de violência doméstica foram analisados 9 estudos que tinham foco no homem autor de violência contra a mulher ou na vivência de violência em si. Esse estudo relata que houve associação entre a violência contra as mulheres com o tipo de relação afetiva, idade, estado civil, renda e uso abusivo de álcool. O perfil do agressor caracteriza-se por ser homem jovem que vive em união estável (marido/companheiro) com a vítima e que possui renda própria. A violência de gênero mostrou-se ser um evento frequente na vida dessas mulheres vivenciado por um ciclo vicioso entre os casais com maior tempo de

relacionamento, sendo o parceiro/companheiro íntimo apontado como principal agressor. Destacaram-se as violências física e psicológica entre os tipos mais prevalentes neste estudo. O uso de álcool foi frequentemente associado a atos violentos.

Tal fato reforça a necessidade de políticas públicas, inerentes ao controle desse exacerbado consumo, que promovam mudança de comportamentos e ambientes saudáveis, por meio da educação em saúde que possam favorecer melhores estilos de vida na comunidade. Diante do exposto, percebe-se que é imprescindível compreender o perfil do agressor e dos fatores associados à violência, para que profissionais de saúde e a sociedade em geral possam desenvolver medidas fundamentadas e interventivas para a prevenção, promoção da saúde e assistência das mulheres, aprimorando a rede de cuidados e de atendimento das vítimas em situação de violência. Nesse contexto, bem como preocupados com a atual situação de violência no Município de Missal, a Secretaria Municipal de Saúde criou o Grupo de Acolhimento Renascer com objetivo de atuar no apoio e cuidado ao homem, que de alguma maneira esteja envolvido com este tema, acolhendo, ouvindo, orientando e trocando experiências; Promovendo um espaço de ajuda mútua, diante das questões pessoais que estejam relacionadas a sofrimento psíquico; Enfrentando e rompendo o ciclo da violência doméstica; Promovendo empoderamento e autonomia pessoal; Melhorando a qualidade de vida mental e relações interpessoais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O grupo de Acolhimento Renascer teve início no dia 02 de julho de 2022, onde são realizados encontros semanais nas sextas feiras das 07:30 até as 08:30 horas, são atendidas pessoas do sexo masculino que cometeram algum tipo de violência doméstica e ou encaminhados via Ministério Público na Varal Civil e Familiar. Esse grupo de acolhimento Renascer, proporciona um ambiente terapêutico, de cuidado e atenção às questões relacionadas à saúde mental. Durante as sessões, são tratados assuntos como: autoconhecimento, emoções, doenças e transtornos emocionais, identidade positiva, autoestima, valorização pessoal, qualidade de vida e bem-estar, encontros assertivos, formação de vínculos, diferenças individuais, empatia entre outros.

Os encontros acontecem por meio de rodas de conversa para estimular a reflexão dos homens agressores sobre seus comportamentos em relação às mulheres. No primeiro momento o homem agressor tem a sensação de injustiça pela qual acredita estar submetido, ai

começam a compreender e refletir sobre as causas da violência doméstica são, sim, violentos. Em muitos casos os pacientes enfrentam problemas semelhantes e têm objetivos em comum, sendo capazes de compartilhar suas experiências, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e dos demais. Com a terapia grupal é possível trabalhar, com diferentes aspectos, visando o bem estar do indivíduo e sua qualidade de vida. Um dos benefícios é a superação da timidez, por meio de habilidades sociais e da capacidade de saber falar e ouvir o próximo.

Cada pessoa tem sua história de vida e experiências pessoais, e muitas questões podem causar sofrimento psíquico e como forma de aliviar seus sofrimentos é possível que a pessoa se encontre envolvida em situações de depressão, ansiedade, alcoolismo, uso abusivo de drogas, violência doméstica e conflitos em outros contextos.

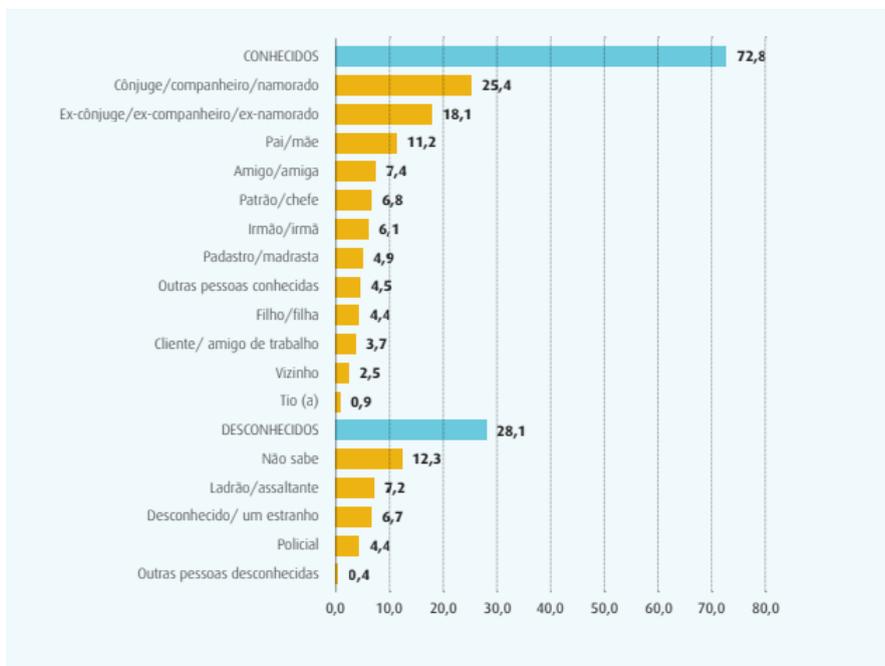
Através do grupo, é possível trabalhar o autoconhecimento, fortalecimento emocional e sentimento de ajuda. Reconhecendo a importância do grupo, pois, por meio dele ocorre a interação a outra pessoa, sendo algo natural do ser humano. Entendemos que há muitos anos, o ato de ouvir as pessoas, falando de seus problemas, já é terapêutico. (KURT LEWIN, 1988). É importante ressaltar que a psicoterapia de grupo é tão eficaz quanto a psicoterapia individual. É uma planta curiosa no jardim da psicoterapia. Precisa de cuidados constantes. A cada turma que se forma é um novo desafio e aprendizado. A psicóloga interage com os pacientes, no sentido de orientar e ouvir.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, através da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS/2019 avaliou as pessoas do sexo feminino de 18 anos ou mais de idade que informaram terem sofrido Violência física nos último 12 meses. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma instituição que produz dados, estatísticas sobre múltiplas facetas sobre a violência no Brasil, ele divulgou relatório sobre a violência doméstica e seus resultados pós pandemia. Ambos os dados relataram que as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e os autores dessa violência são pessoas próximas da vítima, o que ressaltou um alto grau e complexidade ao enfrentamento da violência de gênero no que se refere à proteção da vítima, punição do agressor e as medidas de prevenção. Com a crise sanitária da Pandemia Coronavírus COVID-19 se tornou mais difícil, pois as mulheres conviveram mais tempo com os agressores em casa, a crise da renda familiar, o aumento das tensões em casa e consequentemente o distanciamento da rede de proteção.

Alguns dados chamam a atenção sobre a violência contra as mulheres durante a pandemia, uma em cada quatro mulheres brasileiras 24,4% acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses, durante a pandemia de Covid-19. Isso ressalta que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Outro dado que chama a atenção é que 72,8% dos autores das violências sofridas são conhecidos das mulheres, com destaque para os cônjuges/companheiros/namorados de 25,4%, ex-cônjuge, ex-companheiros, ex-namorados 18,1%, pais/mães 11,2% padrastos e madrastas 4,9% e filhos/filhas 4,4% indicando alta prevalência de violência doméstica e intrafamiliar. No Gráfico 1 pode se observar os dados sobre o autor da violência, no Brasil em 2021.

Gráfico 1 – O Autor da Violência no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 3, 2021. Apenas mulheres, resposta espontânea e múltipla, em %.

Fonte: FBSP, 2021

No Município de Missal as notificações de violências apresentaram crescimento durante os anos de 2017 até 2019, posteriormente no ano seguinte tivemos uma decadência e se manteve esse índice em 2021 como pode ser observado no Gráfico 2. Podem ser esses valores atribuídos a mais variadas situações, desde a conscientização de profissionais e vítimas acerca da problemática sobre violência doméstica para que a vítima denuncie e busque atendimento com maior frequência, a violência doméstica, sexual e outras. Alguns

dados do Município de Missal começando pelo ano de 2017 sendo 35 notificações, em 2018 com 32; em 2019 com 45, em 2020 com 22 e em 2021 com 22 notificações (SINAN,2022).

Grafico 2 – Notificações de Violência no Município de Missal



Fonte: SINAN, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre dar valor à vida do outro e também do próprio agressor, de modo a fazê-lo perceber que ao ser negligente com ele mesmo, e também ser violento, prejudica ele próprio, o casal e os filhos do relacionamento.

A terapia em grupo, se torna uma proposta para o atendimento ao maior número de pacientes com qualidade e resolutividade. É interessante divulgar, universalizar, mostrar que a situação de sofrimento não é única, conectar e se colocar no lugar do outro.

Como resultados percebe-se que após a participação nos encontros o sujeito sente-se mais à vontade e interage de maneira mais efetiva com os outros, no momento que entra no grupo percebeu-se certa revolta pessoal, insatisfação por estar ali, mas com o decorrer dos encontros acontece uma mudança de expectativa, a partir do autoconhecimento, começa aceitação da sua situação e denota-se mais abertura para mudar de atitudes em seus relacionamentos.

Outro aspecto importante, é que percebe-se que no momento que recebe o comunicado do pedido do Ministério público de sua participação ao grupo, o paciente se vê em situação de estar sendo obrigado a cumprir uma pena ou ser julgado por tal situação, e com o decorrer das sessões, acontece uma mudança de perspectiva, pois ele se sente aceito e recebe orientações que ajudam a ter mais controle emocional e melhora de suas habilidades, ele começa a aceitar que tem questões pessoais, culturais e história de vida que precisam ser ressignificadas e trabalhando neste sentido haja uma melhora em sua saúde mental que a mesma sendo transferida para sua vida pessoal e relacionamentos.

REFERÊNCIAS

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 13 set 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 set 2022.

KURT LEWIN. **Problemas de Dinâmica de Grupo**. Ed. Cultrix. 2 edição, 1988.

LEI nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. LEI MARIA DA PENHA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 27 set 2022.

MARQUES N.L. et al. O perfil do Homem autor da Violência Doméstica. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/17355/1/O%20PERFIL%20DO%20HOMEM%20AUTOR%20DE%20VIOL%20C%28ANCIA%20DOM%20C%28STICA.pdf>. Acesso em: 30 de set 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SISNAN. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br>. Acesso em 14 set 2022.

PIA – PARANÁ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Disponível em: <https://www.pia.pr.gov.br/assistente/?search=tipos-de-violencia>. Acesso em: 13 set 2022.

VASCONCELOS M. S., HOLANDA V. R. ALBUQUERQUE, T. T. **Perfil do Agressor e Fatores Associados à Violência contra Mulheres**. Cogitare Enfermagem. 2016 Jan/mar; v. 21, n. 1, p. 01-10.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

RESUMOS EXPANDIDOS

SEÇÃO PÔSTER

JUSTIÇA E SEGURANÇA

ATUAÇÃO DA PATRULHA MARIA DA PENHA EM FOZ DO IGUAÇU/PR

Iraci Pereira Conceição Segundo; Guarda Municipal de Foz do Iguaçu/PR;
iracisegundo@gmail.com.

Identificação da área temática: Justiça e Segurança

RESUMO

Devido à realidade persistente da violência de gênero no Brasil, o presente artigo realiza uma análise documental e objetiva demonstrar a eficiência da Patrulha Maria da Penha em Foz do Iguaçu, sendo um dos órgãos da rede de atendimento especializado à mulher vítima de violência no município. Tendo como base os dados coletados de 2014 a 2022 e fornecidos pelos órgãos públicos que atuam na proteção de mulheres vítimas de violência de gênero na cidade, este artigo evidencia a eficácia da Patrulha Maria da Penha no trabalho de fiscalização de medidas protetivas no município.

Palavras-chave: Foz do Iguaçu; Patrulha Maria da Penha; Medida Protetiva.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar sempre foi uma realidade para as mulheres, que por muito tempo foram colocadas em posição de inferioridade em relação aos homens, estando assim fadadas a sofrer todo tipo de violência. O comportamento violento direcionado às mulheres era normalizado, eis que a mulher era considerada propriedade de seu pai ou marido, com o único objetivo de procriar e realizar os afazeres domésticos.

Após diversos anos de luta e manifestações, as mulheres foram conquistando seu espaço, buscando garantir seus direitos e uma posição de igualdade perante os homens. Ainda que tenha sido alcançado um novo patamar em relação aos direitos da mulher, a violência de gênero continua sendo um grave problema na sociedade brasileira.

Devido a isso, foi necessária a criação de políticas públicas para combater a violência contra a mulher, entre elas a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha e considerada umas das 3 melhores leis do mundo. Apesar disso, o Brasil ainda tem um alto índice de violência de gênero, principalmente quando se trata de feminicídio. Desse modo, meios têm sido criados a fim de melhorar a rede de atendimento às mulheres em situação de

violência, para assegurar a proteção de todas e garantir seus direitos. Nesse viés, surgiu a Patrulha Maria da Penha, que busca fiscalizar as medidas protetivas concedidas pelo Poder Judiciário, a fim de assegurar seu cumprimento.

Assim, tendo como metodologia a pesquisa documental através de leis e dados de atendimento, o presente trabalho tem como objetivo abordar o trabalho da Patrulha Maria da Penha de Foz do Iguaçu, tendo como foco a atuação e a eficácia desse órgão no município. Considerando que a violência doméstica e familiar é um problema que ainda permeia a sociedade, este artigo busca explicitar a efetividade da Patrulha Maria da Penha em Foz do Iguaçu, criada especificamente para fiscalizar medidas protetivas e a situação familiar de mulheres em situação de violência, demonstrando por fim os resultados positivos obtidos por esse órgão de atendimento especializado.

METODOLOGIA

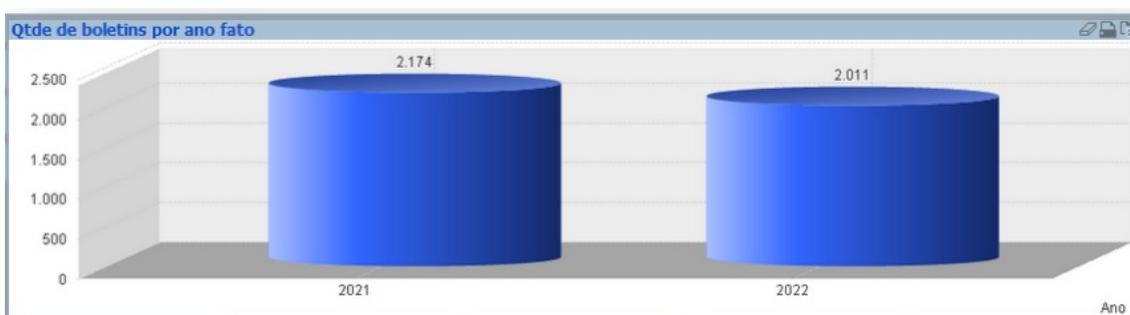
O foco deste artigo é o projeto da Patrulha Maria da Penha, demonstrando sua atuação no município de Foz do Iguaçu. A Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), também conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com o objetivo de garantir proteção às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência baseada somente em gênero, entre elas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A aplicação da Lei Maria da Penha é possível em qualquer caso de violência doméstica ou familiar, não sendo necessário que a violência ocorra dentro de um relacionamento amoroso, como é comumente confundido. Nesse viés, a Patrulha Maria da Penha, criada inicialmente no Rio Grande do Sul, surgiu com o objetivo de fiscalizar as medidas protetivas das mulheres em situação de violência. Assim, a Patrulha encarrega-se de fiscalizar se as medidas protetivas de urgência estão sendo cumpridas e como se encontra a situação familiar da vítima.

Para evidenciar a atuação da Patrulha Maria da Penha de Foz do Iguaçu, criada em 2016 pela Lei Municipal 4.452 (FOZ DO IGUAÇU, 2016), este artigo utiliza uma análise documental, fazendo uso dos dados de atendimento sobre a violência doméstica no município entre os anos de 2014 e 2022, fornecidos pela Divisão de Gestão de Informações de Segurança e pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Foz do Iguaçu, bem como pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Polícia Militar do Paraná. Os dados apresentados evidenciam a eficácia do projeto em garantir o atendimento necessário às mulheres em situação de violência e são expostos em forma de gráfico, que demonstram um

comparativo em relação às ocorrências criminais decorrentes de violência doméstica e aos pedidos de medida protetiva de urgência durante os últimos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme demonstrado pelos dados fornecidos pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Polícia Militar do Paraná, houve um decaimento no número de ocorrências criminais decorrentes de violência doméstica quando se compara o ano de 2021 com 2022.



Ocorrências Criminais de Violência Doméstica – Foz do Iguaçu (Jan a Dez 2021/2022/SESP-PR)

Fonte: BOU – Boletim de Ocorrências Unificado acessado em 23/01/2023 - Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Polícia Militar do Paraná (Paraná, 2023)

TR:FLP

Não obstante a Polícia Militar do Paraná ter um papel importante no atendimento às mulheres vítimas de violência, a Guarda Municipal também desempenha a função de atendimento às ocorrências, bem como é responsável pela Patrulha Maria da Penha, que vem fazendo um excelente trabalho na fiscalização das medidas e no acompanhamento das vítimas. Como aponta o relatório fornecido pelo Juizado de Violência Doméstica de Foz do Iguaçu, houve um aumento significativo no número anual de pedidos de medidas protetivas de urgência do ano de 2014 até 2022:

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MEDIA	TOTAL
2014	52	62	44	48	33	15	33	50	69	78	72	46	50	602
2015	74	50	57	64	51	40	56	67	77	60	69	60	60	725
2016	89	92	63	69	74	70	58	66	94	63	107	70	76	915
2017	106	76	86	71	68	81	53	56	83	77	97	78	78	932
2018	89	69	78	78	71	68	61	85	69	79	84	81	76	912
2019	108	114	99	114	104	75	117	116	107	135	100	108	108	1297
2020	143	127	103	75	93	87	108	100	132	149	106	115	112	1338
2021	105	117	104	122	101	94	97	94	115	112	136	109	109	1306
2022	152	110	134	103	79	85	108	102	116	102	120	120	111	1331
2023	139												139	139
Media	106	91	85	74	71	62	69	77	90	92	91	80	92	988
TOTAL													9497	

Relatório de pedidos de medidas protetivas de urgência – 2014 a 2023

Fonte: Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Anexos de Foz do Iguaçu (Foz do Iguaçu, 2023)

O aumento nos números de medidas protetivas requisitadas tem um significado positivo para a Patrulha Maria da Penha, pois demonstra que há uma confiança cada vez maior no trabalho desse órgão, que faz com que as mulheres iguaçuenses se sintam de fato protegidas ao obter a medida. Devido à divergência nos números de ocorrências e do requerimento de medidas protetivas apresentados, importa salientar que as medidas protetivas não estão diretamente relacionadas aos boletins de ocorrência decorrentes de violência doméstica, ao passo que a mulher vítima de violência não precisa necessariamente ter sido atendida depois de um flagrante para solicitar a medida protetiva. Este é um mecanismo de proteção que visa justamente evitar a revitimização da mulher em situação de violência, tendo em vista que nem sempre é possível realizar o flagrante. Assim, a vítima pode recorrer diretamente à Delegacia da Mulher ou à Polícia Civil para solicitar sua medida.

A Patrulha Maria da Penha vem realizando um excelente trabalho em Foz do Iguaçu, conforme aponta os dados de atendimentos realizados durante o ano de 2022:

APOIO ESPECIALIZADO AO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - 2022	
VISITAS DE FISCALIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS	10.766
FISCALIZAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA	952
APOIO A OUTROS ÓRGÃOS	31
OUTRAS ASSISTÊNCIAS À MULHER VÍTIMA (AVERIGUAÇÃO / ORIENTAÇÃO / CONDUÇÃO)	245
PRISÃO	17
BUSCA DE PERTENCES PESSOAIS	107
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE MONITORAÇÃO	50
OUTROS ATENDIMENTOS (PALESTRAS, ENTREVISTAS, EVENTOS, ATENDIMENTOS DIVERSOS)	70
CERTIDÕES	1.120

Fonte: Divisão de Gestão de Informações de Segurança de Foz do Iguaçu – 2022 (Foz do Iguaçu, 2022)

Devido à eficiência demonstrada pela Patrulha Maria da Penha de Foz do Iguaçu, esta passou a ser uma Coordenadoria de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, instituída pela Lei 5.149/2022 (FOZ DO IGUAÇU, 2022), tendo assim a responsabilidade de

coordenar, acompanhar, fiscalizar e estabelecer orientação dos trabalhos desenvolvidos cuja temática seja violência doméstica e familiar contra a mulher, nos limites de suas atribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, a Patrulha Maria da Penha de Foz do Iguaçu é de suma importância para o combate à violência contra a mulher no município, realizando um trabalho excelente de monitoração das vítimas de violência de gênero que possuem medida protetiva de urgência. O presente artigo enfatiza a relevância da Patrulha não só como unidade local e eficiente em Foz do Iguaçu, mas demonstra seu potencial e a importância de fortalecer esse projeto em todo o Brasil.

O trabalho aborda os resultados positivos obtidos pela Patrulha, que fizeram com que esta pudesse se tornar uma coordenadoria dentro da secretaria municipal de segurança pública, significando assim um avanço das políticas públicas de combate à violência de gênero, pois permite que o trabalho da patrulha seja ampliado. Assim, o projeto atuará junto à rede de proteção à mulher no município, coordenando atividades de prevenção à violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal nº 4.452, de 15 de abril de 2016.** Institui no município de Foz do Iguaçu, o programa Patrulha Maria da Penha. Foz do Iguaçu, 2016.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal nº 5.149, de 24 de agosto de 2022.** Institui no município de Foz do Iguaçu, a Coordenadoria de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher – COPCVM, responsável pelo Programa Patrulha Maria da Penha. Foz do Iguaçu, 2022.

FOZ DO IGUAÇU, Juizado de Violência Doméstica e Familiar de. **Relatório de pedidos de medidas protetivas de urgência.** Foz do Iguaçu, 2023.

FOZ DO IGUAÇU, Prefeitura Municipal de. **Relatório anual da Patrulha Maria da Penha.** Foz do Iguaçu, 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Segurança Pública do. Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Polícia Militar do Paraná. **Relatório Estatístico Violência Doméstica.** Paraná. 2023.

ESCUA ESPECIALIZADA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA LEI 13.431/2017 NO ESTADO DO PARANÁ – PROTEÇÃO OU VIOLAÇÃO?

Vanessa Rombola Machado; Universidade Estadual de Maringá; vmachado2@uem.br

Identificação da área temática: Justiça e Segurança

RESUMO

O artigo se constitui em extração de uma parte da análise da tese de Doutorado em Serviço Social. Tem como objetivo a reflexão teórica sobre violações e violências domésticas contra crianças e adolescentes e a atuação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social. As reflexões são amparadas, principalmente, a partir da análise das legislações brasileiras de proteção a criança e adolescente vítima de violência, com ênfase ao desvelamento da operacionalização da Escuta Especializada, sendo esta uma medida de proteção ou a sua operacionalização e entendimento tem levado a mais violência contra criança e adolescente.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Violência; Escuta especializada.

INTRODUÇÃO

O retrato da violência doméstica contra crianças e adolescentes vivenciam essa diáde desproteção/ penalização ao sofrerem violência doméstica, que exige o rompimento do silêncio que corrobora para a manutenção desse fenômeno. As declarações e legislações internacionais e nacionais de proteção à infância e adolescência colocam a premissa quanto ao *interesse superior da criança e a proteção dos seus direitos fundamentais*, tendo a família local de destaque como local de zelo e cuidado a crianças e adolescentes. Entretanto, o cotidiano de atuação profissional é permeado por realidade inversa ao contido nas legislações, apresentando famílias desprotegidas pelas políticas sociais e, muitas vezes, impedidas de realizar o cuidado, até porque elas precisam ser cuidadas.

Diante dessa dura realidade faz-se necessário a efetivação de políticas públicas e serviços de qualidade que possam realmente atender tanto a vítima quanto o agressor.

Nessa perspectiva, o presente artigo, tem como objetivo realizar uma reflexão teórica sobre a violência doméstica contra criança e adolescente e as legislações brasileiras de proteção, com destaque para a Lei 13.431/17 que estabelece, entre outras, a Escuta Especializada.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é fruto do Doutorado em Serviço Social. Consiste em revisões bibliográficas, documentais, além de entrevista de campo com assistentes sociais atuantes em CREAS, na região do Vale do Ivaí/PR, utilizando a metodologia de análise de conteúdo.

DISCUSSÕES

Violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil: uma análise das legislações.

Para discutir sobre violência doméstica contra criança e adolescente há necessidade de decifrá-la a partir das profundas marcas que se encontram enraizadas na trajetória socio-histórica brasileira e que são reeditadas no cotidiano das relações sociais, evidenciando nossa matriz autoritária, desde a colonização e a escravidão até a atual barbárie que vivenciamos diariamente em nossas cidades.

E nesse contexto, faz-se necessário compreender a violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil como parte da nossa história e, ao mesmo tempo, como expressão do nosso ideário autoritário e conservador que se mantém vivo na memória e no cotidiano do espaço doméstico.

Mesmo com todos os dispositivos legais (legislações, normas e resoluções) de defesa de crianças e adolescentes, cotidianamente notícias de violações de direitos são veiculadas pela mídia, trazendo à tona a realidade de violações praticadas, em muitos casos por pessoas ou instituições que deveriam ter a missão de zelar pela integridade dessas crianças e adolescentes.

Faleiros e Faleiros (2007) destacam que os pais são socialmente autorizados a exercer o poder sobre as crianças e adolescentes, um poder que deve ser exercido de forma adequada. Contudo, ainda é recorrente em nossa sociedade a submissão da criança e do adolescente ao poder autoritário e violento exercido pelo adulto.

Há uma hierarquia, na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança, a transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança. Trata-se do fenômeno da repetição, responsável pela transmissão dos padrões de conduta adultos as novas gerações. (SAFFIOTI, 1989, p. 17).

GUERRA (2008) afirma que a violência é uma forma de relação social, expressando como os homens se relacionam, ou seja, a sua sociabilidade entre as classes sociais, uma expressão das relações interpessoais em que seres humanos são coisificados.

[...] apresenta uma relação com a violência estrutural (violência entre classes sociais, inerentes ao modo de produção das sociedades desiguais). No entanto, tem outros determinantes que não apenas os estruturais. É um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal. (GUERRA, 2008, p. 32).

Assim, pode-se compreender a violência doméstica contra criança e adolescente como uma violência interpessoal, que tem a família como local/responsável pela prática da violência.

Ao abordar a violência doméstica contra crianças e adolescentes reconhecemos uma situação delicada, haja visto que as vítimas estão em situação de risco em relação às pessoas que deveriam estar lhe protegendo.

Nesses casos, não se pode falar em política de segurança pública, pois a violência e o abuso estão ocorrendo onde não existe possibilidade de intervenção policial preventiva e onde a ausência de serviços públicos de qualidade não interfere diretamente na situação existente. Não se está falando de terceiros ou de desconhecidos que, mediante violência direta, violam os direitos da vítima. Estamos falando de pessoas do convívio diário da criança ou do adolescente, que normalmente gozam de sua confiança, seu respeito, seu temor reverencial e possuem forte vínculo afetivo. São pessoas que estão acima de qualquer suspeita e geralmente são respeitadas pelos demais integrantes do conjunto familiar. (FERRARI; MIYAHARA, 2014, p. 269).

Para entender tal fenômeno e os mecanismos de proteção faz-se necessário debruçar sobre as legislações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como a Constituição Federal de 1988, é fruto de um longo processo de amadurecimento e de reivindicações por vários coletivos da sociedade em sua incansável luta pelos direitos humanos e sociais. Desse modo, decorrente do

conteúdo abordado pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 227 e 228 e dos tratados internacionais elaborados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 por orientação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (FALEIROS, 2008), e diante das particularidades brasileiras enfrentadas, é que surgiu a necessidade de um instrumento legal que abrangesse especificamente a criança e o adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente inovou ao considerar a criança como sujeito de direitos e incorporar à Doutrina da Proteção Integral o princípio constitucional da prioridade absoluta (MACHADO, 2010). A ideia da proteção integral está presente no caput do Art. 4º do ECA, que elenca um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público para a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Em seu Art. 5º o ECA estabelece que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O Art. 17 discorre sobre a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, e afirma que essa integridade somente será garantida se os direitos forem respeitados. Portanto, o direito à preservação da integridade física e psíquica é de suma relevância para que a criança e adolescente se desenvolva de forma sadia.

Sob a lógica posta pelo ECA de integridade e dignidade é necessária uma reflexão sobre como se apresenta a violação desses preceitos na manifestação da violência contra criança e adolescente.

O combate à violência contra crianças e adolescentes: uma análise da legislação

Em 2000 foi aprovado pelo Ministério da Justiça o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, importante passo na luta e defesa contra a violência cometida contra crianças e adolescentes.

Em 2003 o Governo Federal criou o Disque 100, um serviço que tem como objetivo o recebimento de denúncias para diversos públicos (entre eles crianças e adolescentes) dos diversos tipos de violência, com o progressivo aumento do número de visitas: “De 2003 a 2010 assistiu-se a um crescimento superior a 625% no programa, o que significa que o

número de denúncias recebidas passou a ser sete vezes maior.” (FERRARI; MIYAHARA, 2014, p. 41).

A fim de coibir a violência física contra criança e adolescente, foi aprovada no ano de 2014 a Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014, que alterou a Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei da Palmada.

Em 2017 a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, foi promulgada com vistas a instituir a Escuta Especializada. Nessa legislação, no artigo 4, há a tipificação do que é compreendido como forma de violência, especificando a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e a violência institucional e seus subtipos.

Em relação à Escuta Especializada, os artigos 7 a 12 versam sobre a temática. O artigo 7 estabelece por Escuta Especializada a entrevista com criança e adolescente sobre a situação de violência por órgão da rede de proteção. Já o artigo 10 garante que a escuta acontecerá em local apropriado e seguro, que resguarde a privacidade da criança, adolescente ou testemunha.

O artigo 19 versa sobre a política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, destacando a necessidade da elaboração do plano individual e familiar de atendimento, garantindo a participação da criança e do adolescente e buscando preservar o vínculo familiar.

No ano de 2018 foi promulgado o Decreto n. 9603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, e estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência, objetivando regulamentar a Escuta Especializada e o Depoimento Especial. O artigo 9 desse Decreto aponta para a necessidade de estabelecer o fluxo de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência.

Os artigos 19 e 20 versam sobre a Escuta Especializada, estabelecendo que tal procedimento deverá ser realizado por órgão da rede de proteção social (seja saúde, assistência social, educação ou segurança pública), visando acompanhar a vítima e atuar para a superação da violação. Contudo, destaca que o atendimento não tem por objetivo produzir

provas para o processo de investigação, mas buscar informações para a realização da proteção social das vítimas.

Dessa forma, é necessário tecer algumas considerações em relação à Escuta Especializada, tendo em vista tratar-se de um debate polêmico no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes, envolvendo não somente o embate entre o Poder Judiciário e as políticas de proteção social, como também questões relativas ao exercício profissional dos trabalhadores especialistas envolvidos.

Pontuamos três questões importantes em relação à escuta especializada, tendo como pano de fundo o apontamento de Fávero (2018) para o processo de judicialização da questão social e um avanço de requisições conservadoras por parte do Judiciário

Um primeiro ponto alertado por Fávero (2018) é que essa ação viola as prerrogativas profissionais, pois para o atendimento das demandas que lhes são apresentadas, cada profissão conta com o conteúdo próprio de cada área, além de um arcabouço de técnicas e metodologias que são eleitas a partir do conhecimento previamente adquirido para assegurar a qualidade do serviço prestado. Ou seja, cabe a cada profissional a indicação das técnicas e métodos que serão utilizados em seu trabalho.

O segundo ponto se refere à questão da revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência quando submetidas à Escuta Especializada. Associado à revitimização encontra-se um terceiro ponto indicado pela autora, pois essa ação pode colocar as crianças e adolescentes na posição de produtor de prova, e não de vítima.

Azambuja (2012 apud FÁVERO, 2018) destaca um erro de interpretação da Convenção Internacional sobre Direitos da Criança, uma vez que na Convenção fica afirmado que é direito da criança participar e ser ouvida, mas não como dever, conforme a Lei n. 13.431/2017 entende.

Há, portanto, a necessidade de reconhecer que a criança não pode ser entendida como o primeiro e principal meio de obtenção de prova. Pelo contrário, a criança precisa ser protegida, pois tal situação pode levar, além da revitimização da criança e do adolescente, também a conflitos familiares e ao processo de tentativa de silenciamento das vítimas (que pode levar a novas violações).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações governamentais e não-governamentais devem promover a dignidade humana, buscando romper com ações preconceituosas e moralistas. Compete ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD) propor ações articuladas, ultrapassando ações fragmentadas e moralistas por meio da compreensão das condições e trajetórias de vida dos sujeitos em sua totalidade, rompendo com a revitimização (autores e vítimas), buscando a superação da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Portanto, o enfrentamento e a superação da violência doméstica contra criança e adolescente exige uma análise crítica desse fenômeno, em sua historicidade e complexidade, a partir das múltiplas expressões manifestadas na escala do cotidiano, tanto da vivência das crianças e adolescentes como da gestão das políticas públicas.

Porém, o conjunto desses dispositivos legais é pouco acionado e referenciado no cotidiano da gestão pública, bem como os protocolos e instrumentais previstos para sua efetivação. Parece que há uma importante lacuna entre este cotidiano e os dispositivos legais, revelando a ausência ou fragilidades na construção de mediações por parte da gestão pública, o que pode incorrer em um processo de naturalização da própria violência doméstica, associada à culpabilização da “família desestruturada” ou, ainda, da revitimização das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8.068, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: 1990.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2014.

DECRETO N. 9603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018. Regulamenta a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente: Objetos sem valor no Brasil Colônia e Império. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. p. 203-222.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola Que Protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistência na defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; MOURA, Ana Cristina Amaral Marcondes de. História do Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae. In: SANCHES, Christiane; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; MIYAHARA, Rosemary Peres (Org.). **A Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes**: perspectivas de enfrentamento. São Paulo: Summus, 2014.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos**: A Tragédia Revisitada. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI N. 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei da Palmada.

LEI N. 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) – Institui a Escuta Especializada

MACHADO, V. R. A Percepção dos atores do sistema de garantia de direitos sobre a Casa do Menor de Dracena/SP. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SAFFIOTI H. I. B.; ALMEIDA S. S. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (Org.). **Crianças Vitimizadas**: A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

RESUMOS EXPANDIDOS

SEÇÃO PÔSTER

DIREITOS HUMANOS

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO MARIA DA PENHA - NUMAPE NA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Isadora Minotto Gomes Schwertner; UNIOESTE; isadoragomes@hotmail.com.

Karine Brito dos Santos; UNILA; karine.unb@gmail.com.

Clarisse Junqueira da Silva; UNILA; clarissejunq@gmail.com.

Alessandra Andressa de Almeida Cabanha; UNIOESTE;
alessandra.cabanha.ac@gmail.com.

Laryssa Camargo Pereira; UDC; laryssapereiraca@gmail.com.

Maria Vitória de Lima Mendes; UDC; maria3025lima@gmail.com.

Identificação da área temática: Direitos Humanos

RESUMO

O presente resumo expandido versa sobre a atuação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) em Foz do Iguaçu, no Paraná. O NUMAPE, projeto de extensão vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), presta atendimento jurídico e psicológico gratuito às mulheres de baixa renda em situação de violência doméstica. Os dados levantados até o presente momento atestam a condição incipiente de implementação do projeto na tríplice fronteira, com aumento progressivo da demanda advinda do Juizado de Violência Doméstica, à medida que se integra à rede de atendimento à mulher em situação de violência em Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: Direito; Psicologia; Violência; Gênero; Educação.

INTRODUÇÃO

Quando se fomenta a discussão sobre os papéis de gênero e de como estes influenciam nosso dia a dia, percebe-se que suas impostas e injustas diferenciações estão presentes há mais tempo do que hoje se imagina. Seguindo essa direção, se traz o conceito da violência doméstica, que se configura como qualquer agressão contra a mulher, no âmbito doméstico, familiar ou de relações íntimas de afeto, com a finalidade de subjugação, retirando seus direitos, valendo-se de sua hipossuficiência (CUNHA; PINTO, 2015, p.61).

Quando se deu luz a esse contexto, e somado a luta dos movimentos feministas, foi criada a Lei 11.340 de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, que consiste em uma lei baseada no gênero que propõe coibir e prevenir a violência doméstica, e tem como objetivo amparar a mulher em situação de violência, estabelecendo ao longo de seus artigos o envolvimento do Estado e da sociedade no combate à violência contra a mulher. A lei traz a compreensão de que é responsabilidade do Estado a prevenção da violência, a proteção das mulheres agredidas, e a reconstrução de suas vidas. Diante disso, nota-se a importância do trabalho multiprofissional dirigido à essa população, levando em consideração toda complexidade e multicausalidade do fenômeno da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, sendo essa uma violência baseada no gênero segundo a referida Lei (BRASIL, 2006).

Em outubro de 2022, a fim de trazer efetividade à Lei Maria da Penha, foi implementado o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) na cidade de Foz do Iguaçu/PR, que consiste em um projeto de extensão vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O projeto é financiado por meio de convênio com a Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do governo do Estado do Paraná. O NUMAPE já existe em outras cidades do Paraná (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Toledo, Irati, Guarapuava, Jacarezinho e Paranavaí), sendo o mais

antigo situado na cidade de Londrina, de acordo com dados do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR, online).

O município de Foz do Iguaçu/PR evidentemente apresenta características peculiares por se tratar de uma região de tríplice fronteira. Assim, podemos trazer luz ao conceito de formação socioespacial, elaborado pelo geógrafo Milton Santos (1982), visto que o modo de produção, a sociedade e o espaço não são categorias independentes, em oposição, são partes inseparáveis que compõem a totalidade que constitui o mundo, uma região, um lugar.

A finalidade do NUMAPE é o resgate da dignidade da mulher em situação de violência doméstica, atuando na prestação de atendimento jurídico e psicológico gratuito e humanizado. O NUMAPE de Foz do Iguaçu/PR tem uma equipe formada por 01 (uma) advogada, 01 (uma) psicóloga e 02 (duas) bolsistas acadêmicas de Direito, além das professoras orientadoras da Psicologia e do Direito, esta última também é coordenadora do projeto em Foz do Iguaçu/PR.

De acordo com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o NUMAPE tem o seguinte propósito:

O projeto propicia uma nova perspectiva de vida às mulheres vítimas de violência doméstica, devolvendo-lhes o controle sobre a situação e sobre a sua integridade física e psicológica, resgatando a dignidade que lhes é inerente e que, por um lapso temporal, foi-lhes tomada, e que, no entanto, após reempessada sua autonomia, não mais lhe será tirada (SETI, online).

Dada a relevância do NUMAPE no atendimento à mulher em situação de violência e, considerando a função social deste equipamento dentro da rede de enfrentamento da violência contra a mulher, busca-se apresentar aqui um breve panorama da recente implementação deste Núcleo na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu.

MATERIAIS E MÉTODOS

O NUMAPE tem como público-alvo mulheres que estejam submetidas a situações de risco por quaisquer formas de violência, podem ser essas: 1) físicas 2) psicológica 3) sexual 4) moral ou 4) patrimonial, conforme tipifica a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). As ações do projeto são direcionadas a mulheres que possuem residência na comarca Foz do Iguaçu e apresentem precária condição socioeconômica, necessitando tanto da intervenção judicial como a psicológica. Ainda existe neste caso, a condicionalidade da atuação desta equipe multiprofissional junto a mulheres que possuem Medidas Protetivas de Urgência (MPU),

previstas nos artigos 22 e 23 da Lei Maria da Penha, a fim de resguardar a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência.

O desenvolvimento das ações do projeto é subsidiado com base no sistema do Processo Judicial Digital (Projudi), utilizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). São disponibilizados dois perfis no Núcleo, um para os processos judiciais e outro para os processos da Psicologia. O acesso a tais perfis permite acompanhar as demandas provenientes da Vara da Violência Doméstica, fornecendo informações sigilosas sobre as mulheres assistidas pelo projeto, resguardadas pelos preceitos éticos dos respectivos conselhos profissionais, da OAB, no caso do Direito, e do CFP, no caso da Psicologia.

Na atuação do setor jurídico do NUMAPE são realizados atendimentos para orientação jurídica e ajuizamento de ações na área de família, tais como Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Guarda e Convivência, Alimentos, Partilha de Bens, assim como atuação nos processos de Medida Protetiva de Urgência (MPU), que tramitam no Juizado de Violência Doméstica na comarca de Foz do Iguaçu/PR.

Já quando se trata da atuação da Psicologia no NUMAPE, as atividades consistem em realizar entrevistas psicológicas, fornecer suporte emocional e acompanhamento psicológico breve para o manejo de aspectos emocionais ligados à situação de risco, buscando mapear a rede de apoio social como fator de proteção à saúde mental, além de ampliar o repertório de enfrentamento da mulher para libertar-se do ciclo da violência.

Outras atividades no âmbito da psicologia abrangem a área da prevenção, tais como: a identificação de riscos para violência contra mulheres; o levantamento de variáveis do contexto individual, familiar e social das mulheres, bem como o histórico de violência sofrida; a realização da psicoeducação sobre os tipos de violência e o ciclo da violência; e, também, o trabalho articulado com a rede de atenção à mulher no combate as outras vulnerabilidades, sobretudo o trabalho junto a assistência social. Destaca-se neste último exemplo, a interface fundamental do Núcleo com o Centro de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o CRAM, cujo espaço físico localiza a sede do NUMAPE em Foz do Iguaçu.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

Desde seu início do projeto, no tocante a atuação do setor jurídico, foram feitas nomeações nos processos das medidas protetivas para atuar em defesa da mulher em situação

de violência doméstica, sendo realizados 154 atendimentos para orientação e ajuizamento de ações de Guarda e Convivência, Alimentos, Divórcio, Partilha de Bens, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Atendimentos realizados (setor jurídico)

Atendimentos	Outubro / 2022	Novembro / 2022	Dezembro / 2022	Janeiro / 2023	Total
Presencial	14	14	13	26	67
Telefone	1	9	12	1	22
E-mail	1	0	10	0	11
WhatsApp	13	18	6	17	54

Fonte: quadro elaborado pelas autoras.

Já no setor da psicologia, foram realizados desde o início do projeto 34 agendamentos de entrevistas psicológicas, sendo que dessas apenas 22 entrevistas psicológicas foram realizadas de fato. Dentre os atendimentos implementados, existiram demandas do próprio sistema do Projudi, mas também houve demanda externa trazidas pelo Centro de Referência da Mulher (CRAM), e pelo próprio setor jurídico do NUMAPE.

São várias as dificuldades encontradas no agendamento e realização desses atendimentos no que tange o atendimento psicológico das mulheres provenientes do PROJUDI, a saber: 1) a desatualização ou inexistência de quaisquer informações de contato das assistidas para realização de agendamento das entrevistas psicológicas; 2) a grande evasão das assistidas ao comparecimento das entrevistas agendadas; e 3) as dificuldades das assistidas no comparecimento aos agendamentos das entrevistas psicológicas por conta do trabalho, ou por questões de vulnerabilidade social, por exemplo, falta de dinheiro para transporte (Quadros 2 e 3):

Quadro 2 - agendamentos (setor da psicologia)

Mês	Demanda Projudi	Demanda externa
Outubro/2022	0	1
Novembro/2022	9	4
Dezembro/2022	6	4
Janeiro/2023	10	2

Fonte: quadro elaborado pelas autoras.

Quadro 3 - atendimentos realizados (setor da psicologia)

Mês	Demanda Projudi	Demanda externa
Outubro/2022	0	1
Novembro/2022	4	4
Dezembro/2022	4	2
Janeiro/2023	5	2

Fonte: quadro elaborado pelas autoras.

Quando se pensa em prevenção da violência, o papel da Psicologia está relacionado a possibilitar às assistidas um momento de reflexão sobre sua atual situação, fornecer orientação acerca do fenômeno da violência, e das possíveis consequências decorrentes da decisão de retirada da medida protetiva. Como método para auxiliar na tomada de consciência da mulher em relação à dinâmica relacional com seu parceiro, se utiliza a técnica da Análise de Riscos. Segundo Angelim (2009) e Macedo (2012) no intuito de evitar a repetição de casais que retornam à justiça diversas vezes, efetua-se a avaliação de risco realizada pelos profissionais, sejam esses, operadores do direito, equipe psicossocial, e outros, onde se deve considerar as condições de reflexão de que as mulheres dispõem para perceberem sua situação e elaborarem as queixas de violência (GUIMARÃES, et al., 2017).

A psicologia também atua na prevenção da reincidência da violência doméstica quando propõe orientar as assistidas acerca do ciclo da violência, a partir de estratégias de psicoeducação. O ciclo da violência é composto em três fases 1) a primeira refere-se à evolução da tensão na qual está localizada normalmente a violência psicológica e outros tipos de violência 2) a segunda consiste na explosão ou incidente de agressão, onde há de fato a agressão física e 3) por último, se encontra a fase da lua de mel, na qual o agressor faz promessas de mudança de comportamento, contudo, o padrão de interação violento tende a reincidir, fazendo o ciclo começar novamente. A psicoeducação é importante na tomada de consciência da mulher em situação de violência, notadamente no que se refere aos riscos envolvidos na escalada das agressões. Segundo Walker (1999) citado por Guimarães et al. (2017) o ciclo da violência também dificulta a reflexão sobre a situação da relação violenta e o rompimento deste ciclo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NUMAPE apresenta grande relevância social visto que se propõe não apenas a amparar mulheres em situação de violência doméstica, como também prevenir a reincidência dessa violência, na medida em que apresenta a essas mulheres a possibilidade de um

atendimento jurídico e psicológico humanizado, especializado e gratuito, com celeridade e eficiência.

Nesta fase inicial de implementação do projeto na comarca de Foz do Iguaçu encontramos dificuldades que têm afetado o funcionamento do projeto e o melhor atendimento das assistidas. Algumas dessas dificuldades giram em torno de três aspectos fundamentais: 1) na falta de acesso à internet 2) na falta de recursos materiais (computadores, impressora, telefone e móveis), e, sobretudo, 3) na dificuldade de acesso às mulheres assistidas, cujos processos foram nomeados ao NUMAPE pelo Projudi.

A comarca de Foz do Iguaçu/PR possui suas peculiaridades por se localizar na tríplice fronteira, considerando que as mulheres atendidas por este Núcleo possuem diferentes nacionalidades e residem em região fronteiriça. Com isso, torna-se necessário atentar para as questões culturais quando se pensa no atendimento à essa população-alvo, para que o atendimento realizado seja o mais acolhedor possível, com adoção de medidas eficazes de prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher nesse contexto específico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.240/2006, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 06 fev. 2023.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. 6 ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos; DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling; ANGELIM, Fábio Pereira. 'Mas Ele Diz que me Ama...': Duplo-Vínculo e Nomeação da Violência Conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** (UNB. IMPRESSO), v. 33, p. 1-10, 2017.

SETI (PARANÁ). NUMAPE. **Núcleo Maria da Penha (NUMAPE)**. Online. [S. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/cct/usf/numape>. Acesso em: 13 fev. 2023.

TJPR (PARANÁ). CEVID. Núcleos Maria da Penha - NUMAPES. In: **Núcleos Maria da Penha - NUMAPES**. Online. [S. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/numape>. Acesso em: 13 fev. 2023.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE UM FENÔMENO AINDA PRESENTE

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon; Universidade Federal de Integração Latino-Americana
(UNILA); clausgorlon@gmail.com

Identificação da área temática: Direitos Humanos

RESUMO

As pessoas com deficiência (PCDs) vivenciam situações de violência cometidas pela sociedade, pelo Estado e também pelas próprias famílias. Assim, o presente estudo visa refletir sobre a violência cometida contra a PCD no seu ambiente familiar, local onde, teoricamente, deveria ser o de maior proteção e cuidado. Estabeleceu-se como metodologia a pesquisa qualitativa com base em estudo bibliográfico e pesquisa documental. Resultados apontam que a violência contra as PCDs é algo que precisa ser combatido, haja vista os números alarmantes e que ela é difícil de ser constatada por ocorrer em um local privado e de pouco acesso.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Violência; Intrafamiliar.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PCDs), cotidianamente, vivenciam diversas situações de violência cometidas pela sociedade, pelo Estado e também dentro das próprias famílias. Segundo o relatório do Disque Direitos Humanos (2019), a violência contra a PCD representa o terceiro em número de registros no Disque 100, sendo responsável por, aproximadamente, 8% do total das denúncias. Nesse sentido, o presente estudo visa refletir sobre a violência cometida contra as PCDs no seu ambiente familiar, local onde, teoricamente, deveria ser o de maior proteção e cuidado.

Os resultados apontaram que a violência contra as PCDs é algo que precisa ser combatido e que há subnotificação que mascara tal fenômeno. Já sobre a violência cometida no ambiente familiar, ponderou-se que, por ser difícil de ser constatada ao ocorrer em um local privado e de pouco acesso, é preciso reforçar a necessidade de programas de prevenção, combate e de intervenção das diferentes políticas públicas junto à sociedade, vítimas, autores de violência, familiares e profissionais envolvidos.

Assim, o presente estudo foi estruturado em duas partes. Em um primeiro momento, buscou-se apresentar uma síntese do panorama da deficiência no Brasil, procurando fazer uma reflexão para entendimento da situação atual, tendo como contraponto os aspectos relacionados à violência cometida contra a PCD no ambiente familiar e seus desdobramentos. Por último, foram apresentadas as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um estudo divulgado em 21 de setembro de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o país tinha, em 2019, 17,2 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 8,4% da população. Na região Sudeste, havia 6.974

milhões de pessoas com deficiência, o maior número registrado no país, com uma concentração na faixa etária de 60 anos ou mais (24,8%), sendo principalmente mulheres e pessoas pretas ou pardas.

É sabido que os dados disponíveis não retratam a realidade em sua complexidade, o que acaba por mascarar as inúmeras barreiras vivenciadas pelas PCDs no país, bem como quando relacionados aos vários tipos de violência contra esse público, perpetrada por diferentes atores, como o próprio Estado. Assim, é preciso reconhecer que os desafios cotidianos das PCDs no Brasil envolvem violências reiteradas, que fazem com que esse grupo ainda seja segregado e visto sob uma perspectiva capacitista.

Registra-se que, mesmo de forma sutil, a violência contra a PCD precisa ser identificada como crime e denunciada, como circunstâncias que envolvam constrangimentos, ameaças, chantagens etc. Assim, deve-se trabalhar na conscientização das PCDs para que estabeleçam, quando possível, rede de apoio e confiança para superar as barreiras existentes para o pleno exercício de sua cidadania.

A violência intrafamiliar cometida contra a PCD não é um fenômeno recente, está inserida em nossa sociedade desde a antiguidade, ganhando maior visibilidade a partir dos anos 1970, quando foram aprovadas duas declarações que abordavam especificamente os direitos das PCDs: a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971) e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975).

Ao tratar das PCDs, reconhece-se que estas estão sujeitas a fatores de risco de várias ordens, os quais podem representar a ampliação das possibilidades de que elas vivenciem situações de violência.

De acordo com o Disque Direitos Humanos (2019), houve o registro de 12.868 denúncias de violações de direitos contra PCDs. Os números revelam ainda que houve o acréscimo de 9% em relação ao ano de 2018. Entre as principais violências a que esse grupo de pessoas está submetido estão, respectivamente, negligência (41%), violências psicológicas (22%) e física (15%), abuso financeiro (14%) e violência Institucional (4%). É necessário considerar que, em algumas circunstâncias, as PCDs são incapazes de se defender e de levar uma denúncia adiante.

Ainda segundo o Disque Direitos Humanos (2019), em comparação ao exercício de 2018, em termos percentuais, percebe-se que houve aumento na violência do tipo negligência

(igualmente a mais cometida naquele ano). Em contrapartida, houve uma diminuição de 4% nos registros de violência psicológica e de 1% nos registros de violência física. Nota-se que estas são violências com maior incidência no âmbito familiar, o que requer chamar atenção para a necessidade de orientação aos familiares sobre os cuidados e os direitos das PCDs, para que sejam mais bem preparados/informados, a fim de não incorrerem em ações que, infelizmente, são frequentes em alguns lares de PCDs, como: amarrá-las ou abandoná-las; não medicá-las ou descumprir o protocolo de tratamento; não higienizá-las corretamente; não alimentá-las ou ainda dopá-las para evitar ter que dar atenção; não lhes garantir o direito à convivência familiar e comunitária; apropriar-se do benefício ou aposentadoria da PCD para gastos com situações alheias às necessidades dela; etc.

É preciso que haja ações permanentes de conscientização da família e sociedade em geral para que compreendam que a PCD possui características individuais, as quais podem e devem ser estimuladas por todos com os quais convive.

Outro dado importante revelado pelo Disque Direitos Humanos (2019) é sobre o local de ocorrência de violação dos direitos das PCDs. Verifica-se que 69% das denúncias apontam a casa da vítima como o local dessas violações, as quais são praticadas por pessoas ligadas ao seu convívio familiar, como: irmão (29%), filho (17%), mãe (11%) ou pai (7%).

Em relação à violência contra a PCD, conforme a Nota Técnica nº 54 do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (2021, p. 9), “[...] preponderam as mulheres e as faixas etárias mais jovens, com predomínio de pessoas com deficiência mental”.

A repercussão da violência no contexto familiar é um tema difícil de ser explicado, uma vez que é cometida por seus próprios integrantes a partir de condutas abusivas. Representações sociais hierárquicas socialmente estabelecidas, como patriarcalismo, misoginia, etarismo, capacitismo etc., baseadas na relação de poder e dominação, também contribuem para a reprodução da violência intrafamiliar. Além do mais, a violência implica, ainda, sobre os membros da família relacionamentos pessoais inadequados, com sintomas de ordem psicossocial evidentes, que podem culminar em profunda fragilização das relações familiares, com episódios de estresse, isolamento social, psicopatologia, dependência química, entre outras questões que recaem sobre todos os membros da família.

O Atlas da Violência (IPEA, 2021), visando aprofundar as informações sobre a violência contra a PCD, apresentou as taxas de notificações e os resultados de análise

exploratória dos dados da saúde no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva-Sinan), do Ministério da Saúde, referente ao ano de 2019. Tal indicação aponta para a necessidade de investimento público e vontade política em melhorar as estruturas das unidades de atendimento, fortalecendo a rede de proteção de crianças e adolescentes, para que tenham condições de acolher as suspeitas e encaminhar as denúncias com a seriedade e agilidade que merecem, evitando a reincidência.

Em relação aos registros de violência em 2019 no sistema Viva-Sinan, de acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2019), foram 7.613 casos de violência contra PCDs. Tais números consideram as pessoas que apresentavam pelo menos um dos quatro tipos de deficiência – física, intelectual, visual, auditiva. As informações mostram ainda taxas elevadas de notificações de violências contra a PCD intelectual (36,2 notificações para cada 10 mil pessoas com tal deficiência), sobretudo mulheres, quando comparadas à população com outros tipos de deficiência. Essa sobretaxa está associada em alguma medida às notificações de casos de violência sexual. Além disso, de forma geral, as taxas de notificações de violências contra mulheres são duas vezes superiores às de homens, exceto quando a vítima é pessoa com deficiência visual. Ademais, o referido Atlas aponta que, a cada hora, um caso de violência contra pessoa com deficiência é registrado no Brasil, algo extremamente preocupante.

O Atlas da Violência (IPEA, 2019, p. 74) também indica que a violência doméstica ou familiar é cometida em maior parte por pessoas bem próximas à PCD. Para tanto, deve-se considerar que a relação de afeto entre o agressor e a vítima pode representar um complicador para que a denúncia seja realizada. Outro dado que está em concordância entre os levantamentos citados é o de que a violência intrafamiliar atinge, sobretudo, as mulheres.

A violência mais notificada no sistema Viva-Sinan, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019), é a violência física, que está presente em 53% dos casos, seguida da violência psicológica (32%) e negligência/abandono (30%). A violência física tem mais registros para todas as PCDs, exceto para aquelas com deficiências múltiplas, onde prevalece a negligência (50% dos casos). A violência sexual se destaca entre as pessoas com deficiência intelectual (35%).

É preciso que o fenômeno da violência contra a PCD seja problematizado e enfrentado em diferentes contextos, para romper o ciclo da violência e colocar em prática medidas de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a violência intrafamiliar cometida contra a PCD, buscou-se ponderar sobre seus modos de vida, uma vez que se tem a família como relação mediadora entre os sujeitos e a coletividade. Nesse sentido, compreende-se que, desde o momento em que recebem a notícia de que terão uma criança com deficiência, os pais passam a necessitar de orientações permanentes para que consigam enfrentar os desafios que surgirão, assim como para estar mais bem preparados para os cuidados e para garantir a proteção de que as PCDs necessitam, uma vez que boa parte destas pessoas é mais sujeita a riscos por conta de sua condição.

Pode-se considerar que no momento em que a CF de 1988 reconheceu o valor da dignidade da pessoa em seu artigo 5º, tendo a igualdade como princípio, ela avançou na direção de que todos precisam ter garantido uma vida digna e segura. Assim, acredita-se que a questão da inclusão e do respeito é fundamental para que se alcance a igualdade para as PCDs e que, nesta direção, políticas públicas voltadas para o atendimento desta parcela da população já existentes precisam ser fortalecidas e ampliadas. Tal condição, ao ser galvanizada, representa investimento em ações, programas e projetos que objetivam a conscientização da sociedade em relação aos direitos da PCD. Ela pode representar ainda melhores condições para as experiências negativas do impacto do nascimento de uma criança com deficiência, que não sendo adequadamente trabalhadas junto à família podem ocasionar violências futuras e até mesmo reiteradas. Desta forma, é importante que os profissionais que acompanham famílias que tenham em seu núcleo uma PCD se apresentem sensíveis às necessidades destas, no momento do acolhimento e de suporte às mais diversas situações nas diferentes fases da vida. Dessa maneira, acredita-se também que um elemento que pode contribuir para prevenir a violência intrafamiliar contra a PCD é o repasse de informações adequadas e atualizadas aos familiares quanto ao desenvolvimento dessas pessoas, assim como suas demandas e necessidades específicas.

Os dados levantados junto ao relatório do Disque Direitos Humanos (2019) e o Atlas da Violência (IPEA, 2021) apontam que denúncias relativas à violência intrafamiliar cometida contra a PCD expressam números alarmantes, especialmente as violências física e

psicológica, assim como as relativas à negligência e abandono, que na maioria dos casos são cometidas por pessoas bem próximas à vítima, pessoas estas que deveriam cuidar e zelar pela integridade física e emocional da PCD. Ademais, as mulheres com deficiência intelectual são as principais vítimas de violência intrafamiliar, sobretudo a sexual.

Em síntese, entende-se que a prevenção à violência intrafamiliar cometida contra a PCD perpassa o indispensável preparo da família e dos profissionais que a acompanham, mas que, em situações em que a violência já ocorreu, é preciso denunciar o agressor o mais rápido possível, para que cesse o ciclo de violação de direitos, preservando a vítima. Entende-se também que isso inclui, primeiramente, lidar de forma apropriada com o fenômeno aqui debatido, abordando-o em um contexto público e social, chamando a atenção para sua existência e enfatizando as dificuldades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. **Relatório Disque Direitos Humanos**, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf. Acesso em: 07 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 04 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-de-sigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 01 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Violência contra pessoas com deficiência: o que dizem os dados da saúde pública?** 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10897/1/NT_54_Diest_ViolenciaContraPessoas.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 02 fev. 2023.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

RESUMOS EXPANDIDOS

SEÇÃO PÔSTER

TEMA LIVRE RELACIONADO A PRÁTICAS DE PREVENÇÃO AS VIOLÊNCIAS

EQUIPES DE ACOLHIDA NO CREAS I: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Janaina Guimarães da Silva, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS I - Foz do Iguaçu/PR; janainaguimaraesdasilva@gmail.com

Mainara Vicentini; Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS I - Foz do Iguaçu/PR; mainara.vicentini@hotmail.com

Identificação da área temática: Tema livre relacionado a práticas de prevenção as violências.

RESUMO

O presente resumo busca publicizar o trabalho desenvolvido pelas equipes de acolhida do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I de Foz do Iguaçu - PR, correspondendo os atendimentos realizados entre junho de 2021 e 2022, identificando as principais demandas recebidas. Nos resultados serão apresentados dados sobre as principais situações de violação de direitos encaminhadas para o CREAS, o vínculo e grau de parentesco das crianças e/ou adolescentes com o suposto violador e os encaminhamentos realizados pelas equipes de acolhida, demonstrando a importância da existência dessas equipes para o funcionamento do serviço e atendimento do público-alvo.

Palavras-chave: Violência; Assistência Social; Criança; Adolescente.

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I é um equipamento público que integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem por objetivo executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas, assim os serviços geralmente oferecidos no equipamento são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). No município de Foz do Iguaçu/PR existem dois CREAS, sendo que um executa apenas o PAEFI e o outro oferta os serviços PAEFI, LA e PSC.

Este resumo expandido compreenderá o serviço do PAEFI que é executado no CREAS I, portanto, o público alvo são indivíduos e famílias que em determinado momento vivenciaram situação de risco pessoal ou social por violação de direitos, seja pela ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e/ou exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar entre outras (2011).

O PAEFI tem por objetivo contribuir com alguns aspectos, sendo o principal deles, o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, articulando ações em conjunto com os demais serviços socioassistenciais, intersetoriais e com os outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2014). Assim, o acesso se dá por meio de procura espontânea ou por encaminhamentos do Sistema de Garantia de Direitos (Conselhos Tutelares, Varas Especializadas, Delegacias), Rede Socioassistencial e pela Rede Intersetorial.

Diante do número exacerbado de casos de criança e adolescente encaminhados durante os anos de 2017 a 2021 e frente a falta de recursos humanos suficiente para promover o primeiro atendimento, criou-se uma lista de espera que ano a ano foi crescendo, e como estratégia para promover o atendimento a essas famílias foi-se montando pelo Órgão Gestor uma equipe de Acolhida, composta por duas profissionais de ensino superior, uma Assistente Social e uma Psicóloga, posteriormente, no último trimestre do ano de 2022 contratou-se mais uma equipe de Acolhida, também composta por duas profissionais.

Atualmente, existe um fluxo de atendimento para os casos que aguardam em fila de espera, quando da sua chegada, são direcionados à coordenação do equipamento, a qual fica responsável por aplicar um instrumental nomeado de Estratificação de Risco, a fim de direcionar os casos mais urgentes para receberem o atendimento.

Assim, essa equipe faz o contato inicial com a família/indivíduo, identificando a demanda familiar e se esta se configura como demanda para atendimento pelo serviço, realiza as primeiras intervenções com a família/indivíduo, utilizando uma conduta acolhedora, buscando compreender a problemática e a origem da suposta situação de risco e/ou violação de direito, sem atitudes ou ações que causem revitimização da pessoa acolhida no serviço. (BRASIL, 2014).

A acolhida tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida pelo CREAS e identificar demandas imediatas de encaminhamentos, os procedimentos para a acolhida inicial poderão demandar mais de um encontro com a família/indivíduo e contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança, neste sentido, os atendimentos poderão ser pontuais e encerrados na resolução de uma demanda específica ou caracterizar um conjunto de procedimentos para identificar a necessidade de inserção no acompanhamento realizado pelo PAEFI.

OBJETIVOS

Esse resumo tem como objetivo geral apresentar o trabalho desenvolvido pelas equipes de acolhida do CREAS I com as famílias que são encaminhadas para o serviço. Como objetivos específicos, buscamos expor e discutir os dados sobre as violações de direitos identificadas durante o período de atendimento e coleta de dados, bem como demonstrar a importância da existência das equipes no CREAS I, para celeridade dos atendimentos e dos encaminhamentos para as famílias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Consiste no estudo descritivo que compõe a análise exploratória de dados de caráter documental, quantitativo, de corte transversal, efetuado no período de junho de 2021 a dezembro de 2022 no CREAS I no município de Foz do Iguaçu/PR.

Através da identificação, organização e análise das informações contidas nos prontuários das famílias que receberam o primeiro atendimento, foi elaborado um instrumental para o registro de dados capaz de apontar o quantitativo no que tange aos atendimentos das famílias, foi utilizado o Google Formulários, sendo desenvolvido e aprimorado com questões para contabilizar as informações coletadas nos Prontuário PAEFI das famílias atendidas neste equipamento no ano de 2021 e 2022.

O processo de elaboração foi dividido em cinco etapas: 1) Discussão e Análise das informações que a equipes entendia importante para a coleta de dados; 2) Levantamento e quantificação dos dados relativos às famílias, indivíduos e intervenções, em uma tabela pré-definida no Excel para o preenchimento 3) Compilação dos dados disponibilizados no formulário do Google e também das intervenções. 4) Apresentação dos resultados e discussão dos dados coletados; 5) Elaboração e revisão da versão final do documento.

RESULTADOS

Entre o período correspondente dos dados coletados foram atendidos 605 casos que aguardavam em lista de espera, estes, novos e desarquivados dos anos de 2017 e 2022. Assim, 5,5% dos casos atendidos aguardavam desde 2017, 34,2% eram de 2018, 36,2% desde 2019, 15,4% dos casos atendidos foram de 2020, 4% de 2021 e 4,8% de 2022. Tais atendimentos resultaram no encerramento da lista de espera dos anos de 2017, 2018 e 2019, restando para atendimento apenas o segundo semestre de 2020, os anos de 2021, 2022 e os novos casos que irão chegar em 2023.

Buscando atender os casos que aguardavam há bastante tempo, mas também os casos que chegavam diariamente no serviço passaram-se a utilizar uma estratificação de risco e a priorizar os casos que estratificam como grave e muito grave.

Em relação à divisão dos casos por região do município de Foz do Iguaçu/PR, identificamos que 166 casos atendidos entre os anos de 2021 e 2022 eram da região Norte, seguido da região Leste com 147 casos, a região Nordeste aparece em terceiro lugar com 120 casos atendidos e as regiões Sul e Oeste aparecem por último, com 96 e 76 casos atendidos respectivamente.

Sobre a origem dos encaminhamentos para atendimento pelo CREAS I, temos os Conselhos Tutelares I e II como principais demandantes totalizando juntos 469 casos encaminhados entre os anos de 2017 e 2022. Em terceiro lugar aparecem os encaminhamentos realizados através da Ficha de Informação de Agravo de Notificação (SINAN), em sua maioria com origem de atendimentos realizados pelos hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Na sequência temos os encaminhamentos realizados pelo Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crimes (NUCRIA), totalizando 46 dos casos.

Os demais encaminhamentos aparecem fragmentados entre os serviços de Proteção Social Básica (PSB), como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) totalizando 21 encaminhamentos, o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) com 15 casos e o Centro de Referência para Atendimento à Mulher Víctima de Violência (CRAM) com 11 encaminhamentos, ambos serviços de Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade do município.

Da política de educação identificamos o total de 09 encaminhamentos e dos demais serviços de saúde recebemos 07 ofícios para atendimento. Existem ainda os encaminhamentos realizados pelos outros órgãos de garantia de direitos, como a Vara de Infância e Juventude (VIJ) e o Ministério Público (MP), com 04 e 02 casos respectivamente. Identificamos ainda encaminhamentos realizados por outros municípios, denúncias através do Disque 100 e demanda espontânea, totalizando 17 casos.

Através do atendimento realizado com as famílias e do contato feito com a rede socioassistencial e intersetorial identificamos quais foram os serviços e equipamentos onde as

famílias tiveram atendimento antes de chegar ao CREAS I. Destaca-se que 25,3% dos casos receberam atendimento no Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC), sendo este o serviço que apresentou o maior percentual. Na sequência temos os atendimentos ofertados pelos cinco CRAS do município, totalizando 13,9% dos casos e, posteriormente, podemos verificar que 9,6% das famílias receberam algum tipo de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Para 23,2% dos casos não foram localizados atendimentos na rede e para 7,6% não foi possível coletar a informação. É importante considerar que em alguns deles a família foi localizada através dos dados constantes no encaminhamento e após análise da equipe não foi realizado o contato com a rede. Ainda, em alguns casos em que a equipe realizou contato institucional, verificou-se que as famílias realmente não acessaram outros serviços públicos do município ou do sistema de garantia de direitos.

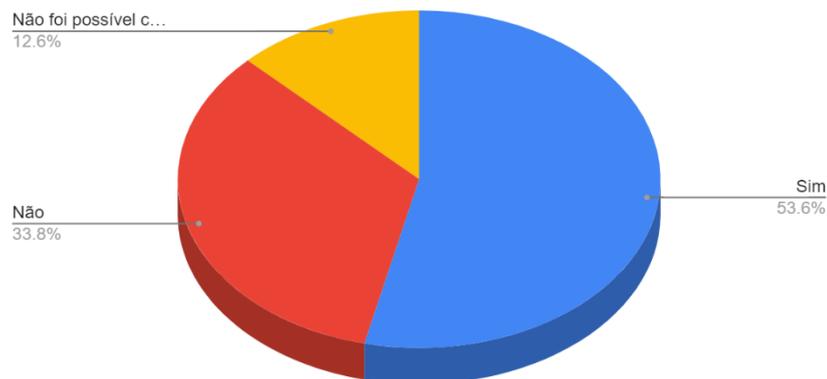


Figura 01. Violência intrafamiliar.

Fonte: Acervo das autoras, 2022.

Conforme a Figura 01, do total de famílias atendidas, em 53,6% dos casos a violência ocorreu dentro do núcleo familiar e em 33,8% dos casos as violências aconteceram fora do ambiente familiar, nas mais variadas possibilidades, sejam elas na família extensa, vizinhos e conhecidos, instituições de ensino e saúde, acolhimento institucional, pessoas desconhecidas, entre outros. O dado de 12,6% que correspondem aos casos onde não foi possível coletar a informação trata-se das situações onde a família não foi localizada.

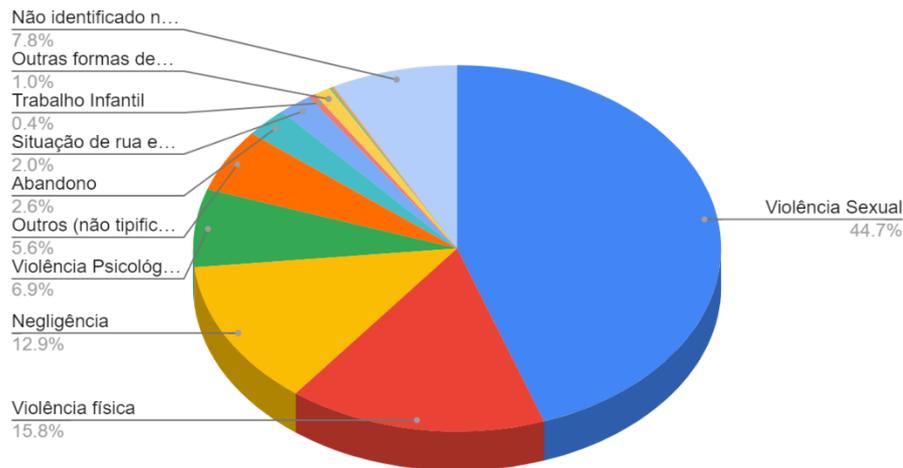


Figura 02. Tipos de violência.

Fonte: Acervo das autoras, 2022.

Sobre os tipos de violências identificamos que 44,7% dos encaminhamentos se referiam a supostas situações de violência sexual, conforme Figura 02, informação que vai de encontro com o alto número de encaminhamentos que constavam com a ficha SINAN e também com o dado de atendimentos realizados pelo HMCC.

Ainda, 15,8% relataram haver alguma situação de violência física, enquanto 12,9% sinalizaram a palavra negligência no encaminhamento. Neste sentido, é pertinente destacar a importância de ampliar o debate com a rede de atendimento à criança e adolescente sobre quais são as situações que são consideradas negligência. Importante frisar ainda que neste campo mais de uma situação de violência pode ser identificada.

Ressaltamos que 7,8% dos encaminhamentos não citavam qual a violência identificada no momento do encaminhamento. Já 5,6% foram assinalados como “Outros”, pois o conteúdo do encaminhamento não se refere a violências tipificadas. Dentre essas outras formas de violência, houveram situações em que apontaram maus tratos em mais de 50% dos casos, em segundo lugar aponta evasão escolar, posteriormente alienação parental, ameaças, gravidez na adolescência e, por último, tentativa de suicídio.

Sobre o grau de parentesco e/ou relação com a vítima, 22,4% dos ofícios encaminhados a este equipamento citaram uma pessoa conhecida como suposto violador de direito, sendo este o maior número, seguido pelos genitores e genitoras, com 20% cada um. Cabe ressaltar que para responder a esta pergunta pode ser assinalado mais de uma opção,

assim há casos em que ambos os genitores podem ser os agressores. Em seguida vem a figura do padrasto como suposto violador, representando 9% dos casos atendidos.

Após o atendimento realizado pela Equipe de Acolhida, compreendendo ou não a necessidade de acompanhamento pelo PAEFI, quando a equipe identifica demandas já realiza os primeiros encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial. Dentre os encaminhamentos realizados pelas equipes de acolhida, se destaca o alto número de solicitações enviadas à secretaria de saúde, ressaltando que todas elas foram direcionadas à Atenção Primária em Saúde solicitando a inclusão de crianças, adolescentes e/ou responsáveis para atendimento psicológico clínico.

Em segundo lugar vem os encaminhamentos aos CRAS, sendo estes direcionados para o fornecimento de benefício eventual de cesta básica, orientações e atendimento para viabilização de benefícios assistenciais e/ou previdenciários, entre outros.

Na sequência os principais encaminhamentos são para o Conselho Tutelar II, acesso à documentação (RG, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, etc.) vagas em CMEIs, escolas municipais e estaduais, programas de aprendizagem, defensoria pública, principalmente para regularização de guarda e pensão, e também encaminhamento ao Fozhabita, para cadastro em programas de habitação e também aluguel social.

Posteriormente vem os encaminhamentos para o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), CREAS de outros municípios, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Conselho Tutelar I, Programa Guarda Subsidiada, NUCRIA e CREAS II.

Após o atendimento realizado pelas equipes de acolhida, procedemos com o direcionamento do caso para arquivamento do prontuário ou inclusão nas equipes de acompanhamento do PAEFI. Em relação aos prontuários desligados, 44,3% dos casos atendidos não apresentavam demandas para o PAEFI, uma das hipóteses disso pode ser a demora entre o encaminhamento e o atendimento. O mesmo ocorre com os 13% que relataram estar residindo neste momento em outro município.

O arquivamento aconteceu em 16,1% dos casos onde não foi possível localizar a família na rede de atendimento psicossocial, este número traz preocupação visto que a maior parte da demanda para atendimento compreende os casos de violência sexual.

Das famílias atendidas, 7,7% declararam que não houve violação de direito quando se deu o encaminhamento para o CREAS I, com esse dado e com o atendimento prestado às famílias, observou-se a existência de encaminhamentos realizados de forma equivocada para este equipamento, por exemplo, denúncias que não correspondem à família citada no ofício, denúncias de abuso sexual que não procederam, entre outras situações.

Importante ressaltar que 7,6% dos casos atendidos apresentaram demandas para o acompanhamento do PAEFI/CREAS I e foram encaminhados para as equipes do território conforme disponibilidade destas.

Destacamos também os 5,3% que apresentaram competências de equipamentos do Sistema Único de Saúde, em sua maioria para atendimento psicológico clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura acolhedora, de respeito à dignidade e não discriminação deve permear todo o trabalho social desenvolvido no CREAS, desde os momentos iniciais até o desligamento, assim, é importante que a equipe esteja preparada para acolher as famílias considerando a complexidade de cada situação, suas características e demandas.

Dessa forma, considera-se que o presente trabalho é de fundamental importância para a identificação dos fatores condicionantes das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos permeados pelas famílias e indivíduos seja para fins de monitoramento, avaliação e aprimoramento das ações, na oferta de serviços, programas e projetos, importante ressaltar que os dados apresentados neste trabalho são quantitativos e que seria de extrema importância uma avaliação qualitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

JUVENTUDES, VULNERABILIDADES E VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE³³

Leonardo Carvalho de Souza; Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Paranavaí;
e-mail: leonardopedagogoeassistente@gmail.com

Marília Gonçalves Dal Bello; Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Paranavaí; e-mail;
madalbelo@hotmail.com

Identificação da área temática: Tema livre relacionado a práticas de prevenção as violências.

RESUMO

A partir de uma perspectiva crítica e pesquisa bibliográfica refletimos acerca da violência e seus reatamentos entre as juventudes brasileiras. Partimos do pressuposto de que o juvenicídio é um conceito potencial para interpretar, analisar e explicar a mortalidade juvenil e as violências contemporâneas. Ademais, entendemos a violência como produto da sociabilidade capitalista que forja vulnerabilidades e inseguranças, especialmente, entre jovens, negros, pobres e que moram em territórios empobrecidos. Além da crítica às matrizes da violência entre as juventudes, sugere-se alternativas por meio de políticas públicas e sociais focadas no segmento juvenil.

Palavras-chave: Juventudes; Vulnerabilidades; Violências; Políticas Públicas e Sociais.

INTRODUÇÃO

Denúncias que apontam vulnerabilidades, situações de risco de violência entre os(as) jovens e, principalmente, os altos índices de juvenicídio³⁴, bem como a elaboração de projetos sociais e políticas públicas capazes de estabelecer um contraponto a esta questão têm se constituído em temática de preocupação de vários(as) estudiosos(as). A análise dessa relação inclusive contribuiu para fomentar discussões a respeito da juventude no decorrer do século XX e XXI (ZALUAR, 1994a, 1994b; SCHERER, 2017; WAISELFISZ, 2016; ROCHA, 2020; CERQUEIRA, 2021).

Diversos aspectos de ordem social, cultural e econômica posicionam os(as) jovens entre os principais segmentos suscetíveis a diversos tipos de riscos. As juventudes se deparam com momentos de insegurança e indefinição, relacionados à desorganização de estruturas do mundo infantil e à construção de novas maneiras de se situar no mundo adulto. Sendo que vivências relacionadas aos estudos, a formação da família, do mundo do trabalho e da política

³³ Uma versão completa deste texto está em vias de ser publicada em um livro a ser lançado no III Fórum Trinacional sobre Violências – Prevenção, em Foz do Iguaçu, 2023.

³⁴ Em resumo, o juvenicídio se refere a morte sistemática de jovens. Os dados indicam que uma maioria das vítimas de homicídios no Brasil são jovens com idades entre 15 e 29 anos. Para saber mais sobre esse conceito, ler Rocha (2020).

passam ocupar centralidade para compreensão das juventudes e suas relações (SCHERER, 2017; ROCHA, 2020). Influências tradicionalmente atribuídas à orientação familiar, ao contato e à socialização de experiências intergeracionais contribuíam com maior intensidade para diminuir as angústias e incertezas deste momento.

No entanto, atualmente, muitas destas referências encontram-se empobrecidas ou mesmo ausentes culturalmente, o que favorece a potencialização dos riscos vivenciados pelos(as) jovens. Assim, eles são levados a procurar sozinhos uma forma de se situar no mundo. A busca de identidade e referenciais baseados em valores consumistas e individualistas tem sido estimulado entre as juventudes que, ao se desvincular das orientações tradicionais, propiciam adotarem valores relacionados aos modismos instáveis e à socialização no interior de grupos, gangues ou galeras (SCHERER, 2017; ROCHA, 2020). No Brasil, a incursão de jovens em quadrilhas de tráfico de drogas, principalmente os(as) que vivem em áreas periféricas de cidades médias e grandes pode ser apresentado como uma alternativa que oferece facilidade na obtenção de dinheiro, em contraste com o contexto de permanente desigualdade social, e suas implicações para as vulnerabilidades vivenciadas por jovens (ZALUAR, 1994b; SCHERER, 2017; ROCHA, 2020).

A situação tem merecido iniciativas de ordem governamental no sentido de atuar na contramão da violência que atinge grande parte dos(as) jovens. Sposito (2003), em análise de políticas públicas para jovens no Brasil, assinala que, em momentos anteriores, a preocupação do Estado em relação aos jovens se destinava àqueles pertencentes ao estrato social médio de renda, devido ao caráter contestador de suas ações. Mas, atualmente, o interesse se dirige aos jovens pobres e moradores das periferias das grandes cidades. Muitos desses programas possuem caráter de contenção de um possível comportamento violento dos(as) jovens. Aliada a essas iniciativas, que avançam principalmente nos marcos dos anos de 1990, é preciso pensá-las articuladas ao conjunto das políticas públicas como as de trabalho e renda, educação, segurança pública entre outras. A partir desse contexto, o presente estudo reflete sobre juventudes, vulnerabilidades e violência na contemporaneidade. Tal enfoque se justifica na medida em que conforme dados do Mapa e Atlas da Violência as mortes por homicídio de arma de fogo têm sido, nas últimas três décadas, a principal causa de mortalidade juvenil em nosso país (CERQUEIRA, 2021).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica orientada pelo método da teoria social crítica que congregou discussões sobre juventudes, contemporaneidade, vulnerabilidades, violências e políticas públicas e sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

Visando uma dimensão mais ampla do conceito de violência, de forma a não considerar somente o ato em si, mas também a situação que o condiciona, Arblaster (1996, p. 803) considera que: “Uma política que deliberada ou conscientemente conduz a morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qualificada de violenta. Essa é uma razão, porque slogans como ‘pobreza é violência’ ou ‘exploração é violência’ não constituem meras hipérboles”. Dados divulgados pelo Laboratório das Desigualdades Mundiais [*World Inequality Lab*] no final de 2021, vinculado à Escola Econômica de Paris, permite afirmar que o Brasil permaneceu como um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo. Por aqui, os 10% mais ricos, concentram 58,6% da renda nacional. A desigualdade é ainda maior, quando medida pela concentração de riqueza patrimonial. Em 2021, os 50% mais pobres detinham apenas 0,4% da riqueza. Contribui para essa permanente desigualdade social, a ainda pendente agenda sobre reforma tributária, como é a tributação sobre herança, como na França, onde a alíquota pode chegar a 60% (FERNANDES, 2021).

Ao analisar este contexto vivenciado pelos(as) jovens, se identifique que muitos já não têm permanecido numa atitude conformista diante das desigualdades de renda e de acesso às políticas públicas, como de lazer, educação, trabalho em contraste à tamanha ostentação de riqueza num universo simbólico que se faz presente através dos “shoppings centers”, dos padrões de beleza e da mídia, entre outros. Organizados(as) em grupos, os(as) jovens elegem o espaço público como sendo o lugar para expressar sua revolta diante do seu grau de pobreza, miséria, fome, nudez, abandono, estigma, desproteção política e sofrimento pela privação do acesso aos seus direitos. Travam embates com a polícia, com a sociedade civil, como forma de quebrar as normas sociais, manifestando assim o seu inconformismo. Os “rolezinhos” ocorridos no Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 2013 entram nessa gama de eventos em que a hierarquia dos espaços territoriais é problematizada pela juventude, a desigualdade e ausência de espaços e políticas públicas juvenis se articulam com estes eventos (SCHERER, 2017; AITKEN, 2019).

As formas de agressividade de alguns jovens frente às condições de segregação social a qual foram relegados(as) se manifestam ainda por meio de sua incursão em quadrilhas de tráfico de drogas, intensificado após os anos 1960, com o desmantelamento do movimento de contracultura e a associação das drogas a valores consumistas, à violência e a autodestruição. O Brasil é hoje o país com o maior número de homicídios do mundo. Em 2016 foram 61.283 mortes, total próximo da média anual de vítimas fatais da guerra civil da Síria. A taxa média brasileira de homicídios por grupo de 100 mil habitantes não é menos assustadora, chegou a 29,7% no ano passado, praticamente o triplo do padrão considerado aceitável no mundo. É como se a cada dois/três dias morressem a quantidade aproximada dos(as) jovens (242) que morreram na tragédia da Boate Kiss em 2013, no Rio Grande do Sul (WAISELFISZ, 2016; SCHERER, 2017; CERQUEIRA, 2021).

Os casos de mortes violentas por homicídios no Brasil colocam a juventude no epicentro do massacre, como mostram os dados e pesquisas de Waiselfisz (2016), Scherer (2017), Cerqueira (2021), Rocha (2020), e nos mapas e atlas da violência, que quando monitorados nas últimas três décadas demonstram que os homicídios por arma de fogo constituem-se a principal causa de mortes entre os jovens. “Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente. É uma média de 64 jovens assassinados por dia no país” (CERQUEIRA, 2021, p. 27).

Em 2020, dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostraram o crescimento de 4% no número de vítimas por mortes violentas. Desse total, 78% das mortes foram com emprego de arma de fogo, vitimizando em sua maioria jovens, negros e do sexo masculino. Chama a atenção, o fato de muitas mortes terem sido provocadas em situações que envolvem intervenções policiais, somando 6.416 jovens, homens e negros que perderam a vida; e 194 policiais mortos. Enfatiza-se que o número de jovens mortos, ultrapassa em pouco mais de 3 mil vezes o número de policiais, o que permite indicar a existência de um massacre movido pela chamada guerra às drogas, que coloca o Brasil como um dos países do mundo em que mais morrem jovens e policiais (SOARES, 2019; ROCHA, 2020). Zaluar (1994b) analisa este contexto associado à violência decorrente do tráfico de drogas em regiões periféricas do Rio de Janeiro e entende que o acesso facilitado a armas de fogo e a existência de policiais coniventes com a criminalidade, contribuem para o aumento da violência, uma vez que as “próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se imbricadas com o

crime organizado. Sem isso, não seria possível explicar a facilidade com que as armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro” (ZALUAR, 1996, p. 77).

Tal problemática foi potencializada no governo de Bolsonaro (2019-2022), mediante incentivos à facilitação de acesso às armas de fogo e munição, obstáculos à capacidade de rastreamento de munições utilizadas em crimes. Vale ainda destacar, que até julho de 2020, haviam sido aprovados onze decretos, uma lei e quinze portarias do Exército que descaracterizaram o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10826/2003). Registros do Sistema Nacional de Armas (SINARM) da Polícia Federal, atestam um aumento de 97,1%, em relação a 2020, de novas armas circulando no Brasil (SOARES, 2019; BRASIL, 2021). Destaca-se ainda, a impunidade da violência. No Brasil, em média, apenas 15% dos assassinatos são investigados e esclarecidos. No Reino Unido e na França, chega-se a 90% e 80%, respectivamente. Nos Estados Unidos, 65%. Na Argentina, 45%. Nesse sentido, há um descaso ao juvenicídio (SOARES, 2019; ROCHA, 2020).

Ao analisar as manifestações da violência entre os jovens na favela “Cidade de Deus” no Rio de Janeiro, Zaluar (1994b) relaciona-as com a influência do tráfico de drogas entre jovens em situação de vulnerabilidade, por ser considerado uma forma rápida e fácil de ganhar dinheiro, perigosa, que se contrasta com a pobreza, o desemprego, o trabalho árduo e mal remunerado de seus familiares, bem como o próprio desemprego intrínseco a vida na sociabilidade do capital. Número expressivo de pesquisas evidenciam a articulação intrínseca entre modo econômico de produção e reprodução das violências. Já que a base econômica não pode escapar ao entendimento da violência e suas raízes (ZALUAR, 1994b; SCHERER, 2017; SOARES, 2019; ROCHA, 2020, CERQUEIRA, 2021).

Ainda segundo Zaluar (1994b), a entrada dos(as) jovens para a criminalidade ocorre aproximadamente aos 10 anos de idade e termina aos 25 em média, quando acabam mortos(as) por policiais ou por membros das quadrilhas rivais. Muitos iniciam sua passagem pelo tráfico como ‘olheiros’ (observadores), ‘aviões’ (entregadores de droga), ‘vapores’ (vendedores) até se tornarem chefes de quadrilhas. O critério para subir de cargo está na disposição que cada um tem para matar, prevalecendo o que Zaluar (1994b, p. 146) chama de *ethos da masculinidade*, de modo que a disposição para matar representa um dos símbolos da virilidade masculina diante da difícil transição para o mundo adulto. Assim, a arma na cintura

torna-se fetiche do bandido³⁵, que ganha fama, respeito e prestígio no local onde mora. Desta forma, os(as) jovens pobres e excluídos(as) adquirem o passaporte para a integração social e conquista de respeito de todos(as). Almejam dinheiro no bolso, roupas caras e mulheres.

Outra forma de ingresso dos(as) jovens no crime organizado ocorre com o uso de substâncias psicoativas. Ao contraírem dívidas com os(as) traficantes, muitos(as) jovens são levados a roubar e, em determinados casos, até a matar aqueles(as) que os ameaçam de morte caso não paguem a dívida. Em outros casos, tornam-se membros de quadrilhas como meio de saldar o que devem ao(à) traficante (ZALUAR, 1994b; ROCHA, 2020).

A entrada para o tráfico de drogas envolve em grande parte aqueles jovens pertencentes aos segmentos mais pobres da sociedade. Para Zaluvar (1994a, 1994b), a pobreza aliada à falta de perspectivas de uma vida melhor no futuro está entre os principais motivos que explicam esse fato. A organização do tráfico de drogas é analisada pela autora como sendo semelhante à de uma empresa, com normas e regras próprias que são rigidamente colocadas pelo(a) chefe a seus(suas) subordinados(as), os(as) ‘teleguiados(as)’. Assim, a pequena parcela de jovens que terminam como membros das quadrilhas de tráfico de drogas fica refém das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos financeiros, por mínimos que sejam.

A situação de pobreza na qual vivem, em contraste com os apelos do mercado para o consumo em massa de produtos destinados aos(às) jovens e a “facilidade” com que se obtém dinheiro com o tráfico constituem-se nas principais motivações para a entrada no comércio de drogas³⁶. Lima (2000), em seu estudo na periferia da cidade de Londrina no Paraná – PR, ressalta a condição dos(as) jovens e sua relação com o tráfico de drogas. O dinheiro ganho com o tráfico, apesar de não ser muito, garante algum prestígio, dinheiro para o consumo de drogas como “maconha” e “cola de sapateiro”, comida, roupas, conquista de mulheres, além da autonomia individual. Pesquisa realizada por Dal Bello (2004) na mesma região estudada por Lima (2000), em entrevista com jovens envolvidos com o tráfico de drogas, ressalta o sentimento de pertença e a satisfação dos desejos de consumo.

³⁵ Ao estudar a participação dos jovens nas quadrilhas de tráfico de drogas em “Cidade de Deus” no Rio de Janeiro, Zaluvar (1994b) coloca que na comunidade a figura do bandido se distingue através da arma de fogo que carrega na cintura.

³⁶ Lima (2000), em sua pesquisa sobre jovens na região de abrangência do assentamento estudado, conclui que cerca de 10% dos jovens encontram-se envolvidos com o mercado de drogas ilícitas. Este fato vai ao encontro dos resultados obtidos por Zaluvar (1994b) em sua pesquisa na favela Cidade de Deus. Segundo a pesquisadora, menos de 1% do total da população na favela em questão acabam se envolvendo com a carreira criminosa.

Organizados em grupos que denominam de “tropinha” ou “ganguinha”, os(as) jovens desenvolvem uma rede de sociabilidade de modo que se sentem mais fortes e protegidos(as). Vêm-se como amigos(as) e até mesmo como membros(as) de uma mesma família. Tratam-se como primos e irmãos, a quem dedicam compromisso e lealdade, sem exigir nada em troca. Os(as) jovens que se assumiram como autores(as) dos roubos praticados, em sua maioria se referiram aos(às) membros(as) da própria família como sendo também autores(as) de roubos, de modo que em alguns casos agiam juntos nos crimes praticados. Os locais escolhidos para os roubos, na maioria das vezes, eram as chácaras e sítios localizados em fundos de vales que cercam os territórios delimitados para o estudo.

Conforme o conceito de juventude, inscrito no Atlas da Violência (Brasil, 2020), os(as) jovens são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir família própria. Trata-se, portanto, de um momento de transitoriedade, marcado pelo fato de um não ser mais criança, mas ainda não ser também um adulto. Essa condição demanda travessias, cujo trânsito para a vida adulta demanda a construção de condições seguras. Isso passa pelo enfrentamento, sobretudo, das desigualdades sociais, sob a via do fortalecimento da democracia e das políticas públicas e sociais.

Do contrário, estaremos relegando os(as) jovens ao confinamento das regiões periféricas, que marcadas pela desigualdade sociais, objetivam aos jovens uma das faces mais perversa da realidade, que é a desesperança, como demonstram as falas de jovens entrevistados por Gallo (2013) para o seu trabalho de doutoramento, desenvolvido em regiões periféricas de São Paulo. [...] “ser jovem é ser louco é não ter esperanças”. Travessias seguras no sentido de resgatar sonhos e esperanças, são sinalizadores para avançarmos!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do texto apresentado foi possível problematizar sobre juventude e vulnerabilidade, considerando para tanto, a permanente desigualdade social no Brasil e seus inúmeros rebatimentos na vulnerabilidade que atingem os mais jovens, como a ausência de políticas públicas juvenis, a definição de hierarquias sociais e territoriais, o racismo, a ausência ou baixa remuneração das camadas populares, a corrupção. Em síntese, é pertinente considerar que a violência estrutural promove outras formas de violências, como aquelas

relacionadas ao tráfico de drogas e ao mundo do crime (ZALUAR, 1994b; DAL BELLO; 2004; SCHERER, 2017; ROCHA, 2020).

Nesse sentido, os jovens, negros, moradores de territórios periféricos urbanos, têm sido as maiores vítimas. Sob esse ponto de vista, assegurar travessias seguras de jovens para a vida adulta, é um desafio a ser vencido no campo das políticas públicas, sob a primazia do Estado brasileiro. Caminhar nessa direção não é tarefa fácil, considerado, no Brasil, todo um passado colonial e escravocrata, cujas raízes expressam, uma permanente e acirrada desigualdade social, que atinge cidades e seus territórios intraurbanos e neles, jovens, pretos e pobres (SCHERER, 2017; ROCHA, 2020).

REFERÊNCIA

ARBLASTER A. Dicionário do pensamento social do século XX. In: OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Violência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

AITKEN, S. C. **Jovens, direitos e território**: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL. **Atlas da Violência**. Fórum de Segurança Pública/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

CERQUEIRA, D. (Org.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

DAL BELLO. M. **Jovens, Vulnerabilidade e Violência**. Outra História é possível?. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2004.

FERNANDES, D. **Quatro dados que mostram por que Brasil é um dos países, mais desiguais do mundo, segundo relatório**. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4>. Acesso em: fev. 2022.

GALLO, M. **A Juventude nos Labirintos da Vida**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2013. LIMA, J. C. F. **Vencer na Vida: Os mitos referentes à obtenção de Renda Entre Os Adolescentes do Jardim João Turquino**. (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo, 2000.

ROCHA, A. P. **O juvenicídio brasileiro**: racismo, guerra às drogas e prisões. 1.ed. Londrina: EDUEL, 2020.

SCHERER, G. A. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas**: a proteção social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.



III Fórum Trinacional sobre Violências - *Prevenção*
16 a 17 de março de 2023

SOARES, L. E. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SPOSITO, M. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V; PAPA, F.C. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2016.

ZALUAR, A. **Cidadãos Não Vão ao Paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994a.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan-UFRJ, 1994b.